

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano XV — Julho/Setembro de 1954 — N.º 59

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística
e da Sociedade Brasileira de Estatística, editado trimestralmente
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Diretor responsável: MAURÍCIO FILCHTNER

Secretario: VALDEMAR CAVALCANTI

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 166 — TELEFONES { Redação - 22-3657
Assinaturas - 42-7142

Assinatura anual: Cr\$ 80,00

S U M Á R I O

FLORÊNCIO DE ABREU	
O IBGE EM 1953	141
JOÃO LYRA MADEIRA	
X PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS DO BRASIL	147
ELÍGIO ALVES	
X A COMPOSIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO DO BRASIL E DE SUAS DIFERENTES PARTES	155
GERMANO GONÇALVES JARDIM	
X OS RECENSEAMENTOS E A ESTATÍSTICA DO ESTADO CONJUGAL	165
OVÍDIO DE ANDRADE JÚNIOR	
X CLASSIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL	171
ALCEU VICENTE DE CARVALHO	
X ALGUNS ASPECTOS DA NATALIDADE NO BRASIL	177
GIORGIO MORTARA	
X NOTA SÓBRE A DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	187
X ILUSTRAÇÃO DA INFLUÊNCIA DA MORTALIDADE E DA NATALIDADE SÓBRE A COMPOSIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO	193
INFORMAÇÕES GERAIS	199
BIBLIOGRAFIA	202
LEGISLAÇÃO	203
ATRAVÉS DA IMPRENSA	207
RESENHA	210

FLORÊNCIO DE ABREU

(Presidente do IBGE)

O IBGE EM 1953

EXULTO com esta nova oportunidade que se me apresenta de ter o honroso privilégio, durante alguns dias, de presidir à Assembléia-Geral dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística. Reunem-se aqui, neste ensejo, expoentes dessas especialidades fecundas, procedentes de todos os quadrantes do País, oferecendo um dos retratos do Brasil de corpo inteiro num dos seus aspectos mais interessantes e expressivos, pois configura um conjunto de atividades práticas da mais alta relevância para o exato conhecimento da realidade brasileira, de molde a proporcionar às elites dirigentes o instrumental imprescindível para orientar, propulir e firmar em bases seguras o desenvolvimento do País.

No meu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no ano passado, referi-me à importância da criação do Conselho Nacional de Geografia para o progresso dos estudos geográficos no Brasil. Fundado em 1937, tornou-se êle desde então um grande propulsor de estudos especializados, que tomaram desde logo novo alento e novos rumos, atualizando-se em harmonia com os novos métodos, as novas aquisições, os novos horizontes da moderna ciência geográfica. "A geografia se havia desmoralizado com as próprias mãos", rudemente conceituava o saudoso Professor Everardo Backheuser, mas acrescentava que em razão da criação do Conselho Nacional de Geografia, de par com a instalação dos cursos especiais nas Faculdades de Filosofia, a geografia estava atravessando no Brasil uma fase eufórica "de extravasamento, de incandescente entusiasmo e de infiltração nas camadas sociais do País". É que se passava a ter nítida compreensão do real valor, para o bem-estar e progresso humano, do incremento das pesquisas e estudos geográficos, sob a luz solar dos seus novos métodos. Como escreve Max Sorre, a geografia assumiu hoje a posição de um instrumento de meditação da vida, que nos põe em presença dos mais agudos problemas da atualidade.

Pôsto que desde muito tempo melhor compreendida entre nós a importância da estatística, ainda no ano de 1926 o mesmo professor Backheuser, em seu conhecido trabalho intitulado "A estrutura política do Brasil", afirmava que, salvante a organização da estatística de caráter comercial por Joaquim Murinho no Ministério da Fazenda, o nosso aparelhamento censitário era simplesmente rudimentar, e, lamentando a carência de estatísticas, entendia que a curva rigorosa dos estágios da civilização na nossa pátria só seria desenhada a partir da abscissa correspondente aos tempos em que se começasse a ter o serviço de estatística organizado. Ora, Senhores Delegados, parece-me lícito assegurar que a abscissa, nesse caso, teria sido obtida com a instalação e amplo funcionamento do nosso Instituto, mercê do eficaz aparelhamento de que dispõe e da competência e do devotamento dos seus servidores, que, diga-se a bem da verdade, vêm agindo com admirável espírito cívico em o desempenho do seu árduo mister.

Por outro lado, se faz ainda pouco tempo se aludia a certo atraso na apuração dos dados estatísticos, já agora nos foi possível o lançamento do "Anuário Estatístico", referente a 1953, em 15 de dezembro de 1953. Não se poderia exigir maior atualização. Ressalte-se ainda que o esquema de publicação básica do Conselho Nacional de Estatística ofereceu uma série de inovações com o objetivo de atender à necessidade de mais pronta difusão das estatísticas brasileiras, de modo a poder inserir nesse mesmo "Anuário", no seu elenco de informações numéricas, elementos referentes ao próprio ano de 1953.

~~~~~  
*Discurso-relatório lido na instalação das Assembléias-Gerais dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia, a 1.º de julho de 1954.*

O aperfeiçoamento constante, porém, das estatísticas nacionais depende, essencialmente, do concurso de técnicos e cientistas profissionais bem formados e progressivamente especializados. Essa formação profissional encerra complexidades da maior monta, porque exige não apenas ponderáveis recursos materiais, como, especialmente, professores universitários de larga experiência e comprovada cultura. Essas complexidades explicam por que, apesar das constantes recomendações de congressos internacionais e pan-americanos de estatística, nenhum país da América Latina, até hoje, ousou organizar e manter um estabelecimento de ensino superior de ciências estatísticas. A projeção cultural do Brasil, porém, entre os países deste Hemisfério, impunha a criação de uma Escola desse gênero, para servir não somente à formação de técnicos patricios, mas, também, às nações irmãs, através da concessão de bolsas escolares. Daí, a auspiciosa criação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, o empreendimento mais arrojado do Instituto nos últimos tempos, em benefício da cultura brasileira.

Encontrei, de parte dos ilustres membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, o mais elevado espírito de cooperação e de compreensão, quando, em março de 1953, lhes propus a criação da Escola Brasileira de Estatística, a qual nesse mesmo ano já funcionava regularmente e dava ao Brasil a primeira turma de 33 estatísticos de nível intermediário, quase todos, hoje em dia, a serviço da entidade, em diferentes pontos do território nacional. Posteriormente se reconheceu a necessidade de expandir a Escola e de conformá-la à legislação orgânica do ensino superior, de forma a dar-lhe, consoante o recomendado por esta ilustre Assembléia-Geral, em 1953, o caráter de Faculdade. Graças, uma vez mais, à colaboração da Junta Executiva Central, da Congregação da Escola e do Professor Jurandyr Lodi, Diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, tornou-se possível, a 29 de maio de 1954, no Dia do Estatístico, transformar a Escola Brasileira de Estatística em Escola Nacional de Ciências Estatísticas, que ora mantém o curso intermediário e o curso superior.

Entreguei a sua direção, com o aplauso unânime de sua ilustre Congregação, a um velho e devotado servidor da estatística brasileira, tantas vezes delegado a esta Assembléia, o Professor Lourival Câmara. Já eleitos seus membros, na forma da Lei, se encontram em plena atividade o Conselho Técnico, o Conselho Administrativo e a Congregação da Escola, que se constituem de personalidades eminentes do magistério superior do País. Representa a Escola, a meu ver, o marco definitivo no preparo da consciência do estudo da estatística como ciência em nosso País, obra patriótica por excelência, e indispensável ao Brasil, mas, ao mesmo tempo, obra das mais difíceis, cujo êxito reclama a nossa melhor atenção, o nosso desvelo, a nossa cooperação e, sobretudo, idealismo consciente e realizador. A esta altura, a Escola Nacional de Ciências Estatísticas já repercutiu no cenário internacional, a ponto, mesmo, de a Organização das Nações Unidas pleitear, com insistência, a concessão de bolsas para estudantes de diversos países. Isto significa que estamos sendo úteis, que estamos realizando obra honesta e séria, o que conforta e dignifica o Instituto.

Paralelamente, e com análogo objetivo, teve o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia importante iniciativa na esfera que lhe é peculiar. Ao ter a honra de assumir a presidência deste benemérito Instituto, referi-me à diminuta cooperação de geógrafos, salientando então que a quase totalidade dos profissionais da Divisão de Geografia vinha sendo recrutada nas Faculdades de Filosofia, tornando-se mister quase sempre um certo estágio de treinamento no Conselho Nacional de Geografia, para que os geógrafos provenientes das Faculdades se integrassem na profissão; e aludi, com justo encômio, à resolução do mesmo Conselho que autorizara a respectiva Secretaria-Geral a admitir como estagiários para a Divisão de Geografia alunos do curso de geografia das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Essa providência, porém, não seria bastante, pois se impunha ainda a instalação de um centro de aperfeiçoamento de geógrafos anexo à Secretaria-Geral, atenta a necessidade cada vez mais sensível de geógrafos capazes de realizar, no território nacional, trabalhos de pesquisa, em conformidade com a moderna metodologia geográfica e de molde a pôr os brasileiros ao corrente da plena realidade geográfica brasileira. Tenho, hoje, a nímia satisfação de anunciar a expedição, pelo Diretório Central, da Resolução n.º 475, que criou o "Centro de Aperfeiçoamento de Geógrafos" na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia e que será agora apreciada e, sem dúvida, aprovada pela egrégia Assembléia-Geral, tal o alcance da providência que nesta Resolução se contém.

Apraz-me ainda comunicar aos Srs. Delegados haver o Secretário-Geral do mesmo Conselho tomado, por sua vez, uma iniciativa de grande alcance para o conhecimento oportuno, sistemático e progressivo da marcha das atividades da Secretaria-Geral, através de breves comunicações de seus diferentes técnicos.

junto ao Diretório Central. A partir de 1.º de setembro do corrente ano, pôs em prática o Secretário-Geral a realização de pequenas palestras perante os membros do Diretório Central, reunidos por ocasião de suas sessões ordinárias. As palestras, de dez a quinze minutos de duração e proferidas por servidores do Conselho, visam a proporcionar o conhecimento da marcha dos trabalhos geográficos, cartográficos e culturais em andamento, ou já levados a efeito pelas Divisões Técnicas da Secretaria-Geral. Ficando diretamente a par da situação de tais serviços, pode o Diretório sentir, cada vez mais, os problemas e as realizações da instituição a que supervisiona, e, dessa forma, tomar com acerto cada vez maior as providências que se fizerem necessárias à fiel execução dos programas elaborados ou a elaborar

**O**S TRABALHOS da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia vêm se desenvolvendo com louvável intensidade. Em atenção às determinações da Assembléia, a Secretaria-Geral tomou as providências necessárias à execução das vinte e cinco resoluções aprovadas, algumas das quais de relevante importância, a começar pela de n.º 414, prescrevendo a elaboração de um Atlas do Brasil que traduza, gráficamente, todos os fenômenos de ordem física, humana, econômica e política, relativas ao território nacional. Levantado de conformidade com a metodologia geográfica moderna e representando, quanto possível, o estado atual dos conhecimentos geográficos do País, constitui a elaboração desse Atlas providência há muito reclamada pela administração e pelos meios científicos em geral.

Em obediência ao art 4º da citada Resolução, foi designada uma Comissão de cinco membros incumbida de organizar o plano geral do referido Atlas, plano esse já aprovado pelo Secretário-Geral, compreendendo quatro partes principais: 1.ª) Cartografia e pesquisas geográficas de campo, 2.ª) Geografia física e biogeografia; 3.ª) Geografia econômica; 4.ª) Geografia regional. De acordo com as soluções oferecidas pela Comissão no que tange à execução do Atlas, a coordenação do trabalho incumbe à Divisão de Geografia, por se tratar de assunto precipuamente geográfico, mediante uma "Unidade Coordenadora" organizada dentro da Divisão. Os assuntos serão, tanto quanto possível, representados num cartograma na escala de 1:10 000 000, vasado em folhas soltas, o que facilitará a sua divulgação à medida que ficarem prontas, contribuindo destarte para que a matéria não perca a conveniente atualidade, especialmente a relativa à geografia econômica. O Atlas será impresso em cores básicas chapadas e retículas, cumprindo estudar a melhor maneira de imprimi-lo com o mínimo de cores para melhor clareza do trabalho.

Acredito que não serão gastos mais de seis anos na sua execução; e já posso mesmo informar que foram entregues à Seção de Desenho da Divisão de Cartografia, para desenho final e impressão, quatro folhas referentes à densidade da população, à divisão regional do País, ao clima e à vegetação original. Além dessas quatro folhas entregues à Seção de Desenho, duas outras estão sendo encaminhadas à citada unidade de serviço, uma já pronta e relativa ao relevo e hidrografia do Brasil, e outra ainda em desenho, ou seja, o mapa geológico do Brasil. Em conclusão, a Secretaria-Geral espera que, dentro de curto prazo, possa ter a oportunidade de apresentar ao público, devidamente impressas, as seis primeiras folhas do Atlas do Brasil de objetivo popular.

A necessidade urgente de se organizar e publicar o dicionário de termos técnicos relativos à geografia, geologia, cartografia e ciências afins, levou a Assembléia-Geral a baixar, em 8 de julho de 1953, a Resolução n.º 418. Considerando a conveniência de ser dado ao dicionário cunho nacional, a Assembléia autorizou a Secretaria-Geral do Conselho a elaborar o referido dicionário com o concurso dos Diretórios Regionais, Consultores Técnicos e todos os órgãos técnicos ligados aos mencionados assuntos. A fim de iniciar os trabalhos, o Secretário-Geral está dando os primeiros passos nessa direção, intensificando para isso, bem como para outros fins, a atividade concernente ao pleno funcionamento dos Diretórios Regionais, de cujo pronunciamento depende a fase final do trabalho preliminar, a extinguir-se em 31 de dezembro de 1954.

Dentro desse ponto de vista, a Secretaria-Geral julgou melhor ouvir, numa das "Mesas-redondas" programadas para a presente Assembléia-Geral, os pronunciamentos dos senhores Delegados Regionais interessados na discussão do importante assunto. Aliás, as "Mesas-redondas", criadas pela Resolução n.º 425, de 9 de julho de 1953, serão em número de três na presente reunião da Assembléia. Afora a discussão do tema relativo à elaboração do Dicionário Técnico de termos geográficos, geológicos e outros afins, figuram como assunto das "Mesas-redondas" restantes, o debate acerca do "Progresso do cálculo das áreas estaduais, municipais e distritais", e "Problemas gerais do Ensino da Geografia".

Finalmente, a orientação das "Mesas-redondas" ficará a cargo das Divisões de Geografia, de Cartografia e Cultural da Secretaria-Geral

A instituição desse tipo de debate anual decorreu da necessidade de uma articulação mais íntima entre os órgãos técnicos da Secretaria-Geral e os órgãos executivos regionais, a fim de se dar maior unidade de orientação e de execução aos trabalhos geográficos e cartográficos. Os próprios problemas de administração, quando relacionados com a colaboração recíproca e mais estreita entre os órgãos da Secretaria-Geral e os órgãos regionais, poderão também ser considerados e discutidos nessas "Mesas-redondas" anuais. Evidentemente, tais reuniões perderiam toda a sua objetividade se o art 2º da Resolução 425, que as instituiu, não estipulasse de modo taxativo que dos debates verificados deverão resultar conclusões objetivas, quanto à matéria em discussão, de modo a serem postas em prática tanto pela Secretaria-Geral como pelos órgãos regionais.

A falta de intercâmbio e de assistência financeira, era, com raras exceções, desanimadora a situação dos Diretórios Regionais. Desde 1952, porém, graças a uma nova compreensão do problema, e maior agudeza no exame dos reais interesses e compromissos do Conselho Nacional de Geografia no plano nacional, foi possível à sua XII Assembléia-Geral aprovar a Resolução n.º 395, de 31 de outubro de 1952, dispondo sobre a restauração e fortalecimento dos Diretórios Regionais, mediante a inclusão no orçamento do Conselho de verba própria, destinada a prestar auxílio financeiro a esses órgãos, na base de um mínimo anual de Cr\$ 25 000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros). Por força dessa nova e objetiva diretriz, pode-se, desde 1953, observar um surto de interesse e revitalização dos Diretórios Regionais, de que é expressivo reflexo a reorganização sofrida por cinco deles e a crescente correspondência trocada entre esses órgãos e a Secretaria-Geral do Conselho.

Infelizmente, nem todos os Diretórios Regionais têm compreendido, de maneira conveniente, certos dispositivos regulamentares que regem a sua composição e garantem o seu pleno funcionamento. A Resolução n.º 12, da Assembléia-Geral, datada de 17 de julho de 1937, que regula a constituição e o funcionamento do corpo de Consultores Técnicos, por exemplo, tem sido preterida por vários Diretórios. Posto que elementos de colaboração técnica dos Diretórios, consoante estipula o art 3º da citada Resolução, os Consultores Técnicos não são membros do Diretório, cumprindo ficar bem entendido que somente estes, e não aqueles, poderão ser credenciados como representantes das Unidades Federadas na Assembléia-Geral, como é expresso nos artigos 4º e 5º do Regimento da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Com base na legislação em vigor, respeitadas as normas regulamentares e tendo em vista os objetivos que norteiam, celebrou o Conselho, em anos anteriores, alguns Convênios com os Governos de certas Unidades Federativas e com importantes instituições públicas. Em consequência dos compromissos assumidos, a Secretaria-Geral, através da Divisão de Geografia, executou vários trabalhos, nos termos dos respectivos acordos. Em 1953, dois geógrafos trabalharam permanentemente nos "Estudos de Recuperação Econômica da Baixada Fluminense". As atividades se desenvolveram em torno da organização do material recolhido nas pesquisas de campo e nas fontes de estatística. Foi redigido, outrossim, um texto para a apresentação ao público dos estudos empreendidos na referida Baixada, texto que constituirá um volume compreendendo 16 capítulos, além de uma introdução, e será enriquecido por diversas ilustrações. Esse trabalho já se encontra em sua fase final.

Prosseguindo, no decurso de 1953, os trabalhos de preparação das folhas geomorfológicas referentes à Bacia do São Francisco e terminados em dezembro do mesmo ano, pôde a Secretaria-Geral entregar à referida comissão os elementos do serviço que lhe coube executar, nos termos dos Convênios e Atos Aditivos firmados entre a Comissão e o Conselho Nacional de Geografia. Releva especialmente referir que, em fins de novembro último, foram solenemente entregues os trabalhos do Convênio firmado com a Comissão do Vale do Rio Doce.

Na esfera de atividades da Divisão de Cartografia, destacaram-se como trabalho de rotina: 1º — A triangulação ao longo da linha Norte-Sul, atualmente no Município de Euclides da Cunha, na Bahia; 2º — O nivelamento de alta precisão nas áreas da Bahia e Espírito Santo; 3º — Medição de bases e observações astronômicas nos pontos escolhidos, de acordo com o reconhecimento.

A Seção de Astronomia, Bases e Gravimetria deverá iniciar dentro do segundo semestre deste ano as observações gravimétricas. Neste assunto, cumpre dizê-lo com franqueza, o Brasil está lamentavelmente retardado, porque é das últimas nações americanas a iniciar tão importante trabalho. As primeiras determinações serão feitas com um gravímetro pertencente ao Observatório Nacional, enquanto se espera a cobertura cambial, já autorizada, para a aquisição

de um outro para o Conselho Nacional de Geografia. As primeiras observações serão feitas com o objetivo de estabelecer uma base que permita a calibração, não só desse instrumento, como dos que forem adquiridos ulteriormente. Não é demais insistir sobre a necessidade e utilidade desse trabalho, porquanto dele muito dependem as prospecções geológicas e o Brasil terá necessariamente muitas surpresas no que concerne a seus recursos naturais.

Os serviços de campo correram com a almejada regularidade, cumprindo o serviço programado, com insignificantes alterações. Os cálculos geodésicos levados a efeito no escritório acompanharam na medida do possível as observações de campo, e digo "na medida do possível", por isso que a insuficiência financeira com que ainda luta a Secretaria-Geral não permitiu remover a deficiência do pessoal da Divisão Cartográfica. Verifica-se em todo caso que, nesta parte, o Conselho Nacional de Geografia vem cumprindo galhardamente a sua missão, com intensidade talvez não igualada por qualquer outra instituição do gênero.

A produção dos mapas segue o ritmo normal. Além das folhas da Carta, em escala de 1:1 000 000, 1:500 000 e 1 250 000, estão sendo elaborados os mapas do Amazonas, da Hiléia e de Pernambuco.

Preparou a Divisão Cultural o plano de execução dos trabalhos para o Anuário Geográfico do Brasil e entrou em entendimentos para a contribuição do Conselho às comemorações do tricentenário da restauração pernambucana. Foi elaborado e executado, outrossim, o plano do Curso de Férias para aperfeiçoamento de professores de geografia do ensino secundário em colaboração com a Faculdade Nacional de Filosofia.

As principais atividades desenvolvidas pela referida Divisão, especialmente pela Seção de Divulgação Cultural, convergiram para os trabalhos relacionados com o XI Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Porto Alegre, onde o Conselho organizou uma exposição geográfica e cartográfica, muito apreciada pelos visitantes, em número superior a dois mil, conforme registou o livro de presença. É de salientar, também, que praticamente todas as publicações da Secretaria-Geral estão sendo postas em dia e que novos exemplares da Biblioteca Geográfica Brasileira foram já lançados ao público.

**O**s serviços a cargo do Conselho Nacional de Estatística também se desenvolveram satisfatoriamente no período compreendido entre a última Assembléia-Geral e esta que hoje se inaugura. Os inquéritos da alçada do sistema estatístico brasileiro processaram-se dentro dos prazos fixados e em perfeita concordância com os critérios técnicos recomendados. A execução da XVIII Campanha Estatística alcançou resultados auspiciosos, pois lançada no início deste ano, encontra-se, hoje, seis meses depois, praticamente concluída. Em data de 15 de junho último, haviam sido coletadas quase 60 mil folhas do Caderno A e cerca de 109 mil questionários, o que corresponde a mais de 97% e de 98%, respectivamente, da coleta efetuada. Dos totais de folhas e questionários recolhidos já haviam sido entregues, na data em apêço, aos órgãos técnicos regionais incumbidos dos trabalhos de apuração, mais de 94% dos formulários, evidenciando o acerto das providências tomadas pelas Inspetorias Regionais e pelas Agências Municipais de Estatística, em cumprimento das determinações emanadas do órgão próprio da Secretaria-Geral do Conselho.

Os reflexos do bom andamento da coleta sobre os trabalhos a cargo dos Departamentos regionais se fizeram sentir em escala apreciável, de vez que, a 15 de junho último, a Secretaria-Geral já havia encaminhado aos órgãos centrais federais contribuições pertinentes a 17 Unidades Federadas, num total de 543 tabelas de apuração. E esse rápido processamento das tarefas compreendidas no plano da XVIII Campanha Estatística vai permitir, provavelmente, a inclusão de informações relativas aos diversos aspectos pesquisados e correspondentes ao ano de 1953 na próxima edição do "Anuário Estatístico do Brasil", programada para dezembro próximo.

Do esforço conjunto dos diversos órgãos que integram o sistema estatístico nacional vem dependendo, por completo, o feliz desempenho das tarefas atribuídas ao Conselho. Os inquéritos que se processam no interesse das classes armadas e dos órgãos centrais federais continuam a ser executados normalmente, e no primeiro semestre deste ano foram divulgados elementos correspondentes à produção industrial, relativa ao ano de 1952, de nove Unidades da Federação. A divulgação em apêço, fruto da colaboração da Secretaria-Geral e dos serviços de estatística dos Ministérios do Trabalho e da Agricultura, veio atender ao grande interesse manifestado pelos estudiosos em torno da situação do parque industrial brasileiro, e deverá prosseguir de maneira a serem cada

vez mais reduzidos os prazos entre a fase de coleta e a de apresentação dos resultados

A criação de novos Municípios vem onerando as disponibilidades da "Caixa Nacional de Estatística Municipal" e dificultando previsões no que se refere à melhoria da aparelhagem da rede nacional de Agências de Estatística. A adoção, porém, de um regime de compressão de gastos propiciou condições financeiras para atender ao reajustamento dos salários dos servidores da Secretaria-Geral e tornou possível a extensão desse benefício ao pessoal do interior. A reestruturação dos quadros de pessoal, objeto de Resolução da Junta Executiva Central, não se pôde completar até o momento, com o enquadramento recomendado, em alguns casos, e com as promoções necessárias dos servidores que a isto fazem jus. Esta Presidência, contudo, espera que a situação em breve esteja normalizada, a fim de que se adotem as medidas adequadas, objetivando a melhoria do nível de remuneração do pessoal da Secretaria-Geral, inclusive das Inspetorias Regionais e Agências Municipais de Estatística.

No setor censitário do Conselho, completou-se a série de "Seleções dos Principais Dados" do Censo Demográfico de 1950, com a publicação dos volumes correspondentes aos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, seguindo-se, imediatamente, a divulgação referente ao Brasil. Prosseguiu, de forma regular, a publicação dos resultados dos Censos Econômicos, bem assim da documentação censitária de interesse para estudiosos e responsáveis pelas operações vindouras.

Os elementos correspondentes ao censo de população do Brasil, de 1.º de julho de 1950, foram ratificados pelo Governo Federal, em outubro do ano passado, sendo de destacar-se a circunstância de, três anos depois de iniciada a coleta censitária, estarem divulgados os resultados definitivos das principais características da população do País. Com base nesses dados, o Laboratório de Estatística do Conselho procedeu a uma série de pesquisas, difundidas inicialmente em edições mimeográficas e, em alguns casos, através das revistas técnicas mantidas pela Secretaria-Geral.

**E**XPOSTAS, assim, em linhas gerais, as atividades dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística durante o transcurso de tempo entre a última e a presente reunião da Assembléia-Geral, tenho cumprido o indeclinável dever de prestar contas públicas do esforço realizado pelo Instituto, durante êsses doze meses, a fim de corresponder à confiança que deve êle inspirar à Nação. A exposição detalhada e minuciosa dos trabalhos levados a efeito, no referido decurso de tempo, os Srs. Delegados encontrarão nos Relatórios que serão apresentados pelos Srs. Secretários-Gerais.

A todos dirijo as minhas mais efusivas saudações, cõscio de que os trabalhos da Assembléia-Geral alcançarão o mais perfeito êxito, para a consecução das altas finalidades do Instituto e engrandecimento de nossa Pátria.

---

JOÃO LYRA MADEIRA  
(Da Escola Nacional de Ciências Estatísticas)

# PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS DO BRASIL

## 1 INTRODUÇÃO

**O** CRESCIMENTO da população de um país não é, certamente, independente da evolução do meio econômico-social de que faz parte, desenvolvem-se entre a população e o meio influências mútuas e complexas de difícil previsão. A evolução demográfica e a evolução econômica constituem, de fato, duas faces de uma mesma realidade social, de modo que a consideração de um desses aspectos — o demográfico —, com exclusão do outro — o econômico —, resulta de uma necessidade metodológica, dada a dificuldade de se abranger, em um modelo numérico único, todos os aspectos inerentes aos fenômenos sociais, e todas as variáveis de que dependem.

Dentro da moderna teoria econômica delineada por Keynes para os países capitalistas, — mais do que no quadro da economia clássica onde se supunha como normal a situação de pleno emprego —, haveria lugar para um esquema demográfico-econômico onde, ao lado das influências exercidas pelas inversões sobre o nível de emprego e desse sobre a renda, seriam consideradas as ações exercidas pelo nível de emprego e pela renda sobre o número de habitantes e deste sobre a produção e o emprego, num conjunto de ações recíprocas capazes de estabelecer um equilíbrio dinâmico suscetível de uma análise precisa.

O conjunto dos bens de consumo e de produção e o número de habitantes evoluiriam assim dentro de um modelo amplo em que as forças internas comandariam todos os movimentos, admitida, é claro, a permanência das forças externas entre as quais se incluiria a estrutura social e jurídica dos povos (Regime da propriedade privada, etc.). Modificadas as forças exteriores, ficaria alterada, evidentemente, a evolução do *modelo* teórico.

Para fins práticos que apenas objetivem conclusões válidas para um futuro não muito remoto, podemos contentar-nos com um modelo ainda mais simplificado. Do mesmo modo que os economistas constroem os seus modelos econômicos considerando as forças demográficas como forças exteriores, pode o demógrafo também, consciente da larga aproximação de que será capaz esse método, analisar a evolução demográfica segundo os resultados de um modelo em que as forças econômicas figurem como forças exteriores, supostas constantes, ou tão lentamente variáveis que, para fins práticos, possam ser consideradas como constantes. Os resultados obtidos com esse critério se enquadram dentro do tipo das previsões *condicionadas*, isto é, sujeitas a determinadas hipóteses preestabelecidas. Essas previsões serão matematicamente exatas se se verificam as hipóteses explicitamente formuladas sobre algumas das grandezas demográficas em jogo.

Muitas vezes, o objetivo de uma previsão desse tipo é o de permitir evitar-se a realização dos resultados previstos através de uma política adequada que venha fazer com que os valores observados das grandezas demográficas se afastem daqueles que, segundo a hipótese formulada, conduziriam aos resultados indesejáveis indicados pelas previsões feitas. Nesse modelo simplificado, o desenvolvi-

mento futuro de uma população fechada a partir do instante  $t$ , tomado como origem, depende exclusivamente: a) da *composição inicial por idade* observada no instante  $t$ ; b) da *lei que comanda a frequência dos nascimentos segundo as idades dos pais* a partir do instante  $t$ , isto é, das chamadas taxas de fecundidade por idade; c) da *lei de mortalidade que vigorar a partir do instante  $t$* , isto é, dos níveis das taxas de mortalidade (ou de sobrevivência) por idade, a partir da origem. No caso de uma população aberta deveríamos considerar, também, as correntes migratórias exteriores. A composição por idade é uma resultante das leis de natalidade e mortalidade que prevaleceram no passado e constitui, por assim dizer, uma ponte entre o passado e o futuro da evolução demográfica de um povo. Em última análise, pois, a evolução de uma população fechada fica determinada univocamente pelas leis referidas em b) e c).

De fato, conforme demonstrou Lotka, se as leis de mortalidade e fecundidade permanecerem constantes a composição por idade da população tenderá para uma estrutura limite que não depende das condições iniciais, mas tão somente daquelas duas leis, assim, a cada par de leis (mortalidade e fecundidade) corresponde uma única distribuição final por idade. A rigor, a lei de mortalidade obtida para uma população, e representada pelas taxas de mortalidade por idade, constitui uma média de diversas leis aplicáveis a cada um dos subgrupos em que poderá ser dividida a população segundo a profissão, distribuição geográfica, sexo, etc. As variações das proporções de indivíduos em cada um desses grupos fará variar a lei de mortalidade sem que isso signifique uma modificação dos níveis efetivos de mortalidade como indicadores do estado sanitário e das condições de saúde. A mesma observação pode ser feita — e talvez seja essa influência mais importante — com relação à variação das taxas de natalidade na hipótese de se alterarem consideravelmente, no futuro, as proporções de indivíduos pertencentes às classes dos casados, solteiros, etc.

Deixamos de parte a consideração de possíveis variações desses diversos fatores que poderão influir sobre a mortalidade e sobre a natalidade não só porque seria extremamente difícil e, em muitos casos, impossível qualquer tentativa nesse sentido, mas também porque no caso do Brasil não nos parecem prováveis — a menos que se processem profundas alterações sociais — modificações consideráveis desses elementos nas próximas décadas, a não ser, talvez, quanto à distribuição geográfica (movimentos do campo para as cidades). O método por nós adotado consiste, pois, simplesmente, na obtenção para cada cinco anos a partir de 1950 a) dos sobreviventes da geração presente em 30/6/1950, data do último recenseamento brasileiro, tendo em vista os coeficientes de sobrevivência adiante referidos, b) das novas gerações constituídas pelos sobreviventes dos nascidos depois de 30/6/1950, de acordo com determinados níveis de natalidade e de mortalidade.

## 2 A COMPOSIÇÃO INICIAL POR IDADE

**A**DOTAMOS, como base para as projeções, a composição inicial por idade observada no último recenseamento brasileiro (30/6/1950), com as correções indicadas a seguir. O questionário do censo formulou, quanto à "idade", dois quesitos: a) o primeiro, sobre a "data de nascimento", destinado a todos aqueles em relação aos quais fosse possível a informação do dia, mês e ano do nascimento, b) o segundo, no qual se solicitava "a idade que o informante presumia ter", destinado a todos aqueles que ignorassem os elementos do quesito anterior. Feitas as apurações, verificou-se que a "data de nascimento" abrangia 64,7% das informações e a da "idade presumida" os restantes 35,3%. Aceitamos como exata a distribuição correspondente à parte da população que informou a "data de nascimento",\* a que denominaremos de distribuição A.

No caso, porém, da distribuição correspondente à parte da população que indicou a "idade presumida" (a que denominaremos distribuição B), as consideráveis irregularidades observadas nas idades terminadas em 0 e 5 (além de

\* Julga Mortara que, mesmo nesse caso — e principalmente quanto à distribuição por idade correspondente ao sexo feminino — há certa deformação, não decorrente de erros eventuais, mas de uma tendência sistemática no sentido do rejuvenescimento em certos grupos e envelhecimento em outros. Nossas próprias pesquisas parecem confirmar essa suspeita, muito embora não nos tivesse ainda possibilitado um meio seguro de corrigir tais erros, pelo que preferimos abandonar qualquer tentativa nesse sentido.

outras correspondentes a fatos históricos, etc.) indicavam a existência de erros nas declarações, cujos efeitos, sobre a distribuição, foram atenuados por meio de um processo de médias móveis centradas, aplicado, separadamente, a cada sexo, isto é:

$$(1) \quad n_x = 0,05 n'_x + 0,10 (n'_{x-4} + n'_{x+4}) + 0,05 n'_{x+8}$$

Nessa expressão,  $n'_x$  representa o valor observado e  $n_x$  o valor corrigido

Os resultados fornecidos pela (1) foram posteriormente ajustados de modo a ficarem mantidos os totais decenais da distribuição original. A soma, por idade, dos totais assim obtidos para cada sexo com os da distribuição A forneceram os valores finais correspondentes à composição inicial por idade, que figuram no quadro 1. A última classe (100 e mais) figurou com o número redondo de 10 000 provavelmente excessivo, praticamente igual ao da classe anterior; em virtude disso, resolvemos adotar nas estimativas dos demais anos, para a classe "100 e mais", um valor igual ao da classe "95-100", o erro que com isso possa ter sido cometido não tem significado prático.

QUADRO 1

## Composição inicial por idade (30-6-1950)

| CLASSES DE IDADE | Número de habitantes | CLASSES DE IDADE | Número de habitantes | CLASSES DE IDADE | Número de habitantes |
|------------------|----------------------|------------------|----------------------|------------------|----------------------|
| 0 - 5            | 8 370 880            | 35 - 40          | 3 008 065            | 70 - 75          | 335 105              |
| 5 - 10           | 6 999 707            | 40 - 45          | 2 383 603            | 75 - 80          | 194 543              |
| 10 - 15          | 6 281 758            | 45 - 50          | 2 002 128            | 80 - 85          | 106 971              |
| 15 - 20          | 5 532 227            | 50 - 55          | 1 515 574            | 85 - 90          | 49 318               |
| 20 - 25          | 5 013 853            | 55 - 60          | 1 121 724            | 90 - 95          | 22 014               |
| 25 - 30          | 4 144 235            | 60 - 65          | 867 234              | 95 - 100         | 9 262                |
| 30 - 35          | 3 321 194            | 65 - 70          | 538 365              | 100 e mais       | 10 000               |

A população total correspondente a essa distribuição (51 827 763 habitantes) deixa de incluir 145 962 habitantes, dos quais 114 002 que não responderam ao quesito da idade e 31 960 habitantes cujos instrumentos de coleta foram extraviados. Esse total, porém, representa apenas 0,28% da população incluída no cálculo o que, praticamente, também não influirá nos resultados finais

## 3 MORTALIDADE

**A** MORTALIDADE brasileira, ainda elevada no seu conjunto, apresenta-se moderadamente baixa no Estado de São Paulo, moderadamente elevada nas demais unidades da região Sul e muito elevada na maioria do território, principalmente no Norte, no Nordeste e em algumas unidades do Leste e Centro. No quadro 2 figuram alguns exemplos típicos.

Dadas as imperfeições do registro civil brasileiro, ainda muito incompleto, não se dispõe (a não ser para alguns Estados, e para os municípios das capitais mais importantes), de elementos fidedignos, com referência ao número de óbitos, indispensáveis para a obtenção das tábuas de mortalidade. O único meio de se obter uma estimativa da mortalidade do Brasil como um todo é o método de comparação das distribuições por idade obtidas em dois recenseamentos, processo esse abundantemente utilizado por Mortara em seus estudos sobre a demografia brasileira.

Restringindo essas comparações aos naturais do país em um período de reduzida influência das correntes migratórias, foi possível a Mortara obter estimativas razoáveis dos coeficientes de sobrevivência e com eles reconstituir as tábuas de mortalidade. O período 1940-1950 foi, para o Brasil, um período em que as correntes migratórias foram reduzidíssimas, o que tornou possível a obtenção dos sobreviventes nas idades 5, 10 correspondentes a um grupo inicial de 1 000 recém-nascidos. Esses coeficientes, comparados com os do Estado de São Paulo calculados a partir da tábua de mortalidade para o triênio 1939-41,

acham-se reproduzidos no quadro 3; eles se referem apenas aos habitantes do sexo masculino, dadas as consideráveis irregularidades observadas nas composições por idade dos habitantes do sexo feminino.

QUADRO 2

## Taxas de mortalidade por idade em algumas Unidades da Federação Brasileira

| IDADE | SÃO PAULO<br>1939-41 |        | DISTRITO<br>FEDERAL |         | PÔRTO<br>ALEGRE | BELO<br>HORI-<br>ZONTE | SALVA-<br>DOR | RECIFE  |
|-------|----------------------|--------|---------------------|---------|-----------------|------------------------|---------------|---------|
|       | (Homens e mulheres)  |        | (Homens e mulheres) |         | Homens          | Homens                 | Homens        | Homens  |
|       | Município            | Estado | 1939-41             | 1949-51 | 1939-41         | 1939-41                | 1939-41       | 1939-41 |
| 0     | 137,75               | 168,67 | 159,24              | 97,16   | 190,84          | 172,15                 | 219,44        | 291,25  |
| 5     | 3,68                 | 4,85   | 6,09                | 2,82    | 4,90            | 4,60                   | 8,30          | 9,60    |
| 10    | 1,80                 | 2,41   | 2,39                | 1,42    | 2,85            | 2,50                   | 4,05          | 4,60    |
| 20    | 4,49                 | 5,35   | 8,95                | 4,56    | 9,75            | 9,25                   | 12,30         | 12,40   |
| 30    | 5,18                 | 6,95   | 10,56               | 6,85    | 15,32           | 16,04                  | 18,49         | 19,02   |
| 40    | 9,25                 | 10,65  | 13,92               | 8,91    | 21,20           | 22,34                  | 25,73         | 28,25   |
| 50    | 15,41                | 18,23  | 20,45               | 15,49   | 32,53           | 31,80                  | 37,72         | 41,91   |
| 60    | 28,36                | 35,59  | 33,55               | 29,61   | 54,79           | 51,71                  | 59,49         | 67,16   |
| 70    | 57,65                | 74,96  | 61,41               | 56,63   | 92,85           | 90,85                  | 97,92         | 113,61  |
| 80    | 129,44               | 159,86 | 125,43              | 112,64  | 157,34          | 159,64                 | 161,19        | 192,18  |

Convém notar que o valor elevado obtido para os sobreviventes aos 5 anos (741 em comparação com 739 em São Paulo em 1939-41) não é inverossímil tendo em vista a redução espetacular verificada principalmente na mortalidade infantil, a partir de 1946 devida talvez ao maior emprêgo dos antibióticos (Essa redução pode ser observada, no quadro 2, para o Distrito Federal) Tomando como base a tábua de sobrevivência para o sexo masculino obtida por Mortara para o Brasil, no período 1940-50, procuramos estimar os coeficientes de sobrevivência correspondentes a *ambos* os sexos.

QUADRO 3

## Número de sobreviventes do Brasil (1940-1950) comparados com os do Estado de São Paulo (1939-1941)

| IDADE | Brasil<br>1940-50<br>Homens | Estado de<br>São Paulo<br>1939-41<br>Homens | IDADE | Brasil<br>1940-51<br>Homens | Estado de<br>São Paulo<br>1939-41<br>Homens |
|-------|-----------------------------|---------------------------------------------|-------|-----------------------------|---------------------------------------------|
| 0     | 1 000                       | 1 000                                       | 45    | 494                         | 575                                         |
| 5     | 741                         | 739                                         | 50    | 448                         | 532                                         |
| 10    | 711                         | 726                                         | 55    | 390                         | 479                                         |
| 15    | 685                         | 718                                         | 60    | 330                         | 414                                         |
| 20    | 657                         | 705                                         | 65    | 261                         | 335                                         |
| 25    | 627                         | 685                                         | 70    | 190                         | 246                                         |
| 30    | 599                         | 663                                         | 75    | 119                         | 155                                         |
| 35    | 567                         | 639                                         | 80    | 60                          | 77                                          |
| 40    | 533                         | 610                                         | 85    | 24                          | 28                                          |

Para isso, determinamos, a partir das tábuas de mortalidade de 7 municípios brasileiros para o período 1939-1941 (São Paulo, Distrito Federal, Pôrto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Belém), as relações  $q_x$  entre os números de sobreviventes na idade  $x$  correspondentes às tábuas para o sexo feminino e masculino. Uma média ponderada desses coeficientes segundo o número de habitantes das diferentes regiões, para as quais cada uma das tábuas poderia ser considerada como representativa, forneceu os coeficientes finais, cuja regularidade dispensou qualquer ajustamento. Esses coeficientes, combinados com a taxa de 1.04 de masculinidade nos nascimentos, permitiu-nos obter uma tábua de sobrevivência presumidamente válida para os dois sexos, a qual foi ajustada por uma fórmula exponencial ( $10^{ax^2+bx+c}$ ), a fim de se conseguir a tábua completa, por idade, de 20 a 95 anos, tendo sido feito de 0 a 20 anos um ajustamento inicialmente gráfico e posteriormente analítico. Uma comparação com a tábua original (por quinquênios) permitiu verificar a boa coincidência de uma e outra. Com o auxílio da tábua completa, foram então construídos os coeficientes de sobrevivência quinquenal:  $\bar{p}(x, x+5) = (0.5l_{x+5} + l_{x+0} + 0.5l_{x+10}) / (0.5l_x + l_{x+5} + 0.5l_{x+10})$  para todos os valores de  $x$  desde  $x=5$  até  $x=90$ , para  $\bar{p}(0, 5)$  adotamos na expressão anterior  $0.4l_0$  em vez de  $0.5l_0$ . Comparados esses coeficientes com os do Estado de São Paulo (calculados por processo análogo) verificou-se que, a partir do grupo quinquenal 50-55 anos, os valores obtidos para o Brasil ficavam um pouco acima dos calculados para o Estado de São Paulo (1939-41) fato esse que atribuímos aos níveis excessivos dos coeficientes  $q_x$  a partir de certa idade, pelo que resolvemos abandonar os valores de  $\bar{p}(x, x+5)$  a partir de  $x=50$  e substituí-los pelos coeficientes de sobrevivência da tábua de mortalidade do Estado de São Paulo — 1939-41, com o intuito de adotar uma hipótese de mortalidade que não fosse otimista.

É provável que os coeficientes de sobrevivência quinquenal assim obtidos representem razoavelmente bem, e sem otimismo, o nível da mortalidade em torno do ano de 1950. O quadro 4 fornece, na 1ª coluna (Brasil 1940/50) os coeficientes acima referidos ("Brasil 1940-50 H M" de 0-5 até 45-50 e "Estado de São Paulo H M 1939-41" de 50-55 até 95-100). Esses coeficientes constituem a hipótese A sobre a mortalidade. Além disso, figuram, para cada quinquênio seguinte, 1955, 1960, outros coeficientes de sobrevivência destinados a constituir uma segunda hipótese sobre o andamento da mortalidade. Esses coeficientes foram obtidos como se indica a seguir, e constituem a hipótese B. Admitiu-se que para o quinquênio 1950-1955 a mortalidade fôsse a mesma da hipótese A e para o quinquênio 1975-1980 os coeficientes de sobrevivência fôssem iguais aos do Município de São Paulo em 1939-41. Sendo  $\bar{p}(x, x+5)$  o coeficiente para o grupo de idade  $x, x+5$ , de acordo com a mortalidade "Brasil H M 1940-50" e  $\bar{p}_2(x, x+5)$  o correspondente à mortalidade do "Município de São Paulo H M 1939-41" atribuímos, aos anos intermediários, mortalidade igual a  $\bar{p}(x, x+5)_t = \bar{p}_1(x, x+5) - \alpha_t \Delta(x, x+5)$  onde  $\Delta(x, x+5) = (\bar{p}_1(x, x+5) - \bar{p}_2(x, x+5))$  e o coeficiente  $\alpha_t$  são dados pela tabela

| $t$        | 1955 | 1960 | 1965 | 1970 | 1975 | 1980 | 1985  |
|------------|------|------|------|------|------|------|-------|
| $\alpha_t$ | 0,30 | 0,55 | 0,75 | 0,90 | 1,00 | 1,05 | 1,075 |

Assim, a hipótese B é caracterizada por uma mortalidade decrescente de tal modo que os coeficientes de sobrevivência quinquenal, partindo dos valores correspondentes à hipótese A, no quinquênio 1950-55, atinjam os valores correspondentes à mortalidade do "Município de São Paulo H M 1939-41" no quinquênio 1975-1980.

#### 4 NATALIDADE

**A**S DEFICIÊNCIAS do Registro Civil, que já são consideráveis quanto à mortalidade, são ainda mais graves com relação à natalidade. Os estudos de Mortara e as pesquisas feitas por nós para o presente trabalho (que, infelizmente, não podemos desenvolver aqui), deixam patente o alto nível de natalidade brasileira, que, em torno de 1950, ainda se mantinha provavelmente entre 0.040 e 0.045. Não dispondo dos coeficientes de fecundidade (que preferimos denominar coeficientes de natalidade) por idade, adotamos a distribuição obtida por Mortara com a apuração dos quesitos sobre "número de filhos tidos" que figuraram no questionário do censo de 1940, reduzindo proporcionalmente todas as frequências

de modo a obter a taxa de natalidade global desejada. Esse critério não introduz erro sensível, porquanto, conforme verificamos, os resultados obtidos com uma distribuição bastante diferente (frequência igual para todas as idades) não se afastaram muito dos obtidos com a distribuição de 1940

QUADRO 4

| a) Mortalidade    |                                     |                              |                   | b) Natalidade                       |                              |                   |                    |
|-------------------|-------------------------------------|------------------------------|-------------------|-------------------------------------|------------------------------|-------------------|--------------------|
| CLASSES DE IDADES | TAXAS QÜIN- QÜENAS DE SOBREVIVÊNCIA |                              | CLASSES DE IDADES | TAXAS QÜIN- QÜENAS DE SOBREVIVÊNCIA |                              | CLASSES DE IDADES | Taxa de natalidade |
|                   | Brasil 1940/50                      | Município de S Paulo 1939/41 |                   | Brasil 1940/50                      | Município de S Paulo 1939/41 |                   |                    |
| 0   5             | 0 92303                             | 0 96468                      | 50   55           | 0 89667                             | 0 90311                      | 0   5             | —                  |
| 5   10            | 96664                               | 98976                        | 55   60           | 85612                               | 86922                        | 5   10            | —                  |
| 10   15           | 96300                               | 98743                        | 60   65           | 79673                               | 82045                        | 10   15           | —                  |
| 15   20           | 96047                               | 97953                        | 65   70           | 71162                               | 75049                        | 15   20           | 0 0671             |
| 20   25           | 95843                               | 97468                        | 70   75           | 59879                               | 65179                        | 20   25           | 2130               |
| 25   30           | 95499                               | 97014                        | 75   80           | 47915                               | 51809                        | 25   30           | 2553               |
| 30   35           | 94984                               | 96393                        | 80   85           | 35255                               | 36255                        | 30   35           | 2246               |
| 35   40           | 94249                               | 95537                        | 85   90           | 23879                               | 23879                        | 35   40           | 1716               |
| 40   45           | 93218                               | 94350                        | 90   95           | 13746                               | 13746                        | 40   45           | 1053               |
| 45   50           | 91777                               | 92681                        | 95   100          | 06200                               | 06200                        | 45   50           | 0340               |

Foram, então, examinadas duas hipóteses sobre a natalidade A) coeficientes de natalidade independentes do tempo, de modo a fornecer, quando aplicados à distribuição por idade do sexo feminino, em 1950, um coeficiente global de 40%, B) uma natalidade decrescente segundo uma taxa constante, de modo a conduzir a um coeficiente global de 42 5% quando aplicados à distribuição por idade em 1950 e reduzindo-se proporcionalmente, em cada quinquênio seguinte, a 95% do valor do quinquênio anterior Em ambos os casos foi admitido que a proporção dos sexos por idade permanecesse inalterada

## 5 PERSPECTIVAS FUTURAS

**A** NATALIDADE no Brasil ainda permanecerá elevada nas próximas décadas Com exceção de algumas cidades, tais como Rio de Janeiro e São Paulo, e também, de modo menos acentuado, outras capitais, onde a natalidade já apresenta um declínio sensível, ela é ainda muito elevada no resto do país A aceitação, pela Igreja, do método Ogino-Knaus poderá, talvez, contribuir para a difusão de práticas anticoncepcionais, entretanto, no momento, a limitação voluntária dos nascimentos está restrita às grandes cidades, e, como mais de 2/3 da população vivem no interior, e em cidades de menos de 2 000 habitantes, é pouco provável que sua lenta propagação possa modificar consideravelmente, num futuro próximo, a marcha da taxa de natalidade Esta taxa deve, então, se manter elevada nas próximas décadas, ainda que apresente uma tendência ligeiramente decrescente A hipótese B sobre a natalidade constitui, provavelmente, uma representação realista, talvez ainda um pouco exagerada, deste lento declínio. A mortalidade apresentará, provavelmente, um declínio mais rápido do que a natalidade Esta tendência, aliás, é testemunhada pelo declínio, de 1940 a 1950, das taxas de mortalidade do Distrito Federal (Quadro 2), onde, principalmente na primeira infância, a diminuição pode ser considerada como muito forte (talvez consequência do emprego de antibióticos) Assim, a hipótese B sobre a mor-

talidade deve traduzir, sem otimismo, a tendência da mortalidade nos próximos anos; na realidade, este declínio será talvez mais forte do que o que foi admitido por nós. Embora a natalidade, ainda elevada, apresente uma diminuição lenta e a mortalidade, ainda que forte, tenda a declinar mais rapidamente que a natalidade, o aumento da população brasileira deve ser muito rápido nas próximas décadas. A composição por idade, que, em 1950, comportava 418 crianças de menos de 15 anos por 1 000 habitantes, ajudará este desenvolvimento. As correntes imigratórias exteriores, já bem reduzidas — ainda que apresentando uma ligeira tendência a aumentar — não trarão, diretamente, nenhuma contribuição notável a este desenvolvimento; elas poderão, entretanto, ter uma influência indireta sobre a população, através do concurso que certamente trarão no sentido de acentuar o progresso econômico brasileiro.

## 6. RESULTADOS FINAIS

**P**ARA traduzir em números o forte aumento previsto para a população do Brasil, fizemos dois cálculos I — segundo as hipóteses *A* sobre a mortalidade e a natalidade; II — segundo as hipóteses *B*. Os resultados figuram nos quadros 4 e 5. O número de sobreviventes para cada período quinquenal, no grupo de idades ( $x$ – $x+5$ ) foi obtido multiplicando-se o número de indivíduos do grupo ( $x-5$ – $x$ ) no período quinquenal anterior por  $p(x, x+5)$ . A aplicação das taxas de natalidade para grupos de idade (de 15 a 50 anos) às distribuições por idade dos 4 primeiros períodos quinquenais nos fornecem o número de nascimento para cada um dos períodos. A média (geométrica) de dois períodos sucessivos multiplicada pelo coeficiente  $\Theta$ , representando os sobreviventes nos grupos de idade 0–5 proveniente de um nascimento anual durante 5 anos, nos dá os sobreviventes da classe 0–5 do último período considerado. Este procedimento nos permitiu obter, sucessivamente, o número de habitantes para cada período quinquenal, até 1985. Os valores de  $\Theta$  são 3,99047 (cálculo I para a tábua de mortalidade do Brasil 1940–1950) e 4,07309 para a do Município de São Paulo (1939–1941).

### População do Brasil (cálculo de 1955 até 1985)

(Milhares de habitantes)

| ANO  | SOBREVIVENTES DA GERAÇÃO PRESENTE EM 30/06/50 |            | GERAÇÕES NASCIDAS DEPOIS DE 30/06/50 |            | POPULAÇÃO TOTAL |            |
|------|-----------------------------------------------|------------|--------------------------------------|------------|-----------------|------------|
|      | Cálculo I                                     | Cálculo II | Cálculo I                            | Cálculo II | Cálculo I       | Cálculo II |
| 1950 | 51 828                                        | 51 828     | —                                    | —          | 51 828          | 51 828     |
| 1955 | 48 411                                        | 48 411     | 8 753                                | 9 066      | 57 163          | 57 477     |
| 1960 | 45 329                                        | 45 592     | 17 817                               | 18 149     | 63 145          | 63 741     |
| 1965 | 42 139                                        | 42 811     | 27 523                               | 27 696     | 69 662          | 70 507     |
| 1970 | 38 836                                        | 39 951     | 37 830                               | 37 763     | 76 666          | 77 714     |
| 1975 | 35 415                                        | 36 955     | 48 698                               | 48 349     | 84 113          | 85 304     |
| 1980 | 31 874                                        | 33 781     | 60 159                               | 59 402     | 92 030          | 93 183     |
| 1985 | 28 227                                        | 30 401     | 72 305                               | 70 784     | 100 532         | 101 185    |

Para o cálculo II,  $\Theta$  cresce desde o primeiro valor até o último, segundo o mesmo critério adotado para os coeficientes de mortalidade. Nos dois cálculos, observa-se, a partir de 1960, uma redução da proporção de crianças (menos de 15 anos) e um aumento na de velhos (65 anos e mais) em relação ao número de adultos (15 a 64 anos). É preciso observar, em conclusão, que na América Espanhola se encontram vários países com uma evolução demográfica quase paralela à do Brasil. Assim, principalmente no México, observam-se taxas de

mortalidade e de natalidade muito elevadas, associadas a um forte aumento de população, e na América do Sul — excluindo-se o Uruguai e a Argentina — encontram-se também níveis da mesma ordem de grandeza.

QUADRO 5  
Evolução da composição por idades no Brasil  
Cálculo I

| CLASSES DE IDADES | NÚMERO DE HABITANTES (milhares) |       |       |        |        |        |        |        |
|-------------------|---------------------------------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                   | 1950                            | 1955  | 1960  | 1965   | 1970   | 1975   | 1980   | 1985   |
| 0 — 5             | 8 371                           | 8 772 | 9 810 | 10 884 | 11 983 | 13 125 | 14 404 | 15 812 |
| 5 — 10            | 7 000                           | 7 727 | 8 097 | 9 055  | 10 046 | 11 090 | 12 115 | 13 296 |
| 10 — 15           | 6 282                           | 6 766 | 7 469 | 7 827  | 8 753  | 9 711  | 10 691 | 11 711 |
| 15 — 20           | 5 532                           | 6 049 | 6 516 | 7 192  | 7 537  | 8 429  | 9 351  | 10 296 |
| 20 — 25           | 5 014                           | 5 314 | 5 810 | 6 258  | 6 908  | 7 239  | 8 096  | 8 981  |
| 25 — 30           | 4 144                           | 4 805 | 5 093 | 5 569  | 5 998  | 6 621  | 6 938  | 7 759  |
| 30 — 35           | 3 321                           | 3 958 | 4 589 | 4 863  | 5 318  | 5 723  | 6 323  | 6 626  |
| 35 — 40           | 3 008                           | 3 155 | 3 759 | 4 359  | 4 619  | 5 051  | 5 441  | 6 006  |
| 40 — 45           | 2 384                           | 2 835 | 2 973 | 3 543  | 4 108  | 4 354  | 4 761  | 5 128  |
| 45 — 50           | 2 002                           | 2 222 | 2 643 | 2 772  | 3 303  | 3 830  | 4 058  | 4 438  |
| 50 — 55           | 1 516                           | 1 837 | 2 039 | 2 425  | 2 544  | 3 031  | 3 515  | 3 725  |
| 55 — 60           | 1 122                           | 1 359 | 1 648 | 1 829  | 2 175  | 2 281  | 2 718  | 3 152  |
| 60 — 65           | 867                             | 960   | 1 163 | 1 411  | 1 565  | 1 862  | 1 953  | 2 327  |
| 65 — 70           | 538                             | 691   | 765   | 927    | 1 124  | 1 247  | 1 483  | 1 556  |
| 70 — 75           | 335                             | 383   | 492   | 544    | 660    | 800    | 888    | 1 056  |
| 75 — 80           | 195                             | 201   | 229   | 294    | 326    | 395    | 479    | 531    |
| 80 e mais         | 197                             | 149   | 141   | 153    | 188    | 215    | 255    | 310    |

Cálculo II

| CLASSES DE IDADES | NÚMERO DE HABITANTES (milhares) |       |       |        |        |        |        |        |
|-------------------|---------------------------------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                   | 1950                            | 1955  | 1960  | 1965   | 1970   | 1975   | 1980   | 1985   |
| 0 — 5             | 8 371                           | 9 066 | 9 667 | 10 245 | 10 837 | 11 455 | 12 068 | 12 626 |
| 5 — 10            | 7 000                           | 7 727 | 8 482 | 9 144  | 9 777  | 10 409 | 11 050 | 11 667 |
| 10 — 15           | 6 282                           | 6 766 | 7 522 | 8 307  | 8 998  | 9 654  | 10 303 | 10 950 |
| 15 — 20           | 5 532                           | 6 049 | 6 565 | 7 345  | 8 152  | 8 863  | 9 533  | 10 186 |
| 20 — 25           | 5 014                           | 5 314 | 5 845 | 6 375  | 7 160  | 7 969  | 8 681  | 9 346  |
| 25 — 30           | 4 144                           | 4 805 | 5 119 | 5 654  | 6 187  | 6 967  | 7 767  | 8 468  |
| 30 — 35           | 3 321                           | 3 958 | 4 611 | 4 931  | 5 464  | 5 993  | 6 759  | 7 541  |
| 35 — 40           | 3 008                           | 3 155 | 3 776 | 4 415  | 4 736  | 5 259  | 5 777  | 6 520  |
| 40 — 45           | 2 384                           | 2 835 | 2 985 | 3 586  | 4 204  | 4 518  | 5 024  | 5 523  |
| 45 — 50           | 2 002                           | 2 222 | 2 652 | 2 801  | 3 373  | 3 962  | 4 263  | 4 743  |
| 50 — 55           | 1 516                           | 1 837 | 2 045 | 2 447  | 2 590  | 3 123  | 3 672  | 3 953  |
| 55 — 60           | 1 122                           | 1 359 | 1 651 | 1 841  | 2 206  | 2 338  | 2 820  | 3 317  |
| 60 — 65           | 867                             | 960   | 1 169 | 1 426  | 1 594  | 1 915  | 2 032  | 2 453  |
| 65 — 70           | 538                             | 691   | 772   | 946    | 1 161  | 1 304  | 1 571  | 1 669  |
| 70 — 75           | 335                             | 383   | 500   | 566    | 701    | 867    | 979    | 1 182  |
| 75 — 80           | 195                             | 201   | 235   | 314    | 361    | 453    | 565    | 641    |
| 80 e mais         | 197                             | 149   | 144   | 163    | 212    | 256    | 318    | 399    |

ELÍGIO ALVES

(Do Laboratório de Estatística)

# A COMPOSIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO DO BRASIL E DE SUAS DIFERENTES PARTES

SUMÁRIO: 1 Características gerais da composição por idade da população do Brasil — 2 Comparações internacionais — 3 A composição por idade, segundo o sexo — 4 A composição por idade nas diferentes regiões — 5 A composição por idade nos “quadros” urbanos, suburbanos e rurais — 6 A composição por idade dos naturais do Brasil e dos naturais do exterior — 7 A composição por idade dos diferentes grupos de cor — 8 Considerações finais — 9 BIBLIOGRAFIA

**I.** ANTES de descrever as características diferenciais da composição por idade das diversas seções em que pode ser cindida a população do Brasil, segundo a localização territorial, o caráter do domicílio, a nacionalidade e o tipo étnico, é conveniente pôr em evidência as características gerais desta composição

Uma proporção muito elevada dos grupos de idades infantis e adolescentes e uma proporção muito baixa dos grupos de idades maduras e senis têm sido constatadas em todos os censos brasileiros. Dependem principalmente da combinação das influências duma taxa de natalidade muito elevada (43 a 44 por 1 000 habitantes, nos anos próximos de 1950) e de uma taxa de mortalidade elevada (19 a 20 por 1 000 habitantes) mas fortemente inferior à taxa de natalidade, o que deixa uma margem bastante ampla de aumento natural da população (taxa de 24 por 1 000 habitantes).

Encontram-se estas características da composição por idade em outras populações, onde as condições comparativas da natalidade e da mortalidade são análogas às do Brasil, como se pode verificar pelos dados da tabela I.<sup>1</sup> A proporção de 52,47% habitantes em idades de 0 a 19 anos, observada em 1950 na população deste país, difere pouco das que foram observadas em outros países da América Latina, como a Colômbia, o Peru, a Venezuela, o México (das quais se afasta a proporção observada na Argentina, em consequência do mais baixo nível da natalidade e da mortalidade, e da intensa imigração). E as proporções de 13,53% habitantes nas idades de 40 a 59 anos e de 4,25% nas idades de 60 anos e mais não diferem muito das desses mesmos países. Entre as populações com elevada natalidade, elevada mortalidade e crescimento rápido, de outros continentes (Índia, Egito, países da Europa Oriental no início do século XX), observam-se também proporções muito elevadas das idades de 0 a 19 anos e proporções muito baixas das idades de 40 a 59 e sobretudo das de 60 anos e mais, se bem que quase sempre nestes países o grupo senil seja aparentemente aumentado por numerosos “erros de envelhecimento” nas declarações de idade.

Essas características da composição por idade contrastam com as que se observam nas populações de baixa natalidade e baixa mortalidade. Nos Estados Unidos, por exemplo, a proporção do grupo de 0 a 19 anos é somente de 34,28%, enquanto as dos grupos de 40 a 59 anos e de 60 anos e mais atingem, respectivamente, 22,93% e 12,12%. Acentua-se, ainda mais, o contraste se se considera

<sup>1</sup> Todas as proporções por grupos de idade apresentadas nas tabelas da presente comunicação foram calculadas em relação à população de idade conhecida, à qual se referem também os números absolutos que constam das notas às tabelas

uma população de crescimento relativamente lento como a da França (29,13% de 0 a 19 anos, 26,59% de 40 a 59 anos e 16,65% de 60 anos e mais); mas é preciso que não se esqueça que a composição por idade desta última está alterada pela influência das guerras.

TABELA I

Composição da população de alguns países por grandes grupos de idade  
Proporções por 10 000 habitantes

| PAÍS            | Data do censo | IDADE<br>(Anos completos) |         |         |           | Total  |
|-----------------|---------------|---------------------------|---------|---------|-----------|--------|
|                 |               | 0 a 19                    | 20 a 39 | 40 a 59 | 60 e mais |        |
| Brasil          | 1950          | 5 247                     | 2 975   | 1 353   | 425       | 10 000 |
| Colômbia        | 1938          | 5 227                     | 2 961   | 1 313   | 499       | 10 000 |
| Peru            | 1940          | 5 158                     | 2 853   | 1 350   | 639       | 10 000 |
| Venezuela       | 1941          | 5 142                     | 3 022   | 1 398   | 438       | 10 000 |
| México          | 1940          | 5 136                     | 2 967   | 1 385   | 512       | 10 000 |
| Egito           | 1947          | 4 813                     | 2 897   | 1 689   | 601       | 10 000 |
| Rússia Européia | 1897          | 4 872                     | 2 843   | 1 593   | 692       | 10 000 |
| Índia           | 1951          | 4 790                     | 2 990   | 1 680   | 540       | 10 000 |
| Argentina       | 1947          | 4 078                     | 3 261   | 2 005   | 656       | 10 000 |
| Estados Unidos  | 1950          | 3 428                     | 3 067   | 2 293   | 1 212     | 10 000 |
| Austrália       | 1951          | 3 362                     | 3 105   | 2 292   | 1 241     | 10 000 |
| França          | 1950          | 2 913                     | 2 763   | 2 659   | 1 665     | 10 000 |
| Inglaterra      | 1950          | 2 841                     | 2 875   | 2 698   | 1 586     | 10 000 |

Durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do XX, o Brasil recebeu muitos imigrantes. Mas o excedente dos imigrados sobre os emigrados, embora considerável em valor absoluto (3,4 milhões), foi relativamente pequeno em comparação com o enorme excedente dos nascimentos sobre os óbitos (41,4 milhões). As influências do movimento migratório sobre a composição por idade da população foram, portanto, apenas secundárias em comparação com as da natalidade e da mortalidade. Além disso, ocorrendo a maior afluência de imigrantes nos últimos lustros do século XIX e nos primeiros do século XX, já foi anulada pela morte uma grande parte de sua influência direta sobre a composição por idade.

Sobre a composição por sexo, a imigração influenciou sensivelmente, elevando a proporção de homens, que atingira 51,04% em 1900, enquanto, com o declínio da imigração, desce para 49,82% em 1950<sup>2</sup>.

\* \* \*

**2.** Não há grandes diferenças entre a composição por idade da população dos dois sexos, como se pode ver pelas proporções da tabela II, calculadas com base nos dados do censo de 1950.

A superioridade real da proporção referente aos homens sobre a referente às mulheres do primeiro grupo de idade — devida à predominância do sexo masculino nos nascimentos — deve ser mais sensível do que a superioridade aparente, a população feminina nas idades declaradas de 15 a 19 anos sendo reforçada por muitas falsas adolescentes. Os “erros de rejuvenescimento” das declarações de idade contribuem também para aumentar entre as mulheres a

<sup>2</sup> Proporções calculadas sem exclusão dos habitantes de idade ignorada

proporção aparente do grupo de 20 a 39 anos e para diminuir a do grupo de 40 a 59 anos. A proporção do grupo senil deve ser efetivamente menos baixa entre as mulheres, em consequência de sua menor mortalidade.

TABELA II

**Composição da população do Brasil por grandes grupos de idade, segundo o sexo**

Proporções por 10 000 habitantes

| IDADE<br>(Anos completos) | Homens        | Mulheres      |
|---------------------------|---------------|---------------|
| 0 a 19                    | 5 267         | 5 228         |
| 20 a 39                   | 2 927         | 3 019         |
| 40 a 59                   | 1 396         | 1 312         |
| 60 a 79                   | 378           | 392           |
| 80 e mais                 | 32            | 49            |
| <b>TOTAL</b>              | <b>10 000</b> | <b>10 000</b> |

No conjunto da população do Brasil, a composição proporcional por sexo e idade, em 1950, é a que consta da tabela III. Na interpretação de seus dados, é preciso não esquecer que as proporções do grupo de 80 anos e mais são fortemente aumentadas por efeito dos "erros de envelhecimento" nas declarações de idade.

TABELA III

**Composição da população do Brasil por sexo e grandes grupos de idade**

Proporções por 10 000 habitantes \*

| IDADE<br>(Anos completos) | Homens       | Mulheres     | Homens e mulheres |
|---------------------------|--------------|--------------|-------------------|
| 0 a 19                    | 2 625        | 2 623        | 5 248             |
| 20 a 39                   | 1 459        | 1 514        | 2 973             |
| 40 a 59                   | 696          | 658          | 1 354             |
| 60 a 79                   | 188          | 197          | 385               |
| 80 e mais                 | 16           | 24           | 40                |
| <b>TOTAL</b>              | <b>4 984</b> | <b>5 016</b> | <b>10 000</b>     |

\* Números absolutos: Homens 25 831 124, Mulheres 25 996 641, Homens e mulheres 51 827 765

**3.** A composição da população por grandes grupos de idade, em 1950, não varia muito nas diversas regiões fisiográficas do Brasil, como se pode verificar pelos dados da tabela IV. Mas, embora tôdas as regiões apresentem os traços característicos da população do país, isto é, elevadas proporções das idades infantis e adolescentes e baixas proporções das idades maduras e senis, observam-se diferenças bem definidas entre elas, principalmente devidas aos movimentos de migração interior.

A mais alta proporção do grupo de 0 a 19 anos, 55,69%, corresponde à região do Centro-Oeste, de povoamento recente e de elevada natalidade; a menos alta, 50,85%, à região do Sul, onde a natalidade é menos elevada e a imigração intensa. As imigrações recentes elevam para 30,84% a proporção do grupo de 20 a 39 anos nessa última região e as menos recentes contribuem para elevar para 14,07% a proporção do grupo de 40 a 59 anos. Essas proporções constituem os máximos regionais; os mínimos correspondem, para o grupo de 20 a 39 anos (28,36%) à região do Nordeste, que alimenta amplas correntes de emigração

interior, e para o grupo de 40 a 59 anos (11,86%) à região do Centro-Oeste, de recente povoamento. Também nesta última região é que se encontra o mínimo da proporção das idades de 60 anos e mais (3,15%), enquanto o máximo (4,38%) corresponde à região do Leste, de antigo povoamento.

TABELA IV

**Composição da população das regiões fisiográficas por grandes grupos de idade**  
Proporções por 10 000 habitantes de cada região \*

| IDADE<br>(Anos completos) | Norte         | Nordeste      | Leste         | Sul           | Centro-Oeste  |
|---------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 0 a 19                    | 5 392         | 5 438         | 5 224         | 5 085         | 5 569         |
| 20 a 59                   | 2 987         | 2 833         | 2 967         | 3 084         | 2 930         |
| 40 a 59                   | 1 249         | 1 294         | 1 371         | 1 407         | 1 186         |
| 60 a 79                   | 341           | 386           | 395           | 389           | 287           |
| 80 e mais                 | 31            | 46            | 43            | 35            | 28            |
| <b>TOTAL</b>              | <b>10 000</b> |

\* Números absolutos de habitantes: Norte 1 838 550, Nordeste 12 452 017, Leste 18 856 930, Sul 16 947 829, Centro-Oeste 1 732 429

A composição por sexo da população das diversas regiões revela também a influência dos movimentos migratórios onde prevalece a imigração, os homens predominam (Centro-Oeste 51,19%, Norte 50,94%, Sul 50,72%), enquanto ficam em minoria onde prevalece a emigração (Leste 49,43%, Nordeste 48,88%)

As diferenças de natalidade e de mortalidade têm uma influência apenas secundária sobre a composição por idade e por sexo das populações naturais das diversas regiões, como se pode verificar excluindo-se da comparação os estrangeiros. Entre os brasileiros natos, a proporção do sexo masculino é ligeiramente superior à metade somente entre os naturais do Sul (50,09%), igual à metade entre os naturais do Norte (50,00%) e inferior à metade entre os naturais das outras regiões (Centro-Oeste 49,97%, Leste 49,57%, Nordeste 49,31%). As diferenças na composição por sexo dependentes da natalidade e da mortalidade são, portanto, moderadas.

Cumprido, ainda uma vez, ressaltar que mesmo a classificação por grandes grupos de idade sofre certa influência dos erros nas declarações de idade, como se observou acima. O sentido desta influência é o mesmo em todas as regiões; seu grau varia de região para região.

\* \* \*

**4.** A divisão administrativa dos distritos de cada municipalidade em zonas ("quadros") urbanas, suburbanas e rurais não coincide rigorosamente com a divisão que se poderia estabelecer segundo critérios demográficos. Todavia, a maior parte da população dos quadros urbanos é urbana e a maior parte da dos quadros rurais é rural, no conceito demográfico desta qualificação. Assim, os dados da tabela V podem dar uma idéia, bastante próxima da verdade, das diferenças na composição por idade existentes entre estas populações em 1950.

Aqui as diferenças são muito fortes. A natalidade é mais elevada na zona rural do que na cidade; amplas correntes migratórias afluem da zona rural para as cidades, bom número de imigrantes do exterior se concentra também nas zonas urbanas. Essas circunstâncias contribuem para baixar para 44,22% a proporção das idades infantis e adolescentes nos quadros urbanos e para elevar para 56,15% esta mesma proporção nos quadros rurais, para elevar as proporções das idades juvenis e maduras, respectivamente, para 33,72% e 16,54% nos quadros urbanos e para baixá-las para 27,85% e 12,26% nos quadros rurais. Pode-se também atribuir a essas circunstâncias, pelo menos em parte, a mais elevada proporção das idades senis que se observa nos quadros urbanos (5,52%, em comparação com 3,74% nos quadros rurais), provavelmente determinada pelas imigrações de épocas já distantes. É secundário o papel da mortalidade; todavia, seu nível mais elevado nos quadros rurais contribui para explicar a mais baixa proporção das idades senis que nêles se observa.

A situação dos quadros suburbanos é intermediária às dos quadros urbanos e rurais. Uma parte de sua população pode ser considerada como realmente suburbana, do ponto de vista demográfico, mas uma outra parte deve ser classificada como urbana e uma outra, mais numerosa, deve ser classificada como rural.

TABELA V

**Composição da população dos diversos quadros administrativos por grandes grupos de idade**

Proporções por 10 000 habitantes de cada classe de quadros \*

| IDADE<br>(Anos completos) | Quadros urbanos | Quadros suburbanos | Quadros rurais |
|---------------------------|-----------------|--------------------|----------------|
| 0 a 19                    | 4 422           | 4 995              | 5 615          |
| 20 a 39                   | 3 372           | 3 157              | 2 785          |
| 40 a 59                   | 1 654           | 1 414              | 1 226          |
| 60 a 79                   | 504             | 394                | 337            |
| 80 e mais                 | 48              | 40                 | 37             |
| <b>TOTAL</b>              | <b>10 000</b>   | <b>10 000</b>      | <b>10 000</b>  |

\* Números absolutos de habitantes: Quadros urbanos 12 928 001, Quadros suburbanos 5 809 783, Quadros rurais 33 089 981

Outras características diferenciais das populações urbanas e rurais são postas em evidência pelo exame de sua composição por sexo e idade, segundo o censo de 1950 (tabela VI).

A relação entre a mortalidade dos homens e a das mulheres é, em geral, desfavorável aos primeiros, mas é menos desfavorável nas cidades do que na zona rural, onde os encargos de família são mais pesados e os trabalhos mais penosos para a mulher. Por outro lado, o elemento feminino prevalece nas correntes de migração interior que se dirigem para as cidades. Pela influência combinada destas circunstâncias, os homens ficam em minoria (47,32%) nos quadros urbanos, enquanto prevalecem (51,01%) nos quadros rurais. Sua proporção nos quadros suburbanos é também inferior à metade (48,76%), mas nitidamente superior à dos quadros urbanos.

TABELA VI

**Composição da população dos diversos quadros administrativos por sexo e grandes grupos de idade**

Proporções por 10 000 habitantes de cada classe de quadros

| IDADE<br>(Anos completos) | Quadros urbanos |              | Quadros suburbanos |              | Quadros rurais |              |
|---------------------------|-----------------|--------------|--------------------|--------------|----------------|--------------|
|                           | Homens          | Mulheres     | Homens             | Mulheres     | Homens         | Mulheres     |
| 0 a 19                    | 2 129           | 2 293        | 2 486              | 2 509        | 2 844          | 2 771        |
| 20 a 39                   | 1 517           | 1 801        | 1 506              | 1 651        | 1 407          | 1 378        |
| 40 a 59                   | 799             | 855          | 692                | 722          | 656            | 570          |
| 60 a 79                   | 218             | 286          | 178                | 216          | 178            | 159          |
| 80 e mais                 | 15              | 33           | 14                 | 26           | 16             | 21           |
| <b>Totais por sexo</b>    | <b>4 732</b>    | <b>5 268</b> | <b>4 876</b>       | <b>5 124</b> | <b>5 101</b>   | <b>4 899</b> |
| <b>TOTAL GERAL</b>        | <b>10 000</b>   |              | <b>10 000</b>      |              | <b>10 000</b>  |              |

Malgrado a influência dos erros de rejuvenescimento, as mulheres se mantêm em nítida minoria nos quadros rurais também no grupo de 20 a 39 anos, onde estes erros contribuem para elevar sua representação aparente nos quadros urbanos e suburbanos. Somente no grupo de 80 anos e mais elas predominam, em virtude da menor mortalidade, e, talvez, dos mais frequentes erros de envelhecimento.

Nas mais populosas cidades é que se encontram as formas típicas extremas da distribuição por idade das populações urbanas. No quadro urbano do Distrito Federal, que constitui o núcleo da grande aglomeração demográfica do Rio de Janeiro e que contava 1 780 000 habitantes em 1950, a proporção do grupo de 0 a 19 anos é, apenas, de 35,83%, enquanto a do grupo de 20 a 39 anos atinge 37,92%. Aqui a proporção deste segundo grupo ultrapassa a do primeiro, em contraste marcante com os quadros rurais do país, onde, como se pode ver pela tabela V, a proporção do segundo grupo não atinge a metade da do primeiro.

No quadro urbano da Municipalidade de São Paulo, que, com seus 1 636 000 habitantes (em 1950), constitui o núcleo da segunda grande aglomeração demográfica do Brasil, a composição proporcional por idade está bastante próxima da do quadro urbano do Distrito Federal o grupo de 0 a 19 anos compreende 36,20% da população, o de 20 a 39 anos, 38,72%.

A proporção do grupo de 40 a 59 anos é também excepcionalmente elevada, em comparação com a média nacional, tanto no Rio de Janeiro (20,01%), quanto em São Paulo (19,39%).

O nível relativamente baixo da natalidade nessas duas metrópoles e a grande amplitude dos contingentes de imigrantes que elas têm recebido contribuem para determinar as características assinaladas acima.

A proporção das idades de 60 anos e mais é relativamente alta (6,24%) no Rio de Janeiro; menos alta (5,69%) em São Paulo, onde é mais recente o forte crescimento.

\* \* \*

**5.** Os ESTRANGEIROS constituem hoje uma bem pequena fração da população do Brasil. Seus filhos nascidos neste país, de acordo com a legislação local, são considerados como cidadãos brasileiros natos (salvo algumas exceções, desprezíveis sob o ponto de vista numérico: filhos de diplomatas, etc.). Assim, a composição por idade dos naturais do exterior (cidadãos de países estrangeiros e ex-cidadãos desses países que, por naturalização, se tornaram brasileiros) é caracterizada por forte predominância das idades adultas. Apenas 4,59% deles estão em idades inferiores a 20 anos, enquanto entre os naturais do Brasil a proporção correspondente é de 53,62%. Tendo sido em uma época já distante especialmente intensa a imigração transoceânica, encontra-se, entre os naturais do exterior, uma proporção muito elevada das idades de 60 anos e mais (26,88%, em comparação com 3,71% entre os naturais do Brasil). Alguns outros detalhes podem ser deduzidos da tabela VII, calculada sobre os dados do censo de 1950; poderá ser observada a forte predominância dos homens entre os imigrados do exterior e a ligeira predominância das mulheres entre os naturais do Brasil.

TABELA VII

Composição da população por sexo e grandes grupos de idade, segundo o lugar de nascimento

Proporções por 10 000 habitantes de cada categoria \*

| IDADE<br>(Anos completos) | NATURAIS DO BRASIL |          | NATURAIS DO EXTERIOR |          |
|---------------------------|--------------------|----------|----------------------|----------|
|                           | Homens             | Mulheres | Homens               | Mulheres |
| 0 a 19                    | 2 682              | 2 680    | 237                  | 222      |
| 20 a 39                   | 1 460              | 1 524    | 1 415                | 1 115    |
| 40 a 59                   | 652                | 631      | 2 525                | 1 798    |
| 60 a 79                   | 161                | 174      | 1 321                | 1 140    |
| 80 e mais                 | 14                 | 22       | 103                  | 124      |
| Totais por sexo           | 4 969              | 5 031    | 5 601                | 4 399    |
| <b>TOTAL GERAL</b>        | 10 000             |          | 10 000               |          |

\* Números absolutos de habitantes: Naturais do Brasil 50 615 192, Naturais do exterior 1 211 434

Os naturais do exterior constituem somente 2,34% da população do Brasil; todavia, sua presença determina modificações não desprezíveis na distribuição por idade, especialmente concorrendo para reforçar a representação dos grupos

maduros e senis, que sem esta presença seria ainda mais fraca. Essa influência é posta em relêvo na tabela VIII, calculada sôbre os dados do recenseamento de 1950. Ela é, no entanto, menos elevada do que poderia parecer porque os filhos dos imigrados, nascidos no Brasil, contribuem, por sua vez, para reforçar a representação dos grupos de idades mais jovens no conjunto da população.

TABELA VIII

**Composição da população por sexo, grandes grupos de idade e lugar de nascimento**  
 Proporções por 10 000 habitantes

| IDADE<br>(Anos completos) | NATURAIS DO<br>BRASIL |              | NATURAIS DO<br>EXTERIOR |            |
|---------------------------|-----------------------|--------------|-------------------------|------------|
|                           | Homens                | Mulheres     | Homens                  | Mulheres   |
| 0 a 19                    | 2 620                 | 2 618        | 5                       | 5          |
| 20 a 39                   | 1 426                 | 1 488        | 33                      | 26         |
| 40 a 59                   | 637                   | 616          | 59                      | 42         |
| 60 a 79                   | 157                   | 170          | 31                      | 27         |
| 80 e mais                 | 13                    | 21           | 3                       | 3          |
| <b>TOTAL</b>              | <b>4 853</b>          | <b>4 913</b> | <b>131</b>              | <b>103</b> |

\* \* \*

6. UMA última cisão da população do Brasil que dá lugar a observações interessantes sôbre a composição por idade é a por grupos de côr, êste último caráter sendo tomado como uma indicação para a discriminação de grupos étnicos.

É preciso reconhecer que em um país como o Brasil — onde não há “linha de côr” e onde, no curso de quatro séculos e meio, tem havido cruzamentos inumeráveis e cada vez mais complicados entre os aborígenes, os colonizadores, os escravos que êstes introduziram e os imigrantes espontâneos dos últimos cem anos — é impossível classificar os habitantes segundo a origem étnica, a maior parte dêles tendo origens múltiplas e em parte desconhecidas.

A classificação segundo a côr, efetuada nos últimos dois recenseamentos, representa uma tentativa de discriminação grosseira, fundada sôbre os traços aparentes dos recenseados. A análise crítica de seus resultados mostrou que houve muito de arbítrio na qualificação da côr, que foi deixada ao critério do hábito corrente, em vista da extrema dificuldade de dar instruções aptas para se obter certa uniformidade (Também para evitar susceptibilidades e receios, que poderiam ser justificados pela persistência de preconceitos racistas em alguns grupos da população local, não se quis insistir demasiado sôbre esta questão).

Apesar da imprecisão da discriminação entre os diferentes grupos de côr, os dados da tabela IX, calculados sôbre os resultados do censo de 1950, apresentam algum interêsse tendo-se em vista os objetivos da presente comunicação.

TABELA IX

**Composição dos diferentes grupos de côr por grandes grupos de idade**  
 Proporções por 10 000 habitantes de cada grupo de côr \*

| IDADE<br>(Anos completos) | Branços       | Pardos        | Pretos        | Amarelos      |
|---------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 0 a 19                    | 5 163         | 5 511         | 5 071         | 5 516         |
| 20 a 39                   | 3 014         | 2 871         | 3 010         | 2 672         |
| 40 a 59                   | 1 385         | 1 247         | 1 434         | 1 436         |
| 60 a 79                   | 401           | 333           | 418           | 364           |
| 80 e mais                 | 37            | 38            | 67            | 12            |
| <b>TOTAL</b>              | <b>10 000</b> | <b>10 000</b> | <b>10 000</b> | <b>10 000</b> |

\* Números absolutos de habitantes: Brancos 31 971 251, Pardos 13 748 345, Pretos 5 677 369, Amarelos 328 662

Entre os três grandes grupos de cor, o dos pardos apresenta a mais elevada proporção (55,11%) das idades de 0 a 19 anos e a mais baixa (3,71%) das idades de 60 anos e mais. Este grupo, constituído principalmente de mestiços, é caracterizado por uma fecundidade muito elevada; além disso, recebe os produtos da mestiçagem entre brancos e pretos. Estas circunstâncias explicam a elevada proporção das idades infantis e adolescentes, enquanto a ausência quase completa de imigrações do exterior contribui para tornar relativamente fraca a representação das idades juvenis e maduras.

O grupo branco apresenta também uma proporção bastante elevada (51,63%) de pessoas em idades de 0 a 19 anos, a fecundidade desse grupo sendo pouco inferior à do grupo pardo e a mortalidade na infância sendo menos elevada. A imigração estrangeira reforça a representação das idades maduras e senis.

Há cem anos que o grupo preto não recebe novos contingentes do exterior; apresenta esse grupo uma fecundidade inferior às dos pardos e dos brancos e uma mortalidade na infância superior, perdendo, através da mestiçagem, uma parte dos produtos de sua reprodução, em favor do grupo pardo (que, por sua vez, perde, mas em proporção menor, em favor do grupo branco). Assim figura o grupo preto com uma proporção de crianças e de adolescentes (50,71%) menos elevada do que as dos dois outros grupos. A proporção relativamente elevada das idades senis (4,85%) depende, em parte, dos erros de envelhecimento, se bem que em parte possa ser atribuída à menos acentuada velocidade de renovação deste grupo.

O pouco numeroso grupo amarelo, constituído quase totalmente pelos imigrados do Japão em época relativamente recente e por seus descendentes, é caracterizado por uma fecundidade muito elevada e por uma mortalidade na infância bastante inferior à que se observa nos três grupos principais. Essas circunstâncias determinam a elevada proporção das idades de 0 a 19 anos. A proporção muito baixa de pessoas de 80 anos e mais depende da época recente da imigração e provavelmente também da raridade dos erros de envelhecimento entre os japoneses.

Para os três grupos principais, a tabela X dá a composição segundo o sexo e a idade.

TABELA X

**Composição dos três principais grupos de cor por sexo e grandes grupos de idade**

Proporções por 10 000 habitantes de cada grupo de cor

| IDADE<br>(Anos completos) | BRANCOS |          | PARDOS |          | PRETOS |          |
|---------------------------|---------|----------|--------|----------|--------|----------|
|                           | Homens  | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| 0 a 19                    | 2 574   | 2 589    | 2 772  | 2 739    | 2 549  | 2 522    |
| 20 a 39                   | 1 486   | 1 528    | 1 398  | 1 473    | 1 458  | 1 552    |
| 40 a 59                   | 718     | 667      | 633    | 614      | 719    | 715      |
| 60 a 79                   | 199     | 202      | 158    | 175      | 199    | 219      |
| 80 e mais                 | 15      | 22       | 14     | 24       | 26     | 41       |
| Totais por sexo           | 4 992   | 5 008    | 4 975  | 5 025    | 4 951  | 5 019    |
| <b>TOTAL GERAL</b>        | 10 000  |          | 10 000 |          | 10 000 |          |

A ligeira predominância feminina no grupo de 0 a 19 anos entre os brancos é aparente, sendo causada pelos erros de rejuvenescimento. Esses erros aumentam fortemente a proporção aparente das mulheres no grupo de 20 a 39 anos e a diminuem no grupo de 40 a 59 anos, em todos os grupos de cor. A predominância feminina nas idades senis é real, mas sua medida aparente é aumentada pela maior frequência dos erros de envelhecimento entre as mulheres.

\* \* \*

**7.** RECAPITULANDO, pode-se afirmar que os traços marcantes da composição por idade da população do Brasil são constituídos pela elevada proporção das idades infantis e adolescentes e pela baixa proporção das idades maduras e senis.

Estas características dependem principalmente da concomitância de uma natalidade muito elevada e de uma mortalidade bastante elevada mas fortemente inferior à natalidade, daí resultando um aumento natural muito rápido da população

A influência das migrações exteriores sobre a composição por idade é secundária e diminuiu com o declínio da imigração

Os traços dominantes especificados acima se encontram em tôdas as regiões fisiográficas do país, com variações moderadas, principalmente devidas à influência dos movimentos migratórios interiores e exteriores e secundariamente às diferenças dos níveis da natalidade e da mortalidade.

Constatam-se diferenças bastante profundas entre a composição por idade das populações urbanas e a das populações rurais. Nas cidades, a menor natalidade e a forte imigração, sobretudo do interior, contribuem para diminuir a proporção das idades infantis e adolescentes e para aumentar a das idades adultas, enquanto que na zona rural a natalidade muito elevada e a forte emigração para as cidades contribuem para aumentar a proporção das idades infantis e adolescentes e para diminuir a das idades adultas

Na população natural do Brasil as características já mencionadas se revelam muito acentuadas. Na população natural do exterior, a composição por idade é radicalmente diferente, sendo caracterizada por uma proporção quase desprezível das idades infantis e adolescentes e por uma proporção preponderante das idades adultas

Os diversos grupos étnicos que constituem a população do Brasil apresentam, com algumas diferenças de grau, os mesmos traços da composição por idade. Entre os três principais grupos de cor, os pardos (na maior parte mestiços) têm a mais elevada proporção de crianças e de adolescentes e a mais baixa de velhos, enquanto a mais baixa proporção de uns e a mais elevada dos outros se encontra entre os pretos.

## 8 BIBLIOGRAFIA

I *Análise de resultados do censo de 1940* (Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, 1942-48, edição mimeográfica).

*Composição da população por sexo e idade* Brasil, Ns. 267A, 341 (ajustamento), 337 (idades centenárias); Estados, Território Federal e Distrito Federal, Ns. 273A (resumo geral), 31, 41, 93, 156, 157A, 244, 276, 277, 280, 282, 283, 284, 286, 310, 313, 322, 323 (análises por Unidades da Federação), 39A, 151, 152, 160, 161, 196, 260, 316 (ajustamentos).

*Composição por sexo, idade e cor* Brasil, N° 333; Estados, Ns 306A (resumo geral), 114, 118, 121, 168, 190, 191, 194, 217, 222, 236, 301, 302, 304, 361 (análises por Estados).

*Composição por sexo, idade e nacionalidade (ou país de nascimento)* Brasil, Ns 338, 374; Estados, Ns 42, 61, 83, 94, 142, 229, 268, 279.

II *Estudos complementares das análises de resultados do censo de 1940* (Laboratório do Conselho Nacional de Estatística, 1951, edição mimeográfica).

*Composição por sexo, idade e cor* Distrito Federal, N° 2

III. *Estudos demográficos* (Laboratório do Conselho Nacional de Estatística, 1951 — , edição mimeográfica).

*Composição por sexo e idade* Brasil, N° 79; Regiões fisiográficas, Estados, Territórios Federais e Distrito Federal, Ns. 46, 50, 60, 70, 80, 82, 88.

*Composição por sexo e idade das populações urbanas, suburbanas e rurais:* Brasil, N° 90; Regiões fisiográficas, Estados, Territórios Federais e Distrito Federal, Ns 52, 71, 73, 83, 89

*Composição por sexo, idade e cor* Estados e Distrito Federal, Ns. 12, 20, 33, 35, 39, 48, 59

IV *Estudos de estatística teórica e aplicada, série de Estatística demográfica* (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948 — ).

*O aproveitamento das apurações do censo demográfico de 1940 para a determinação das correntes de migração interior* (1948), cap IV.

*Pesquisas sobre a composição da população do Brasil segundo a cor* (1950), caps. II, III, V, VII.

*Pesquisas sobre os diversos grupos de cor nas populações do Estado de São Paulo e do Distrito Federal* (1951), caps. I, II, III.

*Pesquisas sobre as populações urbanas e rurais do Brasil* (1954), cap I.  
V Trabalhos pessoais do Prof. Giorgio Mortara.

*Retificação das distribuições por idade da população do Brasil dadas pelos censos*

(“Revista Brasileira de Estatística”, N° 5, 1941).

*Características demográficas do Brasil* (Rio, I B G E 1953). Texto em italiano

*Os erros na declaração da idade nos censos brasileiros* (Rio, I B G E , 1953). Texto em francês.

VI *Seleções dos principais resultados do censo de 1950* (Rio, I B.G E , 1951-53). Um volume para o Brasil, um para cada Estado, um para o Distrito Federal e um para os Territórios Federais.

## GERMANO GONÇALVES JARDIM

(Do Ministério da Educação e Cultura)

# OS RECENSEAMENTOS E A ESTATÍSTICA DO ESTADO CONJUGAL

A CONSTITUIÇÃO Política do Império do Brasil, promulgada em 11 de dezembro de 1823, declarava, em seu artigo 5.º, que a religião católica, apostólica, romana continuava a ser a religião do Império. Como consequência da disposição citada, durante todo o decurso do regime monárquico, prevaleceu o casamento religioso como base da constituição da família, fundada na indissolubilidade do vínculo matrimonial. Proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, com a instituição do Estado leigo, a situação se modificou. Uma lei de 4 de janeiro de 1890 dispôs sobre a matéria e a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 consagrou, no § 4º do artigo 72 (Declaração de direitos) “A República só reconhece o casamento civil cuja celebração será gratuita”

A indissolubilidade do casamento foi, entretanto, mantida em nosso direito de família, a separação de corpos e de bens foi admitida, mas a vigência do contrato nupcial prevaleceu no sentido de impedir que os cônjuges desquitados convolassem a novas núpcias.

O recenseamento geral da população do Império, realizado em 1872, só considerou, quanto ao estado civil, na “lista de família” adotada para recolher as informações, os solteiros, casados e viúvos; o de 1890, no “mapa” destinado à coleta de informações, acrescentou àqueles quesitos o que se referia à condição de *divorciado*, o de 1900 também, no seu “boletim individual”, inquiriu sobre os divorciados; o de 1920 voltou ao critério do de 1872; o de 1940 incluiu no “boletim de família” o quesito relativo à condição de *desquitado*, estabelecendo nas instruções para preenchimento daquele boletim que as pessoas casadas segundo a lei estrangeira e que tivessem obtido o divórcio, em vez de *desquitado* deviam responder *divorciado*, ao prestarem as suas informações. O recenseamento de 1950 adotou diretriz semelhante.

O quadro que se segue sugere uma impressão dos resultados dos censos acima referidos quanto aos aspectos versados nas presentes considerações. Os dados reportam-se à população de 15 anos e mais.

### Classificação, segundo o estado conjugal, dos habitantes de 15 anos e mais

| ANO  | Solteiros  | Casados    | Desquitados e divorciados | Viúvos    | Sem declaração | Total      |
|------|------------|------------|---------------------------|-----------|----------------|------------|
| 1872 | 3 860 408  | 2 467 487  |                           | 452 813   |                | 6 780 708  |
| 1890 | 4 086 748  | 3 768 182  |                           | 578 720   |                | 8 433 650  |
| 1900 | 4 316 727  | 4 611 067  | 46 328                    | 761 697   | 16 292         | 9 752 111  |
| 1920 | 8 239 064  | 7 883 827  | .                         | 1 373 210 | 61 181         | 17 557 282 |
| 1940 | 9 659 144  | 12 231 079 | 67 156                    | 1 721 896 | 30 494         | 23 709 769 |
| 1950 | 11 777 572 | 16 371 303 | 40 164                    | 1 992 312 | 68 072         | 30 249 423 |

\* Para 1872, 1890 e 1920, não se dispõe de classificação combinada segundo a idade e o estado conjugal; obtiveram-se os dados do quadro supondo-se que todos os habitantes de 0 a 14 anos de idade fossem solteiros

Nos recenseamentos considerados, as percentagens da população classificada segundo o estado civil eram as seguintes:

| ESTADO CIVIL                         | RELAÇÃO % |       |       |       |       |       |
|--------------------------------------|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|
|                                      | 1950      | 1940  | 1920  | 1900  | 1890  | 1872  |
| Solteiros                            | 38,93     | 40,74 | 46,93 | 44,26 | 48,46 | 56,93 |
| Casados                              | 54,12     | 51,59 | 44,90 | 47,28 | 44,68 | 36,39 |
| Separados, desquitados e divorciados | 0,13      | 0,28  |       | 0,48  |       |       |
| Viúvos                               | 6,59      | 7,27  | 7,82  | 7,81  | 6,86  | 6,68  |
| Não declarado                        | 0,23      | 0,13  | 0,35  | 0,17  |       |       |

Com relação ao ano de 1872, a estatística das pessoas casadas tem um valor altamente expressivo, desde que o Estado só reconhecia o casamento religioso que produzia todos os efeitos legais

Proclamada a República, instituído o Estado leigo e a regularização dos casamentos, as informações colhidas nos censos subsequentes começaram a se tornar inexpressivas quanto à realidade ocorrente, em virtude do equívoco de muitos indivíduos que se declararam casados quando o eram apenas religiosamente, e não podiam figurar, sem deformação dos resultados estatísticos, em apurações referentes ao estado *civil*, isto é, ao estado de pessoas *civilmente* casadas.

À luz dos resultados apurados nos primeiros recenseamentos realizados na vigência do regime republicano, não se pode com segurança identificar os casados segundo a lei, destacando-os dos que declararam esse estado e, todavia, viviam na situação irregular resultante de uma união de fato, à margem do direito familiar. As medidas de proteção à prole ilegítima e de amparo à simples consorte no caso das uniões puramente consensuais constituem inovações introduzidas no direito pátrio como consequência dos progressos recentes da legislação trabalhista

Esses processos concorrem para aumentar a importância das estatísticas referentes ao estado conjugal, objetivo que só por meio dos recenseamentos periódicos da população poderá ser alcançado no Brasil. A estatística permanente dos cultos religiosos e a do Registro Civil poderão vir a oferecer base para estudos de caráter supletivo, mas só depois de aperfeiçoamentos e desenvolvimentos de que ambas carecem, sobretudo a última, cujos resultados são ainda, no Brasil, muito deficientes, devido à extensão do país, à rarefação demográfica e a vários outros fatores emergentes das condições peculiares ao país, por força de imperativos geográficos, administrativos e políticos

Em relação à natureza do vínculo matrimonial, não bastará agrupar sob o título genérico de "casados" os que se consideram tais por terem contraído casamento segundo as leis civis e os que tão somente se sujeitaram às exigências e garantias espirituais e morais do casamento religioso. Sem um desdobramento do grupo, de modo a se discriminar a sua composição, a classificação será sempre empírica e frustrada ficará, por excesso de síntese, a destinação lógica da pesquisa, isto é, a documentação de quem estuda as relações entre o direito familiar e o estado conjugal da população.

Bastará um exemplo para esclarecer o que vimos afirmando. Sabe-se, pelo recenseamento geral da população realizado em 1950, que se declaram católicos romanos 48 558 854 habitantes do país, total que referido à população geral de 51 944 937 habitantes representa nada menos de 93,5%. Grande parte dos casamentos católicos se realiza sem prejuízo do casamento civil, cuja necessidade os próprios sacerdotes recomendam aos fiéis, no interesse destes. Por outro lado, a partir de anos recentes, as uniões consagradas perante o altar são reconhecidas pelo Estado, mediante certas formalidades para esse fim exigidas. Haverá sempre, porém, uma considerável margem para os casos de famílias que se fundam com base exclusiva no ato sacramental, sem que, para sua união, possam reclamar os benefícios da lei civil. Segundo o recenseamento de 1950, num total de 16 371 303 pessoas de 15 anos e mais que se declararam casadas por ocasião daquele levantamento censitário, nada menos de 4 173 921 representavam uniões de natureza exclusivamente religiosa, as quais se elevavam assim a mais da quarta parte do total geral de casados.

A Comissão Censitária Nacional, quando se discutia o plano dos modelos do recenseamento de 1940, foi proposto um critério destinado a assegurar, nas instruções relativas ao preenchimento dos boletins de família, um meio que permitiria distinguir nas apurações as diferentes modalidades de convivência que a simples palavra "casado", registrada como resposta ao quesito concernente ao "estado conjugal", seria insuficiente para definir. Bastaria, segundo o alvitre apresentado, pospor uma letra àquele qualificativo para se poder destacar, ao serem apurados os dados, as diferentes situações, inclusive os casos de uniões meramente consensuais muito freqüentes nas classes inferiores da população do Brasil.

Essas uniões irregulares ocasionam nos instrumentos de coleta declarações que muitas vezes não correspondem à verdade e não se tem meio de corrigir, ao apurar os resultados censitários.

No recenseamento de 1950, foi adotado, mas somente quanto às pessoas casadas religiosamente, o critério da posposição de uma letra (r) à qualificação "casados". Graças a essa simples inovação, pôde o recenseamento aludido apresentar uma informação inédita de flagrante interesse para maior utilidade e clareza das nossas estatísticas referentes ao estado conjugal.

É o que se conclui, considerando que grande parte de prole oriunda dos casamentos religiosos, casamentos que constituem, de fato, um aspecto positivo da organização social, irá incrementar os índices da filiação ilegítima, sem que, entretanto, represente um sintoma de desajustamento moral na constituição demográfica do povo brasileiro.

Outros aspectos em que se torna interessante averiguar a influência do estado conjugal sobre a prole só poderão ser apreciados, com plenitude, se perseverar a estatística brasileira no propósito de esclarecer o mais possível, ao ensejo dos recenseamentos, as declarações de membros de famílias constituídas à margem das garantias legais.

Em referência à dissolução da sociedade conjugal, a distinção entre desquitados e divorciados (separados, fora do país, segundo a lei estrangeira) deve tornar-se expressa na divulgação dos resultados censitários, desde que pelo registro de nacionalidade será possível cancelar nessa divulgação os casos de dissolução da sociedade conjugal obtida por brasileiros segundo a legislação estranha ao nosso país e de efeitos não reconhecíveis perante o direito pátrio.

Os recenseamentos de 1900, 1940 e 1950 registraram o total de pessoas de mais de 15 anos divorciadas e os dois últimos também o de indivíduos desquitados pelos meios legais. Em relação ao total de pessoas de 15 anos e mais, representavam os separados, desquitados e divorciados os percentuais de 0,48%, 0,28% e 0,13%, respectivamente, decréscimo que não se nos afigura razoável e talvez se possa atribuir às imperfeições do recenseamento de 1900 e à inclusão, em 1940, no grupo dos desquitados e divorciados, de indivíduos simplesmente "separados", à revelia de qualquer processo judiciário.

Para corrigir as possíveis falhas, aparentes no confronto dos resultados censitários acima referidos, seria aconselhável o recurso à estatística processual, que, todavia, não pode servir atualmente a esse propósito por falta de especificações suficientes no registro do movimento das ações de desquite intentadas perante as varas de família.

No plano de recenseamento de 1890, foram incluídas indagações que visavam a apurar, em relação a cada habitante do país, os fatos ou características seguintes: a) filiação (se o declarante era filho legítimo, ilegítimo, legitimado ou exposto); b) ano do casamento, número de núpcias; c) grau de parentesco no casal; d) número de filhos, por sexo (vivos, mortos, com defeitos físicos).

O recenseamento de 1900 inquiriu sobre a filiação; o de 1940 apresentou no boletim de família 4 quesitos sobre a prole dos declarantes (número de filhos nascidos vivos, número de filhos nascidos mortos, número de filhos vivos na data do recenseamento, idade em anos completos na data do nascimento do primeiro filho); o de 1950 indagou sobre o total de filhos havidos e sobre os que estavam vivos na data do recenseamento.

Vê-se que desde muito cedo o problema da prole foi objeto de pesquisas em nossos censos de população, mas só depois de 1940 os resultados censitários serviram de matéria para as excelentes e numerosas análises que expressam na documentação baseada no recenseamento efetuado naquele ano a contribuição do Professor Giorgio Mortara.

A combinação dos dados concernentes ao estado conjugal e à situação da prole não oferece ainda uma base segura para conclusões rigorosas, desde que a estatística dos casamentos apresenta defeitos, tanto em relação aos resultados das operações censitárias quanto no tocante aos elementos fornecidos pelo Registro Civil de nascimentos, casamentos e óbitos.

O recenseamento de 1900 só cogitou dos divorciados e a elevada taxa que apurou não pode ser aceita sem grandes reservas por se tratar de um levantamento impugnado pela crítica dos técnicos e cuja precariedade é fácil de se aquilatar considerando que teve de ser cancelado justamente na parte que se referia à Capital da República. No recenseamento de 1940, a inclusão dos separados no grupo dos desquitados e divorciados prejudicou a homogeneidade dos elementos em que se teriam de basear as comparações, o que é tanto mais de lamentar quanto a nossa estatística judiciária ainda não oferece elementos que ajudem a destacar no movimento processual a frequência das ações de desquite.

Com base nos fatos e circunstâncias assinaladas nas linhas precedentes, acreditamos poder formular as seguintes conclusões:

I — Na elaboração dos instrumentos de coleta destinados a recolher as informações nos censos populacionais, os quesitos que se reportam ao estado conjugal devem ser formulados em termos que permitam destacar nas apurações:

- a) o número de pessoas casadas civilmente;
- b) o número de pessoas casadas apenas no religioso;
- c) o número de pessoas que vivem, de fato, como casadas, constituindo famílias estáveis pela sua conduta social, embora em regime de união livre, independentemente de contrato civil e de consagração religiosa

II — Ainda no que concerne ao estado conjugal, cumpre realizar a coleta censitária em termos que permitam distinguir nas apurações:

- a) o número de pessoas desquitadas segundo as leis do país;
- b) o número de pessoas divorciadas fora do país, segundo lei estrangeira,
- c) o número de pessoas casadas e separadas independentemente de decisão judicial

III — Nos países onde ainda se apresenta em condições precárias, deve o registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos ser objeto de carinhosa atenção dos poderes públicos, no sentido de seu aperfeiçoamento

IV — A estatística religiosa deve ter o seu desenvolvimento estimulado para que possa apresentar o máximo de pormenorização no que respeita à estatística dos casamentos

V — A estatística dos processos relativos à dissolução da sociedade conjugal é de suma importância. Pelo auxílio que pode trazer às investigações dos recenseamentos da população, suplementando-os de certo modo, deve figurar com destaque nos quadros que definem o movimento judiciário de cada país.

#### NOTA COMPLEMENTAR

Depois de escritas as observações constantes da presente comunicação, tivemos ocasião de deparar, compulsando o n.º XII do "Anuário Estatístico do Brasil", na parte relativa à situação cultural (aspectos negativos), com uma interessante estatística na qual se acha focalizado o movimento de processos de *desquite*, concluídos e em curso, nas unidades territoriais que integram a Federação brasileira.

Abrange o trabalho referido, discriminadamente, além do Distrito Federal e dos 21 Estados do Brasil, os 4 Territórios Federais existentes e apresenta resultados referentes ao período de 1946 a 1949, quanto aos processos já terminados, e ao período 1946 a 1948, quanto aos que estavam ainda em andamento.

O movimento dos processos concluídos ressalta do resumo seguinte:

| ANO          | DESQUITES    |              |                   |              |
|--------------|--------------|--------------|-------------------|--------------|
|              | Amigáveis    | Litigiosos   | Não classificados | Total        |
| 1946         | 750          | 351          | —                 | 1 101        |
| 1947         | 1 197        | 576          | —                 | 1 773        |
| 1948         | 858          | 409          | —                 | 1 267        |
| 1949         | 896          | 447          | 3                 | 1 346        |
| <b>TOTAL</b> | <b>3 791</b> | <b>1 783</b> | <b>3</b>          | <b>5 487</b> |

As tabelas publicadas no "Anuário" classificam os desquitados segundo o regime do casamento em via de dissolução, a nacionalidade, a idade e a profissão dos cônjuges e, no que respeita especialmente aos processos de separação litigiosa, considera-os segundo os cônjuges autores da ação judicial e os fundamentos que a justificam.

Seria ocioso assinalar o valor das informações a que nos referimos, desde que a simples enumeração dos aspectos que elas focalizam evidencia o seu alcance para pesquisas relacionadas com o problema do rompimento da sociedade conjugal, suas causas e seus efeitos, êstes, sobretudo, no que tange à situação da prole.

O trabalho a que nos reportamos ressentem-se naturalmente de algumas imperfeições, resultantes ora da impossibilidade de incluir no inquérito o total dos Municípios de cada unidade da Federação, ora de defeitos que, conforme os aspectos focalizados, restringem o número de processos aproveitados nas apurações.

Merece, entretanto, citação, pois que revela já um feliz esforço no sentido de submeter ao controle de apurações anuais, sistemáticas e bem pormenorizadas, a estatística dos desquites, iniciando a elaboração de séries para as quais a estatística judiciária, de finalidade meramente processual, não oferecia até agora os indispensáveis elementos.

Graças à iniciativa do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, o movimento dos desquites apurado em inquérito abrangente de toda a superfície do território nacional poderá habilitar os sociólogos com preciosos elementos destinados a precisar, enriquecer e valorizar os resultados das operações realizadas nos censos decenais da população

OVÍDIO DE ANDRADE JÚNIOR

(Do Serviço Nacional de Recenseamento)

## CLASSIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL

**1.** EM TODOS OS recenseamentos realizados no Brasil têm sido formuladas indagações sobre o estado conjugal da população.

Os resultados do último recenseamento, efetuado em 1º de julho de 1950, apresentam a população de 15 anos e mais distribuída pelas classes seguintes: solteiros, casados, desquitados e divorciados, viúvos, e, em separado, a parcela dos que não forneceram informações sobre o estado conjugal. As instruções precisavam que se considerassem "solteiros" as pessoas que nunca estiveram casadas. Como "casados" deveriam ser indicadas tanto as pessoas que o fossem de acordo com a lei civil, como as unidas em matrimônio exclusivamente religioso (observe-se que este último, conquanto não produza efeitos jurídicos, é correntemente aceito nos meios sociais brasileiros). A classe "desquitados e divorciados" destinava-se às pessoas judicialmente separadas e às divorciadas no estrangeiro, uma vez que a lei brasileira não admite o divórcio. Como "viúvos" deveriam ser declaradas as pessoas que, havendo sido casadas de acordo com a lei civil ou em virtude de matrimônio religioso, não contraíram novo matrimônio, após o falecimento do cônjuge.

De acordo com os resultados desse recenseamento (tabela I), a distribuição proporcional da população de 15 anos e mais, segundo o estado conjugal, era a seguinte: solteiros, 42,33% dos homens e 35,62% das mulheres; casados, 54,18% dos homens e 54,08% das mulheres; desquitados e divorciados, 0,11% dos homens e 0,15% das mulheres; viúvos, 3,19% dos homens e 9,89% das mulheres. A proporção dos solteiros é mais elevada entre os homens e a dos viúvos é maior entre as mulheres devido, no primeiro caso, à diferença entre a idade média do homem e a da mulher por ocasião do casamento e, no segundo, à mortalidade mais elevada do sexo masculino.

TABELA I

Estado conjugal das pessoas de 15 anos e mais

(Recenseamento de 1950)

| ESTADO CONJUGAL           | NÚMEROS ABSOLUTOS |                   | PORCENTAGENS  |               |
|---------------------------|-------------------|-------------------|---------------|---------------|
|                           | Homens            | Mulheres          | Homens        | Mulheres      |
| <b>TOTAL</b>              | <b>14 923 571</b> | <b>15 325 852</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |
| Solteiros                 | 6 317 785         | 5 459 787         | 42,33         | 35,62         |
| Casados                   | 8 083 457         | 8 287 846         | 54,18         | 54,08         |
| Desquitados e divorciados | 17 080            | 23 084            | 0,11          | 0,15          |
| Viúvos                    | 476 524           | 1 515 788         | 3,19          | 9,89          |
| Não declarado             | 28 725            | 39 347            | 0,19          | 0,26          |

A comparação desses dados com os do recenseamento de 1º de setembro de 1940 (tabela II) revela diminuições nas porcentagens referentes aos solteiros e aos viúvos, estas últimas mais acentuadas entre as mulheres. A porcentagem de casados aumentou de 2,5, tanto no sexo masculino como no feminino. Os dados relativos à classe “desquitados e divorciados” não são comparáveis nos dois inquéritos por se achar nela incluída, no censo de 1940, a categoria “separados”, que, em 1950, se inclui entre os casados

TABELA II  
Estado conjugal das pessoas de 15 anos e mais  
(Recenseamento de 1940)

| ESTADO CONJUGAL                      | NÚMEROS ABSOLUTOS |            | PORCENTAGENS |          |
|--------------------------------------|-------------------|------------|--------------|----------|
|                                      | Homens            | Mulheres   | Homens       | Mulheres |
| TOTAL                                | 11 752 357        | 11 957 412 | 100,00       | 100,00   |
| Solteiros                            | 5 210 846         | 4 448 298  | 44,34        | 37,20    |
| Casados                              | 6 067 942         | 6 163 137  | 51,63        | 51,54    |
| Separados, desquitados e divorciados | 25 782            | 41 374     | 0,22         | 0,35     |
| Viúvos                               | 437 077           | 1 284 819  | 3,72         | 10,74    |
| Não declarado                        | 10 710            | 19 784     | 0,09         | 0,17     |

2. OS RESULTADOS divulgados até o presente pelo recenseamento de 1950 apresentam, em uma só parcela, as pessoas casadas, aí compreendidas tanto as que se declararam casadas segundo lei civil, como as que contraíram somente matrimônio religioso. Contudo, as instruções impressas no questionário determinaram a aposição de um “R” às declarações dos casados exclusivamente em matrimônio religioso; essa providência possibilitou a discriminação das duas categorias de casados. Os resultados dessa tabulação figuram nas tabelas III e IV, nas quais essas duas categorias são distribuídas, respectivamente, segundo o sexo e a idade e, por sexo, segundo as regiões fisiográficas e Unidades da Federação.

Antes de examinar esses números, convém lembrar que os dados censitários se baseiam exclusivamente em respostas dadas voluntariamente pelos informantes, dos quais não se exigem provas documentais, e que indagações sobre certas condições pessoais provocam, algumas vezes, declarações intencionalmente falseadas, ocorrendo, ainda, casos de respostas inexatas devidas à ignorância do informante, particularmente entre pessoas de idade avançada. No caso em exame, parece ter havido excesso de declarações de pessoas casadas segundo a lei civil, principalmente por parte das mulheres. Com efeito, sendo o Brasil um país de grande imigração e praticamente sem emigração, o número de homens casados deveria ultrapassar o de mulheres, quando o contrário é o que ocorre, segundo os dados do recenseamento. Por outro lado, há razões para se presumir que os números relativos às pessoas casadas exclusivamente em matrimônio religioso se mostram, em certos casos inferiores à realidade.

Para melhor compreensão dos números constantes das tabelas III e IV, convém formular algumas observações relacionadas com aqueles dados.

O meio social brasileiro apresenta profundas diferenças entre as condições vigentes nos centros urbanos e na extensa região rural. Nesta última, essas condições variam com os diversos tipos de organização econômica encontrados, que vão desde a exploração agrícola intensiva, fortemente influenciada pela imigração estrangeira e pelos deslocamentos internos da população, até a exploração extensiva, praticada em vastas áreas, onde o meio físico favorece a preponderância de economias pastoris, entre habitantes esparsos. Nessas condições, em extensa faixa do território nacional, os processos de exploração do solo, a vida patriarcal que subsiste nas grandes fazendas e uma relativa autonomia no que respeita ao abastecimento (conseqüência, em parte, das dificuldades de comunicação com centros comerciais longínquos) contribuem para a conservação de costumes implantados pelos primitivos colonizadores. A prática de casamentos exclusivamente religiosos se inclui entre os costumes mantidos pelas populações rurais de certas regiões. Por outro lado, deve ser lembrado que a instituição do casamento civil no País é relativamente recente, pois data apenas de 1890.

As pessoas casadas segundo a lei civil correspondiam a 74,46% dos homens e a 74,55% das mulheres, e as casadas exclusivamente em matrimônio religioso representavam 25,54% dos homens e 25,45% das mulheres (tabela III), ou seja, cerca de um quarto do total. Entre as pessoas que informaram haver contraído casamento civil, o número das mulheres excede de 160 072, ou 2,7%, o dos homens; entre as que se declararam casadas exclusivamente em matrimônio religioso, o excedente feminino é de 44 317, ou 2,1%

TABELA III  
Pessoas casadas, segundo o sexo, a idade e a modalidade do casamento  
(Recenseamento de 1950)

| GRUPOS DE IDADE | NÚMEROS ABSOLUTOS |                  |                          |                  | PORCENTAGENS |              |                          |              |
|-----------------|-------------------|------------------|--------------------------|------------------|--------------|--------------|--------------------------|--------------|
|                 | Civil             |                  | Exclusivamente religioso |                  | Civil        |              | Exclusivamente religioso |              |
|                 | Homens            | Mulheres         | Homens                   | Mulheres         | Homens       | Mulheres     | Homens                   | Mulheres     |
| <b>TOTAL*</b>   | <b>6 018 655</b>  | <b>6 178 727</b> | <b>2 064 802</b>         | <b>2 109 119</b> | <b>74,46</b> | <b>74,55</b> | <b>25,54</b>             | <b>25,45</b> |
| 15 a 19 anos    | 23 181            | 280 728          | 15 159                   | 141 792          | 60,46        | 66,44        | 39,54                    | 33,56        |
| 20 a 24 anos.   | 415 365           | 957 883          | 188 925                  | 392 192          | 68,74        | 70,95        | 31,26                    | 29,05        |
| 25 a 29 anos    | 868 210           | 1 067 551        | 343 111                  | 408 824          | 71,67        | 72,31        | 28,33                    | 27,69        |
| 30 a 39 anos    | 1 806 108         | 1 789 127        | 652 880                  | 601 133          | 73,45        | 74,85        | 26,55                    | 25,15        |
| 40 a 49 anos    | 1 424 645         | 1 176 267        | 439 349                  | 328 599          | 76,43        | 78,16        | 23,57                    | 21,84        |
| 50 a 59 anos    | 872 796           | 599 589          | 243 721                  | 152 583          | 73,17        | 79,71        | 21,83                    | 20,29        |
| 60 a 69 anos    | 435 973           | 228 595          | 121 593                  | 56 363           | 78,19        | 80,22        | 21,81                    | 19,78        |
| 70 a 79 anos    | 126 764           | 51 018           | 37 548                   | 14 169           | 77,15        | 78,26        | 22,85                    | 21,74        |
| 80 anos e mais  | 28 846            | 9 020            | 13 234                   | 4 127            | 68,55        | 68,61        | 31,45                    | 31,39        |

\* Inclusive as pessoas casadas que não declararam a idade (Civil, 16 767 homens e 18 949 mulheres; Religioso, 9 282 homens e 9 337 mulheres)

O exame da distribuição por idade das pessoas casadas segundo as duas modalidades de casamento (tabela III) revela que é no grupo das pessoas de idade mais jovem (15 a 19 anos) que se encontram as mais elevadas proporções de casados apenas em matrimônio religioso relativamente ao total dos casados (39,54% entre os homens e 33,56% entre as mulheres). No grupo de 20 a 24 anos observa-se uma diminuição nessas proporções, mais acentuada entre os homens. Nos grupos seguintes, de 25 a 29 e de 30 a 39 anos, as proporções dos casados exclusivamente em cerimônia religiosa são ainda mais baixas, pouco diferindo as quotas entre os dois sexos. O grupo de 40 a 49 anos mostra uma nova e forte queda nas proporções, que continuam baixando, de forma mais atenuada, nos dois grupos seguintes (50 a 59 e 60 a 69 anos), onde são atingidas as menores proporções de casados exclusivamente em matrimônio religioso com, respectivamente, 21,83% e 21,81% para os homens e 20,29% e 19,78% para as mulheres. No grupo de 70 a 79 anos essas proporções são um pouco mais elevadas que nos dois grupos precedentes. Um forte aumento se verifica nas proporções do grupo das pessoas de 80 anos e mais.

As maiores proporções de casados em matrimônio exclusivamente religioso observadas nos grupos mais jovens devem ser atribuídas, em parte, à maior frequência de casamentos entre jovens na população rural. As atividades agrícolas e pastoris ocupam grande parte da população infantil e adolescente; com efeito, 16% das crianças de 10 a 14 anos e 31% dos adolescentes de 15 a 19 anos participavam dessas atividades, segundo o Censo Demográfico de 1950. A maturidade precoce desta parcela da população não pode deixar de influenciar seu comportamento social, favorecido ainda, no que se refere ao casamento, pela freqüente inobservância das obrigações estabelecidas quanto à instrução primária e pela curta duração dos cursos escolares. Observe-se mais que a constituição de uma nova família acarreta, geralmente, nos meios rurais, dificuldades de natureza econômica bem menores do que nas cidades.

As proporções dos casados exclusivamente em matrimônio religioso observadas nos demais grupos de idade, exceção feita do último, não se afastam muito da média geral. A diminuição dessa proporção, à medida que aumentam as idades, pode ser atribuída, em parte, à legalização de uniões que, de início, eram exclusivamente religiosas e, em parte, à taxa de mortalidade mais elevada entre os habitantes de certas regiões, bem como de zonas rurais onde essa modalidade de

casamento ocorre com maior frequência. É, sobretudo, nos grupos de idade de 40 a 69 anos que se pode observar a influência deste último fator. O ligeiro aumento da proporção no grupo de 70 a 79 anos e o forte acréscimo no grupo de 80 anos e mais testemunham, provavelmente, a persistência de uma frequência relativamente alta de casamentos exclusivamente religiosos nos primeiros anos que se sucederam à instituição do casamento civil. Torna-se necessário, ainda, levar em conta o fato de que, em 1950, com idades de 75 anos e mais, sobreviviam casais cujo casamento antecederia a instituição do casamento civil; esta circunstância deve contribuir para determinar o aumento na proporção de casamentos exclusivamente religiosos, observado no grupo das pessoas de 80 anos e mais.

As variações, relativamente às idades, da proporção dos casamentos exclusivamente religiosos poderiam, à primeira vista, fazer crer que essa prática vem revelando tendência a aumentar durante os últimos 40 ou 50 anos, mas as considerações expostas acima conduzem à exclusão dessa hipótese. Em todo o caso, parece evidente que a proporção dos casamentos exclusivamente religiosos não tem demonstrado, através do tempo, tendência à diminuição.

A resistência oposta ao casamento civil, traduzida pela frequência relativamente elevada de casamentos exclusivamente religiosos, surpreende em face das dificuldades que acarreta à vida familiar essa modalidade de casamento, da qual não decorrem efeitos jurídicos. Essa resistência persiste malgrado os repetidos esforços do Governo, representados por sucessivas leis visando a facilitar a legalização dessas uniões.

TABELA IV

Pessoas casadas, de 15 anos e mais, por sexo e modalidade do casamento, segundo as regiões fisiográficas e Unidades da Federação

(Recenseamento de 1950)

| REGIÕES FISIográfICAS<br>E<br>UNIDADES DA FEDERAÇÃO | NÚMEROS ABSOLUTOS |           |                          |           | PERCENTAGENS |          |                          |          |
|-----------------------------------------------------|-------------------|-----------|--------------------------|-----------|--------------|----------|--------------------------|----------|
|                                                     | Civil             |           | Exclusivamente Religioso |           | Civil        |          | Exclusivamente Religioso |          |
|                                                     | Homens            | Mulheres  | Homens                   | Mulheres  | Homens       | Mulheres | Homens                   | Mulheres |
| <b>BRASIL*</b>                                      | 6 018 655         | 6 178 727 | 2 064 802                | 2 109 119 | 74,46        | 74,55    | 25,54                    | 25,45    |
| <b>Norte</b>                                        | 146 332           | 148 873   | 80 742                   | 81 383    | 64,44        | 64,66    | 35,56                    | 35,34    |
| Guaporéc**                                          | 3 093             | 2 900     | 2 078                    | 2 007     | 59,81        | 59,84    | 40,19                    | 40,16    |
| Acre**                                              | 10 574            | 10 554    | 5 655                    | 5 601     | 65,15        | 65,33    | 34,85                    | 34,67    |
| Amazonas                                            | 38 051            | 38 967    | 26 849                   | 26 969    | 58,63        | 59,10    | 41,37                    | 40,90    |
| Rio Branco**                                        | 1 461             | 1 432     | 1 224                    | 1 212     | 54,41        | 54,16    | 45,59                    | 45,84    |
| Pará ...                                            | 90 472            | 92 379    | 43 058                   | 43 696    | 67,75        | 67,89    | 32,25                    | 32,11    |
| Amapá**                                             | 2 681             | 2 551     | 1 878                    | 1 898     | 58,81        | 57,34    | 41,19                    | 42,66    |
| <b>Nordeste</b>                                     | 872 917           | 928 277   | 953 762                  | 980 697   | 47,79        | 48,63    | 52,21                    | 51,37    |
| Maranhão                                            | 117 948           | 123 840   | 97 964                   | 99 821    | 54,63        | 55,37    | 45,37                    | 44,63    |
| Piauí                                               | 79 637            | 84 665    | 73 944                   | 75 670    | 51,85        | 52,81    | 48,15                    | 47,19    |
| Ceará                                               | 234 298           | 243 673   | 166 187                  | 168 258   | 58,50        | 59,15    | 41,50                    | 40,85    |
| Rio Grande do Norte                                 | 67 127            | 71 531    | 86 769                   | 89 295    | 43,62        | 44,48    | 56,38                    | 55,52    |
| Paraíba                                             | 97 706            | 104 853   | 161 882                  | 166 706   | 37,64        | 38,61    | 62,36                    | 61,39    |
| Pernambuco                                          | 218 267           | 236 179   | 268 031                  | 277 605   | 44,88        | 45,97    | 55,12                    | 54,03    |
| Alagoas                                             | 57 934            | 63 536    | 98 985                   | 103 342   | 36,92        | 38,07    | 63,08                    | 61,93    |
| <b>Leste</b>                                        | 2 091 768         | 2 156 761 | 713 387                  | 730 433   | 74,57        | 74,70    | 25,43                    | 25,30    |
| Sergipe                                             | 37 206            | 40 285    | 50 337                   | 52 455    | 42,50        | 43,44    | 57,50                    | 56,56    |
| Bahia                                               | 297 355           | 315 867   | 326 000                  | 334 229   | 47,70        | 48,59    | 52,30                    | 51,41    |
| Minas Gerais                                        | 921 403           | 947 643   | 269 030                  | 274 100   | 77,40        | 77,56    | 22,60                    | 22,44    |
| Serra dos Aimorés***                                | 15 048            | 15 828    | 11 151                   | 11 231    | 57,44        | 58,49    | 42,56                    | 41,51    |
| Espírito Santo                                      | 105 410           | 107 241   | 26 867                   | 27 202    | 79,69        | 79,77    | 20,31                    | 20,23    |
| Rio de Janeiro                                      | 319 383           | 324 348   | 22 600                   | 23 107    | 93,39        | 93,35    | 6,61                     | 6,65     |
| Distrito Federal                                    | 395 963           | 405 549   | 7 402                    | 8 109     | 98,16        | 98,04    | 1,84                     | 1,96     |
| <b>Sul</b>                                          | 2 729 557         | 2 761 376 | 244 273                  | 243 606   | 91,79        | 91,89    | 8,21                     | 8,11     |
| São Paulo                                           | 1 580 300         | 1 598 313 | 85 876                   | 85 361    | 94,85        | 94,93    | 5,15                     | 5,07     |
| Paraná                                              | 311 899           | 314 799   | 58 007                   | 57 366    | 84,32        | 84,59    | 15,68                    | 15,41    |
| Santa Catarina                                      | 208 746           | 210 617   | 52 692                   | 52 360    | 79,85        | 80,09    | 20,15                    | 19,91    |
| Rio Grande do Sul                                   | 628 612           | 637 647   | 47 698                   | 48 519    | 92,95        | 92,93    | 7,05                     | 7,07     |
| <b>Centro-Oeste</b>                                 | 177 990           | 183 365   | 72 617                   | 72 977    | 71,02        | 71,53    | 28,98                    | 28,47    |
| Mato Grosso                                         | 55 507            | 56 799    | 14 222                   | 14 068    | 79,60        | 80,15    | 20,40                    | 19,85    |
| Goiás                                               | 122 483           | 126 566   | 58 395                   | 58 909    | 67,72        | 68,24    | 32,28                    | 31,76    |

\* Inclusive 112 homens e 98 mulheres do Território Federal de Fernando de Noronha

\*\* Territórios Federais

\*\*\* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

**3.** A DISTRIBUIÇÃO das pessoas casadas, segundo a forma de casamento, pelas regiões fisiográficas e Unidades da Federação (Estados, Territórios Federais e Distrito Federal) consta da tabela IV.

A proporção dos casados exclusivamente em matrimônio religioso, relativamente ao total dos casados de cada região, excede a média nacional, de 25,5%, na região Norte (35,4%), na Nordeste, onde atinge o máximo com 51,8%, e na Centro-Oeste (28,7%) A região Leste se situa ligeiramente abaixo da média, com 25,4%, e a região Sul, com apenas 8,2% de casados exclusivamente em matrimônio religioso, distancia-se consideravelmente das demais

Verificam-se, em alguns casos, fortes variações entre as proporções observadas nas diferentes unidades da mesma região

A região Norte, que abrange quase toda a extensão da parte brasileira da Bacia Amazônica, de baixa densidade demográfica e de características econômicas bastante homogêneas, apresenta poucas diferenças nas proporções de matrimônios exclusivamente religiosos, que variam entre a quota mínima de 32,2%, verificada no Estado do Pará, e a máxima de 45,7%, observada no Território do Rio Branco. É na região Nordeste que se registram as maiores proporções de pessoas casadas em matrimônio exclusivamente religioso, as quais ultrapassam 50% em quatro Estados dos sete que a constituem O Estado de Alagoas registra a proporção mais elevada da região do País, com 62,5%, o mínimo regional, 41,1%, corresponde ao Estado do Ceará A economia dessa região baseia-se, como outrora, principalmente no cultivo da cana-de-açúcar e sua população rural e seus costumes tradicionais contam-se entre os menos influenciados por correntes imigratórias que, vencido o período das conquistas, sempre se orientaram na direção sul do País

A região Leste oferece os maiores contrastes nas proporções de matrimônios exclusivamente religiosos, pois parte de sua economia participa da região Nordeste, por intermédio dos Estados da Bahia e de Sergipe, ambos com elevadas proporções de matrimônios religiosos, enquanto outra parte, que se encontra em fases mais adiantadas da evolução econômica, apresentam baixas proporções dessa forma de casamento No Distrito Federal, Capital da República, registra-se a menor proporção observada no País (1,9%), e, no vizinho Estado do Rio de Janeiro, a proporção não excede 7% A parte restante dessa região é constituída por dois Estados que apresentam proporções de matrimônios exclusivamente religiosos próximas da média nacional

Na região Sul, de economia mais avançada e mais alta densidade demográfica, e onde se mostra considerável a influência da imigração estrangeira, as proporções de casados exclusivamente em matrimônio religioso mantêm-se abaixo da média nacional, particularmente nos Estados de São Paulo (5,1%) e do Rio Grande do Sul (7,1%).

Finalmente, na região Centro-Oeste, composta de Estados de grande extensão territorial mas de baixa densidade demográfica, cujo povoamento se vem processando com o auxílio, em escala apreciável, de migrações internas, as proporções assinaladas talvez traduzam mais a procedência dessas migrações que a conservação de costumes tradicionais

Em resumo, as proporções de matrimônios exclusivamente religiosos, segundo os resultados do recenseamento de 1950, são baixas na região Sul e na orla litorânea da região Leste, mais altas nas áreas centrais e na região Norte e muito elevadas na região Nordeste

**4.** AO CONTRÁRIO do que ocorreu em 1950, o recenseamento de 1940 não investigou a forma do casamento no quesito relativo ao estado conjugal Contudo, foi indagada em um dos quesitos a condição de cada pessoa abrangida pelo questionário em relação ao chefe da família, especificando o cônjuge a forma de união do casal. Nessas condições, foi possível, na tabulação, classificar os casais em que um dos cônjuges era o chefe da família, segundo sua constituição mediante casamentos civis, matrimônios exclusivamente religiosos e uniões livres.

Os dados obtidos se referem, pois, apenas aos casais em que um dos cônjuges se encontrasse na chefia da família, ficando excluídos os outros casais que eventualmente vivessem na dependência daqueles.

Cumprê advertir que os dados divulgados a seguir não foram incluídos na publicação dos resultados do recenseamento de 1940, devido, talvez, à sua condição de dados parciais.

CASAIS FORMADOS POR CHEFES DE FAMÍLIA (Recenseamento de 1940)

|                                                                                  |           |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Casais que se declararam legalmente casados . . . . .                            | 3 982 148 |
| Casais que se declararam unidos exclusivamente em matrimônio religioso . . . . . | 1 328 625 |
| Casais em união livre . . . . .                                                  | 807 977   |
| <i>Total</i>                                                                     | 6 118 750 |

O exame dêsses números revela que, em relação ao total dos casais considerados, era de 65,09% a proporção dos casados legalmente, de 21,71% a dos casados mediante matrimônio exclusivamente religioso e de 13,20% a dos que viviam em união livre.

Feita a exclusão das uniões livres, para se considerarem apenas os que se declararam casados, constata-se que o número de casais unidos exclusivamente em matrimônio religioso corresponde a 25,0% do total de casados, proporção essa muito próxima da de 25,5%, obtida no recenseamento de 1950 por intermédio do quesito sôbre estado conjugal

ALCEU VICENTE DE CARVALHO

(Do Laboratório de Estatística)

## ALGUNS ASPECTOS DA NATALIDADE NO BRASIL

**SUMARIO:** 1 Introdução — 2 A ação dos fatores econômicos e sociais sobre a natalidade dos diversos grupos étnicos — 3. A ação dos fatores econômicos e sociais sobre a natalidade nos diversos ramos de atividade

**1.** DE 1850 a 1950 a população do Brasil aumentou de 7 para 52 milhões de habitantes, acusando, portanto, um incremento de 45 milhões.

O excedente do número de imigrados sobre o de emigrados, durante este período secular, atingiu, apenas, 3,4 milhões e o aumento, devido à presença dos imigrados, do número de nascimentos, foi da mesma ordem de grandeza, logo, o incremento natural independente da imigração excedeu 38 milhões

Este incremento excepcional, em um país de elevada mortalidade, se verificou graças à persistência duma natalidade muito elevada. A taxa média de natalidade (estimada) se reduziu, apenas, de 47 para 44 por 1 000, entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, enquanto que a taxa média de mortalidade (estimada) desceu de 31 para 24

Atualmente, a taxa de natalidade, que se mantém entre 43 e 44 por 1 000 habitantes, ultrapassa de cerca de 24 por 1 000 habitantes a taxa de mortalidade, que é de 19 a 20 por 1 000 habitantes

A taxa de fecundidade feminina, não podendo ser medida diretamente em consequência das graves lacunas das estatísticas do registro civil, foi estimada com base nos resultados censitários, por meio da razão entre o número de crianças e o de mulheres em idade fecunda. Segundo o censo de 1950, a proporção média anual dos nascidos vivos é de 177,27 por 1 000 mulheres de 15 anos e mais, quase coincidindo com a de 178,73 calculada segundo o censo de 1940

A proporção média anual de 177 filhos tidos nascidos vivos por 1 000 mulheres de 15 a 49 anos parece extremamente elevada e é quase incrível em comparação com as que se observam em outros grandes países de civilização ocidental: 95 por 1 000 na Argentina (1947), 92 nos Estados Unidos (1950), 83 na França (1950), 69 na Itália (1951), 59 na República Federal Alemã (1950), 51 na Inglaterra e Gales (1951). Mesmo no Japão, a taxa de fecundidade atinge apenas 110 por 1 000 (em 1950). Mas na América Latina encontram-se níveis de fecundidade da mesma ordem do nível do Brasil; no México, por exemplo, a taxa de fecundidade atinge 182 por 1 000 (em 1950).

De acordo com a pesquisa sobre a fecundidade, realizada através do censo brasileiro de 1940, o número médio de filhos nascidos vivos tidos por 100 mulheres sobreviventes no fim do período reprodutivo da existência se eleva a 645, em comparação com apenas 219 segundo a fecundidade francesa e 185 segundo a fecundidade inglesa em 1939

E de acordo com o coeficiente de BOECKH, cujo valor, para o país, em 1940, era de 1,8 a 1,9, uma geração, apresentando as características de morta-

lidade e de fecundidade da população brasileira, se reproduziria em uma geração quase duas vezes mais numerosa

A alta mortalidade é uma característica comum dos diversos grupos étnicos que constituem a população do país. A taxa média anual de fecundidade feminina, para o período 1940-50, varia entre o máximo de 200,30 nascidos vivos por 1 000 mulheres de 15 a 49 anos do grupo amarelo e o mínimo de 167,45 por 1 000 do grupo preto, atingindo 195,87 no grupo pardo e 171,02 no branco

Na zona urbana, a taxa média anual de fecundidade é de 120,85 nascidos vivos por 1 000 mulheres de 15 a 49 anos, mas na zona suburbana já se eleva a 171,24, para atingir 201,86 na zona rural. A mais baixa fecundidade observada na zona urbana depende, em parte, da maior frequência do celibato e do atraso do casamento, e, em parte, da limitação voluntária da procriação, que já se manifesta especialmente nas grandes cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo

Estas conclusões são confirmadas pelo estudo da fecundidade masculina segundo a idade, em relação às atividades exercidas. A mais elevada fecundidade se observa entre os ocupados na agricultura e pecuária, enquanto a mais baixa corresponde às classes de ocupações tipicamente urbanas

O excepcional incremento demográfico do Brasil dá um interesse todo particular ao exame do modo e da intensidade com que suas populações reagem, em sua fecundidade, à ação das condições sociais, econômicas e culturais do meio. Resumir-se-ão, na presente comunicação, resultados de pesquisas relativas à influência destas condições sobre a natalidade nos três principais grupos étnicos e nos diversos ramos de atividade da população do país

\* \* \*

**2.** A ELEVADA natalidade é uma característica comum dos três grandes grupos étnicos que se encontram na população do Brasil: o branco, o pardo e o preto\*.

As mulheres pretas, no entanto, apresentam uma fecundidade um pouco menos elevada do que as brancas e as pardas, como consta dos dados seguintes sobre a fecundidade feminina por grupos de cor, calculados pela aplicação do método da "população-padrão" aos resultados do censo de 1940

| DADOS                                                                                                 | Branças | Pardas | Pretas |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|--------|--------|
| a) Filhos tidos, nascidos vivos, por 100 mulheres de 15 anos e mais                                   | 332,8   | 340,0  | 308,8  |
| b) Mulheres que tiveram filhos, nascidos vivos, por 100 de 15 anos e mais                             | 61,5    | 61,0   | 57,6   |
| c) Filhos tidos, nascidos vivos, por 100 mulheres de 15 anos e mais que tiveram filhos nascidos vivos | 541,5   | 557,5  | 536,1  |

Já que a taxa cumulativa de fecundidade *a* varia em função da proporção de mulheres prolíficas *b* e da taxa cumulativa de prolificidade *c*, é evidente que a mais fraca fecundidade do grupo preto em relação aos dois outros grupos resulta da dupla inferioridade de sua percentagem de mulheres que contribuem para a reprodução e de sua prolificidade

\* De acordo com o censo de 1940, os brancos constituíam 63,6% da população do país, os pardos 21,2%, os pretos 14,6% e os amarelos 0,6%

A característica diferencial mais acentuada do grupo preto, no entanto, é a inferioridade de sua percentagem de mulheres que contribuem para a reprodução, conforme se pode ver pelos dados da tabela I

TABELA I

BRASIL, 1940

Dados sobre a fecundidade feminina, segundo a cor, por grupos de idade

| IDADE<br>(Anos completos)                                                   | Branças | Pardas | Pretas |
|-----------------------------------------------------------------------------|---------|--------|--------|
| a) Número médio de filhos tidos, nascidos vivos, por 100 mulheres           |         |        |        |
| 15 a 19                                                                     | 12,0    | 13,5   | 11,3   |
| 20 a 29                                                                     | 167,7   | 178,4  | 160,9  |
| 30 a 39                                                                     | 442,0   | 463,9  | 423,3  |
| 40 a 49                                                                     | 615,6   | 623,8  | 566,9  |
| 50 a 59                                                                     | 652,2   | 643,8  | 588,9  |
| 60 e mais                                                                   | 661,5   | 643,6  | 580,7  |
| b) Percentagem das mulheres que tiveram filhos nascidos vivos               |         |        |        |
| 15 a 19                                                                     | 8,7     | 9,3    | 7,9    |
| 20 a 29                                                                     | 58,3    | 57,5   | 53,1   |
| 30 a 39                                                                     | 81,8    | 81,2   | 77,1   |
| 40 a 49                                                                     | 85,1    | 84,4   | 81,1   |
| 50 a 59                                                                     | 84,9    | 84,2   | 81,0   |
| 60 e mais                                                                   | 84,5    | 83,6   | 80,7   |
| c) Número médio de filhos tidos, nascidos vivos, por 100 mulheres prolficas |         |        |        |
| 15 a 19                                                                     | 138,5   | 145,3  | 142,8  |
| 20 a 29                                                                     | 287,6   | 310,1  | 303,1  |
| 30 a 39                                                                     | 540,3   | 571,6  | 548,9  |
| 40 a 49                                                                     | 723,1   | 739,0  | 698,8  |
| 50 a 59                                                                     | 768,2   | 764,5  | 727,0  |
| 60 e mais                                                                   | 782,8   | 770,1  | 719,6  |

De fato, a proporção de mulheres pretas que participam na reprodução é menor do que as proporções de brancas e de pardas em todos os grupos de idade. Esta inferioridade, nitidamente definida e relativamente mais acentuada nas idades jovens, parece indicar uma certa desvantagem da mulher preta na seleção sexual e matrimonial.

As taxas cumulativas de prolficidade das pretas, embora inferiores às das pardas, ultrapassam as das brancas nos grupos de idade até 39 anos, mas são ultrapassadas por estas nas idades de 40 anos e mais. Pelo menos em parte, esta última inferioridade pode ser atribuída à mais alta mortalidade das pretas, a maior parte delas pertencendo às camadas sociais mais pobres.

A proporção de mulheres que se tornam viúvas antes do fim do período fecundo é, sem dúvida, mais elevada entre as pretas do que entre as brancas e entre as pardas, se bem que a diferença em relação a estas últimas seja menor.

O exame comparativo dos dados para os grupos branco e pardo dá indício da aplicação — se bem que ainda muito restrita — da limitação voluntária da procriação pelas gerações jovens do grupo branco. A constatação, quer duma menor fecundidade, quer duma percentagem mais elevada de mulheres prolficas associada a uma taxa de prolficidade mais baixa, entre as gerações jovens de mulheres brancas, nos grupos de idade até 49 anos, dá fundamento a esta conjectura.

Deve-se observar que as diferenças de fecundidade entre os três principais grupos de cor não dependem de uma influência sistemática e sensível do fator étnico — de ordem biológica —, nem do fator físico — de ordem topográfica e climática —, mas, antes, de fatores sociais, como o indicam os dados da tabela II sobre a distribuição territorial da fecundidade das mulheres brancas,

pardas e pretas, de 15 anos e mais, retificados pelo método da "população-padrão" para eliminar as diferenças aparentes de fecundidade que dependem de diferenças na distribuição por idade das mulheres dos diversos grupos de cor

TABELA II

## BRASIL

Dados sobre a fecundidade feminina, segundo o censo de 1940

| UNIDADE DA<br>FEDERAÇÃO | a) FILHOS TIDOS,<br>NASCIDOS VIVOS, POR<br>100 MULHERES DE 15<br>ANOS E MAIS |              |              | b) MULHERES QUE<br>TIVERAM FILHOS<br>NASCIDOS VIVOS, POR<br>100 DE 15 ANOS E<br>MAIS |             |             | c) FILHOS TIDOS,<br>NASCIDOS VIVOS, POR<br>100 MULHERES DE 15<br>ANOS E MAIS QUE<br>TIVERAM FILHOS<br>NASCIDOS VIVOS |              |              |
|-------------------------|------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|
|                         | Branças                                                                      | Pardas       | Pretas       | Branças                                                                              | Pardas      | Pretas      | Branças                                                                                                              | Pardas       | Pretas       |
| Acre.                   | 449,6                                                                        | 441,1        | 427,3        | 70,9                                                                                 | 71,2        | 68,4        | 634,1                                                                                                                | 619,5        | 624,7        |
| Pernambuco              | 388,8                                                                        | 384,7        | 338,4        | 58,9                                                                                 | 59,4        | 55,1        | 660,1                                                                                                                | 647,6        | 614,2        |
| Rio Grande do Norte     | 388,5                                                                        | 388,4        | 339,8        | 58,8                                                                                 | 61,2        | 55,7        | 660,7                                                                                                                | 634,6        | 610,1        |
| Espirito Santo          | 385,8                                                                        | 386,3        | 359,2        | 65,8                                                                                 | 65,8        | 62,0        | 586,3                                                                                                                | 587,1        | 579,4        |
| Minas Gerais            | 363,7                                                                        | 357,4        | 320,3        | 63,1                                                                                 | 62,2        | 58,7        | 576,4                                                                                                                | 565,5        | 545,7        |
| Ceará                   | 358,8                                                                        | 358,6        | 326,3        | 58,2                                                                                 | 59,8        | 57,3        | 616,5                                                                                                                | 599,7        | 574,7        |
| Piauí                   | 357,3                                                                        | 352,5        | 327,6        | 64,0                                                                                 | 63,9        | 62,8        | 558,3                                                                                                                | 551,6        | 521,7        |
| Sergipe                 | 356,2                                                                        | 345,2        | 307,3        | 58,0                                                                                 | 59,8        | 55,3        | 614,1                                                                                                                | 577,3        | 555,7        |
| Paraná                  | 355,9                                                                        | 346,8        | 332,2        | 66,9                                                                                 | 66,3        | 62,6        | 532,0                                                                                                                | 523,1        | 530,7        |
| Pernambuco.             | 355,2                                                                        | 351,3        | 307,6        | 57,6                                                                                 | 58,7        | 53,9        | 616,7                                                                                                                | 598,5        | 561,4        |
| Santa Catarina          | 355,0                                                                        | 337,9        | 324,8        | 65,9                                                                                 | 65,5        | 60,5        | 538,7                                                                                                                | 516,7        | 536,9        |
| Alagoas                 | 349,8                                                                        | 349,3        | 306,4        | 60,3                                                                                 | 61,4        | 56,7        | 580,1                                                                                                                | 568,9        | 540,4        |
| Goiás                   | 345,6                                                                        | 348,4        | 260,9        | 63,3                                                                                 | 68,6        | 54,8        | 546,0                                                                                                                | 507,9        | 476,1        |
| Mato Grosso             | 331,8                                                                        | 278,1        | 275,8        | 62,8                                                                                 | 59,8        | 56,6        | 528,3                                                                                                                | 465,1        | 487,3        |
| Bahia                   | 330,4                                                                        | 331,7        | 291,3        | 57,5                                                                                 | 59,1        | 55,2        | 574,6                                                                                                                | 561,3        | 527,7        |
| São Paulo               | 329,4                                                                        | 345,5        | 318,5        | 63,2                                                                                 | 62,3        | 58,6        | 521,2                                                                                                                | 554,6        | 543,5        |
| Amazonas                | 328,4                                                                        | 337,9        | 332,5        | 61,9                                                                                 | 65,6        | 63,0        | 530,5                                                                                                                | 515,1        | 527,8        |
| Rio de Janeiro          | 323,9                                                                        | 348,1        | 349,4        | 61,7                                                                                 | 63,4        | 62,7        | 525,0                                                                                                                | 549,1        | 557,3        |
| Maranhão                | 323,1                                                                        | 308,7        | 296,6        | 64,6                                                                                 | 64,6        | 63,4        | 500,2                                                                                                                | 477,9        | 467,8        |
| Rio Grande do Sul       | 310,6                                                                        | 321,8        | 255,3        | 60,8                                                                                 | 64,5        | 51,8        | 510,9                                                                                                                | 498,9        | 492,9        |
| Pará                    | 289,6                                                                        | 303,5        | 274,1        | 60,7                                                                                 | 63,3        | 59,1        | 477,1                                                                                                                | 479,5        | 463,8        |
| Distrito Federal        | 197,0                                                                        | 224,9        | 219,6        | 52,4                                                                                 | 53,1        | 49,6        | 376,0                                                                                                                | 423,5        | 442,7        |
| <b>BRASIL</b>           | <b>332,8</b>                                                                 | <b>340,0</b> | <b>308,8</b> | <b>61,5</b>                                                                          | <b>61,0</b> | <b>57,6</b> | <b>541,5</b>                                                                                                         | <b>557,5</b> | <b>536,1</b> |

A fraca influência do fator étnico sobre a fecundidade dos três grupos de cor torna-se evidente quando, por exemplo, se compara a fecundidade das pretas do Território do Acre com a das brancas e das pardas das outras Unidades da Federação. Embora no conjunto do país o grupo preto seja o menos fecundo dos três principais grupos de cor, no Território do Acre este grupo apresenta a proporção de 427,3 filhos nascidos vivos tidos por 100 mulheres de 15 anos e mais, a qual ultrapassa as dos grupos branco e pardo de todas as outras Unidades da Federação. No Estado do Rio de Janeiro, a proporção de filhos nascidos vivos tidos pelas mulheres pretas (349,4 por 100 de 15 anos e mais) ultrapassa não somente a das brancas de 10 outras Unidades e a das pardas de 14 outras Unidades, mas ainda a das brancas e a das pardas do mesmo Estado (respectivamente, 323,9 e 348,1). A proporção de filhos tidos nascidos vivos por 100 mulheres pretas de 15 anos e mais é maior do que a média geral para as brancas (332,8) em 5 Unidades, e maior do que a média geral para as pardas (340,0) em 2 Unidades.

A fraca influência do fator físico sobre a fecundidade dos três grupos de cor torna-se evidente se se compara, por exemplo, a fecundidade destes grupos nos Estados limítrofes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, submetidos a condições análogas de clima na zona temperada do extremo Sul do país, com a que se observa no Estado de Pernambuco, situado no Nordeste, onde o clima é subtropical. A fecundidade dos três grupos, e especialmente a do grupo branco e do grupo preto, no Estado de Santa Catarina, se aproxima muito mais da de Pernambuco do que da do Rio Grande do Sul.

A influência dos fatores sociais na determinação das diferenças de fecundidade entre os grupos de cor fica evidente pela análise da distribuição territorial das proporções de filhos tidos nascidos vivos por 100 mulheres de 15 anos e mais, a qual confirma a inferioridade, moderada mas quase geral, do grupo preto em 21 das 22 Unidades, a proporção para este grupo é inferior à do grupo pardo e em 19 é inferior à do grupo branco.

Há uma notável concordância, em sentido e em intensidade, da ação dos fatores sociais sobre os diferentes grupos étnicos, conforme mostra a corre-

lação entre as distribuições territoriais de suas taxas de fecundidade Mesmo se se excluir o Território do Acre, onde a fecundidade é muito elevada, e o Distrito Federal, onde é muito baixa em todos os grupos de côr, obtêm-se os coeficientes de correlação de + 0,82 entre a distribuição por Estados da fecundidade das pardas e a das brancas e de + 0,63 entre a distribuição da fecundidade das pretas e a das brancas

A indicação duma certa desvantagem da mulher preta na seleção sexual e matrimonial, resultante da análise dos dados da segunda seção da tabela I, é confirmada pelo exame da distribuição territorial das percentagens de prolíficas entre as mulheres de 15 anos e mais nos três grupos de côr, constante da tabela II Essa percentagem é mais baixa entre as pretas do que entre as pardas nas 22 Unidades e mais baixa entre as pretas do que entre as brancas em 20 Unidades

Esta indicação encontra igualmente fundamento nos dados da tabela abaixo, em que o número índice da proporção de pretas prolíficas em relação à das brancas (= 100) é comparado com a percentagem do grupo prêto na população total de cada Estado

| ESTADO E REGIÃO FISIOGRAFICA |       | Percentagem de pretos na população | Número índice da proporção de mulheres prolíficas pretas | ESTADO E REGIÃO FISIOGRAFICA |       | Percentagem de pretos na população | Número índice da proporção de mulheres prolíficas pretas |
|------------------------------|-------|------------------------------------|----------------------------------------------------------|------------------------------|-------|------------------------------------|----------------------------------------------------------|
| Piauí                        | (N-E) | 31,94                              | 98                                                       | Alagoas                      | (N-E) | 13,83                              | 94                                                       |
| Maranhão                     | (N-E) | 27,56                              | 98                                                       | Paraíba                      | (N-E) | 13,68                              | 94                                                       |
| Ceará                        | (N-E) | 23,31                              | 98                                                       | Rio G do Norte               | (N-E) | 13,38                              | 95                                                       |
| Rio de Janeiro               | ( E ) | 21,33                              | 102                                                      | Pará                         | ( N ) | 9,52                               | 97                                                       |
| Bahia                        | ( E ) | 20,14                              | 96                                                       | Mato Grosso                  | (C-O) | 8,46                               | 90                                                       |
| Minas Gerais                 | ( E ) | 19,28                              | 93                                                       | São Paulo                    | ( S ) | 7,31                               | 93                                                       |
| Sergipe                      | ( E ) | 18,71                              | 95                                                       | Amazonas                     | ( N ) | 7,17                               | 102                                                      |
| Espírito Santo               | ( E ) | 17,25                              | 94                                                       | Rio G do Sul                 | ( S ) | 6,65                               | 85                                                       |
| Goiás                        | (C-O) | 16,95                              | 87                                                       | Santa Catarina               | ( S ) | 5,21                               | 92                                                       |
| Pernambuco                   | (N-E) | 15,51                              | 94                                                       | Paraná                       | ( S ) | 4,89                               | 94                                                       |

A inferioridade relativa da proporção de mulheres prolíficas entre as de 15 anos e mais no grupo prêto, em comparação com o grupo branco, é muito ligeira nos Estados do Nordeste e do Leste, onde está fortemente representado o grupo prêto A inferioridade é mais forte nos Estados do Sul, onde êle constituiu uma pequena fração da população

È preciso esclarecer que não é somente a proporção de pretos na população que determina o grau de desvantagem da mulher preta na seleção sexual e matrimonial, é também a composição étnica do resto da população que exerce uma influência considerável e algumas vêzes preponderante Nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e, em menor medida, no de São Paulo, a imigração teutônica e eslava, que trouxe uma contribuição importante para a formação de suas populações, alimentou preconceitos raciais, que não teriam podido criar raízes nos Estados do Piauí, Maranhão, Ceará e outros, onde predominam os brancos de origem portuguesa e os mestiços, ou nos do Amazonas e do Pará, onde os aborígenes participaram largamente na formação da população Nestes últimos dois Estados, se bem que os pretos estejam pouco representados, sua proporção de mulheres prolíficas difere pouco da dos brancos: para mais no Amazonas e para menos no Pará

No que se refere às proporções de filhos tidos nascidos vivos por 100 mulheres prolíficas de 15 anos e mais, a tabela II confirma a fraca influência do fator étnico: a proporção observada entre as pretas é superior à média nacional das brancas (541,5) em 10 Unidades, e à das pardas (557,5) em 6 Unidades.

Como já foi dito, a ligeira inferioridade das proporções de filhos tidos por 100 mulheres prolíficas de 15 anos e mais observada entre as pretas pode ser atribuída, pelo menos em parte, à mais curta duração média de sua vida conjugal, dependente de sua mortalidade mais elevada.

O ensinamento principal que se pode tirar da análise da natalidade nos diversos grupos étnicos é o da predominância da influência dos fatores sociais sobre a dos fatores biológicos. Com efeito, as diferenças observadas entre a fecundidade, a proporção de mulheres prolíficas e a prolificidade dos diversos grupos de cor dependem em parte preponderante das posições comparativas destes grupos dos pontos de vista econômico, social e cultural, de um lado, e de sua localização territorial, do outro. Mas esta localização age, sobretudo, por seus aspectos sociais e não por seus aspectos físicos, sobre o nível da natalidade.

\* \* \*

**3.** Num país como o Brasil, onde as mulheres estão ocupadas sobretudo nas atividades domésticas, só podem ser obtidas informações sobre a intensidade da reprodução nas diversas camadas econômicas e sociais através da classificação dos homens adultos segundo o número de filhos tidos e a atividade exercida.

Os resultados elaborados desta classificação combinada, segundo o censo de 1940, são apresentados na tabela III.

TABELA III

BRASIL, 1940

Dados sobre a fecundidade masculina, por ramos de atividade

| RAMO DE ATIVIDADE                                  | Porcentagem de homens ativos de 20 a 79 anos | Número médio de filhos tidos, nascidos vivos, por 100 homens de 20 a 79 anos | Porcentagem de homens de 20 a 79 anos que tiveram filhos nascidos vivos | Número médio de filhos tidos, nascidos vivos, por 100 homens prolíficos de 20 a 79 anos |
|----------------------------------------------------|----------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| Agricultura, pecuária, etc                         | 62,44                                        | 390                                                                          | 67,26                                                                   | 579                                                                                     |
| Indústrias extrativas                              | 2,90                                         | 262                                                                          | 55,52                                                                   | 471                                                                                     |
| Indústrias de transformação                        | 9,58                                         | 264                                                                          | 59,10                                                                   | 447                                                                                     |
| Comércio de mercadorias                            | 6,19                                         | 267                                                                          | 59,65                                                                   | 447                                                                                     |
| Comércio de valores, etc                           | 0,46                                         | 192                                                                          | 53,24                                                                   | 360                                                                                     |
| Transportes e comunicações                         | 4,41                                         | 268                                                                          | 63,19                                                                   | 424                                                                                     |
| Administração pública, justiça, ensino público     | 2,26                                         | 296                                                                          | 64,23                                                                   | 461                                                                                     |
| Defesa nacional e segurança pública                | 1,58                                         | 146                                                                          | 43,35                                                                   | 337                                                                                     |
| Profissões liberais, ensino particular, culto, etc | 0,78                                         | 196                                                                          | 50,52                                                                   | 389                                                                                     |
| Serviços sociais e atividades sociais              | 4,07                                         | 243                                                                          | 55,79                                                                   | 436                                                                                     |
| Atividades domésticas e escolares                  | 1,16                                         | 155                                                                          | 32,98                                                                   | 470                                                                                     |
| Inativos, etc                                      | 4,17                                         | 300                                                                          | 49,86                                                                   | 601                                                                                     |
| <b>CONJUNTO DOS HOMENS DE 20 A 79 ANOS</b>         | <b>100,00</b>                                | <b>340</b>                                                                   | <b>63,26</b>                                                            | <b>538</b>                                                                              |

No estudo da fecundidade masculina no Brasil, deve-se atribuir grande importância aos três grandes ramos de atividade aos quais pertencem 78,21% dos homens de 20 a 79 anos: o da agricultura e pecuária (62,44%), o das indústrias de transformação (9,58%) e o do comércio de mercadorias (6,19%). As populações rurais exercem suas ocupações quase exclusivamente no primeiro; os habitantes das cidades estão ocupados principalmente nos dois outros.

No ramo, numericamente preponderante, das atividades agrícolas e pastoris, a proporção de filhos tidos nascidos vivos por 100 homens de 20 a 79 anos (390) é superior à média nacional (340). Esta alta fecundidade depende, seja da proporção elevada de homens que tiveram filhos nascidos vivos (67,3%, em comparação com a média geral de 63,3%), seja da elevada proporção de filhos tidos por 100 homens de 20 a 79 anos que tiveram filhos nascidos vivos (579, em comparação com a média geral de 538).

A proporção de filhos nascidos vivos tidos pelos agricultores (390 por 100 de 20 a 79 anos) é muito superior às dos tidos pelos homens ocupados nas indústrias de transformação (264) e no comércio de mercadorias (267). Entre os primeiros, a proporção dos que tiveram filhos nascidos vivos (67,3%) ultrapassa fortemente as proporções observadas nos dois outros ramos de atividade (59,1% e 59,7%, respectivamente). Também, entre os agricultores, a proporção de filhos tidos nascidos vivos por 100 homens de 20 a 79 anos que tiveram filhos nascidos vivos (579) ultrapassa de muito as proporções observadas nos dois outros ramos (447 para ambos).

A fim de eliminar a influência das diferenças existentes na composição por idade dos homens ocupados nos três ramos de atividade, apresentam-se abaixo dados por grupos decenais de idade.

| IDADE<br>(Anos completos) | FILHOS TIDOS NASCIDOS VIVOS<br>POR 100 HOMENS |           |          | NUMEROS INDICES<br>(Proporção na agricultura<br>= 100) |          |
|---------------------------|-----------------------------------------------|-----------|----------|--------------------------------------------------------|----------|
|                           | Agricultura                                   | Indústria | Comércio | Indústria                                              | Comércio |
| 20 a 29                   | 83                                            | 60        | 54       | 72                                                     | 65       |
| 30 a 39                   | 366                                           | 259       | 241      | 71                                                     | 66       |
| 40 a 49                   | 623                                           | 455       | 417      | 73                                                     | 67       |
| 50 a 59                   | 749                                           | 565       | 521      | 75                                                     | 70       |
| 60 a 69                   | 789                                           | 635       | 596      | 80                                                     | 76       |
| 70 a 79                   | 821                                           | 672       | 636      | 82                                                     | 77       |

A inferioridade da proporção de filhos tidos pelos ocupados nas indústrias de transformação e no comércio de mercadorias, em relação à proporção de filhos tidos pelos ocupados na agricultura, tende a se atenuar com o aumentar da idade. Esta atenuação depende, em parte, do retardamento da idade inicial da procriação nos dois primeiros grupos, constituídos sobretudo por habitantes de zonas urbanas, em relação ao terceiro, quase exclusivamente formado por habitantes de zonas rurais, mas, em parte, ela pode significar que nas gerações velhas as diferenças de fecundidade entre os homens ocupados nestes ramos de atividade eram menos acentuadas do que o são nas gerações jovens.

O retardamento da idade inicial da procriação entre os homens ocupados nas indústrias de transformação e no comércio de mercadorias depende de circunstâncias peculiares ao meio urbano, desfavoráveis à constituição da família. Com efeito, o meio urbano exige do indivíduo a satisfação de maior número de requisitos para a constituição da família do que o rural. Daí resulta que, a idade média na data do casamento dos habitantes da cidade é mais elevada do que a dos moradores do campo, sendo, pois, necessariamente mais alta a percentagem de solteiros entre os primeiros do que entre os segundos.

Esta situação se reflete na percentagem de proflícos, mais baixa, em todos os grupos de idade, entre os ocupados nas indústrias de transformação e no comércio de mercadorias do que entre os ocupados na agricultura.

| IDADE<br>(Anos completos) | PERCENTAGEM DOS HOMENS QUE<br>TIVERAM FILHOS NASCIDOS VIVOS |           |          | NUMEROS INDICES<br>(Proporção na agricultura<br>= 100) |          |
|---------------------------|-------------------------------------------------------------|-----------|----------|--------------------------------------------------------|----------|
|                           | Agricultura                                                 | Indústria | Comércio | Indústria                                              | Comércio |
| 20 a 29                   | 36,4                                                        | 29,9      | 26,9     | 82                                                     | 74       |
| 30 a 39                   | 79,6                                                        | 71,5      | 68,9     | 90                                                     | 87       |
| 40 a 49                   | 87,7                                                        | 81,8      | 79,9     | 93                                                     | 91       |
| 50 a 59                   | 89,3                                                        | 84,9      | 82,1     | 95                                                     | 92       |
| 60 a 69                   | 89,7                                                        | 86,0      | 83,6     | 96                                                     | 93       |
| 70 a 79                   | 89,8                                                        | 85,9      | 84,3     | 96                                                     | 94       |

Nas idades de 20 a 29 anos, a prolificidade dos ocupados na indústria e no comércio é relativamente elevada, se bem que inferior à dos agricultores; são os casamentos precoces, mais freqüentes nas camadas sociais mais pobres, e realizados sob a preponderante influência de fatores biológicos, que contribuem para elevar a prolificidade nessas idades. A inferioridade torna-se mais acentuada nos grupos de idade de 30 a 59 anos, em consequência do retardamento da idade inicial da procriação e também, provavelmente, da limitação voluntária dos nascimentos. Somente nas gerações mais velhas esta inferioridade se atenua sensivelmente.

As diferenças entre a fecundidade dos ocupados na agricultura e a dos ocupados nas indústrias de transformação e no comércio de mercadorias põem em evidência o contraste existente entre a fecundidade das populações rurais e a das populações urbanas, contraste que é confirmado também pelo exame dos dados referentes aos demais ramos de atividade, numericamente menos importantes.

As atividades masculinas nos ramos dos transportes e comunicações, serviços e atividades sociais, administração pública, profissões liberais, comércio de valores, defesa nacional e ocupações domésticas e escolares são exercidas sobretudo no meio urbano. Como se pode verificar pelo exame da tabela III, a fecundidade dos homens em todos esses ramos de atividade é muito inferior à dos agricultores.

Entre as atividades principalmente urbanas, as das indústrias de transformação, do comércio de mercadorias, dos transportes e comunicações e dos serviços e atividades sociais têm como característica comum a predominância dos trabalhadores manuais. Esses ramos apresentam níveis pouco diferentes de fecundidade. A proporção de filhos tidos nascidos vivos por 100 homens de 20 a 79 anos ocupados nos transportes e comunicações (268) está muito próxima das que se observam entre os homens ocupados nas indústrias de transformação e no comércio de mercadorias; mas a proporção dos que tiveram filhos nascidos vivos (63,2%) é um pouco mais alta e a proporção de filhos tidos nascidos vivos por 100 homens de 20 a 79 anos que os tiveram (424) um pouco mais baixa. A proporção de filhos tidos nascidos vivos por 100 homens de 20 a 79 anos no ramo dos serviços e atividades sociais (243) é um pouco inferior à que se observa nos ramos da indústria, do comércio e dos transportes; a proporção dos que tiveram filhos nascidos vivos (55,8%) é mais baixa do que nestes três ramos; mas a proporção de filhos tidos nascidos vivos por 100 homens de 20 a 79 anos que os tiveram (436) é pouco diferente.

Se bem que aparentemente os ocupados na administração pública sejam caracterizados por índices de fecundidade mais elevados do que os dos outros ramos de atividade preponderantemente urbana (filhos tidos nascidos vivos por 100 homens de 20 a 79 anos, 296; proporção dos que tiveram filhos nascidos vivos, 64,2%; filhos tidos, nascidos vivos, por 100 homens de 20 a 79 anos que tiveram filhos nascidos vivos, 461), os dados por grupos decenais de idade mostram que em todos esses grupos sua fecundidade é inferior à que se observa entre os ocupados nas indústrias de transformação e que na maior parte desses grupos ela é apenas um pouco superior à que se observa entre os ocupados no comércio de mercadorias.

| IDADE<br>(Anos completos) | DADOS PARA OS OCUPADOS EM<br>ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA |                               |               |
|---------------------------|------------------------------------------------------------------|-------------------------------|---------------|
|                           | Fecundidade                                                      | Porcentagem<br>de proflíficos | Prolificidade |
| 20 a 29                   | 58                                                               | 29,65                         | 196           |
| 30 a 39                   | 239                                                              | 70,18                         | 340           |
| 40 a 49                   | 426                                                              | 81,95                         | 520           |
| 50 a 59                   | 545                                                              | 84,49                         | 646           |
| 60 a 69                   | 630                                                              | 85,82                         | 734           |
| 70 a 79                   | 667                                                              | 87,11                         | 766           |

Neste ramo, a representação dos trabalhadores intelectuais é relativamente elevada, mas a maioria dos ocupados exerce funções bastante humildes e modestamente remuneradas. Por isso, a fecundidade é da mesma ordem da dos ramos

de atividades principalmente urbanas em que predominam os trabalhadores manuais.

A percentagem de proflícos dêste ramo, bem como a sua proporção de filhos tidos nascidos vivos por 100 homens de 20 a 79 anos que os tiveram, são, igualmente, da mesma ordem que as dos ramos das indústrias de transformação e do comércio de mercadorias, em todos os grupos decenais de idade.

Nos ramos das atividades de caráter urbano em que predominam os trabalhadores intelectuais, os níveis de fecundidade são bem inferiores aos dos ramos em que predominam os trabalhadores manuais. Entre os ocupados nas profissões liberais, etc., a proporção de filhos tidos nascidos vivos por 100 homens de 20 a 79 anos é de 196; entre os ocupados no comércio de valores, ela é de 192. Estes níveis correspondem apenas à metade do que se observa entre os agricultores. A proporção dos que tiveram filhos nascidos vivos é de 50,5% no primeiro dêesses ramos (em que a presença de membros do clero, votados ao celibato, contribui para diminuí-la) e de 53,2% no segundo. A proporção de filhos tidos nascidos vivos, por 100 homens de 20 a 79 anos que os tiveram, é de 389 num e de 360 no outro, isto é, bastante baixa no quadro brasileiro.

O baixo nível da proporção de filhos tidos por 100 homens de 20 a 79 anos no ramo da defesa nacional (146), em que predominam os jovens em serviço militar obrigatório, é determinado sobretudo pela presença dêstes. Eliminando-se êsses militares temporários, a proporção de filhos tidos por 100 homens, calculada para o conjunto das idades de 30 a 79 anos, que compreendem sobretudo militares de profissão, se eleva para 290; a proporção de proflícos atinge 73,7%; e a proporção de filhos tidos nascidos vivos por 100 homens de 20 a 79 anos que os tiveram, 393. Os níveis dêstes índices podem ser considerados normais para os ramos de atividade de caráter urbano.

Os ramos dos inativos e das atividades domésticas e escolares têm pouca importância para o nosso estudo. Suas médias gerais são fortemente influenciadas pela alta proporção dos grupos de idades senis, no primeiro dêstes ramos, e dos grupos de idades juvenis, no segundo.

A fecundidade dos ocupados nas indústrias extrativas apresenta características muito interessantes. Se bem que êste ramo de atividade seja exercido principalmente no meio rural, a proporção de filhos tidos nascidos vivos por 100 homens de 20 a 79 anos (262) difere pouco das que encontramos entre os ocupados nas indústrias de transformação, no comércio e nos transportes, atividades de caráter urbano. Mas a percentagem dos homens que tiveram filhos nascidos vivos (55,5%) é nitidamente inferior, enquanto a proporção dos filhos tidos nascidos vivos por 100 homens de 20 a 79 anos que os tiveram (471) é nitidamente superior. Estas diferenças devem depender, pelo menos em parte, da diversidade de caracteres dos dois tipos de atividades extrativas: as que são exercidas em grande escala (minas, pedreiras, exploração de florestas, etc.) e as que são exercidas em pequena escala (garimpagem de ouro, de pedras preciosas, extração de borracha, de cêra e de fibras vegetais, etc.). Nas indústrias do primeiro tipo predominam os trabalhadores com domicílio fixo, formando aglomerações relativamente importantes em tôrno das grandes minas, para os quais as circunstâncias do meio favorecem o casamento e a procriação, enquanto nas indústrias do segundo tipo predominam os trabalhadores nômades, para os quais a própria natureza das atividades exercidas opõe grandes obstáculos à constituição e à multiplicação da família.

GIORGIO MORTARA  
(Do Laboratório de Estatística)

## NOTA SÔBRE A DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA

The rich man employs a butler, a valet, a secretary, a laundress,  
a cook and a housekeeper; the poor man just gets married

J M HENRY

**P**ARA delimitar de maneira satisfatória a parte da população que deve ser considerada economicamente ativa, é necessário partir da definição da atividade econômica.

Tôda ação que visa a produzir<sup>1</sup> bens materiais ou serviços aptos para satisfazer necessidades individuais ou sociais constitui uma atividade econômica.

S Kuznets, após ter definido a renda nacional produzida com "o total líquido dos bens materiais e dos serviços produzidos pela população dum país", declara que ela "é o produto final da atividade econômica do país"<sup>2</sup>.

O motivo psíquico da ação econômica não altera seu caráter: quem pesca um peixe destinado à sua própria mesa ou à de outrem realiza sempre uma ação econômica, seja êle pescador de profissão, que ganha a vida, ou amador, que busca a diversão, ou condenado a trabalhos forçados, que cumpre uma tarefa imposta. E quem prepara e cozinha, para si próprio ou para outrem, aquêle peixe realiza também uma ação econômica, qualquer que seja a sua condição: cozinheiro assalariado do restaurante ou dona de casa que apronta o jantar para a família.

Nenhum outro aspecto que a ação econômica apresentar pode tirar-lhe seu caráter: seja ela espontânea ou imposta, remunerada ou gratuita, a ação que visa à produção de um bem material ou de um serviço é uma ação econômica, em virtude do seu objeto e independentemente das condições particulares em que é realizada.

Isto é reconhecido implicitamente por A. Marshall, na sua clássica definição preliminar da ciência econômica como o estudo "daquela parte da ação individual e social que é mais estreitamente conexa com o uso dos meios materiais aptos a proporcionar o bem-estar"<sup>3</sup>. E é afirmado explicitamente, mais adiante, pelo eminente economista, quando êle, depois de ter definido a renda social como a soma das rendas individuais, esclarece que os serviços domésticos remunerados devem ser nela incluídos, e, embora reconhecendo a dificuldade prática de avaliar os serviços domésticos não remunerados, adverte que êles também devem ser incluídos, dizendo "Há certa incoerência na omissão do pesado trabalho doméstico efetuado pelas mulheres e por outros membros das famílias que não têm empregados"<sup>4</sup>. (Parece óbvia a consequência de que, mesmo nas famílias que têm empregados, a contribuição dos próprios familiares para o trabalho doméstico não pode ser excluída, visto que se trata do mesmo gênero de trabalho).

<sup>1</sup> "Produzir", no sentido etimológico da palavra, que coincide com o sentido econômico e que pode ser expresso por "tornar disponíveis".

<sup>2</sup> Na "Encyclopaedia of the Social Sciences", vol. XI (New York, Macmillan 1933), ao artigo *National Income*, pág. 205.

Kuznets, que merece respeito e admiração pela sua obra de estatístico e economista, é aqui criticado apenas como expositor de conceitos dos quais não lhe cabe a paternidade.

<sup>3</sup> *Principles of Economics* (8th edition, London, Macmillan, 1936), pág. 1.

<sup>4</sup> *Op cit*, págs. 79-80.

Insistindo sôbre a noção — lógicamente incontestável, a meu ver — que a qualificação de “econômica” depende do objeto de uma ação e não do seu motivo ou das circunstâncias particulares em que ela é realizada, não pretendo absolutamente negar a legitimidade e a conveniência das múltiplas classificações, que podem ser feitas, dessas ações. Para o homem de estudos, para o homem de negócios ou para o homem de governo, pode ser útil discriminá-las em espontâneas e impostas, em remuneradas e não remuneradas, em profissionais e não profissionais, em domésticas e extra-domésticas, etc., e cada uma dessas classes pode ser, por sua vez, subdividida; e as diversas classificações podem ser combinadas entre si; e às classificações desses tipos podem ser acrescentadas ou associadas outras, baseadas na natureza e nos resultados do trabalho prestado.

Mas nenhuma exigência de classificação pode impor ou sugerir que seja negado o caráter econômico de ações às quais êle é inerente.

**A** ação econômica tem por objeto a satisfação de necessidades não somente individuais como também sociais

Uma necessidade social é a da preparação contínua de elementos novos aptos para substituir os trabalhadores adultos que vêm sendo eliminados pela morte ou pela invalidez. A instrução geral e técnica constitui a base dessa preparação, e o rapaz que freqüenta a escola ou aprende um ofício cumpre uma ação econômica de importância essencial para a sociedade. A gratuidade, parcial ou total, da instrução é a instituição de bolsas de estudo, nos países modernos, são reconhecimentos evidentes dessa importância.

É verdade que o aprender constitui uma ação econômica preparatória, e não realizadora; mas quantas ações das quais não se contesta o caráter econômico — como a instrução do soldado, o desbravamento de um terreno, a pesquisa de uma jazida mineral, o projeto de um novo motor, e mil outras — têm a mesma natureza de ações preparatórias!

Convém discriminar os que estão adquirindo capacidades que serão úteis a êles próprios ou à sociedade no futuro, dos que já estão aproveitando as capacidades adquiridas, mas nem por isso deve-se negar o caráter econômico da atividade dos primeiros, cessando a qual a sociedade se encaminharia rapidamente para a ruína.

**O**UTRA categoria de ações econômicas tem como cena o lar e como atores não remunerados a dona de casa e, amiúde, outros membros da família. Cozinhar, lavar, engomar, remendar, arrumar as camas, varrer, e muitos outros trabalhos domésticos, são ações econômicas, independentemente seja do lugar onde são cumpridas (lar, internato, hotel) seja da circunstância de ser, ou não, remunerado o que as cumpre.

Parece-me, portanto, existir uma contradição — efeito, talvez, da inércia intelectual que amiúde nos faz aceitar sem exame a opinião predominante — entre a definição da renda nacional adotada por Kuznets e a sua declaração sucessiva de que da estimativa dessa renda “devem ser excluídos, por acôrdo geral dos estudiosos do problema, os serviços das donas de casa e de outros membros da família, apesar da grande importância destas partidas”.

Advirta-se que aqui não se discute se os serviços domésticos devem ser, ou não, incluídos na *avaliação monetária* da renda nacional (nesse caso, a exclusão poderia ser justificada pela extrema dificuldade de medir em moeda a utilidade desses serviços). Aqui trata-se apenas de decidir se êles fazem parte, ou não, da renda nacional, e o nosso autor, que, aliás, apenas repete o motivo em voga, os exclui apenas porque tais atividades são em grande parte determinadas por motivos não econômicos e pertencem antes à vida em geral do que à verdadeira atividade econômica profissional<sup>5</sup>.

Que olvido da definição de Marshall, “Economics is a study of mankind in the ordinary business of life”, e que confusão de idéias!

De acôrdo com essas restrições, a renda nacional produzida não inclui mais todos os bens materiais e serviços produzidos, mas apenas os que procedem de atividades suscitadas pelo motivo econômico, e êstes mesmos, só se as atividades correspondentes tiverem caráter profissional.

Kuznets, como muitos dos outros estudiosos que se ocuparam dêste assunto, partindo do fato certo de que na organização econômica moderna inúmeros bens materiais e serviços são produzidos para o mercado e são avaliados em moeda

<sup>5</sup> Op cit, pág 209

nas trocas, tende — talvez inconscientemente — a excluir da renda nacional os bens que não dão lugar a trocas monetárias. É verdade que êle os encaixa na sua diligente análise<sup>6</sup>, subdividindo-os em vários tipos, dos quais aqui interessa apenas o terceiro, “bens materiais e serviços a que não corresponde pagamento em moeda”, tipo que compreende os bens materiais e os serviços “produzidos e consumidos dentro da unidade econômica particular”

No que diz respeito a êstes, êle observa, “o problema principal consiste na discriminação entre a atividade econômica e a não econômica, porque somente a rígida separação entre uma e a outra permitirá incluir, ou não, na renda nacional certos bens, como as mercadorias produzidas por passatempo, os serviços de bens duráveis de uso doméstico, ou os serviços pessoais das donas de casa e de outros membros da família. Mas não existe uma regra inflexível e pronta, mercê da qual a atividade econômica possa ser discriminada da vida social e individual em geral”

Assim, embora entrevedo o absurdo do resultado, o autor procura justificar a exclusão dos serviços pessoais, aduzindo a necessidade de considerar “a importância dos motivos econômicos, a regularidade da atividade e a proporção em que os bens materiais e os serviços são destinados ao mercado”

Se, jantando com minha família, consumo uma lebre, a satisfação que ela oferece à nossa necessidade de alimentos é perfeitamente igual quer se ela tiver sido apanhada por um caçador de profissão, que a vendeu a nós, quer por um caçador de ocasião, que a doou a nós, quer por um caçador clandestino, a quem a confiscamos

As circunstâncias de que o motivo seja econômico ou não econômico, de que a atividade seja regular ou irregular, de que a proporção em que os bens ou serviços produzidos são destinados ao mercado seja alta ou baixa, não têm nenhuma importância para a determinação do caráter da ação. Esta é econômica se o resultado que dela se espera é destinado a satisfazer necessidades individuais ou sociais

Parece incrível que se possa afirmar que os bens regularmente produzidos e consumidos no âmbito doméstico devem ser incluídos na renda nacional somente “quando fizerem parte de um conjunto mais amplo destinado ao mercado”<sup>7</sup>. Então, quando êles forem totalmente consumidos na própria economia familiar que os produz, devem ser excluídos da renda nacional?

Note-se que Kuznets explicitamente refere essa limitação ao sistema econômico moderno ocidental. Presumo que num sistema atrasado de economias familiares auto-suficientes êle consentiria em incluir êsses bens na renda nacional (e como poderia não consentir?) Mas, então, o caráter econômico ou não econômico de uma ação depende do regime social em que ela é realizada? O trigo produzido e consumido na pequena fazenda faz parte da renda nacional no Nepal e não faz parte dela na Inglaterra? O trabalho dos escravos antigos que edificavam as pirâmides no Egito era atividade econômica, e o dos escravos modernos que cavam canais e constroem diques na Rússia Soviética não é atividade econômica?

Voltando, agora, aos serviços das donas de casa e de outros membros da família, é claro que êles constituem ações econômicas, apesar de serem em parte determinados por motivos não econômicos. Os mesmos serviços, prestados no lar por pessoal assalariado, são incluídos, sem objeções, na renda nacional. Os mesmos serviços, prestados fora do lar (num hotel, num asilo, num laboratório de alfaiate ou de modista, etc.), são também incluídos sem objeções. Por que? Únicamente porque são remunerados. Mas a remuneração, em moeda ou *in natura*, não altera o caráter do serviço. Admitir o contrário significa admitir que, se a mulher de Fulano passa a governar a casa de Sicrano e a de Sicrano passa a governar a casa de Fulano — cada uma delas sendo remunerada para fazer o que dantes a outra fazia de graça —, suas atividades deverão ficar incluídas na renda nacional, da qual dantes estavam excluídas. Realizada em vasta escala, essa troca de posições faria aumentar brusca e fortemente a renda nacional, sem que houvesse nenhum aumento real dos serviços que entram na sua composição

Via de regra, em dada família, os cuidados da cozinha são confiados a uma empregada. Esta sai, para gozar um mês de férias, e é substituída pela dona da casa. Segundo o critério corrente, admite-se que a cozinheira desenvolve uma atividade econômica, mas se nega que a desenvolva a patroa. Por coerência, deveríamos considerar como falecida por inanição toda a família, antes da volta da empregada ao seu fogão

<sup>6</sup> *Op cit*, pág. 209

<sup>7</sup> *Op cit*, pág. 208

A verdade é que tôdas as ações humanas podem ser encaradas nos seus diversos aspectos, dos quais o econômico é apenas um. Se quisermos classificar essas ações segundo o motivo, podemos e devemos admirar o espírito de sacrifício que anima a atividade da mãe de família; mas se quisermos classificá-las segundo o resultado a que visam, devemos reconhecer que a obra assídua dessa mulher visa a satisfazer às necessidades dos seus entes queridos e dela mesma, e constitui, portanto, uma atividade econômica.

**N**EM tôdas as ações econômicas conseguem o resultado a que tendiam, mas isto não altera seu caráter e apenas influi sobre a avaliação do seu resultado. Às vezes o clima adverso priva o agricultor da safra que seu trabalho preparara e merecia, mas nem por isso a sua atividade anterior de sementeiro e cultivador perde o caráter econômico, embora não lhe corresponda nenhuma contribuição positiva para a renda nacional (Antes, no cálculo da renda líquida do agricultor em particular e do país em geral, deverá ser levado em conta entre as passividades o valor da semente desperdiçada, do trabalho vão, etc., enquanto entre as atividades só figurarão os resultados obtidos, isto é, nada, no caso)

Nem tôdas as ações econômicas dão resultados avaliáveis em moeda. Se a maior parte de determinada atividade é destinada a produzir um bem material ou um serviço para o mercado, pode-se, sem excessivo arbítrio, avaliar o resultado da parte restante segundo o preço do mercado. Mas se, pelo contrário, uma parte preponderante de determinada atividade é destinada a produzir bens materiais e serviços para uso da família ou de outro grupo, como no trabalho das donas de casa, a sua avaliação em moeda deixa tamanha margem de arbítrio que em geral se renuncia a tentá-la.

Essa dificuldade prática, porém, não significa que os bens materiais e os serviços assim produzidos não fazem parte da renda nacional. A avaliação em moeda é apenas uma tentativa grosseira e inadequada de exprimir numa unidade de medida comum uma parte das rendas individuais e sociais e da renda nacional (a parte maior, nos sistemas baseados na troca monetária). A parte restante subtrai-se a qualquer avaliação, em virtude da sua própria natureza.

Também por esta razão — e não somente por esta — tornam-se amiúde bem falazes as conclusões baseadas nas comparações internacionais, e mesmo nas comparações interregionais, de rendas totais e médias por habitante, tão usadas e abusadas nos últimos anos<sup>8</sup>.

\* \* \*

**D**EFINIR a atividade econômica e delimitar em dada população a parte que pode ser considerada economicamente ativa são duas tarefas diferentes.

A mesma expressão “economicamente ativa” pode ser usada em duas significações diversas e aplicadas para objetivos diversos.

Na primeira dessas significações, consideram-se economicamente ativas as pessoas que cumprem habitualmente ações econômicas.

Na segunda significação, mais restrita, consideram-se economicamente ativas as pessoas cuja renda produzida excede a consumida.

É na primeira significação que se procura discriminar, entre os habitantes dum país, os que contribuem para a formação da renda nacional, e classificá-los segundo o gênero dos bens materiais que eles produzem ou dos serviços que eles prestam.

É na segunda significação que se procura separar por limites de idade a parte da população cuja produção excede o consumo (por exemplo, pessoas de 15 a 59 anos) da parte cuja produção é nula ou inferior ao consumo (por exemplo, pessoas de 0 a 14 anos e de 60 anos e mais)<sup>9</sup>.

Nessas discriminações, amiúde cortam-se nós gordios. Nos recenseamentos, em geral, excluem-se da classificação dos habitantes segundo as atividades as crianças de idade inferior a 10 anos, embora, mesmo prescindindo-se do trabalho escolar, muitas delas — milhões, num grande país — contribuam em medida não desprezível para a produção de bens materiais e de serviços, especial-

<sup>8</sup> Vejam-se as agudas considerações de C. Gini, *Contenuto e impiego delle valutazioni del reddito nazionale*, em “Annali di Statistica”, série VIII, vol. III (Roma, Istituto Centrale di Statistica, 1950).

<sup>9</sup> Veja-se, por exemplo, G. Mortara, *La durée de la vie économiquement active suivant la mortalité* (Rio de Janeiro, I B G E., 1949).

mente nas zonas rurais. Leva-se em conta a atividade principal do recenseado e em geral se desprezam as atividades acessórias, que, entretanto, no conjunto podem trazer amplas contribuições para a renda nacional. Incluem-se entre os cuja produção é presumida superior ao consumo muitos que de fato consomem mais do que produzem, e entre os cuja produção é presumida inferior ao consumo muitos que de fato produzem mais do que consomem. Mas inexatidões como estas são inevitáveis nas classificações baseadas em apurações de massas como as do recenseamento, nas quais se torna indispensável fixar limites rígidos mesmo quando na realidade se passa de um para outro extremo através de inúmeras gradações. Só poderiam ser atenuadas, senão eliminadas, tais inexatidões em pesquisas limitadas e profundas, realizadas por pessoal especializado.

O que não pode ser admitido é que, recorrendo-se aos pretextos do motivo das ações ou da sua gratuidade, se excluam da população economicamente ativa as pessoas que exercem atividades não remuneradas, no lar e para o lar. E todavia, mesmo sobre este ponto, parece haver acôrdo geral. Numa recente publicação das Nações Unidas, aliás ôtimamente compilada, define-se a população economicamente ativa como o conjunto das pessoas "que fornecem o trabalho para a produção de bens e serviços econômicos, inclusive os empregadores, os trabalhadores independentes, os trabalhadores não remunerados membros da família e os trabalhadores remunerados"<sup>10</sup>. Mas, depois, esclarece-se que "as mulheres ocupadas em serviços domésticos no seu próprio lar foram excluídas da população economicamente ativa nas definições formuladas por tôdas as instituições internacionais"<sup>11</sup>.

A última observação tem algum valor, embora o fato de que um erro seja larga e autorizadamente sustentado não constitua motivo suficiente para aceitá-lo como verdade (se tivesse prevalecido esse princípio, estaríamos ainda com o sistema cósmico de Ptolomeu, ou até mais atrasados).

Cumprе acrescentar que os precedentes relativos a outras instituições internacionais não são tão conclusivos como parece pela citação referida acima. Uma comissão de peritos da Sociedade das Nações elaborou, em 1938, uma série de recomendações que visavam a delimitar e classificar a população ocupada com remuneração ("gainfully-occupied population"), da qual fica excluída uma parte considerável dos que exercem atividades econômicas<sup>12</sup>. Uma conferência internacional dos estatísticos do trabalho, em 1947, propôs-se definir o objeto e a estrutura das estatísticas da mão-de-obra, com referência explícita à atividade profissional, e não à atividade econômica em geral<sup>13</sup>.

Parece evidente que o objetivo principal nesse assunto foi o de delimitar a população "profissionalmente" ativa e não a "economicamente" ativa (que é mais ampla). Basta substituir "econômica" por "profissional" para que seja eliminado o erro na qualificação da atividade; com efeito, a atividade da dona de casa e de outros membros da família nos afazeres domésticos não é profissional.

O conceito de atividade "profissional" quase se confunde com o de atividade "remunerada", embora não coincidindo completamente com êle. Mas aqui não interessa aprofundar o exame da diferença entre êsses dois conceitos; só importa reafirmar enérgicamente que nem a atividade profissional nem a atividade remunerada abrangem tôdas as formas de atividade econômica; e que, portanto, a população economicamente ativa inclui categorias que ficam excluídas tanto da população profissionalmente ativa como da população com atividade remunerada.

**O** ECONOMISTA e o estatístico econômico visam, em primeiro lugar, a conhecer e descrever a realidade, de modo que aceitam como dado de fato o desenvolvimento da atividade humana para fins que não podem ser julgados úteis, antes devem ser julgados prejudiciais, do ponto de vista biológico, intelectual ou moral, para o indivíduo e para a sociedade.

Não protestamos, portanto, encontrando incluídos na população economicamente ativa o cultivador de fumo, o distribuidor de maconha, o banqueiro do bicho, a "artista" que exhibe a sua nudez na *boîte* e tantos outros emissários de Satã.

<sup>10</sup> *Application of International Standards to Census Data on the Economically Active Population* (New York, 1951), pág. 5.

<sup>11</sup> *Op cit.*, pág. 10.

<sup>12</sup> Veja-se League of Nations, *Statistics of the Gainfully-Occupied Population* (Genève, 1938), pág. 9.

<sup>13</sup> Veja-se Bureau International du Travail, *La sixième Conférence des statisticiens du travail* (Genève, 1948), págs. 13, 14, 57.

Em face dessa inclusão, entretanto, parece ainda menos admissível a exclusão das atividades domésticas, que na maior parte são úteis, e amiúde até indispensáveis, para fins biológicos, intelectuais ou morais.

**U**MA conseqüência da errada definição da população economicamente ativa, que põe em relêvo o seu absurdo, é que ela obriga a declarar — por necessidade lógica — “economicamente inativa”, ou até “inativa” *tout court*, uma parte da população que traz larga e generosa contribuição para a renda nacional

Por exemplo, no *Annuario Statistico Italiano, 1952*<sup>11</sup>, é qualificada “inativa” tôda a “população de idade inferior a 10 anos e a população de qualquer idade de condição não profissional ou de profissão e condição ignorada” O que ocorreria se tôdas as donas de casa e os outros membros da família que cuidam dos serviços domésticos quisessem traduzir em realidade essa definição e cruzassem os braços? Um caos; pior do que a greve geral.

Pode-se objetar que a qualificação aplicada é puramente convencional e que por isso não é necessário que ela concorde com a significação usual da palavra Mas tôda convenção tem seus limites, e nenhuma pessoa sã de mente teria a idéia de chamar de branco ao que na língua corrente e na científica se chama prêto

O caso atual é ainda mais grave, porque a qualificação de inativas aplicada às donas de casa contravém ao mesmo tempo à gramática, à economia e ao senso comum Acrescente-se que na categoria dos “inativos” se confundem os que são efetivamente tais, como a criança recém-nascida e o velho paralítico, com os que de fato são intensamente ativos, como muitas donas de casa Não estaria reparado o inconveniente se a qualificação fôsse completada em “economicamente inativos”, e, talvez, nem mesmo conviria dizer “profissionalmente inativos”, dever-se-ia, antes, dizer “pessoas que exercem atividades não profissionais” Para evitar equívocos, a qualificação de inativos deve ficar reservada aos que são efetivamente tais, no sentido econômico da palavra.

**N**ÃO deveria tornar-se difícil pôr de acôrdo os peritos da estatística econômica em tôrno de uma série de definições, apropriadas para eliminar os erros que mancham as páginas de tantas publicações estatísticas

Todos os que cooperam para a produção de bens materiais ou de serviços destinados a satisfazer necessidades individuais ou sociais fazem parte da população economicamente ativa (na prática, poder-se-á acrescentar a condição de que sua atividade seja habitual, e não apenas ocasional)

Entre êstes, podem ser discriminados os que exercem atividades realizadoras e os que exercem atividades apenas preparatórias

Os primeiros podem ser subdivididos segundo o objeto de sua atividade, estranho ou inerente aos serviços domésticos; e em ambas as classes assim formadas podem ser discriminados os que percebem uma remuneração e os que não a percebem

Os dois grupos de remunerados constituem a população profissionalmente ativa; podem ser, por sua vez, submetidos a variadas subclassificações, como as usadas nas estatísticas atuais.

Também nos dois grupos de não remunerados poderão ser introduzidas subdivisões Entre estas, parecem ser especialmente importantes a que visa a discriminar, entre os trabalhadores domésticos, os que dedicam uma atividade intensa e contínua aos serviços do lar e os que neles participam apenas em medida reduzida, e a que visa a discriminar, entre os trabalhadores extra-domésticos, os ocupados livremente e os ocupados em regime de trabalho forçado.

<sup>11</sup> Pág. 29.

## Ilustração da Influência da Mortalidade e da Natalidade sobre a Composição por Idade da População

VISANDO-SE ao objetivo de ilustrar a influência da mortalidade e da natalidade sobre a composição por idade da população, pareceu interessante comparar as distribuições por idade de três populações com as mesmas taxas de mortalidade por anos de idade mas com taxas de fecundidade fortemente diferentes

Em primeiro lugar calculou-se a distribuição por idade de acordo com as taxas de mortalidade da população masculina branca dos Estados Unidos observada no período 1939-41<sup>1</sup>. Em segundo lugar efetuaram-se os cálculos paralelos de acordo com a mortalidade da população masculina da Índia observada no período 1941-50<sup>2</sup>. Segundo a tábua de sobrevivência dos Estados Unidos, a vida média aproxima-se de 63 anos; segundo a da Índia, não chega a 33 anos. Os dados referentes a essas duas populações são, portanto, bem apropriados para o estudo comparativo da influência do nível baixo ou elevado da mortalidade sobre a composição por idade da população

Esta composição foi calculada, nas duas aplicações especificadas acima

a) para a "população estacionária" correspondente à tábua de sobrevivência,

b) para uma população com as mesmas taxas de mortalidade da população considerada, em cada ano de idade, mas com um número de nascimentos crescente anualmente em progressão geométrica de razão 1,02 ("população progressiva");

c) para uma população com as mesmas taxas de mortalidade da população considerada, em cada ano de idade, mas com um número de nascimentos decrescente anualmente em progressão geométrica de razão 1/1,02 ("população regressiva").

Adotaram-se essas hipóteses de progressão ou regressão muito rápida para dar maior relevo à influência da diferença entre a natalidade e a mortalidade sobre a composição por idade

Os cálculos foram feitos por anos de idade e os resultados foram grupados por quinquênios<sup>3</sup>. Dos dados assim grupados foram deduzidas as proporções por 1 milhão de habitantes constantes das tabelas 1 (Estados Unidos) e 2 (Índia) e resumidas por intervalos de idade mais amplos na tabela 3

A MARCHA do número dos vivos em função da idade é diferente nas diversas populações supostas

Nas populações estacionárias, o número dos vivos diminui de maneira contínua ao subir da idade, muito mais rapidamente na população do tipo indiano do que na do tipo estadunidense

Nas populações progressivas, a diminuição do número dos vivos ao subir da idade é, também, contínua e é muito mais rápida do que nas populações estacionárias. Entre a população do tipo indiano e a do tipo estadunidense

<sup>1</sup> Bureau of the census, *United States Life Tables and Actuarial Tables, 1939-41*, by T N Greville, Washington, 1946, págs 34 e 35

<sup>2</sup> *Census of India, Life Tables, 1951 Census*, by S P Jain, New Delhi, 1954, págs 35 e 36

<sup>3</sup> Por falta de espaço não se reproduzem aqui os resultados desses cálculos, que serão incluídos na edição completa do estudo resumido na presente comunicação

observa-se uma diferença do mesmo sentido daquela que se verifica nas populações estacionárias, e mais marcada

Na população regressiva do tipo estadunidense, o número dos vivos aumenta com a idade até 57 anos, prevalecendo a influência do maior número inicial de componentes das gerações anteriores sobre a da mortalidade, mas nas idades seguintes prevalece esta última influência e o número dos vivos vai diminuindo. Na população regressiva do tipo indiano, a influência da mortalidade prevalece sobre a do maior número inicial de componentes das gerações anteriores nas idades da infância e da adolescência, apenas a partir de 21 anos a segunda influência prevalece durante algum tempo, aumentando o número dos vivos até a idade de 39 anos, mas além desta idade volta a prevalecer, definitivamente, a influência da mortalidade, e o número dos vivos diminui muito mais rapidamente do que na população regressiva do tipo estadunidense

**O** SENTIDO da influência da mortalidade sobre a composição por idade é evidente *a priori* a mortalidade elevada tende a determinar uma alta proporção de crianças e uma baixa proporção de velhos, e a mortalidade baixa age no sentido oposto. Mas nossos cálculos dão *a medida* das diferenças, através da comparação entre as duas populações estacionárias

Na população estacionária de mortalidade baixa (Estados Unidos), a proporção das idades de 0 a 14 anos é apenas de 22,45%, enquanto ela sobe para 31,84% na população estacionária de mortalidade elevada (Índia)

A proporção das idades de 65 anos e mais, pelo contrário, atinge 11,20% na primeira dessas populações e desce para 3,96% na segunda

Não há grande diferença entre as proporções das idades de 15 a 64 anos nessas duas populações (Estados Unidos 66,35%, Índia 64,20%)

\* \* \*

**A** INFLUÊNCIA da natalidade sobre a composição por idade pode ser apreciada pela comparação entre as três populações — progressiva, estacionária e regressiva —, cujas taxas de mortalidade por anos de idade são supostas iguais

A proporção das idades de 0 a 14 anos é bem maior na população fortemente progressiva do que na estacionária, e bem maior nesta do que na fortemente regressiva, como se vê pelos dados seguintes

|                 |               |             |              |
|-----------------|---------------|-------------|--------------|
| Estados Unidos: | Progr 35,83%, | Est 22,45%, | Regr 11,76%, |
| Índia           | Progr 45,06%, | Est 31,84%, | Regr 19,61%  |

A comparação entre as proporções correspondentes, respectivamente, à mortalidade estadunidense e à indiana mostra que a combinação de uma mortalidade elevada com uma natalidade muito maior (população progressiva do tipo indiano) aumenta fortemente a proporção das idades de 0 a 14 anos, enquanto a combinação de uma mortalidade baixa com uma natalidade muito menor (população regressiva do tipo estadunidense) a diminui fortemente

A proporção das idades de 65 anos e mais é bem menor na população fortemente progressiva do que na estacionária, e bem menor nesta do que na fortemente regressiva

|                |              |             |              |
|----------------|--------------|-------------|--------------|
| Estados Unidos | Progr 4,88%, | Est 11,20%, | Regr 21,68%, |
| Índia          | Progr 1,57%, | Est 3,96%,  | Regr 8,71%   |

A combinação de uma mortalidade elevada com uma natalidade muito maior diminui fortemente a proporção das idades de 65 anos e mais, enquanto a combinação de uma mortalidade baixa com uma natalidade muito menor a aumenta fortemente

A influência da natalidade sobre a proporção das idades de 15 a 64 anos é considerável. A proporção destas idades na população progressiva é bem menor do que na estacionária, onde a proporção, por sua vez, é menor do que na regressiva, sendo porém pequeníssima a diferença no tipo estadunidense

|                |               |             |              |
|----------------|---------------|-------------|--------------|
| Estados Unidos | Progr 59,29%, | Est 66,35%, | Regr 66,56%, |
| Índia          | Progr 53,37%, | Est 64,20%, | Regr 71,68%  |

A proporção mais baixa dessas idades corresponde à combinação de uma mortalidade elevada com uma natalidade muito maior, enquanto a proporção mais elevada corresponde à combinação de uma mortalidade elevada com uma natalidade relativamente baixa

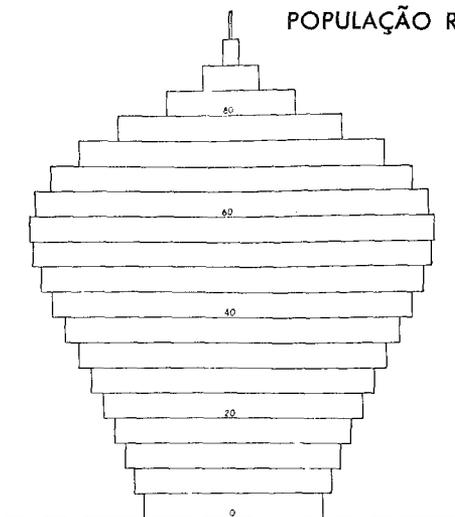
**A** RAZÃO entre o número dos velhos (pessoas de 65 anos e mais) e o das crianças (pessoas de 0 a 14 anos) apresenta as variações seguintes

|                 |               |             |               |
|-----------------|---------------|-------------|---------------|
| Estados Unidos: | Progr 13,61%, | Est 49,91%, | Regr 184,38%, |
| Índia           | Progr 3,50%,  | Est 12,45%, | Regr 44,41%.  |

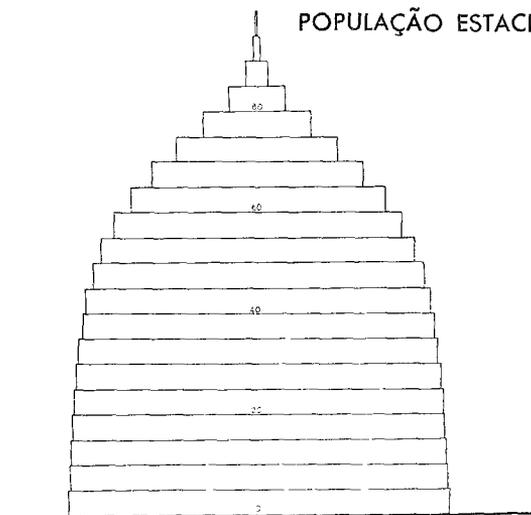
# ESTADOS UNIDOS

COMPOSIÇÃO POR IDADE SEGUNDO AS TAXAS DE MORTALIDADE POR ANOS DE IDADE DA POPULAÇÃO MASCULINA DOS ESTADOS UNIDOS (1939-41)

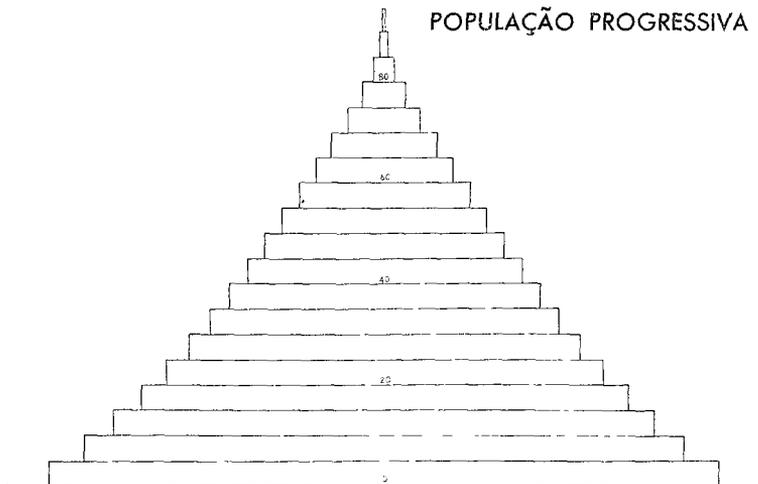
## POPULAÇÃO REGRESSIVA



## POPULAÇÃO ESTACIONADA



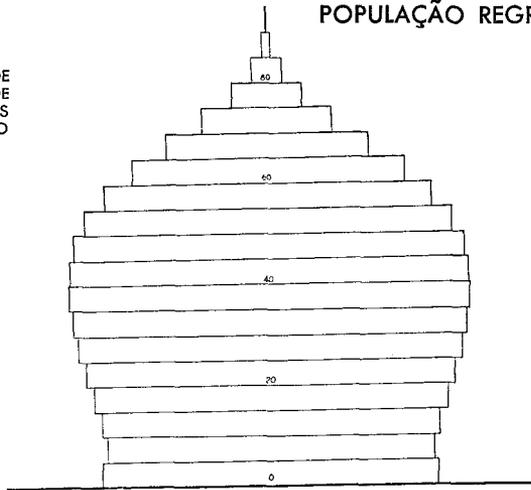
## POPULAÇÃO PROGRESSIVA



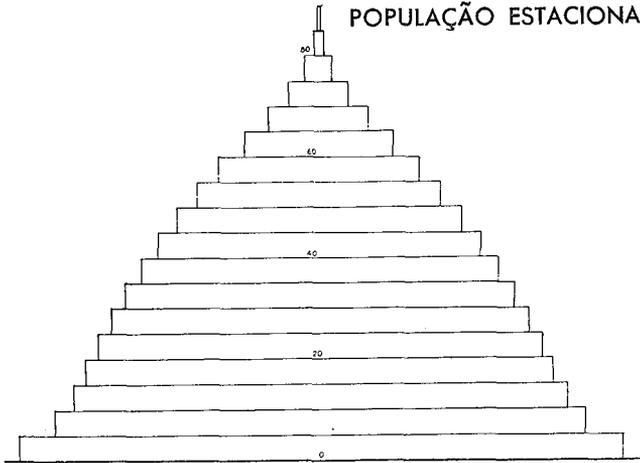
# ÍNDIA

COMPOSIÇÃO POR IDADE  
SEGUNDO AS TAXAS DE  
MORTALIDADE POR ANOS  
DE IDADE DA POPULAÇÃO  
MASCULINA DA ÍNDIA  
(1941-50)

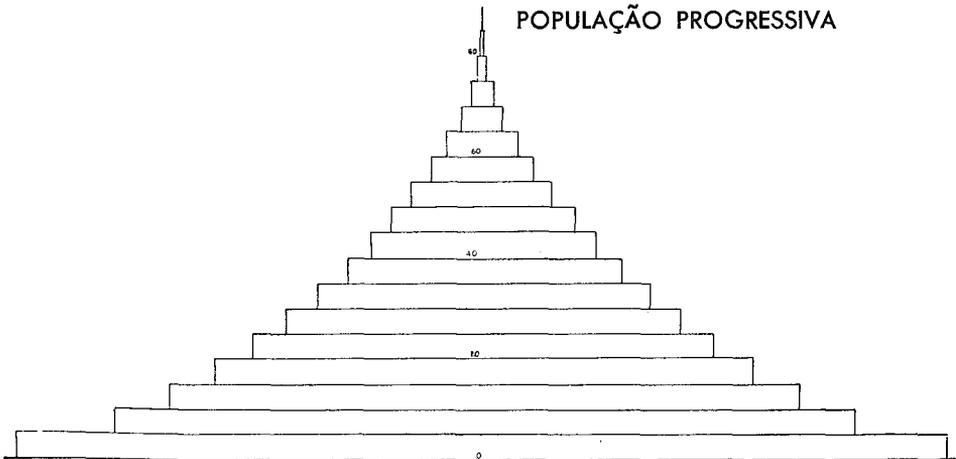
## POPULAÇÃO REGRESSIVA



## POPULAÇÃO ESTACIONADA



## POPULAÇÃO PROGRESSIVA



Esta razão atinge seu mínimo na população fortemente progressiva com mortalidade elevada e seu máximo na população fortemente regressiva com mortalidade baixa

Nos PARÁGRAFOS anteriores, a mortalidade do tipo estadunidense foi constantemente considerada "baixa" Esta qualificação é justificada pelo baixo nível das taxas de mortalidade por anos de idade, que fica o mesmo nas três populações supostas Mas, calculando-se as taxas de mortalidade geral, obtém-se um valor relativamente elevado para a população regressiva do tipo estadunidense, em consequência da proporção muito elevada das idades maduras e senis Na população progressiva do mesmo tipo, pelo contrário, a taxa de mortalidade geral torna-se muito baixa e bem menor do que a da população estacionária

Na população regressiva do tipo indiano, a taxa de mortalidade geral é moderadamente superior à da população progressiva, a qual é apenas ligeiramente inferior à da população estacionária

As taxas de mortalidade geral e de natalidade geral, por 1 000 habitantes, das populações consideradas, são as seguintes

Mortalidade

|                |       |       |        |        |        |        |        |
|----------------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Estados Unidos | Progr | 9,35, | Est    | 15,92, | Regr   | 27,17, |        |
| Índia          | :     | Progr | 30,02, | Est    | 30,82, | Regr   | 36,42, |

Natalidade

|                |       |        |        |        |        |       |       |
|----------------|-------|--------|--------|--------|--------|-------|-------|
| Estados Unidos | Progr | 29,35, | Est    | 15,92, | Regr   | 7,17, |       |
| Índia          | :     | Progr  | 50,02, | Est    | 30,82, | Regr  | 16,42 |

Pode-se observar que a simples comparação das taxas de mortalidade geral faria supor grandes diferenças entre as diversas populações do tipo estadunidense, enquanto na realidade as taxas de mortalidade por anos de idade são as mesmas nessas três populações

TABELA 1

Composição por idade de três populações — estacionária, progressiva e regressiva — com taxas de mortalidade por anos de idade iguais às da população masculina dos Estados Unidos

| IDADE<br>(Anos completos) | PROPORÇÕES POR 1 MILHÃO DE VIVOS NA POPULAÇÃO |                  |                  |
|---------------------------|-----------------------------------------------|------------------|------------------|
|                           | Estacionária                                  | Progressiva      | Regressiva       |
| 0 — 4                     | 75 466                                        | 132 494          | 35 699           |
| 5 — 9                     | 74 714                                        | 118 794          | 39 026           |
| 10 — 14                   | 74 315                                        | 107 020          | 42 858           |
| 15 — 19                   | 73 805                                        | 96 268           | 46 992           |
| 20 — 24                   | 73 059                                        | 86 314           | 51 358           |
| 25 — 29                   | 72 181                                        | 77 238           | 56 021           |
| 30 — 34                   | 71 188                                        | 68 996           | 61 000           |
| 35 — 39                   | 69 926                                        | 61 386           | 66 152           |
| 40 — 44                   | 68 187                                        | 54 219           | 71 216           |
| 45 — 49                   | 65 683                                        | 47 312           | 75 730           |
| 50 — 54                   | 62 079                                        | 40 508           | 79 100           |
| 55 — 59                   | 57 028                                        | 33 716           | 80 121           |
| 60 — 64                   | 50 321                                        | 26 954           | 78 021           |
| 65 — 69                   | 41 939                                        | 20 358           | 71 754           |
| 70 — 74                   | 31 983                                        | 14 074           | 60 361           |
| 75 — 79                   | 21 125                                        | 8 431            | 43 956           |
| 80 — 84                   | 11 233                                        | 4 069            | 25 753           |
| 85 — 89                   | 4 400                                         | 1 447            | 11 106           |
| 90 — 94                   | 1 157                                         | 346              | 3 215            |
| 95 — 99                   | 191                                           | 52               | 583              |
| 100 — 104                 | 19                                            | 4                | 64               |
| 105 — 109                 | 1                                             | —                | 4                |
| 110 — 114                 | —                                             | —                | 0                |
| <b>TOTAL</b>              | <b>1 000 000</b>                              | <b>1 000 000</b> | <b>1 000 000</b> |



# O SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL: SUA UTILIZAÇÃO COMO FONTE DE DADOS SOCIOLÓGICOS

Nos últimos 20 anos, a estatística brasileira evoluiu a passos acelerados, estendendo-se aos mais variados setores da vida social, econômica, política e administrativa do país e aprofundando-se em investigações cujos objetivos são constatar fatos, pesquisar causas e apreciar efeitos dos fenômenos de toda ordem.

Importante a notar na investigação estatística que se processa no Brasil é o aspecto de sistemática e periodicidade. O sistema estatístico que se processa no Brasil é o aspecto da IBGE e dos diplomas firmados posteriormente entre as três órbitas administrativas, a União, os Estados e os Municípios, vem sendo aperfeiçoado à medida que se consolidam as providências postas em prática pelos órgãos deliberativos, pelas repartições federais e estaduais filiadas ao sistema e pela Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística.

A Convenção Nacional de Estatística e os Convênios Nacionais de Estatística Municipal estabeleceram normas e firmaram princípios de ação, fundados na cooperação interadministrativa, visando a manter a indispensável uniformidade na coleta dos dados primários. A necessária unidade de plano se tornou possível sem que houvesse por parte do sistema — qualquer interferência nos princípios da autonomia dos estados e municípios, princípios em que se assenta o regime democrático da república federativa.

A orientação técnica traçada cada ano através das resoluções e pronunciamentos da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística não cerceando a liberdade das administrações regionais e comunais, proporciona a imprescindível unidade para a comparabilidade dos resultados e o julgamento da extensão e intensidade dos fenômenos.

A apresentação da estatística geral brasileira está compreendida num esquema fundamental abrangente das situações físicas demográfica, econômica, social, cultural, administrativa e política. Duma maneira geral podemos afirmar que a quase totalidade do referido plano está ligada aos interesses da sociologia, embora a mais íntima ligação se restrinja aos capítulos concernentes à situação

demográfica, social e cultural. Assim, nestas as investigações abrangem o campo da ecologia humana, da organização e desorganização sociais, do comportamento coletivo.

Os censos demográficos periódicos e os estudos procedidos pelo Laboratório de Estatística, constituem boa fonte de dados e informes sobre a composição da população, seus índices vitais sobre a mobilidade e fixação dos agrupamentos humanos, sobre a expansão das regiões de povoamento recente, distribuição dos efetivos humanos segundo as situações urbana, suburbana e rural, localização geográfica dos diferentes grupos étnicos, etc.

Os inquéritos de periodicidade anual, componentes das Campanhas Estatísticas, oferecem dados imprescindíveis ao conhecimento objetivo das instituições nacionais, acerca da assistência social, do ensino, da previdência, da difusão da instrução através dos meios mais utilizados, — isto é: imprensa, rádio, biblioteca, museu, cinema.

A documentação estatística hoje existente no Brasil, se ainda deficiente em alguns setores específicos, oferece um plano geral, farto repositório de dados, os quais muito contribuem para o estudo dos padrões de cultura. Os estudos sobre comunidades, sobretudo sobre as pequenas, encontram na estatística nacional, graças ao plano de coleta (âmbito municipal e distrital), valiosos elementos de orientação.

A Escola de Sociologia e Política de São Paulo se tem servido, em várias oportunidades, do concurso das estatísticas municipais ao orientar e desenvolver os planos de pesquisa social que tem levado a efeito desde sua fundação.

Quando os inquéritos estatísticos não podem satisfazer plenamente aos interesses do pesquisador social, pelo menos eles têm o alto mérito de orientá-lo, evitando que as suas observações preliminares sobre o campo da pesquisa se tornem inúteis, por inopiantes à vista da ausência de orientação prévia.

Dada a possibilidade de contribuir para a exata ou pelo menos razoável localização dos fenômenos, as estatísticas gerais possuem alto mérito.

Fazendo a presente comunicação ao I Congresso Brasileiro de Sociologia, outro intuito não perseguimos do que despertar o debate entre os sociólogos no sentido de provocar sugestões que muito bem poderão ser encaminhadas aos órgãos estatísticos nacionais, visando modificações ou aperfeiçoamentos nos

seus planos de trabalho — OLAVO BATISTA FILHO \*

\* O presente trabalho foi apresentado pelo autor, que é o Inspetor Regional de Estatística Municipal de São Paulo, ao I Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado naquele Estado entre os dias 21 a 26 de junho

## POPULAÇÃO E ECONOMIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE

**E**MBOIRA sem o impulso que muitos preconizam, a "marcha para o Oeste" é uma realidade no Brasil. A interiorização do povoamento tem-se adiantado cada vez mais, talvez a passos tardos, mas com incontestável regularidade. No Sul do País realiza-se mesmo com grande vivacidade, graças ao café. No Centro-Oeste — a imensa região semi-habitada a que se augura brilhante futuro econômico — parece menos ativa, porém é apreciável. Nos últimos oitenta anos, enquanto a população global do Brasil multiplicou-se cerca de 5 vezes, a do Centro-Oeste cresceu nada menos de 8 vezes; por outras palavras, enquanto que, no conjunto do país, a população brasileira experimentou o acréscimo médio anual de 5,3%, naquela Região aumentou na razão de 8,8% ao ano.

Por ocasião do primeiro Recenseamento (1872) a população do Centro-Oeste equivalia a 2,18% da brasileira; em 1920, já correspondia a 2,48%; em 1940, eleva-se para 3,05%; finalmente, em 1950 ascendia a 3,34%. Essa evolução contrasta com a verificada em Regiões densamente povoadas, como o Nordeste e o Leste, que perdem terreno gradativamente

**N**ORDESTE e Leste são os maiores focos de irradiação migratória do País, o que explica a diminuição proporcional de seus efetivos demográficos (em conjunto, as duas Regiões contavam 80% da população brasileira em 1872, e apenas 60% em 1950). O progressivo adensamento da população do Centro-Oeste deve-se em grande parte, aliás, à afluência de "deslocados" daquelas duas Regiões, em que figuram como principais "doadores" os Estados de Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Alagoas e Pernambuco. Outra corrente, originária de São Paulo, tomou corpo nos últimos tempos, concorrendo para o povoamento do sudoeste goiano e do sul mato-grossense. Pode-se mesmo dizer que quase todo o Brasil está representado em tais evasões para o Centro-Oeste, que os mineiros lideram em absoluta maioria.

O excepcional desenvolvimento demográfico da Região tem, por conseguinte, nítido caráter migratório, que dia a dia adquire maior expressão numérica. No último Recenseamento, a população centro-ocidental de brasileiros natos representava-se por 1 713 397 pessoas,

das quais 345 929 haviam nascido em outras Regiões; os "deslocados" correspondiam, assim, a nada menos da quinta parte (20,2%) dos brasileiros natos. Em 1940, embora fôsem indubitavelmente numerosas, essas pessoas contribuíam somente com 17,3% do total de brasileiros natos presentes na Região.

**M**INEIROS, baianos, paulistas transferem-se, principalmente, para Goiás, atraídos pela agricultura, atividade que alicerça a economia estadual. O surto agrícola daquele Estado pode ser visto através de elementos fornecidos pelo Serviço de Estatística da Produção, como os referentes à área utilizada pelas 21 mais importantes culturas. Em dez anos (1940/50), a extensão dessas terras passou de 235 mil para 375 mil hectares: aumentou, portanto, de 60%. Ora, para igual período os dados do SEP atribuem a todo o Brasil o aumento de apenas 35%, consideradas ainda as 21 principais culturas.

Também a pecuária goiana vem atravessando uma fase de euforia particularmente no sul e sudoeste do Estado, sob a influência dos criadores do Triângulo Mineiro. O rebanho bovino, dos maiores do País, segundo apurações da estatística permanente, coloca-se em quinto lugar no quadro nacional. Mas não há dúvida de que a maior expansão da pecuária — dentro do Centro-Oeste — se verifica ultimamente em Mato Grosso, cujo rebanho bovino apresenta uma elevada taxa de crescimento (quarto lugar no País). De modo geral, o desenvolvimento das atividades agropecuárias no Centro-Oeste traduz-se sobretudo no grande aumento numérico das propriedades rurais que, segundo resultados do Censo Agrícola mais recente, somavam 79 913, contra 65 930 recenseadas em 1940. O aumento decenal atingiu 21%, enquanto em todo o Brasil foi da ordem de 9%.

**O** CENTRO-OESTE — em particular, o Estado de Goiás — é grande produtor de cereais, de leguminosas e outros gêneros de subsistência, que exporta em boa parte para os centros consumidores do litoral, sobretudo para o Rio de Janeiro e São Paulo. O crescente volume de suas colheitas propiciou o florescimento da

indústria de beneficiamento correlata, que constitui a principal atividade manufatureira regional. Em Goiás, a importância das indústrias de produtos alimentares avulta a ponto de sua produção representar mais de três quartas partes do total da produção industrial, em dados de valor. Nesse setor fabril, tem particular destaque o beneficiamento de arroz, com 70 fábricas em atividade e uma produção global avaliada em aproximadamente 122 milhões de cruzeiros, segundo o Censo Industrial de 1950. As indústrias ligadas à pecuária — charqueadas e congêneres — preponderam, contudo, nos cálculos do valor da produção, tanto em Goiás (136 milhões de cruzeiros), como em Mato Grosso (98 milhões) contribuindo com perto de 40% de toda a produção industrial.

**D**ISTINGUE-SE, a Região Centro-Oeste, das áreas de rápido povoamento pela desproporção entre o ritmo com que crescem suas atividades produtivas e o grau de desenvolvimento do

mercado regional. Enquanto no interior do Paraná ou nas zonas novas paulistas o desbravamento é acompanhado de uma elevação mais ou menos intensa do consumo local, tal não acontece em Goiás e Mato-Grosso. Os resultados censitários registram claramente esse chocante aspecto do progresso da Região, quando revelam que o volume das vendas dos estabelecimentos atacadistas, naqueles dois Estados, somando 431 milhões de cruzeiros, mantém-se inferior até mesmo aos movimentos do atacado em pequenas Unidades como Alagoas, Maranhão ou Piauí. Pode-se depreender daí, como também o indicam as estatísticas do comércio interestadual, (cerca de 900 milhões de mercadorias exportadas por vias internas, em 1950) que a marcha para o Centro-Oeste tem modesta influência na melhoria da capacidade aquisitiva da população Mato-Grosso e Goiás desenvolvem-se como grandes centros abastecedores de produtos agropecuários, mas ainda dependem quase por completo dos mercados próximos, para escoamento de sua crescente produção.

## RÊDE ESCOLAR SECUNDÁRIA

**A**RÊDE escolar secundária brasileira sofreu um aumento sensível nos últimos vinte anos.

No período 1933-53, o coeficiente percentual do aumento foi de 490% no setor de matrículas, passando de 66 420 estudantes em 1933 a 389 762 em 1953.

Esse aumento será ainda maior confrontado com o crescimento dos ensinos primário e superior. Enquanto o primário assinalou 90% de aumento, o superior atingiu a 80%. Havia 2 200 estudantes primários em 1933 e 4 200 em 1953. E 24 mil estudantes superiores em 1933 para 44 mil em 1953.

O Brasil possui, atualmente, uma rede de escolas secundárias (ginásios e colégios) no total de 1 768 unidades, disseminadas em todos os pontos do país. Delas, 616 localizam-se nas capitais, enquanto 1 152 ficam no interior.

Para manter a Diretoria do Ensino Secundário sempre em dia com os acontecimentos em todas essas unidades, o Ministério da Educação possui uma equipe de 1 045 inspetores federais de ensino.

O Estado que mais escolas secundárias possui é São Paulo, com 466 estabelecimentos, sendo 332 no interior e 134 na Capital. A menor rede escolar é a da Paraíba, com apenas 9 estabelecimentos, sendo 4 na Capital e 5 no interior. O território de Guaporé tem 3 unidades; o de Amapá, 2 e o do Acre, 1.

### NO DISTRITO FEDERAL E NOS ESTADOS

O Distrito Federal é o líder das redes escolares municipais, com 177 estabelecimentos. Para atender à fiscalização, há 1 045 inspetores, dos quais 290 servem em São Paulo, 177

no Distrito Federal, 159 em Minas e 76 no Rio Grande do Sul.

É a seguinte a relação completa dos estabelecimentos secundários, em todo o país: Amazonas, 13; Pará, 21; Maranhão, 15; Piauí, 21; Ceará, 59; Rio Grande do Norte, 16; Paraíba, 9; Pernambuco, 81; Alagoas, 20; Sergipe, 15; Bahia, 72; Minas Gerais, 302; São Paulo, 466; Espírito Santo, 30; Distrito Federal, 177; Rio de Janeiro, 110; Paraná, 77; Santa Catarina, 35; Rio Grande do Sul, 158; Mato Grosso, 20; e Goiás, 45.

Há, nessa relação, a seguinte percentagem: São Paulo, 26%; Minas Gerais, 17%; Distrito Federal, 10% e Rio Grande do Sul, 9%. Conclui-se, portanto, que só nessas quatro Unidades da Federação, localizam-se 62% das escolas secundárias de todo o país.

Doze Estados possuem menos de 50 unidades: Paraíba, Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pará, Piauí, Alagoas, Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás. Com unidades entre 50 a 100 há apenas quatro Estados: Ceará, Paraná, Pernambuco e Bahia; três estão entre 100 e 22: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Do total de 1 768 estabelecimentos, 65% estão no interior e 35% nas capitais. Só uma cidade concentra 10% da rede: Distrito Federal, com 177 unidades.

No setor de fiscalização, São Paulo é também o 1º Estado, com 28% dos inspetores, seguido de 10% no Distrito Federal, 9% em Minas Gerais e 4% no Rio Grande do Sul. Só estas quatro unidades ocupam 51%. Os 17 Estados restantes e os três territórios federais dispõem, em conjunto, dos 49% restantes.

## Bibliografia

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Geografia — *I Centenário das Ferrovias Brasileiras* — Rio de Janeiro, 1954

Em comemoração ao primeiro centenário da introdução das estradas de ferro do Brasil, o CNG reuniu, em volume de mais de 400 páginas, seis trabalhos sobre nossas ferrovias, versando principalmente a sua evolução e história

O índice dá idéia da variedade dos aspectos estudados: "Geografia das Estradas de Ferro Brasileiras", pelo Eng. Moacir Malheiros F. Silva; "Os Caminhos Ferroviários Brasileiros", pelo Eng. Flávio Vieira; "Nossos Caminhos de Ferro Elétricos", pelo Eng. Dermeval José Pimenta; "Grandes Vultos da Nossa Engenharia Ferroviária" e "Evolução Ferroviária do Brasil", pelo Eng. Virgílio Corrêa Filho; "A Altimetria nas Ferrovias Brasileiras", do Eng. Honório Bezerra

O volume, prefaciado pelo Cel. De Paranhos Antunes, Secretário-Geral do CNG, traz ainda uma relação completa das efemérides ferroviárias brasileiras. Contém ainda inúmeros gráficos, mapas e ilustrações

SECRETARIA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Departamento Estadual de Estatística — *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, Ano I, 1953*

O Departamento Estadual de Estatística do Rio de Janeiro publica, pela primeira vez, o seu *Anuário*, nos moldes do *Anuário Estatístico do Brasil*, com abundantes dados sobre as situações física, demográfica, econômica, social, cultural, administrativa e política do Estado, num total de 386 páginas

É uma realização que revela o grau de eficiência daquele órgão regional, incorporando-se o *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro*, desde já, às melhores publicações do gênero, quer pela apresentação gráfica, quer pelo conteúdo

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — Serviço Nacional de Recenseamento — *Censo Agrícola de 1950 — Brasil — 1954*

O SNR reuniu, nesta publicação mimeografada, dados preliminares do Censo Agrícola de 1950, referentes ao conjunto do País, e com relação à área dos estabelecimentos, condição do responsável pelos estabelecimentos, valor dos estabelecimentos e quota-parte da produção pertencente aos parceiros

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — *Movimento da População — Imigração e Emigração*, Rio de Janeiro, 1954

Precedidos de um histórico da imigração no Brasil e de minuciosa análise da matéria, há neste trabalho organizado pelo SEPT numerosos dados sobre os movimentos de população, abrangendo: os estrangeiros entrados no País nos anos de 1950 e 1951, segundo a condição de entrada e a nacionalidade, o sexo e a idade, estado conjugal e instrução, profissão e religião, etc

É um estudo conciso, com 47 páginas, trazendo, no final, um ementário da legisla-

ção brasileira relativa a estrangeiros, a partir de 28 de janeiro de 1808. Há a notar, ainda, a excelente apresentação gráfica deste pequeno volume

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — Secretaria-Geral (Diretoria de Levantamentos Estatísticos) — *Comércio Interestadual por vias internas, 1947/1950*

Além dos resultados dos levantamentos relativos ao comércio de exportação e importação durante o período de 1947 a 1950, esta publicação apresenta uma tabela com a exportação segundo as classes de mercadorias referentes ao ano de 1950

A exportação é descrita segundo as vias de expedição, o peso líquido, o valor comercial, pelas Regiões e Unidades da Federação

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL — *Estatística Judiciária do Rio Grande do Sul — 1952* — Porto Alegre, 1953

O volume reúne as apurações da Estatística Judiciária, Justiça do Trabalho, Propriedade Imobiliária e Registro Público das Comarcas do Estado, além de vários quadros-resumos, contendo dados comparativos, reportando-se até o ano de 1948

É um trabalho de grande utilidade, pela quantidade dos dados apresentados e pela minúcia de alguns dos levantamentos. Total de páginas: 141

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL — *Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul, 1952* — Porto Alegre, 1954

Elaborado pelo Serviço de Estatística Demográfica e Judiciária, este Anuário divulga as áreas municipais retificadas, com base em trabalho realizado pela Divisão de Geografia do CNG. Como nos números anteriores, o de 1952 contém as principais observações meteorológicas das diversas estações do Estado, fornecidas pelo Instituto Coussirat de Araújo.

Entre as matérias destacam-se a estimativa da população para 1º de janeiro de 1953, o movimento da população, discriminado em vários quadros e sob os mais variados aspectos, assim como índices e coeficientes de crescimento vegetativo e de vitalidade, baseados na estimativa da população e nos dados do registro civil

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO PARANÁ — *Produção Agrícola, 1953*

Continuando com sua série de publicações da Produção Agrícola do Estado, o DEE divulga mais este trabalho, nos moldes dos anteriores, apresentando os resultados das colheitas realizadas no ano de 1953

As apurações contêm elementos referentes à área cultivada, produção, rendimento por hectare, preço médio e valor total, discriminados segundo os municípios produtores. Para os produtos de cultura permanente, além desses dados, consta ainda o número de pés novos e frutificando. No final do volume, são apresentados os totais de cada produto, numa série de 4 anos (1950/53), retrospecto da marcha da produção

## EMENTÁRIO DAS RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉIA-GERAL DE 1954

Nº 593 — Aprova as contas do Conselho Nacional de Estatística, relativas ao exercício de 1953

Nº 594 — Dispõe sobre a ampliação do conjunto residencial de propriedade do Conselho Nacional de Estatística

Nº 595 — Assinala o quarto centenário da fundação de São Paulo e reverencia a memória dos que contribuíram para o seu progresso

Nº 596 — Reverencia a memória dos heróis da Restauração Pernambucana, no terceiro centenário da expulsão dos holandeses

Nº 597 — Recomenda o estudo do Relatório nº 7, da Divisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, sobre as experiências de aplicação do método de amostragem nas estatísticas agrícolas

Nº 598 — Consigna pronunciamento sobre a Carta dos Municípios Brasileiros

Nº 599 — Recomenda a publicação de Cadastros Industriais

Nº 600 — Rende homenagem à memória do Estatístico Júlio Procópio Favila Nunes, no primeiro centenário de seu nascimento

Nº 601 — Assinala a passagem do primeiro centenário das Estradas de Ferro e formula votos

Nº 602 — Reafirma a conveniência da criação, no Ministério da Viação e Obras Públicas, de um órgão especializado para o levantamento estatístico das estatísticas dos transportes, comunicações e obras públicas

Nº 603 — Define o que seja "estabelecimento industrial" e "comercial atacadista" para efeito dos Inquéritos Econômicos e dá outras providências

Nº 604 — Dispõe sobre a requisição de servidores do C N E

Nº 605 — Homologa as deliberações das Juntas Executivas do Conselho

Nº 606 — Dispõe sobre as estatísticas cafeiras

Nº 607 — Fixa a gratificação de representação dos Delegados Regionais e membros da J E C, presentes à XV Assembléia-Geral do Conselho e dá outras providências

Nº 608 — Encarece a conveniência da reorganização das J E R E e dá outras providências

Nº 609 — Registra o significado da realização, em 1955, no Rio de Janeiro, da XXIX Sessão do Instituto Internacional de Estatística e dispõe sobre a colaboração do Conselho

Nº 610 — Estabelece novo plano de coleta da estatística do ensino primário geral e dá outras providências

Nº 611 — Recomenda a realização de estudos sobre a utilização do modelo B do Registro Industrial

Nº 612 — Autoriza a constituição de Comissão para coordenar e aperfeiçoar as estatísticas necessárias ao estudo da Renda Nacional

Nº 613 — Recomenda providências para padronização de registro de veículos, em todo o País

Nº 614 — Elege as Comissões Técnicas do Conselho e dá outras providências

Nº 615 — Formula pronunciamento sobre a realização, no Brasil, do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional

Nº 616 — Dispõe sobre a organização do cadastro dos estabelecimentos agropecuários

Nº 617 — Dispõe sobre a elaboração de um plano que uniformize as apurações da estatística do registro civil

Nº 618 — Recomenda providências relativas à mudança da denominação das repartições estatísticas centrais dos Ministérios

Nº 619 — Autoriza o Presidente do Instituto a constituir Comissão Especial, para estudo de um plano de registro de ocorrências policiais e penitenciárias

Nº 620 — Exprime regozijo pela criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e formula sugestão

Nº 621 — Dispõe sobre assistência técnica e financeira aos Órgãos Regionais para a experiência da amostragem na estatística agrícola

Nº 622 — Destaca o transcurso de nova etapa da vida ibgeana

Nº 623 — Dispõe sobre a realização das Campanhas Estatísticas

Nº 624 — Recomenda o estabelecimento de categorias do pessoal dedicado à realização de trabalhos estatísticos.

Nº 625 — Dispõe sobre as estatísticas atribuídas ao Serviço de Estatística da Saúde do respectivo Ministério

Nº 626 — Dispõe sobre a realização da XIX Campanha Estatística

Nº 627 — Reconhece a importância do levantamento regular das Estatísticas de Previdência Social e faz um apêlo

Nº 628 — Recomenda o estudo da situação do pessoal admitido, por conta dos auxílios do Conselho, pelos órgãos estatísticos regionais.

Nº 629 — Registra pronunciamento da Assembléia pela realização da 1ª Convenção Fluminense de Esperanto

Nº 630 — Dispõe sobre a estatística do comércio interestadual

Nº 631 — Altera a alínea II, do art 3º da Resolução nº 433, de 22 de janeiro de 1954, da J E C

# RESOLUÇÕES DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

Resolução n.º 447, de 30 de julho de 1954

*Abre crédito especial de trinta e dois mil, seiscentos e trinta e quatro cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 32 634,10) para pagamento de despesas de exercício findo*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que, depois de baixada a Resolução n.º 441, de 30 de abril de 1954, relativa à liquidação de compromissos atinentes ao exercício de 1953, deram entrada no Serviço competente da Secretaria-Geral deste Conselho algumas contas para processamento, representando despesas daquele exercício no valor de trinta e dois mil, seiscentos e trinta e quatro cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 32 634,10);

considerando que não há no atual orçamento da Secretaria-Geral verba específica para atender às referidas despesas;

considerando que tais compromissos não devem ser custeados pelas dotações normais do precitado orçamento,

RESOLVE:

Art 1º — Fica aberto no Orçamento da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística o crédito especial de trinta e dois mil, seiscentos e trinta e quatro cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 32 634,10), destinado ao pagamento de despesas relativas ao exercício de 1953

Art 2º — Os recursos necessários ao crédito mencionado no artigo anterior serão obtidos mediante destaque das disponibilidades financeiras da Caixa Nacional de Estatística Municipal

Resolução n.º 448, de 30 de julho de 1954

*Abre crédito especial de sessenta e dois mil, setecentos e quarenta e seis cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 62 746,60) para pagamento de vencimentos de servidor*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que, por se haver afastado do seu cargo de Estatístico-Auxiliar classe G, do Quadro Permanente da Secretaria-Geral deste Conselho, sem a necessária comunicação, deixou de receber os respectivos vencimentos, desde 20 de abril de 1952, a funcionária Graziela Sette;

considerando que, tomadas as providências cabíveis pelo Serviço competente da mesma Secretaria-Geral, ficou apurado que a ausência da servidora decorrerá de motivos de saúde, na conformidade do que consta no processo n.º 2 797/54;

considerando que, em virtude do exame médico a que se submeteu e das conclusões contidas no citado processo, foram concedidos à funcionária em causa dois anos de licença para tratamento de saúde, a partir de 20 de abril de 1952;

considerando que, em consequência, devem ser pagos setenta e cinco mil, oitocentos e setenta e três cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 75 873,20), à referida funcionária, relativos ao período de 20 de abril de 1952 a 20 de abril de 1954;

considerando que, dêsse total, apenas poderá ser atendida pela verba própria do atual Orçamento da Secretaria-Geral a despesa correspondente aos meses do exercício em curso, no montante de treze mil, cento e vinte e seis cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 13 126,60);

considerando que, dessa forma, ficarão dependendo de pagamento sessenta e dois mil, setecentos e quarenta e seis cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 62 746,60), por se tratar de despesa de exercícios anteriores,

RESOLVE:

Art 1º — Fica aberto no atual Orçamento da Secretaria-Geral o crédito especial de sessenta e dois mil, setecentos e quarenta e seis cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 62 746,60), destinado a atender ao pagamento de vencimentos de abril de 1952 a dezembro de 1953, da servidora a que se referem o processo n.º 2 797/54 e a Portaria n.º 60, de 31 de março deste ano, do Secretário-Geral deste Conselho

Art 2º — Os recursos necessários à despesa em causa correrão à conta das disponibilidades financeiras da Caixa Nacional de Estatística Municipal

Resolução n.º 449, de 6 de agosto de 1954

*Concede filiação ao Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul, por seu Diretor, requereu a filiação ao Instituto de seu Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, na conformidade do que dispõe o art 3º da Resolução n.º 226, da Assembléia-Geral deste Conselho;

considerando que a Junta Executiva Regional de Estatística do Estado do Rio Grande do Sul, apreclando o referido pedido de filiação, opinou favoravelmente à sua concessão, através da Resolução n.º 124, de 22 de junho deste ano,

RESOLVE:

Art 1º — É concedida a filiação do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul, ao Conselho Nacional de Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos termos do que dispõe o art 6º da Resolução n.º 226, da Assembléia-Geral do mesmo Conselho

Art 2º — O termo de filiação, de acordo com o art 7º da mesma Resolução, será lavrado dentro de trinta dias, a contar da comunicação a ser feita a esse respeito à aludida Faculdade de Ciências Econômicas

Resolução n.º 450, de 13 de agosto de 1954

*Concede auxílio especial ao Departamento Estadual de Estatística de Pernambuco, para os fins que especifica*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o pedido formulado pelo Diretor do Departamento Estadual de Estatística de Pernambuco, através do ofício protocolado sob o n.º 18 754/54, com o qual encaminhou à Secretaria-Geral deste Conselho a exposição demonstrativa da necessidade de se conceder àquele Departamento um auxílio especial de trinta e seis mil cruzeiros (Cr\$ 36 000,00) para atender aos gastos decorrentes dos trabalhos de atualização da apuração das estatísticas do ensino primário, relativas aos anos de 1952 e 1953;

considerando, ainda, o parecer favorável à concessão do aludido auxílio, para aquele fim, emitido pelo Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, do Ministério da Educação e Cultura,

**RESOLVE:**

Art 1º — É concedido um auxílio especial de trinta e seis mil cruzeiros (Cr\$ 36 000,00) ao Departamento Estadual de Estatística de Pernambuco, no exercício de 1954, destinado a fazer face às despesas decorrentes da atualização da apuração das estatísticas do ensino primário naquele Estado, nos termos da proposta do respectivo Diretor e da informação do Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, do Ministério da Educação e Cultura

Art 2º — O Departamento Estadual de Estatística de Pernambuco comprovará a aplicação do auxílio em causa perante a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística

Art 3º — Os recursos necessários ao auxílio especial mencionado no art 1º desta Resolução serão obtidos mediante destaque das disponibilidades financeiras da Caixa Nacional de Estatística Municipal

**Resolução n.º 451, de 13 de agosto de 1954**

*Autoriza a Secretaria-Geral a complementar a contribuição financeira para a construção de galpão em terreno do Serviço Gráfico do Instituto*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que, pela Resolução n.º 436, de 26 de fevereiro último, foi a Secretaria-Geral deste Conselho autorizada a contribuir com a importância de Cr\$ 150 000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) para a construção, em dependência do Serviço Gráfico do Instituto, de um galpão destinado a abrigar as viaturas do Inter-American Geodesic Survey, em colaboração com o Conselho Nacional de Geografia;

considerando que, de acordo com exposição de motivos formulada pelo engenheiro encarregado das obras, houve necessidade imperiosa de modificações no projeto inicial, do que resultou um aumento de Cr\$ 88 700,00 (oitenta e oito mil e setecentos cruzeiros) no orçamento aprovado,

**RESOLVE:**

Art 1º — É a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística autorizada a complementar sua contribuição para a construção, em terreno do Serviço Gráfico do Instituto, do galpão destinado a abrigar as viaturas do Inter-American Geodesic Survey com a importância de Cr\$ 88 700,00 (oitenta e oito mil e setecentos cruzeiros)

Parágrafo único — Os recursos necessários a ocorrer à despesa referida no artigo anterior serão obtidos mediante destaque das disponibilidades financeiras da Caixa Nacional de Estatística Municipal

**Resolução n.º 452, de 27 de agosto de 1954**

*Abre crédito especial para pagamento da gratificação adicional a que se refere a Lei n.º 1711, de 28 de outubro de 1952*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que, pela Resolução n.º 426, de 30 de outubro de 1953, foi aberto o crédito especial de cento e oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 180 000,00), destinado ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço aos servidores dos Quadros Permanentes do Conselho Nacional de Estatística;

considerando que, na conformidade do que consta do Processo protocolado sob número 14 345/54, aquele crédito se tornou insuficiente

para o atendimento das diferenças da referida gratificação devida aos servidores que a requereram, relativas aos exercícios de 1952 e 1953;

considerando que os encargos de exercícios anteriores não devem correr à conta das dotações do orçamento do exercício vigente,

**RESOLVE:**

Art 1º — É aberto no orçamento da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística o crédito especial de trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e dois cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 35 672,30), destinado ao pagamento das diferenças da gratificação adicional por tempo de serviço a que fazem jus os servidores dos Quadros Permanentes do Conselho Nacional de Estatística

Art 2º — Os recursos necessários ao crédito a que se refere o artigo anterior serão obtidos mediante destaque das disponibilidades financeiras da Caixa Nacional de Estatística Municipal

**Resolução n.º 453, de 3 de setembro de 1954**

*Altera o orçamento geral do Conselho Nacional de Estatística para o exercício de 1954*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art 1º — Fica aberto, no orçamento geral do Conselho Nacional de Estatística, para o exercício de 1954, aprovado pela Resolução n.º 431, de 15 de dezembro de 1953, o crédito suplementar de Cr\$ 6 210 000,00 (seis milhões e duzentos e dez mil cruzeiros), alterando as verbas do Serviço Nacional de Recenseamento para as seguintes dotações:

|                               |                           |
|-------------------------------|---------------------------|
| Verba 1 — Pessoal             | Cr\$ 13 128 500,00        |
| Verba 2 — Material            | Cr\$ 525 000,00           |
| Verba 3 — Serviços e Encargos | Cr\$ 6 556 500,00         |
| <b>Total</b>                  | <b>Cr\$ 20 210 000,00</b> |

Art. 2º — Os recursos necessários à realização das alterações efetuadas no artigo 1º serão oriundos de saldos disponíveis de exercícios anteriores e de anulações de verbas, feitas de acordo com as possibilidades da execução orçamentária

Art 3º — A presente resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

**Resolução n.º 454, de 10 de setembro de 1954**

*Abre crédito especial de Cr\$ 2 302 165,00 para pagamento de despesas de exercícios anteriores*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística usando das suas atribuições, e

considerando que foram encaminhadas à Secretaria-Geral deste Conselho 14 faturas extraídas pelo Serviço Gráfico, relativas a impressos executados para o Recenseamento de 1940, no montante de Cr\$ 2 302 165,00, dependendo de liquidação;

considerando que não há dotação orçamentária específica por onde possa correr aquela despesa,

**RESOLVE:**

Art 1º — É aberto no Orçamento da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística o crédito especial de Cr\$ 2 302 165,00

(dois milhões, trezentos e dois mil, cento e sessenta e cinco cruzeiros) para pagamento de trabalhos executados pelo Serviço Gráfico do Instituto para a realização do Recenseamento de 1940

Art 2º — Os recursos necessários ao crédito mencionado no artigo anterior serão obtidos mediante destaque dos recursos disponíveis de exercícios anteriores

---

**Resolução n° 455, de 10 de setembro de 1954**

*Abre crédito especial de Cr\$ 50 719,10 para pagamento de despesas de exercícios anteriores*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que, para atender a despesas decorrentes da realização da Assembléia-Geral deste Conselho em 1952 e 1953 foram feitos

adiantamentos na importância de setenta mil cruzeiros (Cr\$ 70 000,00);

considerando que as prestações de contas pertinentes a essas despesas foram apresentadas em agosto último e montaram a cinquenta mil, setecentos e dezenove cruzeiros e dez centavos;

considerando que, por se tratar de gastos relativos a exercícios anteriores não podem os mesmos ser atendidos pelas dotações do atual orçamento,

**RESOLVE:**

Art 1º — É aberto no Orçamento da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística o crédito especial de cinquenta mil, setecentos e dezenove cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 50 719,10)

Art 2º — Os recursos necessários ao crédito a que se refere o artigo anterior serão obtidos mediante destaque dos recursos disponíveis de exercícios anteriores

# A VOZ DOS NÚMEROS

LIVROS são como os homens. De toda espécie e caráter. Há indivíduos de aspecto austero, secos e frios, fechados, quase casmurros, que parecem afastar as familiaridades. Só quando a gente consegue afoitamente penetrar-lhes na intimidade é que descobre, com surpresa, que eles são humanos, dotados dessa preciosa qualidade que os ingleses chamam de *sense of humour*, capazes de sutilezas, e verdadeiros repositórios de insuspeitados conhecimentos e originais pontos de vista. Aprendemos então a apreciar-lhes o convívio estimulante e a procurar-lhes a freqüência.

Pois também há livros assim. Rebarbati-vos na aparência, respeitáveis na sua sisudez, massudos, reconhecemos-lhes a utilidade para a eles recorrer, sob o império da necessidade, nas ocasiões precisas. Como fazemos com os dentistas. Fora disso, ficam ali, numa prateleira da estante; em sossêgo, à mão mas distantes. Quando, porém, lhes descobrimos as qualidades apreciáveis encobertas por aquela aparência austera, passamos a folheá-los com freqüência, a cultivar a sua intimidade, para saborear-lhes o humorismo ou a sensatez, para beber na sua sabedoria sempre acessível, para alargar as nossas próprias idéias ante a perspectiva dos horizontes que nos abrem.

O mais característico exemplo de livros de tal categoria é o dicionário. Foi — há quantos anos! — o meu velho e saudoso mestre Fortunato Duarte quem me ensinou a apreciar-lhe as qualidades, quando me disse, para surpresa do meu entendimento de colegial, que era uma de suas leituras favoritas, de diurna freqüência. Se não lhe sigo o exemplo, aprendi cedo a reconhecer a justeza do conceito. O dicionário ali está, na estante, sisudo e solene, sempre pronto a esclarecer a minha ignorância. Não há vez, porém, em que a ele recorra, para ver como se escreve uma palavra (hoje só o dicionário sabe ortografia), ou para descobrir um significado exato, ou procurar um sinónimo, ou elucidar a dúvida sobre uma regência, que não me esqueça, absorto e fascinado, a ler os verbetes vizinhos, a respigar aqui e ali, a folhear-lhe as páginas maciças. E destas incursões com que interrompo o trabalho em mão, volto sempre menos ignorante, ou com umas idéias mais claras na cachola, ou com a percepção de um ângulo que não tinha visto. Isto além do prazer da distração. Gosto e proveito num saco.

O dicionário é um exemplo. Não é, contudo, o único livro de que isso se pode dizer.

Há muitos outros, de variados gêneros. Entre eles, os repositórios estatísticos. A primeira vista, quando se olha para aquelas páginas compactas, peçadas de algarismos, que lembram uma Tábua de Logaritmos, pode a gente pensar que aquilo é simples livro de referência a ser consultado, uma e outra vez, para procurar uma informação numérica ou tirar uma teima. Puro engano. Compulsadas com atenção e espírito receptivo, as estatísticas, na sua rigidez e precisão, são ricos documentários reveladores que nos mostram, sob sua verdadeira luz, muito fenômeno social ou econômico que escapava à nossa compreensão, que elucidam problemas, que descortinam largos horizontes às nossas idéias. E que são também capazes de, às vezes, provocar um sorriso. O sorriso pode ser amargo ou irônico, é verdade. Também acontece.

Vocês conhecem o *Anuário Estatístico do Brasil*? Possivelmente não. Há em nossa terra uma prevenção, muitas vezes infelizmente justificada aliás, contra as publicações oficiais ou semi-oficiais. Têm sido utilizadas para propalar tanta mentira! Têm tantas vezes servido de veículo a ignóbeis bajulações! O descrédito das más contamina as boas e úteis. Que as há. E não são poucas, manda a justiça dizer.

O *Anuário Estatístico do Brasil* tem lugar de destaque entre as publicações de mérito e valor. Preparado anualmente com rigoroso escrúpulo e cuidado pelos técnicos do I B G E, é credor de confiança. Pode, em comparação com publicações congêneres doutros países, apresentar lacunas e imperfeições. Mas é o que temos de melhor no gênero. E é evidente o empenho dos seus organizadores em melhorá-lo de ano para ano.

Sob os aspectos que considera, é um verdadeiro espelho da realidade nacional. Aquelas colunas de algarismos glaciais e inexoráveis, para quem queira meditar sobre o seu significado, inspiram sempre proveitosas reflexões. É por isso que, com freqüência, compulso as suas páginas austeras. A leitura não será tão amena quanto a do dicionário; mas é sempre interessante e muito útil.

Querem vocês um exemplo? — Ainda ontem, por uma tarde cinzenta e chuvosa, com os primeiros frios do ano, andei folheando o *Anuário* relativo a 1953, que há pouco foi publicado. E dentre as muitas coisas curiosas e interessantes que ali respiguei, escolho este punhado que ofereço à atenção dos meus leitores:

O Brasil tem 51 milhões de habitantes. Quase 52 Dêsse total, há 32 573 517 de idade superior a 5 anos. E dêsses quarenta e três e meio milhões, apenas dezoito e meio milhões sabem ler e escrever. Isto significa que da população em idade escolar ou superior, mais de 57% é analfabeta. Triste, não é? Quem quiser saber quais os Estados da União em que mais alta é a porcentagem de analfabetismo, consulte o *Anuário*. Está tudo lá bem explicado. Não quero mexer em casa de marimbondos hoje. Consideremos apenas o Brasil como um todo. Uno e indivisível.

Vamos adiante. Viremos a página e outro quadro nos revela que dos dezoito e meio milhões que sabem ler e escrever, apenas cinco milhões e quatrocentos mil têm instrução elementar completa, isto é, concluíram o curso primário. O resto — treze milhões — o resto sabe ler e escrever, mas é assim mal que mal. Ainda mais triste, não é?

Note-se de passagem que existem no Brasil todo 83 870 escolas primárias servidas por 146 500 professores. Menos de dois professores por escola. A frequência média é de menos de quatro milhões de crianças em idade escolar. Também é triste; não?

Mas vamos adiante. Viremos algumas páginas. Há no Brasil 11 449 532 eleitores alistados. Dêsses, às últimas eleições gerais, em

1950, compareceram menos de 73%. Não há na prática possibilidade de aplicar aos faltosos as penas cominadas no Código Eleitoral. E talvez não valha a pena. Mas não é este o ponto para o qual quero chamar a atenção do leitor. Comparemos os dados acima transcritos, uns com os outros.

Admita-se (o que está muito além da realidade) que aqueles cinco milhões e trezentos mil indivíduos que completaram o curso primário sejam todos maiores de dezoito anos e estejam alistados como eleitores. É absurdo, mas vamos admitir que assim seja. Isto significaria que, daqueles quase onze milhões e meio de eleitores, há no mínimo 6 110 837, isto é, a maioria, que não têm sequer o curso primário. Na realidade, o número é muito maior, em vista do absurdo da admissão feita para argumentar.

Isto quer dizer que a maioria do eleitorado brasileiro é constituída de indivíduos de instrução precária, parte integrante daquele resto que sabe ler e escrever mal que mal. E que, portanto, também pensa mal que mal.

Eu não disse que as páginas do *Anuário Estatístico* fornecem matéria para graves e proveitosas reflexões?

VIVALDO COARACY

Publicado em "O Estado de São Paulo", de 25-IV-954

## CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E TERRITORIAL DA ITÁLIA

NA MAIORIA dos países civilizados, periódicamente são realizados recenseamentos gerais, nos quais são anotados todos os elementos que possam retratar, fielmente, a vida no território nacional. Entretanto, independentemente dêsses censos, as entidades oficiais dedicam-se a estudos estatísticos sobre diferentes aspectos das atividades humanas ou registros demográficos. Os resultados obtidos são comparados com os dados de anos anteriores — ou de determinados períodos — a fim de se obter conclusões reais e efetivas sobre o desenvolvimento ou deficiências do campo em estudo.

\* \* \*

Recentemente, coube à Itália executar importantes pesquisas no setor das estatísticas a respeito do crescimento demográfico e territorial da nação, tendo em vista que os elementos publicados abrangem um período de nada menos do que 50 anos, ou seja, desde 1901 até 1953. O crescimento demográfico e a ampliação de seu território, desde aquele ano — marco zero das estatísticas — dão uma imagem fiel dos progressos realizados pela Itália nos diversos setores da vida pública, que se completam e contribuem para o engrandecimento de um povo.

**SUPERFÍCIE** — No mencionado período — 1901-1953 — a superfície aumentou de 286 600 para 310 100 quilômetros quadrados, compreendendo-se aí a anexação da província de Trentino e da Alta Adiga, que pertenceram ao Império Austro-Húngaro, com a exclusão da Veneza-Giulia em favor da Iugoslávia e de alguns territórios cedidos à França. Em relação com a superfície da nação italiana em 1901, nota-se um acréscimo de 5%.

**POPULAÇÃO** — O ritmo do crescimento da população da Itália e o aumento da densidade de habitantes por quilômetro quadrado, foram os seguintes:

| Ano  | População  | Número de habitantes por<br>quilômetro quadrado |
|------|------------|-------------------------------------------------|
| 1901 | 32 447 000 | 113,8                                           |
| 1913 | 35 238 000 | 123                                             |
| 1922 | 38 023 000 | 122,6                                           |
| 1938 | 43 776 000 | 141,2                                           |
| 1952 | 47 010 000 | 155                                             |

Durante êsses anos, quando foi registrado um aumento de 44% na população e de 36% na densidade de habitantes por quilômetro-quadrado, nota-se um fenômeno negativo, qual seja o da diminuição de nascimentos e que

atingiu os demais países da Europa. No início do século, a Itália destacava-se com um índice de 32,5 nascimentos para cada mil habitantes, mas, em 1952, esse índice caiu para 17,6, para igual número de habitantes. Para tal decréscimo concorreram os anos de inquietude e nervosismo vividos pelas nações européias, com os dois conflitos mundiais, além das guerras da Tripolitânia, da Etiópia, da Albânia e da Grécia, das quais a Itália participou.

**NATALIDADE E MORTALIDADE** — Graças aos progressos no campo da medicina moderna e às melhorias das condições de vida, nota-se uma diminuição da mortalidade em geral, e particularmente da mortalidade infantil. Realmente, podem orgulhar-se os italianos pelos resultados obtidos nesses setores, salientando-se o segundo, que representou sempre um problema de suma importância para os povos civilizados.

A evolução dos índices de natalidade infantil, calculados em relação a cada mil nascimentos, na primeira metade deste século, é demonstrada no quadro que se segue:

| Ano  | Nat  | Mort | Cresc nat | Mort inf |
|------|------|------|-----------|----------|
| 1901 | 32,5 | 22   | 10,5      | 166      |
| 1913 | 31,7 | 18,7 | 13        | 138      |
| 1922 | 30,8 | 18,1 | 12,7      | 128      |
| 1938 | 23,8 | 14,1 | 9,7       | 106,4    |
| 1952 | 17,6 | 10   | 7,6       | 64       |

Como se pode constatar, o crescimento natural, representado pela diferença entre o número de nascimentos e o de óbitos, infelizmente, diminuiu de 13 para cada mil habitantes, no ano *record* de 1913, para 7,6 em 1952. No entanto, se colocarmos lado a lado as estatísticas da Itália e de outras nações da Europa Central e Ocidental, como, por exemplo, a França, Espanha, Suíça ou Grã-Bretanha, o resultado será francamente favorável ao povo da Península, fazendo alarde da vitalidade e dos progressos daquele país.

**EMIGRAÇÃO** — Naturalmente, os fenômenos demográficos conjugam-se com os acontecimentos econômicos e os fatos sociais, agitados no cadinho das paixões humanas ou simplesmente seguindo a natural ordem de desenvolvimento dos povos. Os movimentos migratórios têm, necessariamente, contribuído para alteração dos dados estatísticos, pois representam o afastamento do território nacional de um contingente humano que, em terras distantes, irá se desenvolver. Constitui, porém, a questão dos emigrantes um problema em separado dos demais, dêles se originando ou a eles dando causa, mas sempre objeto de estudo isolado (IPA).

NINO NUNI

Publicado em "A Gazeta", de São Paulo, em 21-VI-954

## XIV ASSEMBLÉIA-GERAL DO CNE

As Assembléias-Gerais dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia reuniram-se nesta Capital, entre 1º e 12 de julho. A representação federal para a reunião do CNE estava assim constituída: Srs Rubens Pôrto, Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Afonso Almira, Ministério da Fazenda; Raul Lima, Ministério da Agricultura; Mário Maia, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Tenente-Coronel Nelson Mesquita de Miranda, Ministério da Guerra; Comandante Paulo de Oliveira, Ministério da Marinha; Brigadeiro Castro Lima, Ministério da Aeronáutica; Moacir Malheiros Fernandes Silva, Ministério da Viação e Obras Públicas; Cônsul João Frank da Costa, Ministério das Relações Exteriores; Alberto Martins, Ministério da Educação e Cultura; Achile Scorzelli Júnior, Ministério da Saúde, e Leônidas Castelo da Costa, Órgãos Filiados. A representação regional estava constituída dos Srs Joaquim Cesário da Silva, Guaporé; Raul Arantes Meira, Acre; D<sup>a</sup> Jucineide Fernandes de Carvalho, Rio Branco; Clóvis Penna Teixeira, Amapá; Adão de Oliveira Medeiros, Amazonas; Wilkens de Albuquerque Prado, Pará; D<sup>a</sup> Hipátia Damasceno Ferreira, Maranhão; José Lopes dos Santos, Piauí; Tomás Gomes da Silva, Ceará; Aderbal França, Rio Grande do Norte; D<sup>a</sup> Ismália Borges, Paraíba; Blaudeci Vasconcelos, Pernambuco; José Franklin Casado de Lima, Alagoas; José Heremegildo Cruz, Sergipe; Felipe Néri, Bahia; Romeu Jacob, Minas Gerais; Antônio Lugon, Espírito Santo; Aldemar Alegria, Rio de Janeiro; Sebastião Nascimento, Distrito Federal; Djalma Forjaz, São Paulo; Carlos Gradowski, Paraná; Roberto Lacerda, Santa Catarina; Alfredo R. Fernandes Chaves, Rio Grande do Sul; D<sup>a</sup> Horminda Pitaluga de Moura, Mato Grosso, e Geraldo Campos, Goiás.

**S**ESSÃO DE INSTALAÇÃO — A sessão inaugural das Assembléias-Gerais foi realizada no dia 1º, às 20 horas e meia, no Auditório do CNE, sob a presidência do Desembargador Florêncio de Abreu, presidente do IBGE, com a presença de altas autoridades civis e militares, figuras de destaque nos meios estatísticos e geográficos e personalidades do nosso mundo político e social.

Inicialmente, foi feita a chamada dos delegados, na forma tradicional, pelos Secretários-Gerais dos dois Conselhos.

O Desembargador Florêncio de Abreu pronunciou um discurso-relatório sobre as ativi-

dades do Instituto nos últimos doze meses, o qual vai publicado noutra local desta REVISTA.

★ Em nome da delegação federal do CNG falou o Engenheiro Flávio Vieira, saudando as delegações regionais. Idêntica saudação, em nome do CNE, foi feita pelo Sr Mário Maia, que pronunciou o seguinte discurso:

“Sobremaneira honrosa é, sem dúvida, a tarefa que me foi atribuída pela Junta Executiva Central, designando-me para, em seu nome e no da Família Ibgeana, dar-vos as boas-vindas a esta Casa, ao ensejo da realização de mais uma Assembléia-Geral.

Atribuo a delicadeza da escolha de meu nome, para saudar tão ilustres convencionais, como eloqüente homenagem especialmente prestada ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, a cuja frente me encontro, mercê da confiança e apoio com que me distingue o Exmo Sr Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, invariavelmente preocupado com a expansão e execução das finalidades técnicas do órgão que tenho a satisfação de dirigir. Não fôra entendê-lo assim, não teria aceito a deferência com que fui distinguido, pois, sem dúvida, no plano individual há ibgeanos mais credenciados para receber-vos.

Meus Senhores:

Não existem fronteiras no tempo e no espaço que nos permitam definir o centro embrionário da estatística, e, do mesmo modo, os seus objetivos. Suas origens e o campo de suas finalidades perdem-se nos primórdios da civilização humana. Não obstante, mostra-nos a literatura especializada que, no ano de 2238 antes de Cristo, já os chineses, cumprindo determinações do Imperador Yu, aplicavam a estatística em diversos setores sociais gravando os elementos numéricos em monumentos públicos conforme se verifica do “Livro dos Anais” e dos famosos “Chouking”, onde Confúcio perpetuou, para as civilizações porvindouras, amplas informações do trabalho chinês no campo estatístico.

Igualmente importantes no processo de retrospectiva histórica são as valiosas contribuições das civilizações sumero-babilônicas, egípcia, assíria, hitita e outras, através de cujos anais se encontram elementos que esclarecem o interesse de perpetuar, pela Estatística, os fatos do Estado, como fartamente o comprovam as gravações pictográficas e hieroglíficas interpretadas por Champollion e pelo Coronel Rawlison, como as das construções da Babilônia, das Murallas da China, das Pirâmides do Egito, da famosa Biblioteca de Assurbanipal, ressaltando-se, quanto a este, suas gravações em tijolos de argila cozida.

A própria Etrúria legou aos romanos as bases de cálculos estatísticos, cuja revelação mais acentuada ficou a cargo da Censura Romana — instituição de índole estatística que, após a morte de Augusto, foi levada ao Senado por Tibério, e da qual se fez relato completo, evidenciando-se as riquezas do Império, o número de cidadãos (inclusive dos capacitados para as forças armadas), a composição das frotas, dos tributos e das rendas públicas.

Os Srs Mário Mala e Clóvis Penna Teixeira,  
oradores da sessão inaugural da Assembléia-  
-Geral dos órgãos dirigentes do IBGE

E, graças ao bom emprêgo da Estatística, puderam os romanos tornar-se incomparáveis mestres na arte de administrar e governar

Se nos deslocarmos para o continente americano, e indagarmos da aplicação de estatística entre os ameríndios, verificaremos que a nação azteca conhecia o estado geral de suas atividades, inclusive os fatos financeiros, registrando seus empíricos levantamentos em pinturas e cerâmicas. Os próprios incas eram possuidores de boas estatísticas, cujos exemplares de sistemas de contrôles e dados numéricos podem ser consultados no Museu de Lima

Meus Senhores:

Esta rápida sintonia com o passado outro objetivo não teve que não o de focar, com o devido relêvo, a evolução experimentada pela Estatística através do tempo e do espaço, em fases explícitas e implícitas, para colocá-la na base dos conhecimentos que hoje temos a seu respeito

Outrora praticada num campo de necessidades sociais deveras reduzido ante amplitude e complexidade dêste que caracteriza a sociedade moderna, volta-se a Estatística, na quadra contemporânea, para objetivos indiscutivelmente relevantes, consequência do estágio de civilização alcançado pela humanidade do II Milênio

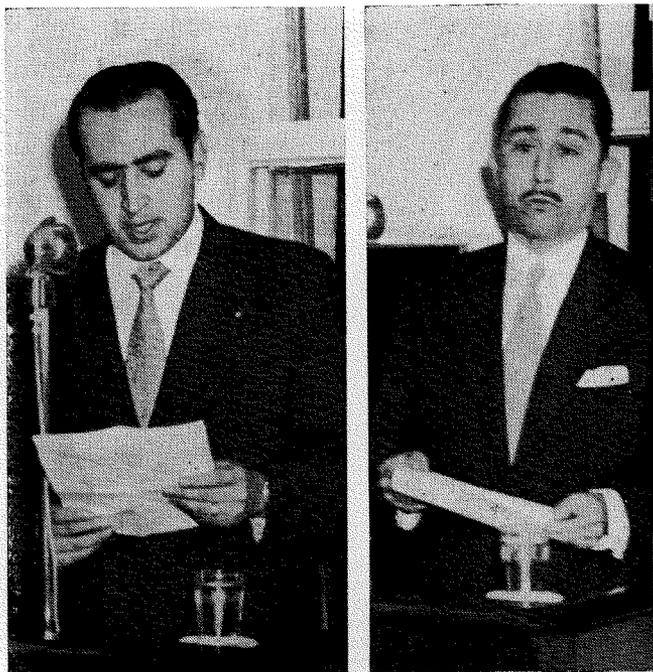
Com efeito, funcionando como peça de inelutável essencialidade no mecanismo sócio-econômico do Século XX, a rigor nada, absolutamente nada, se pode fazer sem o seu concurso. Cabe-lhe papel de indissfarçável relêvo em qualquer planejamento nos setores da micro e macro-economias, não só como elemento de mensuração dos fenômenos econômicos, como de previsão do seu comportamento futuro. Mercê de sua contribuição, pode-se prever hoje, para prover-se amanhã. E isto é sumamente importante para quem administra ou é administrado, seja na esfera pública, seja na particular

No Brasil, com um grau de acuidade sobre-modo louvável, vimos procurando fazer estatísticas à base de um consumo que se expande dia a dia, decorrente da acelerada evolução que experimenta o País, em todos os campos de suas atividades. Esta observação nos permite ratificar o que sempre pensamos com respeito à fase pioneira do nosso sistema estatístico, na qual se lançaram as bases do sistema que, em 1934, o preclaro Presidente Getúlio Vargas tornou realidade incontestada, ao criar o então Instituto Nacional de Estatística, transformado, posteriormente e por evolução, no atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão de que nos orgulhamos de possuir como peça de destaque de nossa estrutura técnica e administrativa

Desnecessário dizer-vos, Senhores Conventuais, o que significa o IBGE para o Brasil e para o mundo. Vós o conheceis profundamente, porque profundamente vos conheceis a vós próprios. Pois o IBGE outra coisa não é que não uma das partes essenciais de vossa vida, de vossa personalidade, de vossa razão humana de ser, como a Pátria em que nascestes, como a família que constituístes, como a nação que engrandecidastes com o vosso trabalho superior e quotidiano

Todavia, meus Senhores, a obra que se propõe realizar o IBGE é cíclopica, porque cíclopica é o destino do Brasil. E muito teremos que trabalhar para, à base de nossos conhecimentos técnicos, atender aos reclamos de uma civilização em progresso incomparável

A necessidade de estatísticas que cubram todos os campos da vida nacional é indissfarçável. Ontem, metade de nossos esforços era o bastante para atender ao consumo existente; hoje, além de crescer, êsse mesmo consumo se diversificou profundamente, obrigando-nos a preparar uma massa de dados e informações de amplitude muito mais sensível



E, no rol das novas necessidades surgidas, não se pode negar a presença da que concerne ao levantamento da renda nacional, sobre a qual importantes e indispensáveis estudos ainda estão por se fazer, à espera, tão somente, de estatísticas específicas

Não quero, entretanto, prender por mais tempo a atenção desta Assembléia de técnicos do mais fino labor. Minha palavra, na Casa planejada por Getúlio Vargas e construída por todos vós, é quase inexpressiva ante os fatos marcantes da profícua administração de Florêncio de Abreu e Maurício Filchtner, e face ao somatório de conhecimentos que vós, brilhantes Conventuais, acumulastes ao longo de uma vida de estudos teóricos e práticos, de renúncias e sacrifícios pela Pátria comum

Sirvo-me dela, apenas, para saudar-vos em nome da Família Ibeana, artesanato da estatística nacional

★ Em agradecimento à saudação do Delegado federal do CNG, fêz-se ouvir o Engenheiro Luiz de Souza e, em nome dos estatísticos regionais, o Sr Clóvis Penna Teixeira, cujo discurso foi o seguinte:

“Acredito que a minha presença nesta tribuna traduz nada mais que uma distinção à Unidade Federada que tenho a honra de representar — o Território Federal do Amapá, onde cresce uma geração atrevida, livre de receios e sem temor dos obstáculos; que enfrenta conscientemente o presente e se volta corajosamente para o futuro; onde se estabelecem as bases da recuperação regional, num verdadeiro sentido de valorização do homem e do meio por intermédio daquele; onde repudiamos e nos esforçamos por destruir as lendas do “inferno verde” que tanto têm prejudicado a Amazônia, da mesma forma que as conclusões apressadas sobre as condições de vida e trabalho, ali

Assim convencidos, torna-se-nos mais fácil, e reponta como um agradável dever, cumprir esta honrosa missão, qual seja a de agradecer e retribuir a saudação que dirigiram aos Delegados dos Estados e Territórios os membros da Representação Federal.

Senhores Representantes Federais:

Desejamos que os nossos saudares, no limiar desta XIV Assembléia-Geral do Conselho

Nacional de Estatística, constituam uma afirmação de fé nos destinos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e uma homenagem reconhecida a todos aqueles que, ontem e hoje, concorreram e concorrem para a sua marcha ascensional. O nosso pensamento se volta então para Mário Augusto Teixeira de Freitas — figura que pela sua obra e pelo seu idealismo se impõe à admiração e ao respeito dos contemporâneos e através da qual tributamos o nosso apreço a todos quantos dedicaram e dedicam à estatística brasileira o melhor dos seus esforços e energias, quer no campo técnico, quer no campo administrativo.

Estamos presentes para mais uma jornada de trabalho conjunto, corporificando o órgão máximo do Conselho, sob a Presidência e a direção serena e objetiva do Exmo Sr Desembargador Florêncio de Abreu, que, à energia do magistrado, alia a tolerância tão peculiar aos espíritos elevados.

Estamos presentes para mais uma jornada de trabalho durante a qual os olhos experimentados dos veteranos perscrutam com simpatia as ações dos neófitos ávidos de participarem das tarefas programadas e de contribuir para a sua consecução.

Estamos presentes para outro contacto mais estreito convosco, seja no plenário ou nas mesas-redondas que articularis proveitosamente em torno de problemas específicos a cada um dos órgãos federais, aceitando normas de ação conjunta, sempre com o pensamento voltado para o lema de "dar ao Brasil a Estatística que deve ter".

**R**EUNIÕES PLENÁRIAS — Foram realizadas dez reuniões plenárias: a primeira no dia 2 e a última no dia 10. A Assembléa examinou 47 anteprojetos de Resolução, aprovando 39. Para a apreciação preliminar das matérias a serem discutidas, constituíram-se assim as comissões regimentais, das quais é membro nato o Secretário-Geral: *de Organização Técnica* — eleitos os Srs Comandante Paulo de Oliveira e Mário Maia, Representantes dos Ministérios da Marinha e do Trabalho, Indústria e Comércio, e os Srs Aldemar Alegria, José Franklin Casado de Lima e Romeu Jacob, Delegados dos Estados do Rio de Janeiro, Alagoas e Minas Gerais, respectivamente; *de Redação Final* — designados pelo Sr Presidente os Srs Alberto Martins e Moacir Malheiros Fernandes Silva, Representantes dos Ministérios de Educação e Cultura, de Viação e Obras Públicas, e os Srs Clóvis Pena Teixeira, Felipe Néri e Roberto Lacerda, Delegados do Território do Amapá, dos Estados da Bahia e Santa Catarina, respectivamente. Para a Comissão de Tomada de Contas da próxima Assembléa-Geral, foram sorteados os Representantes dos Ministérios da Guerra e da Agricultura, e os Delegados dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Rio de Janeiro. A requerimento, formou-se ainda uma comissão especial para apreciar um anteprojeto de Resolução que alterava o plano de apresentação tabular da estatística do ensino primário a que se refere a Resolução n.º 486, de 11 de setembro de 1951, da qual fizeram parte os Srs Alberto Martins, Djalma Forjaz, Antônio Lugon e D.ª Horminda Pitaluga de Moura.

★ Dois importantes votos foram aprovados na primeira reunião plenária, — sob a forma de moção. A primeira, que formula votos con-

gratulatório e de reconhecimento cívico ao Presidente do IBGE, tem o seguinte teor:

"Considerando que entre os fatos deveras auspiciosos para a estatística brasileira ocorridos ultimamente na vida do Instituto se inscrevem, como de singular relevo, a ascensão, à sua presidência, do Excelentíssimo Senhor Desembargador Florêncio de Abreu, magistrado ilustre que alia as suas raras qualidades morais de cidadão prestante as de esclarecido gestor da coisa pública, sem falar dos dotes pessoais de cativante fidalguia que exornam sua personalidade;

considerando que sua Excelência, ao assumir a direção suprema da Casa do Brasil, inaugurou uma nova era para a existência fecunda do Conselho Nacional de Estatística, — já pelo sentido histórico de sua honrosa investidura, surgida de patriótico e oportuno ato do Excelentíssimo Senhor Presidente Getúlio Vargas, exatamente quando o Instituto vivia os seus momentos mais difíceis, já pelas sábias diretrizes que estabeleceu no seu programa de trabalho, especialmente no que concerne aos empreendimentos estatísticos, já pela serenidade e pelos desígnios de conciliação com que exerce o alto cargo, sempre com a máxima preocupação de assegurar ao Instituto a virtualidade exigida pelos seus cometimentos e imbuído dos generosos propósitos de prestigiar, tanto seus auxiliares imediatos, como os dirigentes dos órgãos integrados no grande Sistema;

considerando que as brilhantes iniciativas e realizações últimas do Conselho Nacional de Estatística vêm, cada vez mais, firmando o bom conceito do IBGE perante a opinião pública, frutos que são todas elas do alto descortino com que sua Excia exerce o seu mandato, sob os influxos do mais alentador ressurgimento; nós, os delegados da XIV Assembléa-Geral do Conselho Nacional de Estatística, num imperativo de coração e cumpindo elementar dever de justiça e gratidão, formulamos votos congratulatórios e do mais vivo reconhecimento cívico a sua Excia o Sr Presidente do Instituto que, por todos aqueles títulos e por seu acendrado espírito público, faz jus às homenagens genuínas de todos os obreiros que constituem a nobre e valorosa falange dos estatísticos brasileiros."

A segunda, que manda inscrever nos Anais do CNE um voto de louvor e confiança ao Secretário-Geral, tem a seguinte redação:

"A Assembléa-Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e considerando as realizações efetivas dos Órgãos do Sistema Estatístico Brasileiro, no espaço de tempo que medeia as duas Assembléas-Gerais, a XIII e a XIV;

considerando que em dezembro de 1953, pela vez primeira na história da Estatística Nacional foi divulgado o Anuário Estatístico do Brasil referente ao próprio ano;

considerando os esforços e resultados conseguidos pelos órgãos regionais do Sistema na atualização das Campanhas Estatísticas;

considerando a planificação acertada e as medidas oportunas tomadas pela Junta Executiva Central tendentes à melhoria dos levantamentos e à racionalização de suas apurações e apresentação oportuna;

considerando o franco, leal e seguro entendimento havido entre os Órgãos e funcionários do Sistema, o qual cooperou, sobremaneira, para a elevação do prestígio e acatamento da Estatística junto às classes interessadas;

considerando a participação sempre oportuna do Conselho em todos os movimentos que visaram a um maior conhecimento e a solução dos problemas brasileiros;

considerando que, no âmbito administrativo, não foi descuidado, um instante, o pessoal que serve à Secretaria-Geral, às Inspetorias e às Agências Municipais de Estatística, sendo procuradas as soluções acertadas para cada caso e se buscando aplicar em proveito dos funcionários os direitos e vantagens que lhes assistem, tendo sempre em vista a melhoria das

No Curso de Informações de 1954 pronunciaram conferências, sobre temas de sua especialidade, os Srs. Sebastião Santana e Silva e Américo Barbosa de Oliveira

condições daqueles que trabalham abnegadamente pela estatística brasileira;

considerando que isto tudo se deve, principalmente, ao trabalho contínuo e desinteressado do Secretário-Geral do Conselho — Professor Maurício Filchtiner — que tem sido o grande impulsionador de nossa obra,

**RESOLVE:**

Artigo único — O Conselho Nacional de Estatística, de público, determina o registro em seus Anais de um voto de louvor e confiança ao seu Secretário-Geral, Professor Maurício Filchtiner, pela sua magnífica atuação no período compreendido pelas XIII e XIV Assembleias-Gerais "

**V**otos — Durante os trabalhos da Assembléia, foram aprovados mais os seguintes votos:

de agradecimentos — ao Presidente do IBGE, ao Secretário-Geral do CNE, aos membros da JEC e ao Diretor da ENCE pela instalação, em Vitória, do Curso Livre Intermediário de Estatística; ao Srs Presidente da República, Presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas Estaduais, aos Prefeitos e Vereadores de todos os Municípios, pelo apoio que vêm dando às atividades estatísticas; ao Sr Ministro da Guerra, por ter pôsto à disposição do CNE uma viatura do Exército, para servir à Assembléia-Geral; à imprensa escrita e falada do país, e, em particular ao "Jornal do Comércio", do Rio pela divulgação dada aos trabalhos da XIV Assembléia-Geral;

de congratulações — com o Governo do Estado de Pernambuco, pelo transcurso do III Centenário da Restauração Pernambucana; com o Governo e o povo de São Paulo, pelo IV Centenário da Cidade de São Paulo; com o Governo e o povo da Bahia pela passagem da data histórica de 2 de julho; com o Monseñor José Távora, pela nomeação para as funções de bispo titular de Proclidade e bispo auxiliar do Rio de Janeiro, voto extensivo ao Cardeal-Arcebispo e ao Nuncio Apostólico; com o Governo do Estado de Goiás, pelo 12º aniversário do batismo cultural de Goiânia; com o Ministro da Fazenda, pela atenção dispensada aos delegados que participaram da mesa-redonda do SEEF e pelo apoio que tem assegurado à causa da estatística; com o Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal de Itaguaí, pela criação daquele Município; com os Srs Presidente Getúlio Vargas, General Juarez Távora, Embaixador J C Macedo Soares e Almirante Ribeiro Espindola, pelo aniversário de criação do Instituto Nacional de Estatística; com o Governo do Território do Guaporé, pelo aniversário da encampação da E F Madeira-Mamoré; com a Secretaria-Geral do CNE, pela regularidade e atualização das publicações a seu cargo, bem como pela excursão ao Parque Nacional de Itatiaia, oferecida aos Delegados; com a Fundação Getúlio Vargas, pelos trabalhos de alto interesse na-



cional que vem realizando; com o Sr Alberto Martins, pela divulgação dos resultados da estatística do ensino superior de 1954, extensivo aos demais chefes de serviços federais, pelo empenho com que se vêm dedicando à atualização das estatísticas a cargo dos respectivos serviços; com a Secretaria-Geral do CNE e sua Diretoria de Levantamentos Estatísticos, pela publicação do trabalho *Registro Industrial*;

de aplauso — ao Inspetor Regional da Bahia, Artur Ferreira, extensivo a todos os Inspetores que concluíram a coleta dos dados da 18ª Campanha Estatística dentro do prazo estabelecido pela Secretaria-Geral; ao pessoal que trabalhou na Secretaria da Assembléia, pela eficiência e dedicação demonstradas;

de homenagem — à memória do Professor Guilherme Briggs, pelo centenário de seu nascimento;

de pesar — pelo falecimento dos Srs Professor Guilherme Carneiro da Rocha, catedrático de Economia da Universidade da Bahia, deputado Sá Cavalcanti, diretor de "O Estado", de Fortaleza, Doralice Ponciano Gomes e de outros funcionários dos órgãos regionais e federais de estatística, ocorridos no período compreendido entre as duas últimas Assembleias, Odilon Braga da Silva, Senador Melo Viana, Embaixador Cristiano Machado, Benedito Quintino dos Santos e Dª Marta Klein Teixeira, jornalista Costa Rêgo, Prof Luigi Galvani, da Universidade de Roma e autor do livro *Brasil Moderno, Terra Encantada*

**M**ESAS-REDONDAS — Seis Mesas-redondas, dedicadas ao debate de assuntos dos serviços ministeriais de estatística, foram realizadas durante o transcurso da Assembléia

**C**URSO DE INFORMAÇÕES — Duas conferências, constituindo o Curso de Informações de 1954, foram pronunciadas no Auditório do CNE. A primeira esteve a cargo do Sr Américo Barbosa de Oliveira, engenheiro e economista, che-

fe do setor de Renda Nacional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e versou sobre "Estatística Industrial". A segunda, sobre "Estatísticas Econômicas na Inglaterra", foi proferida pelo Sr Sebastião Sant'Ana e Silva, antigo Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira e superintendente do Plano SALTE

**VISITAS** — Seguindo a tradição, uma delegação do CNE, composta dos Srs Tenente-Coronel Nelson Mesquita de Miranda, Joaquim Cesário da Silva, Romeu Jacob, Carlos Gradowski, Blaudeci Vasconcellos e D<sup>a</sup> Horminda Pitaluga de Moura, respectivamente representante do Ministério da Guerra e delegados do Território do Guaporé, dos Estados de Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Mato Grosso, visitou a Assembléia-Geral do CNG, para transmitir-lhe saudações em nome da ala estatística do Instituto. retribuindo a cortesia, uma comissão do CNG visitou os trabalhos da XIV Assembléia

Outras visitas recebidas pela Assembléia: Srs Lauro Sodré, antigo diretor do SEPT, do Ministério do Trabalho; Professores Eliseu Paggioli, Reitor da Universidade do Rio Grande do Sul, e Pei Pinto Diniz, Vice-Reitor da mesma Universidade e Diretor da respectiva Faculdade de Ciências Econômicas; Sr Hedi-berito Pinella da Silva e D<sup>a</sup> Constança Ladeira, representando o corpo discente da ENCE, que prestaram homenagem ao Desembargador Florêncio de Abreu; e uma comissão de servidores subalternos do CNE, que agradeceu a aprovação da Resolução n<sup>o</sup> 594

Uma comissão designada pela Mesa, e à qual se incorporaram numerosos delegados, visitou o Sr Mário Augusto Teixeira de Freitas, prestando-lhe as homenagens da XIV Assembléia-Geral do CNE

**PUBLICAÇÕES** — Foram distribuídas aos Delegados publicações do próprio Conselho, dos diversos serviços estatísticos, do CNG e de outros órgãos oficiais, além dos relatórios referentes às atividades estatísticas no país. Destacamos as seguintes publicações:

*O IBGE em 1953*, discurso-relatório do Presidente, Desembargador Florêncio de Abreu;

*O Conselho Nacional de Estatística em 1953*, relatório do Secretário-Geral, Prof Maurício Filchtiner;

*Relatório da Delegação Brasileira à 28<sup>a</sup> Sessão do Instituto Internacional de Estatística*;

*Estudos Sobre a Alfabetização da População do Brasil*, 3 volumes, *Números-Índices dos Preços e das Quantidades do Comércio Exterior e de Cabotagem*, *Estudos Sobre a Natalidade em Algumas Grandes Cidades do Brasil*, *Pesquisas Sobre as Populações Urbanas e Rurais do Brasil* e *Pesquisas Sobre a Natalidade no Brasil*, do Laboratório de Estatística;

*O Estado do Paraná*, — *Censo Demográfico, São Paulo*, — *População, As Favelas do Distrito Federal e o Recenseamento de 1950*,

*Censo Agrícola de 1950 e Notas e Comunicados*, 2 volumes, do Serviço Nacional de Recenseamento;

*Aulas de Estatística*, do Prof Lourival Câmara;

*O IBGE e a Reforma Administrativa*;

*Comércio Interestadual por Vias Internas, Produção Industrial de 1952*, referente a 10 Unidades da Federação, *Cadastro Industrial do Distrito Federal, Pessoal Empregado na Administração Municipal em 1952 e Estatísticas do Comércio Interestadual por Vias Internas Obtidas pelo Método da Amostragem*, relatório da Diretoria de Levantamentos Estatísticos;

*Revista Brasileira de Estatística, Revista Brasileira dos Municípios e Boletim Estatísticos*, números correspondentes ao segundo trimestre de 1954, *Divisão Territorial do Brasil em 1953 e Informações Estatísticas Sobre o Município de São Paulo*, da Diretoria de Documentação e Divulgação;

*Les Erreurs dans les Déclarations de l'Âge dans les Recensements Brésiliens de 1940 et 1950*, de Giorgio Mortara;

*Movimento da População (Imigração e Emigração) e Plano Nacional de Salário Mínimo*, do SEPT, do Ministério do Trabalho;

*O Idealismo e o Esperanto*, de M. A. Teixeira de Freitas;

*Estatística do Comércio Exterior*, volume referente a 1953, e *Mensário Estatístico*, relativo a junho, do SEEF, do Ministério da Fazenda;

*Produção Extrativa*, do SEP, do Ministério da Agricultura;

*Sinopse Estatística do Ensino Superior*, de 1954, do SEEC, do Ministério da Educação e Cultura;

*Estimativas Populacionais do Estado de São Paulo, Ensino Primário em São Paulo e Localidades Paulistas*, do DEE de São Paulo;

*Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro*, volume 1 e *Pessoal empregado na Administração Municipal do Estado do Rio de Janeiro em 1952*, do DEE do Rio de Janeiro;

*Notícias da Administração Estadual do Espírito Santo*, do DEE do Espírito Santo;

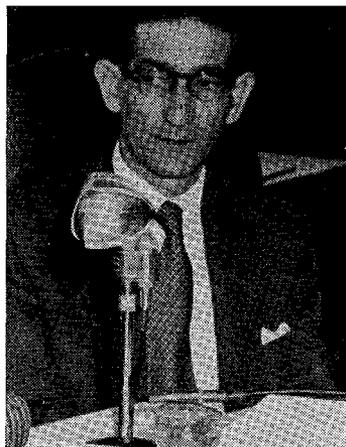
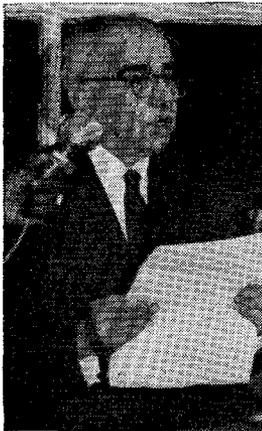
*Estatísticas do Distrito Federal*, do DGE do Distrito Federal;

*Aspectos da Geografia Riograndense*, por vários autores, *1<sup>o</sup> Centenário das Ferrovias Brasileiras*, idem, *Estudo Geográfico do Território do Amapá*, de Antônio Teixeira Guerra, e *Revista Brasileira de Geografia*, números correspondentes aos 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> trimestres de 1953;

*Calendário Agrícola do Brasil*, referente a São Paulo, *O Seringal e o Seringueiro*, de Artur César Ferreira Reis, e *O Vale do Itajaí*, de Zadir Perfeito da Silva, do Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura

Além dessas publicações, foram distribuídos 11 números do "Boletim Informativo" da Assembléia, noticiário completo das atividades desenvolvidas durante a reunião

**EXCURSÃO** — A Secretaria-Geral do CNE promoveu uma excursão ao Parque Nacional de Itatiaia, onde foi servido um churrasco aos delegados e suas famílias. Foi distribuído en-



Na sessão de encerramento falaram os Srs Djalma Forjaz, Maurício Filchtiner e Rubens Pôrto

tre participantes da excursão um folheto preparado pelo Serviço de Divulgação da Secretaria-Geral, com mapas e breves notas informativas sobre o referido Parque

**A**LMOÇO NO SERVIÇO GRÁFICO — Como tem feito nos anos anteriores, a Secretaria-Geral ofereceu, ainda, no dia 12 um almoço aos Srs Delegados e suas famílias no Serviço Gráfico, após uma visita às respectivas instalações. Falou, nessa oportunidade, em nome do Conselho, o Prof Maurício Filchtiner, tendo agradecido o Sr Felipe Neri, delegado da Bahia

**S**ESSÃO DE ENCERRAMENTO — Às 20 e meia horas do dia 12, no salão de conferências do CNE, realizou-se a sessão solene de encerramento das Assembléias-Gerais dos dois órgãos dirigentes do IBGE. O Presidente, Desembargador Florêncio de Abreu, depois de constituir a mesa, com altas autoridades civis e militares, comunicou, ao abrir a sessão, que se encontrava na Casa do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, fundador e primeiro presidente do IBGE. Designou então uma comissão, composta dos Srs Almirante Dodsworth Martins, Rubens Pôrto e Manuel Diégues Júnior, para introduzir o visitante no recinto. Saudado com uma salva de palmas, o Embaixador J C de Macedo Soares sentou-se à esquerda do Desembargador Florêncio de Abreu, que pronunciou a seguinte saudação:

“Ao defrontar a Praça de São Pedro em Roma, a mais bela praça do mundo, com as suas colunatas em hemicírculo e as duas fontes monumentais, diante da solene fachada da Catedral do Príncipe dos Apóstolos, fiquei naturalmente maravilhado, como todos quantos têm, a inolvidável ventura de contemplá-la. Ao penetrar, porém, no interior da Catedral, a mais vasta, a mais imponente e grandiosa da Cristandade; diante da majestade do Templo, das gigantescas e harmoniosas proporções de suas linhas geométricas, dos seus mármore palpitantes de vida, dos seus monumentos esculturais, dos seus admiráveis quadros em mosaicos rutilantes, a que bem chamaram “pintura para a eternidade”; diante de tanta grandiosidade, tanta magnificência, tanta beleza artística, o meu espírito extasiado acreditou por alguns instantes que aquela maravilha não era obra de homens, mas um milagre de Deus. E, contudo, é obra de homens; da energia de um Júlio II, de um Paulo III, de um

Sixto V, nas arrojadas iniciativas da construção da Basílica; do espírito imortal de Michelângelo, na sua concepção arquitetônica e realização material. É, sem dúvida, por mais que pareça um milagre, trabalho humano, para honra sempiterna da humanidade e, em especial, para a glorificação do gênio do cristianismo

Assim, Sr Embaixador, ao me pôr em contato com este edifício grandioso que é o Instituto Ibeano; ante as proporções monumentais e harmônicas de sua concepção arquitetural e o trabalho arrojado de sua realização, compreendendo, nas suas fundações, os três pilares da administração nacional — a União com os Territórios, os Estados, as Municipalidades — e, na sua superestrutura, as vigas-mestras dos Diretórios e Juntas Executivas, o complexo trajecamento dos convênios que cobre todo o território nacional e a cúpula imponente da Assembléia-Geral; ante o pertinaz e resolutivo ânimo de vencer resistências, resolver mil dificuldades e prover sobre o mosaico de minúcias de toda ordem, ao meu espírito também se afigurou tratar-se de empresa que assumia as proporções de um verdadeiro milagre. Porém, não; é simplesmente obra de homens que sabem querer, de talento criador, de clara visão dos problemas fundamentais da nacionalidade, tais como o Sr Getúlio Vargas, a quem V Ex<sup>a</sup> se referiu, o Sr Teixeira de Freitas e V Exa; aquê, provendo sobre a iniciativa propulsora legal, e V Exa e Teixeira de Freitas concebendo e plasmando a grandiosa e fecunda instituição, que V. Exa sabiamente e exemplarmente também dirigiu como seu primeiro Presidente

Aqueles prelados ilustres e a Michelângelo, que não quiseram como recompensa senão a glória da Igreja e do excelso claviculário dos Céus, movia a flama do ideal cristão, como aos artífices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o ideal supremo de servir à Pátria. E em verdade, como já referi algures, sem idealismo não poderá haver construção que resista ao tempo e atinja o esplendor sonhado por seus artífices

A V Exa, portanto, Sr. Embaixador, apresento as expressões de minha homenagem admirativa e meu saudar efusivo, cordial e respeitoso ”

★ Em seguida, o Desembargador Florêncio de Abreu concedeu a palavra ao Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, para, em nome do Conselho Nacional de Geografia, saudar o primeiro presidente do IBGE. Finda essa oração, seguiu-se com a palavra, como orador oficial do CNE, o Sr Moacir Malheiros Fernandes Silva, que proferiu o seguinte discurso:

“Há alguns anos, quando tive a honra de ingressar na Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, como representante do Ministério da Viação, ao ser recebi-

do na sala de trabalho desse órgão deliberativo, a qual, desde algum tempo é denominada, com justiça, "Sala Teixeira de Freitas", duas coisas, no domínio material, despertaram logo a minha atenção de neófito: a forma da mesa, que é *circular*, e sobre esta, ao centro, uma bela estatueta, que representa um *semeador*, a qual, desde então, é mantida sempre voltada para o lugar que é ocupado pelo Presidente desta Instituição.

Tímido e discreto, por temperamento, e, no caso, muito mais ainda, dada a minha condição de iniciante em atividade totalmente nova para mim, não quis perguntar a ninguém quais as razões daquela mesa *redonda* e daquela formosa estatueta de *semeador*. E, não sei bem porque, veio à minha lembrança a "Metafísica das Rosas", aquela belíssima página de Machado de Assis, em que o grande romancista, certamente inspirado em Malherbes, afirmou que: "para as rosas, o Jardineiro é *imortal*, pois em memória de rosa, não consta que o jardineiro houvesse desaparecido."

Passaram-se os tempos, e anos seguidos guardel comigo mesmo aquelas minhas dúvidas iniciais, que não impediram nem perturbaram a minha colaboração nos trabalhos de Junta Executiva, colaboração modesta, é verdade, mas que tem representado o máximo que posso dar, nos estreitos limites de minhas insuficiências pessoais.

Hoje, ao ensejo desta honrosíssima presença de V. Exa., Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a esta solenidade do encerramento da XIV Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, suponho ter conseguido, ao menos para mim mesmo, a explicação da existência, na sala da Junta, daquela mesa circular e daquela estatueta do *semeador*, o simbolismo subjetivo daqueles dois seres inanimados.

Mas, para prosseguir, voltemos para trás, por muitas voltas, por muitas vezes, os ponteiros do grande relógio do tempo universal. Olhemos, contudo, o quadrante apenas no que se refere ao Brasil e à sua existência no seu ciclo de renovação político-social, ainda em plena marcha para conquistas mais altas, em todos os setores da atividade humana.

Quando o Presidente renovador, o Presidente Getúlio Vargas, criou esta Instituição, houve por bem entregá-la, Sr. Embaixador Macedo Soares, em suas mãos hábeis, dando-lhe, ao mesmo tempo, as boas sementes que se continham nos dispositivos legais fundamentais. E foi V. Exa., então, e por muitos anos, quem, com serenidade, prudência, sabedoria e, acima de tudo, com o mais absoluto desinteresse pessoal, foi distribuindo essas sementes, vendo a instituição crescer, crescer, esgalhar-se, ramificar-se, florir, florir, frutificar. Foi V. Exa. o grande *semeador* do IBGE.

E hoje, V. Exa. veio visitar esta casa, que é sua, pois foi V. Exa. quem a construiu desde os alicerces, como um grande *semeador* que, passados alguns anos, tem curiosidade de rever aquilo que semeou, aquilo que plantou, aquilo que construiu, não para si mesmo, mas para os outros, para o bem alheio e no caso vertente, para o bem da coletividade brasileira, tanto vale dizer, para o bem presente e futuro do Brasil.

E por que veio V. Exa. hoje a esta sua antiga Casa? Note V. Exa. que eu não disse *velha* Casa, pois que esta é ainda *nova* e está crescendo em força e mocidade. Mas foi sua, é e continuará sempre a ser sua, pelo menos sob esse aspecto histórico que rememorei, de ter sido V. Exa. quem a levantou desde os alicerces.

Mas por que veio V. Exa. a esta sua Casa hoje? Parece-nos haver uma razão, também histórica: é que as sessões solenes de abertura e encerramento das Assembléias-Gerais eram sempre no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que V. Exa. é o grande Presidente. E como não fosse agora já o encerramento da Assembléia, então V. Exa. veio rever-nos aqui, como acontece, na vida comum, quando um pai afetuosos vai visitar um filho predileto.

Sim, porque no invisível encadeamento das instituições culturais brasileiras parece-me haver alguns elos indissolúveis entre o Institu-

to Histórico e o IBGE. Assim como entre este e a veterana Sociedade Brasileira de Geografia. Coloco de permeio a essas instituições culturais a Academia de Letras. E por algum tempo V. Exa. foi, simultaneamente, o Presidente dessas quatro instituições nacionais. Foi assim o grande orientador, o grande condutor de todas quatro, o *semeador* de idéias e de formas várias de atividade. Sendo o IBGE o mais jovem, nesse grupo, e por isso mesmo e dados os seus aspectos múltiplos, todos ligados a atividades de ordem prática, eminentemente necessárias à vida do País, é aquele de maior dinamismo, de maior expansão no âmbito nacional.

Alguns espíritos mofinos, que os há, infelizmente, sempre e por toda parte, supunham, então, porque não tinham a ventura e a honra de conhecê-lo pessoalmente, que V. Exa. havia atingido todos esses vértices alcantilados da Cultura Brasileira apenas porque, em toda a sua vida, a fortuna lhe havia sempre sorrido. Mas a que fortuna se referiam? Quero, a propósito, passar a palavra ao jornalista Carlos Pedrosa, também ibgeano, que na Sociedade Brasileira de Geografia, ao ensejo da inauguração do busto de V. Exa., teve oportunidade de esclarecer nitidamente esse aspecto:

"No seu gabinete de trabalho, no tradicional Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a evidente ausência de banqueiros e de chamados homens de negócios é suprida pela presença constante e fiel de toda uma brilhante e variada gama de intelectuais e artistas, cuja linguagem não traduz, de modo nenhum, as cotações cambiais do dia nem a variação dos mercados. O ouro em curso nessas tertúlias é aquele ouro maciço com que se laboram as jóias do espírito, ouro que só a inteligência pode apurar e fundir no cadinho do pensamento que, mesmo quando se inflama e se tortura, só o faz, em sublime holocausto, para melhor criar novas formas de eterna beleza. O Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares é, realmente, um *afortunado* pelo fervor com que serve a cultura."

Acrescentaria eu apenas que, sabido que Deus não completou a sua própria obra de criação universal, deixando-a intencionalmente inconcluída, para que os homens a terminem, aperfeiçoando-a, embelezando-a, só aos grandes espíritos, só aos raros, só aos seus *eleitos* dá as qualidades imprescindíveis para essa altíssima e delicadíssima tarefa. E V. Exa. foi, ou melhor, é um desses *afortunados* do favor divino. As obras que criou, que tem criado, que tem embelezado, que tem aperfeiçoado são obras impercíveis, são obras eternas.

Tal é, entre outras muitas, o IBGE. E por isso os seus trabalhos se fazem em uma mesa *circular*, porque a *circunferência* de círculo, segundo a matemática mística da antiguidade, é o símbolo da *eternidade*.

Seja benvindo a esta Casa! E honre-nos sempre com a sua presença!

Estamos certos que a visão atual do que aqui deixou plantado há de lhe dar a mais viva alegria e satisfação, por ver que tudo cresceu, floriu, frutificou.

E, principalmente porque vê, no seu lugar, à frente do IBGE outra grande figura de *semeador*, de floricultor espiritual: o Sr. Desembargador Florêncio de Abreu.

E, já agora, nas outras figuras menores, que aqui ajudamos a aparar as galhas espinhosas e estéréis, podemos, à vista da estatueta simbólica e da figura viva deste grande sucessor de V. Exa., dizer como as rosas de Machado de Assis: "O jardineiro é eterno!"

★ Agradecendo essas saudações, o Embaixador J. C. de Macedo Soares pronunciou o seguinte discurso:

"As palavras dos ilustres oradores Cel. Renato Barbosa Rodrigues Pereira e Professor Moacyr Malheiros Fernandes Silva, que tão generosamente a mim se referiram, fizeram-me ouvir o som de um único sino, numa casa em que sempre se escutou o toque harmonioso de seu companheiro. Se eu o aceitasse para mim só ouviria certamente o vozear da Justiça e o clamor da Verdade."



**A mesa dirigente dos trabalhos da sessão de encerramento, presidida pelo Desembargador Florêncio de Abreu, no momento em que se fazia ouvir o Embaixador José Carlos de Macedo Soares**

Desde os primeiros trabalhos estruturais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a ação individual sempre foi força combinada para a obtenção de resultante almejada. Tudo no IBGE é feito em equipe, e qualquer elogio que tenha cabimento deve atingir a todos os que realizaram e produziram.

Quando o maior de todos nós, Mário Augusto Teixeira de Freitas, discípulo amado do devotado Bulhões de Carvalho, intensificou a campanha pró estatística nacional, foi no Ministro de Estado Juarez Távora — homem de inteligência clara e elevados sentimentos patrióticos — que Teixeira de Freitas encontrou a necessária acolhida para que fosse possível a promulgação do decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, que criou o Instituto Nacional de Estatística.

Mas, evidentemente foi a alta compreensão do Chefe do Governo Provisório Sr. Getúlio Vargas, que permitiu se corporizasse a felicíssima concepção de Teixeira de Freitas, da unicidade da triplíce ordem governamental — federal, estadual e municipal — sem predominância nem prevalência de nenhuma delas.

Só em 1936 graças à tenacidade do Presidente Getúlio Vargas é que foi a instituição instalada no próprio Palácio do Catete. Muito lhe valeu então a ajuda de Luís Simões Lopes.

O decreto n.º 1 527, de 24 de maio de 1937 criou o Conselho Brasileiro de Geografia, iniciativa e trabalho de Cristóvão Leite de Castro.

Em 1938 com sua estrutura definitiva foram o Instituto Nacional de Estatística e o Conselho Brasileiro de Geografia transformados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com duas alas: Conselho Nacional de Estatística e Conselho Nacional de Geografia, segundas logo da ala censitária, constituídas todas elas de técnicos proficientes, forrados de excelentes patriotas.

Poderia referir-me a cada um deles, pois todos bem serviram ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; desejo, porém, destacar Heitor Bracet e Rubens Pôrto, que jamais falharam na continuidade administrativa quando exerceram a presidência nos impedimentos do titular efetivo.

Durante três lustros em várias crises de crescimento, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi decisivamente amparado pelo Presidente Getúlio Vargas, mas em todas as horas de sua existência a força propulsora de seus trabalhos foi Mário Augusto Teixeira de Freitas. Sem ele não teria sido possível a existência de um aparelho tão delicado, absolutamente inédito nos regimes políticos federativos. Sem a sua ação inteligente e agremiadora o êxito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estaria, em muitas ocasiões, seriamente comprometido.

Préste a se aposentar como funcionário público, Teixeira de Freitas renunciou à Secretaria-Geral, deixando nela um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar. Deixou

multo mais: o modelo perfeito do condutor de homens, criador da família ibgeana, quer dizer a fraternal ação comum, permitindo nesse sobre mesa para a constituição do acervo valiosíssimo da gloriosa instituição.

Rafael Xavier, seu substituto, já se consagrara, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pelos excelentes serviços prestados no Conselho de Estatística e, depois nos trabalhos censitários. Rafael Xavier foi o digno continuador do mestre de civismo. Ocupou em seguida a Secretaria-Geral o boníssimo Waldemar Lopes, alto espírito de ótimas maneiras, e que tão bons serviços prestou no árduo pósto.

No Conselho Nacional de Geografia Cristóvão Leite de Castro, com sua arguta inteligência e notável capacidade de trabalho, conseguiu entre nós e no estrangeiro surpreendentes êxitos. Seguiu-lhe os passos, embora interinamente, Virgílio Corrêa Filho.

O Recenseamento de 1940 esteve a cargo do clarividente Professor José Carneiro Felipe, o qual meticulosamente estudava e bem resolvia os mais insignificantes problemas surgidos no intenso labor censitário. Seus sucessores foram largamente beneficiados com tão belo modelo de chefe. A inteligência moral e a notável capacidade de Carneiro Felipe serviram de norma para os inteligentes e dedicados moços que brilhantemente realizaram o Censo de 1950: Tulo Montenegro e Paulo Lara. Devo dizer que só estou me referindo aos excelentes servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do nosso tempo.

Se eu tivesse agora de reduzir a um denominador comum os construtores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, citaria três nomes: Getúlio Vargas, o criador e vigilante animador da grande instituição; Teixeira de Freitas, o genial criador da fórmula ibgeana e seu mais eficiente obreiro; e o de V. Exa., Sr. Presidente Florêncio Carlos de Abreu e Silva, que, timoneiro largamente experimentado, com inteligência, sabedoria e alto equilíbrio, conseguiu levar a pórtio seguro a barca ibgeana, que perigava em zona de recifes traiçoeiros.

Na hora presente cabem, com inteira justiça, a V. Exa. Sr. Desembargador Florêncio de Abreu, as homenagens sinceras e entusiásticas de quantos acompanham carinhosamente a trajetória gloriosa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística."

★ Em seguida, os Srs. Tenente-Coronel De Paranhos Antunes e Prof. Maurício Flichtner, Secretários-Gerais do CNG e CNE, respectivamente, leram os relatórios referentes às atividades desenvolvidas nas Assembléias-Gerais.

Foi o seguinte o relatório do Prof Maurício Filchtiner:

"Por força de dispositivo regimental, cabe-me o dever de apresentar, nesta sessão de encerramento da Assembléa-Geral, o balanço das atividades desenvolvidas na reunião de 1954, pelos dirigentes da estatística brasileira. E se há um dever que cumpro com íntima e profunda satisfação, é este, Sr Presidente. Porque me é dada então a feliz oportunidade de rememorar instantes inesquecíveis da mais grata convivência entre legítimos patriotas, colocados a serviço do I B G E e, por consequência, do Brasil. Feliz oportunidade de fixar flagrantes do esforço construtivo de uma verdadeira colmeia de técnicos, em cujo espírito viceja o pensamento da cooperação, do mútuo entendimento e da compreensão humana. Feliz oportunidade de esboçar, em traços incisivos, na medida de minhas possibilidades, o panorama de um encontro amistoso de profissionais responsáveis pelos destinos da estatística em nosso País, anualmente levado a efeito para uma necessária revisão de métodos de ação, para o imprescindível reajustamento de processos, para o espontâneo exame e livre debate de idéias e pontos de vista, para a fixação de novas normas de comportamento em relação a problemas, gerais ou particularizados, da vida nacional.

**RESOLUÇÕES APROVADAS** — Demonstração evidente do fecundo labor que nesta Casa, nesta mesma sala, se verificou durante dez dias é o novo elenco de Resoluções com que passa a contar o Conselho São nada menos de 39 Resoluções, de sentido técnico umas, de alcance cultural ou administrativo outras, todas elas fruto da experiência, capacidade e descortino de quantos se empenharam, com inexcusável dedicação e senso de responsabilidade, nos trabalhos desta Assembléa-Geral, quer no plenário, quer nas Comissões.

Resultam essas Resoluções de 47 anteprojetos, de iniciativa de delegados da órbita federal e da órbita regional, bem como da própria Secretaria-Geral, sem falar nos vários substitutivos — matéria que foi minuciosamente examinada e pacientemente discutida, de forma a que se contribuisse com algo de relevante para o lastro legislativo do Conselho.

Permito-me ressaltar aqui, em termos de síntese, a importância das principais Resoluções aprovadas. A duas delas quero fazer especial menção, pela alta expressão de que se revestem, relativamente à própria história de nossa Instituição.

A primeira é a que tomou o n° 622: assinala expressamente o transcurso de uma nova etapa da vida do Instituto, definindo como traços marcantes dessa era a atualização das Campanhas Estatísticas Nacionais, o lançamento do "Anuário Estatístico do Brasil" no próprio ano a que se refere (que foi o caso primeiro do "Anuário" de 1953, editado e distribuído em dezembro de 53, com dados até do mesmo ano) e o surgimento da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, destinada a formar uma nova geração de profissionais a serviço da estatística brasileira.

A outra Resolução, de n° 594, é a que dispõe sobre a ampliação do conjunto residencial de propriedade do I B G E, localizado na sede do Serviço Gráfico, para atender a necessidades dos servidores mais modestos do Conselho. Creio desnecessário salientar o alto e nobre conteúdo dessa Resolução, que tem por objetivo dar a necessária continuidade à obra de caráter social e assistencial iniciada por administração anterior, no desenvolvimento e aprofundamento da qual se empenha, mercê de sua elevada compreensão humana e do seu extraordinário tino administrativo, o atual Presidente do I B G E, desembargador Florêncio de Abreu.

Dentre os pronunciamentos de natureza essencialmente técnica, vale referir, nesta resenha, os seguintes, pela sua excepcional relevância:

a Resolução n° 597 — que recomenda ao estudo dos estatísticos brasileiros um trabalho da Divisão de Economia Rural, da Secretaria

de Agricultura de São Paulo, referente às experiências que visam à obtenção de estatísticas agrícolas com a utilização dos processos de amostragem;

a de n° 599 — que recomenda aos órgãos regionais, especialmente aos que se incumbem da apuração do Registro Industrial, que, com base nos elementos coligidos na Campanha Estatística do corrente ano, elaborem um Cadastro dos estabelecimentos industriais localizados nas respectivas Unidades da Federação e nos quais trabalhem 5 ou mais pessoas;

a de n° 603 — que aprova novos modelos de questionários destinados ao levantamento dos Inquéritos Econômicos, definindo objetivamente o que seja "estabelecimento industrial" e "comercial atacadista", para aquele fim, e fixando normas concernentes ao mesmo levantamento;

a de n° 606 — que, tendo em vista a uniformidade e sistematização das estatísticas cafeeiras, recomenda estreita cooperação entre o órgão especializado do Instituto Brasileiro do Café e o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, no tocante à realização de inquéritos especiais, independentes da estatística agrícola permanente;

a de n° 610 — que institui novo plano de coleta da estatística do ensino primário geral, dispondo sobre a sua imediata apuração, pelo órgão competente do sistema federal;

a de n° 611 — que recomenda a realização de estudos acerca da utilização do modelo B do Registro Industrial;

a de n° 612 — que prevê a constituição de uma Comissão especial destinada a examinar o problema do aperfeiçoamento das estatísticas necessárias ao estudo da renda nacional;

a de n° 613 — que recomenda providências relacionadas com a padronização dos formulários do registro de veículos em todo o País, visando à fixação de normas para a apuração atualizada das estatísticas dos meios de transporte rodoviário;

a de n° 614 — que elegeu os novos membros das diversas Comissões Técnicas do Conselho, sugerindo-lhes, desde logo, estudos especiais sobre aspectos da estatística do País;

a de n° 616 — que dispõe sobre a organização do cadastro dos estabelecimentos agropecuários;

a de n° 617 — que estabelece providências para a elaboração de um plano de apuração do registro civil que atenda não só às necessidades da estatística brasileira, como aos requisitos de divulgação para fins de comparação internacional;

a de n° 619 — que recomenda a constituição imediata de uma Comissão para estudar um plano de registro das ocorrências policiais e penitenciárias;

a de n° 620 — que, consignando o regozijo do Conselho pela criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, ressalta a conveniência da centralização, sob a responsabilidade do órgão próprio do mesmo Instituto, dos inquéritos estatísticos sobre migrações internas, imigração e colonização, ao mesmo tempo que prevê a revisão dos questionários da Campanha Estatística Nacional, relativos aos assuntos em questão;

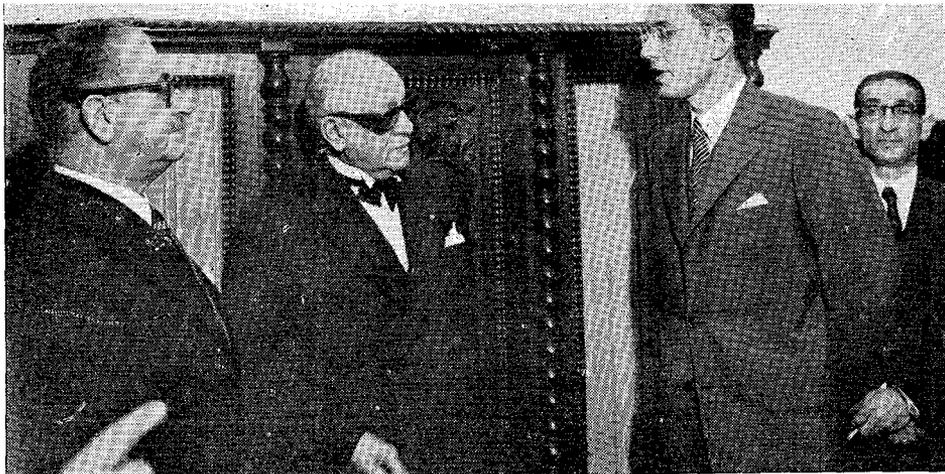
a de n° 621 — que autoriza a Secretaria-Geral a prestar assistência técnica e financeira aos órgãos regionais que desejarem realizar experiências de amostragem na estatística agrícola;

a de n° 623 — que dá consolidação a normas e princípios concernentes à Campanha Estatística Nacional;

a de n° 626 — que estabelece condições para a realização da XIX Campanha Estatística Nacional, de modo a assegurar-lhe execução mais rápida e eficiente;

a de n° 627 — que reconhece expressamente a importância do levantamento regular da estatística da previdência social, com a extensão e profundidade necessárias para tratar a organização e o funcionamento das instituições especializadas existentes no País;

a de n° 630 — que fixa conceitos para melhor entrosamento das estatísticas de vias internas e de cabotagem, estabelecendo princípios no que se relaciona com o levantamento da estatística do comércio interestadual.



Saudando o Embaixador J C de Macedo Soares, na recepção oferecida em seu Gabinete pelo presidente, Desembargador Florêncio de Abreu, falou o Sr Waldemar Lopes, Diretor da Documentação e Divulgação

Resoluções de alcance cultural, dentro da linha que tem sido tradicionalmente mantida nos trabalhos do Conselho, foram baixadas as seguintes:

n.º 595 — que assinala o quarto centenário da fundação de São Paulo, prestando aos construtores de seu progresso admirável o justo pleito de homenagem pelo mérito da obra realizada em benefício da Nação;

n.º 596 — que, consignando a passagem do terceiro centenário da expulsão dos holandeses, reverencia a memória daqueles bravos que, com obstinado ardor nativista, consolidaram, em terras do Nordeste, a unidade nacional;

n.º 598 — que reafirma o apoio do Conselho ao movimento municipalista, consignando o fato significativo de terem sido reconhecidos na Carta dos Municípios, aprovada pelo Congresso de São Lourenço, os princípios e ideais que informam a estrutura e o funcionamento do sistema estatístico;

n.º 600 — que registra a passagem do centenário de nascimento de Pavila Nunes, ressaltando a contribuição por ele trazida à estatística brasileira;

n.º 601 — que assinala o primeiro centenário das estradas de ferro do País, formulando votos pelo desenvolvimento do nosso sistema ferroviário, de modo harmônico e conjugado em relação aos outros meios de transporte;

n.º 609 — que traduz o alto significado da realização, em 1955, no Rio de Janeiro, da 29.ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística, dispondo, desde logo, sobre as providências que se impõem a fim de que o Conselho colabore efetivamente para assegurar inteiro êxito àquela reunião de dirigentes da estatística mundial;

n.º 615 — que consigna regozijo pela escolha da Capital da República para sede do 36.º Congresso Eucarístico Internacional, no próximo ano, recomendando o lançamento, pelo Conselho, na época própria, de publicações em português e outros idiomas, com informações sobre aspectos da vida brasileira; e

n.º 629 — que exprime a satisfação da Assembléia-Geral pelo êxito alcançado pela 1.ª Convenção Fluminense de Esperanto, recentemente realizada em Niterói

As Resoluções de natureza administrativa, baixadas na sessão que ora se encerra, foram as seguintes:

n.º 593 — que aprova expressamente as contas e balanços do Conselho, concernentes ao exercício de 1953;

n.º 604 — que estabelece normas para o atendimento de requisições de servidores do Conselho, tendo em vista interesses fundamentais da política de pessoal a que cumpre atender em proveito da obra cuja consecução nos cabe;

n.º 605 — que homologa as deliberações tomadas pelos diversos órgãos do sistema, durante o período que vem da última até a presente Assembléia-Geral;

n.º 624 — que proclama a necessidade de estabelecer-se, na carreira de estatísticos do serviço público, três categorias fundamentais, cada qual com nível cultural e profissional bem definido: categoria de nível elementar, para a carreira de Auxiliar de Estatística, de nível intermediário, para a de Assistente de Estatística, e de nível superior, para a de Estatístico;

n.º 628 — que recomenda o estudo da situação dos servidores admitidos pelos Departamentos Estaduais de Estatística por conta dos auxílios do Conselho; e

n.º 631 — que dá nova redação a determinado dispositivo de uma Resolução da Junta Executiva Central, relativamente à aplicação do auxílio distribuído pelo Conselho, no presente exercício, entre os órgãos regionais

Por último, cumpre-me aludir a quatro Resoluções que interessam, dêsse ou daquele modo, à organização e funcionamento do sistema estatístico brasileiro São elas:

a de n.º 602 — que reafirma a necessidade da criação de um órgão central de estatística no Ministério da Viação e Obras Públicas, especialmente destinado ao levantamento sistemático e quanto possível aprofundado das estatísticas dos transportes, comunicações e obras públicas;

a de n.º 608 — que encaixea a conveniência da reorganização das Juntas Executivas Regionais, provendo a que seja oportunamente atribuída quota de presença aos membros das Juntas reestruturadas na base do disposto na Convenção Nacional de Estatística;

a de n.º 618 — que recomenda o estudo de uma revisão da denominação dos órgãos federais de estatística, objetivando alterações de sua posição hierárquica na estrutura dos Ministérios; e

a de n.º 625 — que, reconhecendo o alcance da criação do Serviço de Estatística da Saúde, como órgão central do Ministério da Saúde, articulado ao sistema federal de estatística, sugere medidas tendentes a assegurar-lhe a melhor estruturação possível, conforme um critério de racionalização técnica

Ai está, em síntese, o que nos ficou, em matéria legislativa, da 14.ª sessão de Assembléia-Geral: um conjunto de deliberações de mais acentuado alcance, nos vários campos em que se desdobram as atividades do Conselho

**PRONUNCIAMENTOS ESPECIAIS** — Nem só sob a forma articulada de Resoluções se manifesta o plenário da Assembléia-Geral Alguns de seus pronunciamentos se transformam em moções ou indicações, em votos consignados em ata dos respectivos trabalhos — e nem por isso se diminuem, perdem substância ou se esvaziam de sentido, de maneira nenhuma, tais deliberações

Ao contrário Uma delas, por exemplo, tem até especial relevo, pelo pensamento de justiça que a inspira e pelo sentimento de gratidão que a vivifica: é aquela moção, aprovada

sob exultante salva de palmas, em que foi consignado um voto de reconhecimento cívico a Sua Excelência o Sr Desembargador Flôrencio de Abreu, pelo acendrado espirito público de que tem dado sobejas provas, na alta direção do I B G E, pela nobreza com que se tem conduzido, à altura da dignidade do posto que lhe foi em boa hora confiado, pela sabedoria e firmeza com que vem mantendo a nossa instituição ao exato nível de suas admiráveis tradições

O plenário aprovou igualmente, por unanimidade e em manifestação festiva, um voto de efusivo reconhecimento aos legítimos representantes dos poderes Executivo e Legislativo, nas três órbitas de governo da Federação — Federal, Estadual e Municipal —, pelo decisivo e constante apoio assegurado à causa da estatística

Não passou despercebida a data de 6 de julho — data da criação do Instituto. Ao ser aprovado, então, um voto de vivo regozijo cívico, houve oportunidade para exaltar-se nesta Casa o significado histórico da lei que instituiu o arcabouço do sistema estatístico brasileiro, sendo, por um imperativo de justiça, relembrados os nomes daqueles que foram os seus fundadores

De justo reconhecimento foi o voto referente à imprensa escrita e falada do País, pelo interesse com que tem colaborado no desenvolvimento das atividades estatísticas, mercê de uma perfeita compreensão do papel que nos cabe na organização da vida nacional

Dentre os vários pronunciamentos congratulatórios destaco dois: o que se refere ao êxito da coleta da 18ª Campanha Estatística e o referente à instalação do Curso Livre Intermediário de Estatística no Espírito Santo, sob os auspícios da Secretaria-Geral do Conselho

Três indicações foram aprovadas pelo plenário: uma, formulando sugestão no sentido de que o Instituto Nacional de Imigração e Colonização estude a possibilidade de, a título experimental, instalar colônias-escolas em determinadas áreas do País, na conformidade de repetidos pronunciamentos anteriores do Conselho; outra, recomenda um apêlo ao governo federal para que seja facultada a escolha de qualquer servidor do sistema estatístico nacional, que não seja inteirino ou provisório, para ocupar funções de chefia nas repartições de estatística dos Ministérios; e outra mais, alvitando estudos sobre a composição das Comissões Revisoras de Estatística Municipal e sua possível ampliação com a inclusão dos chefes de serviços técnicos dos órgãos centrais regionais de estatística

Só a um pronunciamento da série não pude assegurar solidariedade por considerá-lo, em princípio, manifestação pura e simples de generosidade: foi o que, sob a forma de moção, consignou expressões extremamente sensibilizantes de louvor à minha atuação à frente da Secretaria-Geral do Conselho. Não é por falsa modéstia que o digo: tudo o que me tem sido dado realizar, no desempenho de minhas funções, devo-o a fatores especiais, não ao meu esforço pessoal. Fator primeiro, o apoio que me tem inalteravelmente assegurado o Presidente desta Casa, cuja linha de ponderação e equilíbrio procuro observar, pelo espírito de tolerância e, ao mesmo tempo, de firme determinação que a caracteriza, certo de que, atento às suas palavras e aos seus exemplos, seguirei sempre o caminho melhor. O outro fator é a cooperação que me têm prestado, com desvelo e patriotismo singulares, quantos mantêm nas mãos uma parcela de responsabilidade na direção da estatística brasileira — os eminentes colegas da Junta Executiva Central, os operosos diretores de órgãos regionais, os dedicados chefes de serviços estatísticos especializados. E, por fim, devo bastante — e quanto nem sei definir — aos meus eficientes colaboradores da Secretaria-Geral, a cuja capacidade de trabalho e ânimo de cooperação quero de público render a minha homenagem mais sincera

**MESAS-REDONDAS** — De acôrdo com o programa de trabalhos previamente estabelecido, realizamos, durante a Assembléa, uma série de mesas-redondas, tal como nos anos anteriores, nas quais foram francamente expostos

e livremente debatidos, sob a inspiração de um alto pensamento construtivo, problemas específicos da estatística brasileira, em seus vários campos

Esta é uma das melhores iniciativas do Conselho. A mesa-redonda, constituída por dirigentes de órgãos federais e regionais, representa um esforço proveitoso e eficiente de inteiração espiritual, além de ser um processo extraordinariamente rêndoso de troca de idéias. Sem o menor formalismo, num ambiente de mais franca e leal camaradagem, conforme às tradições desta Casa, cada um apresenta as suas questões ou as suas dúvidas, formula as suas sugestões, defende os seus pontos de vista. E tal é o espírito de mútuo entendimento e respeito recíproco, no curso dessas mesas-redondas, que, mesmo em relação a problemas da maior complexidade, sempre tem sido possível encontrar o caminho justo e adequado para as soluções mais convenientes e oportunas

É preciso ter participado dessas mesas-redondas para apreciar devidamente o que representa, pois, tal experiência no conjunto das atividades do Conselho. Essa permuta de experiências individuais oferece resultados práticos e imediatos, que logo se evidenciam. Mas o melhor é que resulta na ampliação de perspectivas técnicas e culturais, de sorte a beneficiar grandemente a formação profissional da equipe de estatísticos brasileiros

Além das reuniões que levamos a efeito para, fora do plenário, debater alguns temas suscitados em projetos de resoluções, realizamos, sob a orientação dos ilustres diretores dos diversos órgãos ministeriais, mesas-redondas destinadas ao debate de questões relacionadas com as estatísticas educacionais e culturais, com as estatísticas industriais e do trabalho, com as estatísticas bancárias e do comércio, com as estatísticas agropecuárias, com as estatísticas demográficas, judiciárias e criminais, com as estatísticas da saúde

**CURSO DE INFORMAÇÕES** — Duas conferências — as dos Srs Américo Barbosa de Oliveira, sobre estatística industrial, e Sebastião Sant'Ana e Silva, sobre a utilização das estatísticas econômicas na Inglaterra — constituíam o Curso de Informações do corrente ano

Como se sabe, êsse Curso foi instituído pela Assembléa-Geral, em sua primeira sessão ordinária, realizada em 1937, com o objetivo de, conforme reza a Resolução n.º 38, "proporcionar à totalidade dos membros do Conselho a oportunidade de terem coletivamente a atenção chamada para os fatos técnicos, científicos, políticos ou sociais que se refletem no campo de suas atividades, de maneira que possam levar cada ano para os seus setores de trabalho matéria de reflexão, estudo e debate, propiciando-se por essa forma o surto de correntes renovadoras do pensamento e a penetração mais aguda, entre os estatísticos brasileiros, dos seus horizontes profissionais, levando em conta contribuições novas de doutrina, da prática dos serviços, das conclusões das assembléas técnicas, no país ou no estrangeiro"

As conferências, de nível universitário, visam, portanto, ao aperfeiçoamento da formação intelectual e profissional dos dirigentes da estatística brasileira. Para preferi-las, por isso mesmo, têm sido convidados nomes de reconhecido prestígio e autoridade nos meios culturais, aptos a transmitir-nos a lição de sua experiência e de seu saber

O Sr. Américo Barbosa de Oliveira, que integra atualmente a equipe dos mais dedicados e competentes analistas dos fenômenos da economia nacional, realizou um estudo aprofundado do papel que representa a estatística industrial como instrumento moderno e adequado de análise econômica, tendo em vista, particularmente, os problemas brasileiros. Tema, como se vê, da maior atualidade, dado o interesse que naturalmente nos desperta a questão das estatísticas industriais. Por sua vez, o Sr. Sebastião Sant'Ana e Silva, técnico de renome, antigo Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira e, nessa condição, membro da Junta Executiva Central, trouxe ao nosso conhecimento as suas obser-

vações pessoais sobre a efetiva e generalizada utilização da estatística no Reino Unido, notadamente no campo da política econômica e financeira. Mostrou-nos assim a posição em que se coloca a estatística como verdadeira matéria-prima indispensável ao desenvolvimento de uma nação, digo melhor, de uma civilização.

Cabe-me, pois, consignar aqui o nosso reconhecimento pelas admiráveis aulas, ricas de ensinamentos, que nos ministraram os ilustres conferencistas deste ano.

**PUBLICAÇÕES DISTRIBUÍDAS** — No curso de nossos trabalhos, foram distribuídas, dia a dia, inúmeras publicações. Os relatórios dos Srs. Delegados, concernentes às atividades desenvolvidas no ano anterior pelos respectivos órgãos, quer da órbita federal, quer da órbita regional, já representam, em seu conjunto, um panorama completo da organização e funcionamento do sistema estatístico brasileiro. É esta uma documentação valiosa, visto como nos possibilita o estudo objetivo da ação técnica e cultural daqueles órgãos, à base de informações fidedignas.

Aos relatórios foram juntadas outras publicações, que refletem a operosidade e a eficiência, a pleno efeito, das repartições centrais de estatística, parece que submetidas a um sadio e fecundo regime de emulação.

Além disso, distribuímos trabalhos divulgados pelo Conselho Nacional de Geografia e por vários serviços ministeriais de divulgação, que gentilmente atenderam, nesse particular, às solicitações que lhes dirigimos, tendo em vista o princípio da cooperação.

Essa prática, que se tornou tradicional em nossas reuniões, tem uma finalidade evidente de difusão cultural. Assim é que, ao lado de repositórios estatísticos, repletos de quadros e números, bem como de estudos atinentes à estatística, colocamos ensaios de geografia e de sociologia, cujo conhecimento se faz indispensável à boa formação profissional, pelo lastro de conhecimentos que nos apresentam. Dêsse modo, realiza-se uma obra metódica de aprimoramento intelectual, cujos benefícios, pela sua evidência, me dispense de realçar.

Seja-me permitido, entretanto, salientar o significado de algumas publicações do Conselho, algumas delas especialmente preparadas para distribuição nesta Assembléia, como demonstração do esforço desenvolvido pela Se-

cretaria-Geral no sentido da atualização das estatísticas brasileiras.

A Diretoria de Levantamentos Estatísticos, por exemplo, apresentou, entre outras, as seguintes publicações:

*Cadastro Industrial do Distrito Federal*, referente ao ano de 1952 — resultado da apuração do Registro Industrial, básico para um levantamento do parque industrial do País;

*Registro Industrial* — documentário com a legislação, instrumentos de coleta, códigos e instruções de serviço, plano de apuração, etc.;

*Produção Industrial de 1952*, referente a 10 Unidades da Federação;

*Comércio Interestadual por Vias Internas* — resultados referentes ao período de 1947 a 1950;

*Estatísticas do Comércio Interestadual por vias internas obtidas pelo método de amostragem*, relatório concernente à primeira tentativa realizada com esse objetivo.

A Diretoria de Documentação e Divulgação distribuiu — citemos antes de mais nada — os números da *Revista Brasileira de Estatística*, da *Revista Brasileira dos Municípios* e do *Boletim Estatístico*, correspondentes ao segundo trimestre de 1954, quer isto dizer: pôs inteiramente em dia as publicações periódicas do Conselho, as duas primeiras com matéria informativa referente a fatos ocorridos no mês de junho, e a última, o *Boletim*, com algumas inovações realmente felizes, que visam à divulgação mais rápida de nossas estatísticas. Além dessas publicações, a referida Diretoria distribuiu as seguintes:

*Divisão Territorial do Brasil* — quadro municipal vigente em 31 de dezembro de 1953;

*Relatório da Delegação Brasileira à XXVIII Sessão do Instituto Internacional de Estatística*;

*O Idealismo e o Esperanto*, conferência proferida em Niterói pelo Sr. M. A. Teixeira de Freitas;

*Informações Estatísticas sobre o Município de São Paulo* — coletânea de quadros com elementos informativos sobre os mais variados aspectos da realidade paulistana.

Do Laboratório de Estatística tivemos, entre outras, três volumes da série "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada", a saber:

*Pesquisas sobre as populações urbanas e rurais do Brasil* — estudos baseados nos resultados do Recenseamento de 1950;

No Serviço Gráfico foi oferecido aos delegados à Assembléia Geral um almôço de confraternização. Fêz-se ouvir, nessa oportunidade, o Prof. Maurício Filchtiner, Secretário-Geral do CNE.



*Estudos sobre a alfabetização da População do Brasil* — baseados no censo demográfico de 1950, quanto aos resultados totais do País e, em particular, do Paraná, Amazonas e Território do Rio Branco;

*Números-índices dos preços e das quantidades no comércio exterior e de cabotagem* — análises do comércio interestadual até 1952 e do comércio de cabotagem até 1951

O Serviço Nacional de Recenseamento fez distribuir na Casa, além de dois volumes com os comunicados à imprensa referentes a aspectos parciais dos censos de 1950, um folheto com os dados preliminares do Censo Agrícola, concernentes ao conjunto do País. Além disso, distribuiu dois outros volumes, de igual importância para os estudiosos: os que contêm os resultados definitivos do censo demográfico de 50 realizado nos Estados de São Paulo e do Paraná.

Por sua vez, a Escola Nacional de Ciências Estatísticas contribuiu, para esse vasto elenco de publicações, com um alentado volume em que foram reunidas as quinze primeiras sêries das aulas ministradas pelo prof. Lourival Câmara no curso de nível intermediário — aulas que poderão servir de roteiro, não só a alunos, mas aos professores de estatísticas em todo o país, pelo mérito de que se revestem.

**VISITAS E PASSEIOS** — Enquanto se desenvolviam os trabalhos da Assembléia, recebemos a visita de uma delegação do Conselho Nacional de Geografia, que nos veio trazer, na conformidade daquele ritual que a tradição firmou, as saudações fraternais da outra ala do Instituto. Tivemos então oportunidade de ouvir, na palavra do seu ilustre intérprete, a palavra de estímulo e confiança dos geógrafos. De nossa parte, enviamos também ao Conselho de Geografia uma comissão especialmente designada, a fim de levar àqueles eminentes especialistas as expressões de nossa profunda admiração e reconhecimento pela obra que vêm realizando.

Recebemos ainda em plenário a visita, que sobremodo nos honrou, dos Srs. Professores Eliseu Paglioli, reitor da Universidade do Rio Grande do Sul, e Peri Pinto Diniz, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas do mesmo Estado; e do Sr. Lauro Sodré Viveiros de Castro, antigo diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho e ex-membro da Junta Executiva Central, atual professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Por indicação apresentada à Casa, uma comissão especialmente escolhida pela Mesa foi levar ao Dr. M. A. Teixeira de Freitas, idealizador e fundador do I. B. G. E. — nome que pronuncio sempre com verdadeira unção, pelo respeito que nos inspira, a todos nós — as homenagens que lhe são de todo merecidas.

No empenho de propiciar aos Srs. Delegados alguns momentos de agradável convívio, fora do ambiente da labuta profissional, a Secretaria-Geral promoveu, como nos anos anteriores, um passeio em local distante da cidade: um passeio ao Parque Nacional de Itatiaia, onde nos foi possível servir um churrasco, num ambiente festivo. Dêsse passeio ficou, como um *souvenir*, o folheto que fizemos imprimir, com breves notas informativas, de caráter geográfico, com alguns mapas da área do Itatiaia.

Hoje, finalmente, levamos a efeito no Serviço Gráfico, nas oficinas gráficas onde vimos realizando milagres, graças à dedicação exemplar e comprovada eficiência do seu Superintendente e do pessoal que com ele colabora — um almôço íntimo de despedidas.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** — Creio que, em sã consciência, podemos, ao encerrar os trabalhos da Assembléia-Geral de 1954, levando para o alto o pensamento, afirmar que cumprimos, e bem, o nosso dever.

Nada poupamos, nenhum esforço, para que se levasse a bom termo, com os melhores resultados ao alcance de nossas possibilidades, a tarefa que nos cabe — expressiva e honrosa tarefa que, bem executada, pode constituir o justo galardão de nossa carreira profissional.

De nosso trabalho, estamos tranquilos, ficamos marcas significativas. Contribuímos

de maneira objetiva para o enriquecimento do patrimônio técnico e cultural do Instituto, a que procuramos servir com lealdade e patriotismo. Passarão para os anais e os arquivos da instituição os traços inapagáveis de nossas atividades neste cordial encontro de 54.

Uma coisa, porém, não deixará rastro na documentação: é a obra, que aqui mesmo cada ano consolidamos, da intervinculação técnica e cultural dos dirigentes da estatística brasileira, através de contactos pessoais. Enquanto nesta Casa discutimos os nossos problemas, acertamos os nossos relógios, procuramos caminhos comuns, algo insensivelmente para sobre nossas cabeças e faz com que, nos solidarizando por meio de interesses profissionais recíprocos, nos sentimos, afinal, mais unidos uns aos outros, como se aqui não se trocassem apenas idéias mas sentimentos. E nesse nobre comércio ganhamos todos, porque não há intercâmbio mais rendoso: a ninguém prejudica e a todos aproveita.

Resta-me, finalmente, agradecer o concurso inestimável que me prestaram, nesses dias de intenso labor, os integrantes da jornada admirável que ora encerramos — os diretores de repartições federais e regionais, os meus eficientes colaboradores da Secretaria-Geral, desde os Assessores até o mais modesto servidor desta Casa —, sem esquecer a ajuda daqueles que, não tendo participado diretamente dos trabalhos, neles tiveram refletida a sua atividade incansável — os nossos Inspectores Regionais e os Agentes Municipais de Estatística. E agradecer, sobretudo, Sr. Presidente, o exemplo que Vossa Excelência nos deu, a todo instante, de serenidade e equilíbrio, de tato e decisão. Vossa Excelência, Sr. Presidente, merece, por tudo isso, as minhas, as nossas homenagens."

★ Apresentando aos membros da delegação federal as despedidas da delegação regional do CNG, falou o Sr. Manuel Diégues Júnior, Delegado de Alagoas. Em nome da representação regional no CNE, o Sr. Djalma Forjaz, delegado de São Paulo, pronunciou o seguinte discurso:

"Cabe-me, mais uma vez, a honra de, em nome dos componentes da ala regional do Conselho Nacional de Estatística, saudar os ilustres membros da ala federal.

Nesta oportunidade, em que se encerra a décima quarta Assembléia-Geral, essa honra se me afigura de excepcional relevância porque, simultaneamente, estamos comemorando o quarto centenário da Cidade de São Paulo, à qual o Instituto quis prestar tocante homenagem, através da Resolução n.º 595, que traduz o sentimento cívico dos estatísticos brasileiros, de admiração e respeito a quantos, brasileiros ou não, contribuíram para o excepcional progresso da cidade que mais cresce no mundo.

Sois, Srs. Membros da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, os representantes por excelência do espírito nacional, e permiti que vos diga que, sob múltiplos aspectos, a cidade que homenageais de modo tão sensibilizador é, por sua vez, a mais nacional das cidades brasileiras.

É a mais nacional das cidades brasileiras, em primeiro lugar, porque, como Manuel da Nóbrega certamente não imaginara ao instalar o seu histórico colégio, tornou-se aquele povoado o núcleo fomentador das bandeiras que, ultrapassando os estreitos limites dos tratados que os reis haviam destinado para a América Portuguesa, expandiram a nossa gente, o nosso sangue e a nossa civilização através de território vastíssimo, que abrange mais de metade da América do Sul e constitui hoje a base geográfica do Brasil.

É a mais nacional das cidades brasileiras porque, por determinismo histórico a que nunca fugiu e não pôde fugir, sua população sempre se bateu pelo ideal democrático, que encarna o que de mais profundo há no sentimento social e político do povo brasileiro; e disso dão testemunho os inúmeros episódios de sua vida, desde Amador Bueno até o Movimento Constitucionalista de 1932.



**ANIVERSÁRIO DO IBGE** — Na Bahia realizou-se, entre outros atos comemorativos, uma sessão festiva no Instituto Geográfico e Histórico, sob a presidência do Governador Regis Pacheco, com a presença de altas autoridades e pessoas gradas. Foi orador da solenidade o Sr. Nonato Marques, Secretário da Agricultura do Estado e Presidente do Diretório Regional de Geografia.

E é, insisto, a mais nacional das cidades brasileiras, paradoxalmente porque foi a primeira a promover a vinda de imigrantes estrangeiros, os quais passaram imediatamente a influir como fatores decisivos do progresso econômico da cidade e do Estado. E estes imigrantes por tal forma se adaptaram e integraram na comunidade nacional que se tornaram verdadeiros servidores da coletividade brasileira.

Permiti, Senhores, que vos relembre que a massa de imigração que nele se vem introduzindo há mais de um século, não conseguiu esmorecer, por pouco que fôsse, o caráter eminentemente nacional de seu povo, por sua língua, por seus costumes, por suas aspirações e por seus ideais.

Encontra-se, por isso, o representante de São Paulo, na mais lisonjeira das situações para, em nome dos representantes regionais, saudar calorosamente os componentes da ala federal, depositários do espírito nacional que anima e vivifica cada uma das unidades regionais.

Neste décimo oitavo ano de funcionamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, não nos cabe mais referir-nos ao papel que esse mesmo Instituto foi chamado a desempenhar no desenvolvimento da Sociedade Brasileira, e nas dificuldades que transformariam a idéia inicial dos que o planejavam na esplêndida realidade em que se tornou em pouco tempo. Não nos cabe, também, referir-nos à sua estrutura, cujos moldes, nos primeiros tempos, estiveram sujeitos à maior ou menor centralização dos serviços.

Em discurso que proferi quando do encerramento da 6ª Assembléia-Geral, rejubilava-me eu pela estrutura que caracteriza o nosso Instituto: a da Federação. Dizia, então, que ela não significa o enfraquecimento dos liames que ligam as partes componentes do todo ou a diminuição do papel de relévo que, na manutenção desses liames, desempenham os órgãos centrais. Muito pelo contrário, ela fortalece esses liames e empresta ao vosso papel, Senhores representantes da ala federal, uma auréola de glórias, revestida de um brilho muito mais significativo e especial. E muito mais difícil, porém, muito mais produtivo, uniformizai do que unificar.

Hoje, tais conceitos não teriam mais cabimento porque, vencidas as dificuldades de criação e de estruturação inicial, já se acha o Instituto de tal modo integrado na vida nacional e adaptado às suas necessidades que já deixou de ser a simples pregação de um ideal para se transformar numa tradição enraizada no espírito e na atuação diária dos estatísticos brasileiros.

Em obediência aos planos estabelecidos pelo Instituto, a estatística nacional, uma só nos oito e meio milhões de quilômetros quadrados do território brasileiro, funciona harmônicamente, sem as disparidades e isolamentos da fase anterior à sua criação atendendo às necessidades peculiares a cada uma das unidades

componentes do todo nacional, e ao mesmo tempo às necessidades desse todo.

Corramos os olhos sobre as Resoluções da Assembléia-Geral tomadas no ano de 1953, e nos capacitaremos, com a qualidade e o vulto dos esforços dispendidos pela direção do Instituto, do sentido eminentemente nacional e uniformizador de sua orientação. Dentre todas essas Resoluções, salientei aquela que devemos considerar como a consagração do acerto daqueles que idealizaram e criaram este Instituto: refiro-me à resolução n° 570, que consigna pronunciamiento sobre a subordinação do Instituto diretamente à Presidência da República. Foi possível, nessa resolução, afirmar-se que

“além das razões de ordem jurídica, a experiência já demonstrou o acerto do esquema estabelecido, pelo qual se resguardou, no Brasil, a livre competência da União, dos Estados e dos Municípios em matéria de estatística, assegurando, porém, a necessária unidade técnica das pesquisas”, e, conseqüentemente, fizeram-se os votos para que continue o IBGE “na exata posição que lhe cabe, no quadro administrativo do País”.

Por aí vemos, Srs., que até hoje, cerca de nove anos depois da modificação radical da estrutura política do Brasil, inúmeros setores de sua vida ainda sofrem os embates naturais decorrentes da necessidade de adaptação de sua estrutura aos princípios orientadores de sua constituição, enquanto o IBGE permanece intacto, incólume, desenvolvendo pacífica e produtivamente o caráter com que nasceu numa época de subordinação a princípios diferentes. Podemos, pois, com orgulho, afirmar que foi o Brasil que se adaptou ao IBGE, e não o IBGE que teve necessidade de se adaptar ao Brasil.

É por isso, com extremo júbilo, realçado pela circunstância feliz de se comemorar, neste ano da décima quarta Assembléia-Geral do IBGE, o quarto centenário de um acontecimento que é ponto de partida da vocação democrática e federativa do Brasil, que, em nome dos componentes da ala regional de estatística, saúdo os da ala federal.

Possamos nós, os da ala regional, para todo o sempre, prosseguir nesta mesma obra de cultura, atividade eficiente e harmonia, a que nos dedicamos com a melhor boa vontade, sob a orientação esclarecida e não absente de Vossas Excelências, exercida sempre com a finalidade de bem coletivo.

Rendo-vos pois a minhas homenagens, na pessoa do Exmo. Sr. Desembargador Florêncio de Abreu, em boa hora escolhido para a Presidência do IBGE, ao qual vem imprimindo direção por todos os títulos louvável.

A Sua Excelência o Sr. Presidente, o Sr. Secretário-Geral, a Suas Excelências os Srs. Delegados da ala federal, o Delegado de São Paulo manifesta o seu intenso júbilo pela

oportunidade que agora teve de render-lhes a homenagem de seu apêgo, ao mesmo tempo em que agradece, em nome do Governo e do povo paulista, a carinhosa manifestação de simpatia desta Assembléa para com São Paulo, no ano comemorativo do Quarto Centenário de sua fundação "

★ Retribuindo as saudações dos delegados regionais, falaram, a seguir, em nome dos delegados federais nas Assembléas do CNG e do CNE, respectivamente, os Srs Flávio Vieira, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e Rubens Pôrto, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores Foi o seguinte o discurso do Sr Rubens Pôrto:

"Perdoai-me, Senhores, se vos disser que feliz foi sem dúvida a escolha que me pôs, nesta hora, nesta tribuna

Não que me sobrem méritos: no silêncio dramático de minha consciência, bem sei, e desgraçadamente sei, as deficiências que possuo

Mas a felicidade da escolha está justamente no desmérito do escolhido

Não a alguém que viesse dizer de si, incumbistes da missão que me foi confiada Sou neste momento, e hono-me disso, apenas o homem médio, o *average man* com o qual sonham todos os estatísticos e tôdas as estatísticas e que pela sua mesma medianidade pode representar melhor o grupo ao qual pertence

Assim (e é o que espero) minhas palavras traduzirão melhor, e mais estatisticamente, os sentimentos gerais que a todos nos anima nesta hora, suave e amarga, das separações e das despedidas

Falei-vos, e insisti sôbre isso, do aspecto estatístico da minha escolha Não cuideis, porém, que sou dos que acreditam na tirania impessoal do número que faz dos "universos de indivíduos" a massa amorfa do indiscriminado

A estatística não é isso, não pode ser isso, não deve ser isso

Yule, o grande Yule, inconscientemente talvez, o fazia ressaltar quando afirmava que o que define o dado estatístico é o ser "afetado em grau apreciável por um grande número de causas"

Bem entendidas as coisas, postas na sua certa perspectiva, essa seria a definição psicológica e sutil, de tudo quanto se passa no misterioso universo da alma múltipla dos homens

Quem de nós poderá dizer porque faz isso ou não faz aquilo, atribuindo esquematicamente a uma causa isolada o que decore de toda uma obscura série de motivos, pessoais ou hereditários, conscientes ou desconhecidos

Assim compreendida, a alma humana, na menor das suas atividades, é uma estranha estatística de razões raciocinadas e daquelas poderosíssimas razões que a razão desconhece mas cujos efeitos se denunciam em tudo quanto é, no homem, verdadeiramente humano

Vêde, Senhores, como pouco a pouco, insensivelmente, levado talvez pela deformação profissional que faz de mim um estatístico moral e político, misturei a brisa aparente dos números ao calor vivo e fecundo dos sentimentos

É essa harmonia, é essa concordância que o nosso I B G E, por sua vez, representa e significa

Vimos dos quatro cantos desta nossa querida terra, sofredora e amiga E aqui buscamos, na análise quantitativa de seus fenômenos vitais, o clima fraternal da obra comum em que todos procuramos o bem de todos e de cada um

E se somos nós os que nos vimos à frente do movimento, não seria justo esquecer, nesta hora, o obscuro soldado desconhecido da estatística que, na sua longínqua agência municipal, pôe-se, êle mais ainda do que nós, em contacto pessoal com a realidade estatística brasileira.

Rendamos-lhe, pois, a homenagem distante do nosso respeito e da nossa gratidão

Valha a referência, para, na conta corrente do nosso reconhecimento, assinalarmos outras dívidas que nossos espíritos e nossos corações não podem deixar de recordar

É o embaixador Macedo Soares, cuja fidalga figura trouxe ao início de nossas atividades e por longos anos o prestígio sereno de seu grande nome nacional

É Teixeira de Freitas, modelo e paradigma do patriota esclarecido, do grande homem de bem desinteressado e modesto, do brasileiro que sacrificou ao serviço da sua terra tôdas as forças do seu espírito privilegiado, todos os anseios de seu desmedido coração

É Bulhões Carvalho, bem cognominado o pai de nossa estatística e a quem justo é que rendamos, cada vez, a homenagem comovida de nossa filial saudade

É a figura ascética de Carneiro Felipe, a quem não faltou, na sua infinita modéstia, o fulgor relampejante do gênio que em vão procurava esconder sob o manto espesso de suas virtudes mineiras e silenciosas

Senhores Delegados Regionais que ora voltais ao recesso carinhoso de vossos lares cristãos, que essas figuras tutelares vos inspirem e vos conduzam nas lutas inevitáveis de vossa vida profissional; que seu exemplo luminoso vos ajude a atravessar as planícies geladas das incompreensões e o deserto ardente das adversidades inevitáveis

Conta Lucas no capítulo II do seu Evangelho que naqueles tempos longínquos mandou César Augusto que se registrassem todos os súditos do império romano, cada um na cidade de sua gente

E José que era da casa e da família de David partiu de Nazaré, onde morava, para Belém de Judá, a fim de se registrar com Maria, sua esposa

E quando lá chegou, nasceu o Esperado das Nações, o Cristo Jesus, que haveria de restabelecer o homem na sua dignidade perdida

Senhores, foi assim um fato estatístico que serviu de pretexto à Providência para o acontecimento culminante da vida da humanidade

E é por isso a José, o sereno espôso de Maria, que para obedecer às ordens dos agentes recenseadores do Império, iniciou a história divina de Boa Nova, que neste momento me permito elevar o meu apêlo para que a todos nos obtenha a paz e a tranquilidade prometidas na terra aos homens de boa vontade "

Em seguida, o Sr Presidente, depois de agradecer a presença das altas autoridades e do numeroso auditório, deu por encerrada a sessão

**R**ECEPÇÃO — Em seguida, o desembargador Florêncio de Abreu ofereceu uma recepção aos Delegados às Assembléas-Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística

Ao *champagne*, o Sr Waldemar Lopes, diretor da Diretoria de Documentação e Divulgação, da Secretaria-Geral do CNE, proferiu, de improviso, algumas palavras de saudação ao Embaixador J C de Macedo Soares, ressaltando os méritos da obra empreendida e realizada pelo antigo Presidente do IBGE Na qualidade de antigo Secretário-Geral, relembrou a atuação desenvolvida pelo fundador da instituição, pondo em relevo as suas qualidades pessoais de dirigente

Seguiu-se com a palavra o Sr Alberto Martins, diretor do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, que, em nome dos delegados à Assembléa-Geral, fêz entrega, ao desembargador Florêncio de Abreu, do original autografado da moção de reconhecimento votada pelo plenário e a que fizemos referência

anteriormente, nesta mesma notícia O Presidente do Instituto agradeceu a homenagem, reafirmando o seu empenho em manter o IBGE à altura de suas tradições

A Srta Ismália Borges, delegada da Paraíba, entregou, por sua vez, ao Prof Maurício Filchtner, com breves palavras de saudação,

o original igualmente autografado da moção aprovada pela Assembléa, também referida nesta resenha. O Secretário-Geral agradeceu vivamente a expressiva manifestação do plenário

Em seguida, foi servida uma taça de champagne aos presentes

## CONFERÊNCIA MUNDIAL DE POPULAÇÃO

ENTRE os dias 30 de agosto e 10 de setembro realizou-se em Roma, sob os auspícios das Nações Unidas e com a cooperação da União Internacional para o Estudo Científico da População, a Conferência Mundial de População, dedicada ao exame de problemas demográficos

Os debates se desenvolveram com base no temário organizado e previamente distribuído entre os participantes da reunião, temário esse que divulgamos na "Resenha" do número 57. Cada item do temário ficou sob a responsabilidade de um membro, de acordo com o seguinte esquema:

1 Tendência da mortalidade, com referência especial:

a) às zonas de baixa mortalidade (L I Dublin);

b) às zonas de elevada mortalidade (K C K E Raja)

2 Tendência da natalidade, com referência especial:

a) às zonas de baixa natalidade (T van den Brink);

b) às zonas de elevada natalidade (H Rizk)

3 Migrações internacionais, com referência especial:

a) às zonas de emigração (F Blanchard);

b) às zonas de imigração (W D Borrie)

4 Previsões sobre as futuras variações da população (Y Morita)

5 Variações na composição por idade, com referência especial às influências do declínio da natalidade e da mortalidade (G Mortara)

6 Conseqüências econômicas e sociais do envelhecimento das populações (A Sauvy)

7 Aspectos demográficos do desenvolvimento econômico e social:

a) A população em relação ao desenvolvimento dos recursos não biológicos (F. W. Notestein);

b) A população em relação ao desenvolvimento da agricultura (P I, Sherman);

c) A população em relação à formação do capital, às inversões e à ocupação (L B Rist);

d) Relações entre a população, o desenvolvimento econômico e as modificações sociais (H Maung)

8 Distribuição territorial da população e migrações interiores, com referência especial:

a) aos países intensamente industrializados (K Horstmann);

b) aos países menos industrializados (M Boldrini)

9 Aspectos sociais das variações da população, com referência especial aos aspectos de interesse comum de várias disciplinas sociais (A Myrdal)

10 Avaliação da qualidade das estatísticas demográficas (P Depoid)

11 Técnicas da medição e da análise demográficas (L Henry)

12 Contribuições para a demografia pelos novos inquéritos censitários (A Arca Parró)

13 Novas contribuições para a demografia (L Livi)

14 Métodos para projeções da população (L W Tornqvist)

15 Planejamento e controle de estudos demográficos de campo (R Bachi)

16 Problemas e métodos no estudo demográfico de povos não civilizados (J Clyde Mitchell)

17 Relações entre as variações da população e a distribuição de fatores genéticos (F. Osborn)

18 Métodos de pesquisa das relações entre a inteligência e a fecundidade (J A Fraser Roberts)

19 Conceitos e definições na estatística demográfica (P Vincent)

20 Legislação, programas administrativos e serviços relacionados com a população (D V. Glass)

21 Recrutamento e adiestramento do pessoal para estudos e ensino demográficos (T H Montenegro)

A delegação brasileira que participou dos trabalhos da Conferência Mundial de População foi assim constituída: Srs Rubens Pôrto, Prof Giorgio Mortara, Germano Jardim, Waldemar Freire Lopes e Virgílio Gualberto



A mesa que dirigiu os trabalhos da Assembléa da Sociedade Brasileira de Estatística, sob a presidência do Desembargador Florêncio de Abreu. Em baixo, o Cel. Darcy Leal de Menezes, que agradeceu, em nome da família de Favila Nunes, as homenagens prestadas à memória do grande Estatístico Brasileiro

## ASSEMBLÉIA-GERAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

**R**EALIZOU-SE no dia 23 de julho, no auditório do Conselho Nacional de Estatística, a Assembléa-Geral da Sociedade Brasileira de Estatística convocada para eleger a nova Diretoria para o biênio 1954-1956

Os trabalhos foram instalados pelo prof Jorge Kingston, vice-presidente da entidade, que convidou para constituírem a mesa os srs Desembargador Florêncio de Abreu, presidente do I B G E, Professor Mauricio Filchtiner, Secretário-Geral do C N E, e membros da Diretoria. Em seguida, esclareceu em rápidas palavras, os objetivos da reunião, declarando então que a primeira parte da ordem-do-dia seria dedicada à comemoração dos centenários da fundação da Sociedade e do nascimento do estatístico J P Favila Nunes. Passou, a seguir, a presidência dos trabalhos, em homenagem ao Instituto, ao desembargador Florêncio de Abreu.

Foi concedida a palavra ao Sr Waldemar Lopes, Secretário-Geral da S B E e Diretor da Diretoria de Documentação e Divulgação do Conselho Nacional de Estatística, para falar sobre as efemérides históricas assinaladas. O orador tra-

çou um histórico da Sociedade, rememorando demoradamente a sua trajetória e focalizando os principais aspectos de sua atuação técnica e cultural. Prestou, em seguida, homenagem à memória de Favila Nunes, cuja obra exaltou, referindo os traços marcantes de sua personalidade.

Em nome da família de Favila Nunes, falou, para agradecer a manifestação, o Cel Darcy Leal de Menezes, professor do Colégio Militar e neto do saudoso estatístico brasileiro.

Finda essa parte dos trabalhos, procedeu-se à leitura do relatório e das contas da Diretoria da S B E, relativos ao último período social, bem assim do parecer da Comissão Fiscal, os quais foram aprovados pela Assembléa.

Em seguida, realizou-se a eleição da nova diretoria da instituição. Feita a contagem de votos, verificou-se o seguinte resultado:

*Presidente* — M A Teixeira de Freitas; *Vice-Presidentes* — Jorge Kingston e Mauricio Filchtiner; *Secretário-Geral* — Waldemar Lopes; *1º Secretário* — Edith Azevedo; *2º Secretário* — Sebastião Aguiar Ayres; *1º Tesoureiro* — Jorge Nascimento de Castro; *2º*



*Tesoureiro* — Glauco Barbosa; *Orador* — Jessé Montelo; *Comissão Fiscal* — Germano Jardim, Ovídio de Andrade Júnior e Afrânio Mello; *Comissão de Redação* — João Lira Madeira, Raul Lima, Lauro Sodré Viveiros de Castro, Virgílio Gualberto e Alceu Vicente de Carvalho

O Presidente da mesa, depois de declarar empossada a diretoria eleita, congratulou-se com os associados da S B E pela escolha que

havam realizado, pondo em relevo, sobretudo, a personalidade do Presidente da Sociedade, Sr M A Teixeira de Freitas

Por indicação do Sr Mário Ritter Nunes, a Casa aprovou uma proposição no sentido de que a Sociedade representasse à Prefeitura de Niterói no sentido de ser dado o nome do estatístico Favila Nunes a um dos logradouros daquela capital

## ATIVIDADES DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

★ 23 de julho, *Reunião censitária* — O Sr Ovídio de Andrade Júnior comunicou que: a) a Divisão Técnica do SNR concluiu a tabulação dos resultados definitivos do Censo Demográfico de Minas e a tabulação especial por setores, referente a Belo Horizonte; b) o Censo Agrícola estava praticamente tabulado. Foram distribuídos mais um volume dos Documentos Censitários, *População Urbana e População Rural*, e uma nota sobre a conservação do material do Recenseamento de 1950

O Sr José Ruben Mantovani prestou informações sobre o andamento de questões administrativas

★ *Reunião Extraordinária* — Presente o Sr Hervey Guimarães Cova, suplente do representante do Ministério da Saúde, foi saudado pelo Sr Maurício Filchtner

Por solicitação do Sr Secretário-Geral, o Sr Presidente designou uma comissão, composta dos Srs Afonso Almiro, Rubens Pôrto e Moacir Malheiros, para estudar um trabalho da Superintendência da Moeda e do Crédito, *Análise da Situação Cambial em março de 1954*, sobre o qual a SUMOC solicitara o pronunciamento do Conselho

O Sr Secretário-Geral informou que os representantes do CNE à Conferência Mundial de População, em Roma, embarcariam nos próximos dias. Foram aprovadas as providências tomadas, a respeito, pela Secretaria-Geral

O Sr Secretário-Geral congratulou-se com o Sr Afonso Almiro pela publicação do trabalho *Transmissão de Imóveis e Inscrições Hipotecárias das Capitais, 1952/3*, do S E E F, com o Sr Raul Lima, pelo aparecimento de algumas estimativas da produção para este ano; e com o Sr Alberto Martins pela publicação de um trabalho sobre o ensino superior. Este último, agradecendo, declarou que o mérito de tal publicação cabia à Secretaria-Geral, que lhe proporcionara os meios para atualizar aquelas estatísticas

A Casa aprovou os seguintes votos de congratulações: com os Srs Professores Lourival Câmara e Maurício Filchtner, pela publicação, em volume, das *Aulas de Estatística*, proferidas pelo primeiro na ENCE; com a Sociedade Brasileira de Estatística, pelo transcurso de

seu centenário; com o Sr Afonso Almiro, pela sua nomeação para coordenar e dirigir a próxima conferência de ministros da Fazenda, a realizar-se no Brasil; com o Sr Leônidas Castelo da Costa, representante dos Órgãos Filiais, pelo aparecimento do trabalho *Principais Dados Característicos dos Portos Nacionais*, elaborado pela Divisão de Estatística do Loide Brasileiro; com os Srs Presidente do Instituto e Secretário-Geral do Conselho, pelo êxito da XIV Assembléia-Geral; e de agradecimentos à Imprensa e ao Rádio, pela divulgação dada às atividades daquela Assembléia

A Junta deliberou ainda: a) registrar sua satisfação pela homenagem prestada, na sessão de encerramento da Assembléia-Geral, ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ex-presidente do IBGE; b) registrar o agradecimento do Conselho aos conferencistas que se fizeram ouvir durante a realização da mesma Assembléia, Srs Sebastião de Sant'Ana e Américo Barbosa de Oliveira; c) telegrafar ao Almirante Ribeiro Espíndola, formulando votos de boas-vindas, pelo seu regresso ao Brasil

Foi homologada a Resolução n° 95, da JERE de Alagoas

O Sr Secretário-Geral comunicou que os Srs Ovídio de Andrade Júnior, do SNR, Orêncio Longino de Arruda Gomes e Ernani Thimóteo de Barros, do Laboratório de Estatística, foram convidados pela União Internacional para o Estudo Científico da População para participarem da Conferência Mundial de População

Durante a sessão, foram distribuídos mais os seguintes trabalhos: *Elementos de informação sobre as migrações interiores deduzidos do Censo Demográfico e Nota sobre o cálculo das migrações interiores baseado nos censos*, do Laboratório de Estatística

★ 30 de julho, *Reunião Censitária* — Foi autorizada uma apuração especial para atender a um pedido da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural

O Sr Ovídio de Andrade Júnior fez entrega do resultado de uma apuração especial solicitada pela Prefeitura de Belo Horizonte e comunicou ter sugerido ao Sr Secretário-Geral a extinção da seção de Tabulação do Cen-

so Agrícola Foi distribuída a súmula dos trabalhos realizados pela Divisão Técnica, no primeiro semestre de 1954

★ *Reunião Extraordinária* — O Sr Secretário-Geral comunicou que os Diretores das Faculdades de Economia se reuniam, naquele momento, com o Diretor da ENCE, para estudar a inclusão, no curso de bacharéis em ciências atuais, de cadeiras relacionadas com a Estatística

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou um voto de congratulações com o vespertino "O Globo", por mais um aniversário de sua fundação; b) aprovou com uma recomendação a prestação de contas do DEE do Piauí, relativa a auxílio concedido em 1952; c) baixou as Resoluções números 447, sobre crédito especial para pagamento de despesas do exercício de 1953, e 448, que abre crédito especial para pagamento de vencimentos a servidor; d) homologou a Resolução n° 124 da JERE do Rio Grande do Sul; e) recomendou à Secretaria-Geral a elaboração do termo de filiação ao Conselho do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul, bem como a de um projeto de Resolução sobre o assunto

O Sr Presidente designou o Sr Afonso Almiro para Relator Especial do processo referente às normas para aplicação de multas pela não prestação de informações estatísticas

Durante a sessão, foi distribuído o trabalho *A ocupação na agricultura no Brasil segundo os censos demográfico e econômico de 1940*, do Laboratório de Estatística

★ *6 de agosto, Reunião Censitária* — O Sr Ovídio de Andrade Júnior fez as seguintes comunicações: a) foi atendido a pedido de informação da Cia Hidroelétrica do São Francisco; b) com as apurações finais do Censo Agrícola, o SNR poderia fornecer à imprensa uma série de novos comunicados; c) que o volume do Censo Demográfico relativo ao Estado de Minas Gerais estava pronto para impressão, o do Distrito Federal estava com grande número de quadros em fase de preparo dactilográfico e que a Seção Mecânica preparava mapas relativos aos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; d) que o material relativo ao Estado de Pernambuco se encontrava em fase de pesquisa de erros

O Sr José Ruben Mantovani falou sobre a situação orçamentária do SNR, tendo o Sr Secretário-Geral solicitado que uma exposição escrita sobre o assunto fôsse encaminhada à Secretaria-Geral, com a maior urgência, a fim de serem solicitados à Junta os recursos necessários

★ *Reunião Ordinária* — Foi distribuído o 31° volume da série "Documentos Censitários", constituído de "Notas e Comunicados" O Sr Raul Lima apresentou suas despedidas, por haver deixado a direção do SEP Fizeram-se ouvir todos os presentes, que ressaltaram os serviços por êle prestados à Junta

O Sr Secretário-Geral fez distribuir aos presentes dois quadros: um sobre as apuações dos Órgãos Regionais, relativas à 18ª Campanha Estatística, e outro sobre produção industrial do Município de Pelotas, que servirá para elaboração de publicação especial sobre aquela comuna, bem como exemplares de um trabalho sobre o comércio interestadual por vias internas, do Distrito Federal, pelo método de amostragem, realizado pelos servidores Paulo Rangel e Moisés Kessel

Foi focalizado o problema da assistência devida ao Serviço de Estatística da Saúde

O Sr Moacir Malheiros formulou consulta sobre o Decreto n° 35 956, que dispõe sobre acumulação no serviço público O Sr Presidente declarou que seria nomeada uma comissão para estudar a situação dos funcionários e membros do Conselho, em face dos novos dispositivos legais

A Junta baixou a Resolução n° 449, que dispõe sobre a filiação, ao Conselho, do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul

★ *13 de agosto, Reunião Censitária* — O Sr Presidente saudou o Sr Armando David Ferreira Lima, novo Diretor do SEP, que pela primeira vez comparecia à reunião da Junta No mesmo sentido, falaram os Srs Secretário-Geral, Afonso Almiro e Rubens Pôrto

O Sr Ovídio de Andrade Júnior fez as seguintes comunicações: a) a crítica e o cálculo dos Censos Comercial e dos Serviços estavam quase concluídos; b) a Divisão Técnica do SNR entregaria naquele dia, à CEPAL, parte dos dados solicitados sobre gêneros de indústria

Foi distribuído um comunicado sobre características demográficas de São Paulo, segundo o último Recenseamento

O Sr Ovídio de Andrade Júnior prestou informações sobre o levantamento dos transportes rodoviários, a pedido do Sr Moacir Malheiros

O Sr José Ruben Mantovani comunicou que a Divisão Administrativa estava levantando a situação das dotações orçamentárias do SNR, para proceder à estimativa das despesas prováveis com os trabalhos censitários, até o fim do exercício

O Sr Tenente-Coronel Nelson Miranda de Mesquita, presidente da Comissão de Tomada de Contas da última Assembléia-Geral, solicitou constassem de ata os agradecimentos pela colaboração prestada àquela Comissão pelos Srs José Ruben Mantovani e Darci de Oliveira Cabral

★ *Reunião Extraordinária* — O Sr Armando David Ferreira Lima, novo Diretor do SEP, foi saudado por vários dos presentes

O Sr Rubens Pôrto comunicou que seguiria para Roma na semana seguinte, a fim de tomar parte na Conferência Mundial de População, como representante do Conselho

O Sr Tenente-Coronel Nelson Mesquita de Miranda, Presidente da Comissão de Tomada de Contas da última Assembléa-Geral, consignou seus agradecimentos aos servidores Renato Pacheco Americano, Faustino Romário Ferraz de Campos, Antonio Pina e Armando Tavares da Silva, pela colaboração prestada àquela Comissão; referiu-se também à cooperação do Sr Afonso Almiro em trabalho sobre o código tributário

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou voto de congratulações com o DASP, com o seu diretor, Sr Arízio Viana, e com o Sr Presidente da República, por ter o plano de reclassificação de carreiras obedecido a postulados do trabalho *Problemas de Base do Brasil*; b) recomendou se transmitisse àquele órgão e autoridades a manifestação da Assembléa-Geral, no sentido de que seja assegurado à carreira de Estatístico o mais alto nível no Serviço Público; c) aprovou o parecer da Comissão que apreciou o trabalho *Análise da Situação Cambial em Maio de 1954*, da SUMOC; d) aprovou votos de pesar pelo falecimento da mãe do Governador Amaral Peixoto e do Major Rubens Florentino Vaz; e) homologou as Resoluções números 197, da JERE do Piauí, 195, da JERE do Paraná, 131, da JERE do Acre, e 11, da JERE do Rio Branco, esta última com recomendação; f) aprovou as prestações de contas relativas a auxílios concedidos em 1953 aos DEE da Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte e Mato Grosso; g) manteve a multa à metalúrgica Maracanã Ltda

A Junta baixou as Resoluções números 450, que concede auxílio ao DEE de Pernambuco, e 451, que autoriza a Secretaria-Geral a complementar a contribuição financeira para construção de galpão no Serviço Gráfico

Foi distribuído o trabalho *A Mortalidade da População Pernambucana*, do Laboratório de Estatística

★ 20 de agosto, Reunião Censitária — O Sr Ovídio de Andrade Júnior fez as seguintes comunicações: a) a maioria dos quadros de apresentação do Censo dos Serviços já estava com autorização para impressão; b) a Divisão Técnica estava publicando separatas relativas ao Censo Agrícola do Paraná; c) o SNR publicaria um volume pertinente ao Censo Demográfico em Minas; d) seguiria na semana seguinte para Roma, a fim de participar do Congresso Mundial de População

O Professor John Rothrock, técnico do Instituto Interamericano de Estatística, que veio ao Brasil estudar nosso comércio exterior e balanço de pagamentos, visitou a Casa, tendo sido saudado pelos Srs Presidente e Afonso Almiro

O Sr José Ruben Mantovani comunicou ter entregue ao Sr Secretário-Geral elementos relativos às necessidades do SNR para o atual exercício

★ Reunião Ordinária — O Sr Secretário-Geral manifestou sua satisfação pelo aparecimento de várias publicações do SEP, declarando

que o novo Diretor vem mantendo a tradição de eficiência daquele Serviço; assinalou a presença, nos trabalhos da Junta, do Sr Mário Peçanha de Carvalho, como substituto do Diretor do SEDMP; informou que apresentaria à Junta um cálculo das despesas com a elaboração do cadastro da propriedade rural e o respectivo projeto de cadastro, já que a Resolução da Assembléa-Geral que atribuía aquela missão à Secretaria-Geral não especificava as correspondentes verbas; informou também que esperava estar o SES instalado numa das dependências da Secretaria, na semana seguinte, e finalmente pediu ao Sr Diretor do SEP que expusesse as dificuldades enfrentadas pelo seu Serviço

O Sr Armando David Ferreira Lima fez um resumo dos principais problemas do SEP, tendo ficado convocada uma reunião dos Diretores dos Serviços Federais de Estatística para tratar da questão das estatísticas nos municípios criados mas ainda não instalados

A Junta aprovou votos de regozilho pela eleição do Sr Moacir Malheiros para a Federação das Academias de Letras do Brasil e pelo aniversário da Escola Superior de Guerra, extensivos ao seu Vice-Diretor, Brigadeiro Castro Lima. A Casa aplicou multas a várias firmas, por sonegação de informações estatísticas

Durante a sessão, foi distribuído o trabalho *A Composição, por Sexo e Idade, da População Natural de Minas Gerais, segundo o censo de 1950*

★ 27 de agosto, Reunião Censitária — A sessão foi quase que inteiramente dedicada à memória do Presidente Getúlio Vargas, falecido a 24 de agosto. Falaram sobre a sua personalidade e o papel relevante que desempenhou na criação do IBGE vários Conselheiros. A Junta aprovou um voto de profundo pesar, fez um minuto de silêncio e, ao encerrar-se a sessão, os Srs Conselheiros, incorporados, visitaram o Sr Presidente do Instituto, Desembargador Florêncio de Abreu, em seu gabinete, para manifestar-lhe seus sentimentos de pesar

A Casa aprovou a prestação de contas do SNR, relativa ao segundo trimestre deste ano

★ Reunião Extraordinária — O Sr Alberto Martins fez entrega de capítulos da contribuição do SEEC para o "Anuário Estatístico do Brasil" do corrente ano, com dados relativos a 1953 e ao ano em curso. O Sr Secretário-Geral congratulou-se com o Diretor do SEEC pela atualização das estatísticas a cargo do seu Serviço. Congratulou-se, também, com o Sr Armando David Ferreira Lima, pela publicação do trabalho *Água Mineral*, do SEP, e assinalou o aparecimento de *Produção Industrial — 1952*, relativa ao Estado do Rio de Janeiro, elaborado pela Divisão de Levantamentos Estatísticos

A Casa baixou a Resolução n° 452, que abre crédito especial para pagamento da gratificação adicional a que se refere a Lei n° 1711, de 28 de outubro de 1952

★ 3 de setembro, *Reunião Censitária* — O Sr José Ruben Mantovani prestou informações sobre o desenvolvimento das atividades da Divisão Administrativa do SNR, referindo, em particular, a situação orçamentária

Foi distribuída a publicação "O Censo Industrial das Nações Americanas"

★ *Reunião Ordinária* — O Sr Secretário-Geral submeteu à apreciação dos diretores dos órgãos federais as sugestões do Diretor da Escola de Ciências Estatísticas, relativamente à realização de seminários naquelas repartições. Congratulou-se com os diretores do SEEF, SEEC e SEP pela divulgação, respectivamente, dos trabalhos Movimento Bancário do Brasil, 1952/53, Melhoramentos Urbanos, 1950/52 e Minério de Ferro, Bauxita e Amianto. Comunicou que fora estabelecido um prazo, até o dia 20, para entrega das contribuições destinadas ao Anuário Estatístico do Brasil, 1954

Foi aprovado um voto de congratulações com o Ministro Costa Pôrto por haver escolhido para o cargo de Chefe de seu Gabinete o Sr Raul Lima, bem assim com esse antigo diretor do SEP pela distinção de que fora alvo

Além de outras deliberações, relativas a multas a diversas firmas por não prestação de informações estatísticas, a Junta tomou as seguintes: a) aprovou as prestações de contas dos DEE de Goiás e Paraíba, referentes ao primeiro semestre do ano em curso; b) aprovou a prestação de contas do CNE, concernente igualmente ao primeiro semestre de 54; c) baixou a Resolução n° 453, que altera o orçamento geral do CNE para o exercício corrente

Foi distribuído o trabalho "Tábuas de sobrevivência para o Município de São Paulo, segundo a mortalidade do triênio 1949-51", do Laboratório de Estatística

★ 10 de setembro, *Reunião Censitária* — O Sr José Ruben Mantovani comunicou que as providências determinadas na Resolução n° 453 resolveram as dificuldades com que se defrontava o SNR, por falta de recursos orçamentários

★ *Reunião Extraordinária* — O Sr Secretário-Geral congratulou-se com o Diretor do SEP pelo lançamento das publicações "Minério de Manganês" e "Produção de Carne"

Foram tomadas as seguintes deliberações:

a) multar várias firmas pela não prestação de informações estatísticas; b) aprovar as Resoluções ns 454 e 455, que abrem, ambas, créditos especiais para pagamento de despesas de exercícios anteriores; c) aprovar a concessão de um auxílio especial ao SGE do Território do Rio Branco para ajudar a manutenção de um curso elementar de estatística, autorizando a Secretária-Geral a elaborar o respectivo projeto de Resolução

★ *Dia 17, Reunião Censitária* — O Sr Newton Pires de Azevedo teceu considerações sobre a situação criada, no SNR, pelos novos dispositi-

vos legais concernentes a acumulações. O Sr Ruben Mantovani comunicou que, em virtude da atuação desenvolvida em tempo pela Secretária-Geral, havia sido consignado no projeto de orçamento da União, em exame no Senado, o auxílio de 10 milhões para o SNR

★ *Reunião Ordinária* — Compareceram a essa reunião, a fim de apresentar despedidas a seus pares, os Srs Prof Maurício Filchtner, ex-Secretário-Geral, e Armando David Ferreira Lima, ex-diretor do SEP

O Sr Alberto Martins propôs um voto de congratulações com o Des Florêncio de Abreu pela passagem, dias antes, do segundo aniversário de sua administração, ressaltando as qualidades pessoais do Presidente e o êxito de sua atuação. O voto foi aprovado sob uma salva de palmas. O Desembargador Florêncio de Abreu exprimiu o seu agradecimento à manifestação da Casa, aludindo à cooperação que sempre recebera da Junta, bem como de todos os servidores do IBGE. Dizendo considerar-se um verdadeira ibgeano, integrado no espírito de tradição e de trabalho do Instituto, declarou que, onde quer que estivesse, faria tudo o que estivesse em seu alcance em benefício da estatística e da geografia do país

Foi aprovado igualmente um voto de congratulações com o Sr Moacir Malheiros Fernandes Silva, pela sua eleição para representante da Academia Fluminense de Letras junto à Federação das Academias de Letras do Brasil

O Sr Armando David Ferreira Lima transmitiu as suas despedidas, agradecendo as atenções de que fora alvo, durante o período em que exercera as funções de Diretor do SEP. O Sr Presidente declarou que a Junta lamentava ver-se privada da colaboração que lhe vinha prestando aquele ex-dirigente do órgão estatístico do Ministério da Agricultura

Falou em seguida, para também apresentar despedidas, o Prof Maurício Filchtner, que resumiu os pontos principais do discurso que pronunciará dias antes, ao se afastar do cargo de Secretário-Geral do CNE (discurso que publicamos nesta mesma "Resenha"), e agradeceu vivamente, mais uma vez, a confiança que nele depositara o Sr Presidente, o apoio dos membros da Junta e a cooperação de dirigentes e servidores do sistema estatístico brasileiro. Fizeram-se ouvir, sucessivamente, todos os presentes, que puseram em relevo os traços característicos da gestão do ex-Secretário-Geral e os serviços que lhe ficou a dever o CNE, durante um período difícil da vida da instituição

★ *Dia 24, Reunião Censitária* — Compareceu à sessão, a fim de apresentar despedidas aos membros da Junta, em virtude de lhe haver sido concedida exoneração das funções de Presidente do IBGE, o Desembargador Florêncio de Abreu. Depois de agradecer o apoio que lhe asseguraram, durante a sua administração, todos os componentes da JEC, o ex-Presidente ressaltou a alegria de que se sentia possuído por ter conseguido contribuir para a continuidade da obra técnica e cultural cuja execução

cabe ao sistema estatístico-geográfico brasileiro. Declarou que recebera com satisfação a notícia de que fôra designado para substituí-lo o Sr Elmano Cardim, homem de cultura e de grande capacidade de trabalho. O Sr Moacir Malheiros Fernandes Silva, em nome dos presentes, declarou que o Desembargador Florêncio de Abreu podia ficar certo de que fizera, no seio da Junta, verdadeiros e leais amigos, além de admiradores de seu espírito de justiça e de seu senso de equilíbrio, graças aos quais dera à

sua gestão o cunho de singular serenidade e eficiência, à altura das tradições do IBGE.

Logo em seguida, em homenagem ainda ao ex-Presidente, foram suspensos os trabalhos, tendo sido distribuídos entre os presentes exemplares dos trabalhos Aspectos culturais da evolução e das características demográficas do Brasil, do Prof Giorgio Mortara, Censo Agrícola de 1950 e Mensário Estatístico, do Serviço de Estatística e Econômica e Financeira, correspondente ao mês de julho.

## 2.º ANIVERSÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO DESEMBARGADOR FLORENCIO DE ABREU

No dia 15 de setembro foi assinalada de modo expressivo, por iniciativa dos servidores do IBGE, a passagem do segundo aniversário da administração do desembargador Florêncio de Abreu.

Reunidos no auditório do Conselho Nacional de Estatística os membros da Junta Executiva Central do mesmo Conselho e do Diretório Central do CNG, diretores e funcionários dos órgãos estatísticos e geográficos, falou, em nome dos homenageantes, o Sr Milton Gonçalves, que ressaltou os traços essenciais da atuação do Presidente do IBGE, acentuando as suas qualidades de homem público e referindo os marcos de sua administração. Em seguida, fez entrega ao homenageado de uma significativa mensagem em pergaminho, assinada pelos funcionários do CNE.

A fim de apresentar suas despedidas, por haver sido exonerado das funções de Secretário-Geral do CNE, em atenção ao pedido que apresentara dias antes, fez-se ouvir o Prof Maurício Filchtiner, que pronunciou o seguinte discurso:

"Ao assumir as funções de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, em 1º de novembro de 1952, recebi do Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Desembargador Florêncio de Abreu, recomendações no sentido de encontrar a fórmula capaz de resolver os problemas com que se deparava a repartição, em consequência das divergências de opinião em seus setores técnicos, com repercussão no corpo de seus servidores.

As divergências de opinião sobre os processos técnicos de trabalho haviam determinado, como é sabido, o afastamento, de cargos e funções de responsabilidade da Secretaria-Geral do CNE, de numerosos servidores, alguns dos quais se haviam desligado para outras repartições, desfalcando os quadros técnicos do Conselho.

Esta a situação que encontrei, ao assumir as funções de Secretário-Geral do CNE, situação que já conhecia à distância, em virtude de exercer, até então, o cargo de diretor do Departamento Estadual de Estatística e Inspetor Regional do Rio Grande do Sul, mas da qual sempre desejei conservar-me afastado, dadas as relações de amizade e simpatia que mantinha e mantenho com técnicos integrantes dos grupos então divergentes.

Não obstante esse desejo, não pensei em fugir às responsabilidades que me eram colocadas sobre os ombros, animado da certeza de

que conseguiria, contando com o prestígio que me assegurava o Excelentíssimo Senhor Presidente do IBGE e com a colaboração e boa-vontade de todos os meus colegas do sistema estatístico brasileiro, encontrar as condições propícias à recomposição das equipes de trabalho do órgão de cúpula do Conselho, primeira providência a tomar-se a fim de que, no próprio processo de atividade cotidiana, os ânimos fôssem serenando, as divergências desaparecessem e o clima de tranqüilidade se restabelecesse plenamente.

Por outro lado, compreendi, de pronto, que os descontentamentos observados entre os servidores da Secretaria-Geral encontravam poderoso estímulo na situação dos seus quadros de pessoal. Retomei, dessa forma, os estudos concernentes à reestruturação desses quadros, visando a uma solução de plano, que compreendesse também a reorganização dos serviços a cargo da repartição e a melhoria de vencimentos.

No desenvolvimento desse trabalho encontrei, como sempre, o mais decidido apoio da Junta Executiva Central do Conselho, e daí poderemos concluí-lo em prazo curto, o que vale como explicação para as imperfeições encontradas nas Resoluções ns 403 e 404, da Junta, ambas baixadas a 11 de dezembro de 1952.

O primeiro desses diplomas, dispondo sobre a reorganização dos serviços da Secretaria-Geral, agrupou os diversos setores de trabalho em quatro diretorias — a de Administração, a de Documentação e Divulgação, a de Levantamentos Estatísticos e o Laboratório de Estatística. Para a primeira dessas diretorias, o Excelentíssimo Senhor Presidente do IBGE designou para responder pelo expediente o Sr Marcelo Aroucha, que fôra diretor do Departamento Estadual de Estatística de Alagoas.

Para o cargo de diretor de Documentação e Divulgação foi nomeado o Sr Valdemar Lopes, antigo Secretário-Geral do Conselho, e para o de diretor de Levantamentos Estatísticos o Sr Virgílio Gualberto, que vinha exercendo, até então, as funções de diretor da Divisão Administrativa do Serviço Nacional de Recenseamento. O Laboratório de Estatística continuou a ser chefiado pelo Sr Giorgio Mortara, Assessor-Técnico do CNE.

Completando a reorganização dos Serviços da Secretaria-Geral, e em atendimento às recomendações da Resolução n.º 518 de 10-7-1952 da Assembléa-Geral do Conselho, tomei as devidas providências no sentido da instalação da Escola Brasileira de Estatística, hoje Escola Nacional de Ciências Estatísticas. A Resolução n.º 416, de 6 de março de 1953, da Junta Executiva Central, encontrou esse órgão em condições de imediato funcionamento. Para a sua direção, o Excelentíssimo Senhor Presidente do IBGE nomeou o Sr. Lourival Câmara, que fôra Secretário-Geral do Conselho.

A reorganização dos serviços a cargo da Secretaria-Geral foi o primeiro passo, como já

assinalei anteriormente, para a recomposição das equipes de trabalho do Conselho. Os resultados alcançados com essa medida se espalham na notificação operada nos padrões de atividade dos diversos órgãos da repartição, os quais puderam, nestes dois últimos anos, oferecer um rendimento digno de especial realce.

Infelizmente, contudo, a reestruturação dos quadros de pessoal, que seria o complemento indispensável à nova divisão de encargos técnicos e administrativos, não se pôde completar com o enquadramento recomendado, em certos casos, e com as promoções necessárias dos servidores que a isto fazem jus, alguns dos quais sem acesso há muitos anos. É que foi necessário encaminhar duas exposições ao D A S P e a solução quanto à posição jurídica do Instituto e normas que devem ser aplicadas ao pessoal da nossa instituição só veio com o despacho da Presidência da República em princípios do corrente ano. Tudo o que estava a meu alcance foi realizado, com êsse objetivo, e as medidas convenientes foram em tempo tomadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto.

O decreto correspondente à situação do pessoal da Secretaria-Geral (sede) está atualmente na dependência de assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da República da República, enquanto os estudos concernentes à melhoria dos níveis de remuneração dos servidores das Inspetorias Regionais estão concluídos, para imediato exame por parte da Junta Executiva Central e posterior apreciação, se aprovados na Junta, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

No que respeita a dificuldades de ordem financeira, que poderiam obstar a execução da reforma, devo declarar que não existem, no momento atual. A situação financeira do Conselho é boa, e os recursos orçamentários, decorrentes em parte do aumento da arrecadação do "sêlo de estatística" — e da verba-auxílio da União —, e em parte do regime de compressão de gastos, permitem, sem dúvida, o reajustamento de salários e vencimentos que tanto desejei promover, de maneira a alcançar não apenas o pessoal da Secretaria-Geral, como o das Inspetorias Regionais e Agências Municipais de Estatística, o que poderá ser feito a partir de março deste ano.

Em função do restabelecimento do clima de tranqüilidade dentro do Conselho, da reorganização dos serviços e da colaboração que me foi prestada, sem desfalecimento, por parte das autoridades superiores e do funcionalismo da Secretaria-Geral, os encargos atribuídos à repartição, segundo creio, tiveram, durante a minha gestão, cumprimento satisfatório. A instituição de novas normas de movimentação de papéis, no campo administrativo, possibilitou um maior rendimento das atividades burocráticas e ofereceu melhor lastro ao trabalho dos setores técnicos. Também os sistemas de contabilidade e orçamento tiveram melhorias apreciáveis.

No que se relaciona à assistência social, devo referir a instalação de dois gabinetes dentários, a serviço do pessoal do Conselho, um na sede e outro na Inspetoria Regional de São Paulo, e a aprovação recente, pela Assembléia-Geral, do crédito de quinze milhões de cruzeiros destinado à edificação, em terreno próprio localizado em Parada de Lucas, de um conjunto residencial para o pessoal subalterno da Secretaria-Geral.

Infelizmente não posso, como seria de meu agrado, comandar a execução do projeto concernente a residências para os servidores subalternos do Conselho, nem acompanhar os trabalhos de instalação da creche no edifício-sede, cujos estudos estão adiantados, mas tenho a convicção de que as iniciativas tomadas, por corresponderem a justificada aspiração do funcionalismo desta Casa, serão cercadas de pleno êxito.

Em contrapartida, porém, levo a satisfação de ter podido acompanhar o esplêndido esforço desenvolvido no campo das realizações técnicas e que teve como aspectos mais salientes a atualização da coleta das Campanhas Estatísticas e o lançamento, dentro do próprio ano a

que se refere, do "Anuário Estatístico do Brasil", que é a publicação básica do Conselho.

A atualização da coleta das Campanhas Estatísticas resultou da reforma e simplificação dos questionários, da racionalização das normas técnicas de execução dos inquéritos, fruto de experiências acumuladas, da dedicação da equipe de técnicos que orienta essa execução, da colaboração entusiástica do pessoal das Inspetorias e Agências de Estatísticas, do interesse manifestado pelos corpos dirigentes dos órgãos regionais e federais do sistema, de uma série de outros fatores dentro dos quais, o mais insignificante, há de ter sido o estímulo dado, às atividades em apêço, pelo Secretário-Geral.

No momento, a Campanha Estatística correspondente a 1953 está praticamente encerrada, e a maior parte dos questionários já foi entregue aos serviços federais de estatística, para apuração em tempo de serem incluídos alguns quadros no "Anuário" de 1954. Para tanto, a Secretaria-Geral, devidamente autorizada pela Presidência do Instituto, vem auxiliando os aludidos órgãos, mantendo funcionários em serviços extraordinários e propiciando-lhes outros elementos de trabalho de que carecem.

A exemplo do que ocorreu com a Campanha Estatística, também os Inquéritos Econômicos e as apurações correspondentes ao comércio por vias internas obtiveram grande atualização, contribuindo, dessa forma, para maior prestígio da instituição. A apuração do Registro Industrial, que autorizei em caráter experimental e a título de colaboração, vem sendo, igualmente, fator de prestígio para a Secretaria-Geral e estímulo para suas atividades, sabido o interesse que despertam estatísticas dessa natureza nos círculos econômicos do país.

Em 1953, conseguiu a Secretaria-Geral lançar a público, como é do conhecimento de todos, dois volumes do "Anuário Estatístico do Brasil" — um em maio, correspondente ao ano de 1952, e outro em dezembro, correspondente ao próprio ano do lançamento e inserindo um elenco apreciável de tabelas com elementos numéricos referentes a 1953. O êxito que coroou a iniciativa pode ser medido através da repercussão obtida na imprensa especializada.

O "Anuário" de 1954, contendo do mesmo modo, para alguns aspectos, dados deste ano, está em preparo, num ritmo acelerado, para que seja lançado dentro do prazo estabelecido: a 15 de dezembro. O "Boletim Estatístico", publicação trimestral do Conselho, ultimamente reformada no sentido de ganhar maior penetração e interesse, está em dia; no momento encontra-se no prelo o número correspondente ao terceiro trimestre deste ano.

As duas revistas trimestrais mantidas pelo Conselho — a "Revista Brasileira de Estatística" e a "Revista Brasileira dos Municípios" — estão igualmente atualizadas, tendo sido postos em circulação em julho os números atinentes ao segundo trimestre do corrente ano; os números que os sucedem já se encontram em provas. Do mesmo modo, reiniciou-se a divulgação, dentro de padrões mais modernos, das sinopses municipais de estatística e manteve-se em ritmo satisfatório, sem qualquer solução de continuidade, a difusão de estudos e análise sobre aspectos demográficos, econômicos e sociais brasileiros, a cargo do Laboratório de Estatística do Conselho.

Por outro lado, as relações do Conselho com entidades técnicas de outros países e de âmbito internacional continuaram em processo de avivamento, espelhando-se no intercâmbio regular de informações estatísticas e nos convites que, a miúdo, vem o Conselho recebendo para se fazer representar em certames científicos realizados no exterior. Agora mesmo, em Roma, estão representando o Conselho, na Conferência Mundial de População, os Srs. Virgílio Gualberto, Valdemar Lopes, Giorgio Mortara, Rubens Pôrto e Germano

Jardim, ao tempo em que outros técnicos do Conselho — Srs. Ovídio de Andrade Júnior, Ernani Timóteo de Barros, Orêncio Longino de Arruda Gomes e Manuel Diégues Júnior — foram especialmente convidados a participar dos aludidos trabalhos, dada a excelente contribuição que têm oferecido aos estudos sobre demografia brasileira

Prova eloqüente do prestígio de que desfruta o Conselho, prestígio que procurei cultivar durante a minha gestão, encontra-se no fato de haver sido aceito, com o maior interesse, o convite do governo brasileiro para que se realizasse no Rio, em meados do próximo ano, a 29.<sup>a</sup> Sessão do Instituto Internacional de Estatística, convite este formulado por ocasião da 28.<sup>a</sup> Sessão, em Roma, em setembro do ano passado, da qual participou o Brasil com uma delegação que tive a honra de presidir. Já foi solicitada ao Presidente da República a nomeação da comissão executiva e deve ser pedido o auxílio financeiro para a citada reunião

Esse prestígio, que tem suas origens na atuação de meus antecessores e no trabalho silencioso e construtivo dos técnicos do Conselho, encontrou, durante o período em que estive ocupando o cargo de Secretário-Geral, um novo fator de aprofundamento: a criação e instalação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas Ministrando inicialmente dois cursos — um superior e outro livre, de nível intermediário —, a Escola já hoje se afirma como estabelecimento de largo conceito nos meios científicos do país e do exterior, e se recomenda, não só pela excelente equipe de professores que conseguiu reunir em seus quadros como pelo critério com que vem pautando suas atividades, a constituir, em futuro próximo, parcela significativa da Universidade do Brasil

Cumpra-me realçar, ainda, nos domínios técnicos do Conselho, os trabalhos referentes ao Recenseamento Geral de 1950, cuja execução está confiada aos Srs. Ovídio de Andrade Júnior e José Rubens Mantovani. Esses trabalhos experimentaram, infelizmente, certo retardamento em função das previsões anteriormente feitas, em parte em consequência da crise de energia elétrica que reduziu o volume dos trabalhos mecanizados e influuiu nas operações posteriores e em parte pela redução dos recursos financeiros fornecidos pela União

Não obstante, pode-se admitir como viável o encerramento das principais tarefas censitárias nos próximos meses, o que representa, ainda, substancial avanço em relação às operações dos recenseamentos anteriores e de inquéritos semelhantes realizados em outros países

O patrimônio do Conselho foi resguardado durante a minha gestão e até mesmo enriquecido através de obras e unidades de trabalho adquiridas. O Serviço Gráfico do Instituto, que é uma instituição modelar na América Latina, dispõe, hoje, de novos instrumentos de atividade e se encontra em fase de pleno rendimento. Mercê de uma administração segura e eficiente, a cargo do Sr. Renato Pacheco Americano, a grande oficina do Conselho continua a prestar a todo o sistema estatístico brasileiro e a numerosas entidades públicas e privadas os mais assinalados serviços

A construção da garagem e oficina de reparos dos veículos de que dispõe a Secretaria-Geral está adiantada, e as providências para a reforma da frota de veículos que serve aos órgãos da sede e às Inspetorias Regionais se encontram praticamente concluídas, através da aquisição de novas unidades de locomoção mediante concorrência entre firmas de conceito no país

Certamente que o desempenho das minhas atribuições foi facilitada pela assistência, que sempre recebi, do Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto, Desembargador Florêncio de Abreu, e pela cooperação, que nunca me faltou, de todos os meus colegas da estatística brasileira. A mim, propriamente, nos

resultados alcançados, coube muito pouco, de vez que só pude oferecer, durante a minha gestão, a vontade de acertar que me levava a assumir a responsabilidade do cargo

Em nenhum momento, o Senhor Presidente do I. B. G. E. deixou de estimular-me para o encontro da solução dos problemas surgidos, quando ele mesmo, com a sua prudência e sabedoria, não sugeria de pronto a fórmula mais eficaz de solução. Creio que tenha sido esse apoio sempre recebido de Sua Excelência o fator mais caro a registrar e o instrumento que me levou a superar minhas próprias deficiências, no sentido de cumprir até o fim o meu dever, na Secretaria-Geral do Conselho

Enquanto isso, as provas de carinho e a cooperação recebidas da parte dos meus colegas da estatística animaram-me a permanecer no posto e transformaram o cargo de Secretário-Geral, que é um cargo de sacrifício, em motivo de recordações agradáveis, para o resto da minha vida

A colaboração que recebi da Junta Executiva Central, particularmente, foi a mais íntima e fecunda; auxiliou-me o órgão deliberativo do Conselho a estudar todas as questões ocorridas e a encontrar, para as mesmas, as soluções mais convenientes em função das tradições da Casa e dos interesses da estatística nacional

Igualmente, quero assinalar, neste momento, com os meus mais sinceros agradecimentos, a cooperação que recebi sempre dos órgãos federais e regionais de estatística, através de seus corpos dirigentes e de seu pessoal técnico, cooperação que dá substância e vida ao sistema estatístico brasileiro

Estendo esses agradecimentos a todos os que, de uma maneira ou de outra, me ajudaram a conservar e melhorar, para o Conselho, os altos padrões de eficiência técnica e de moralidade administrativa, que cumpre resguardar dos embates políticos e eleitorais, das influências de qualquer natureza, para legá-los às gerações de estatísticos que hão de suceder às atuais e para o bem do Brasil

Desejo, por fim, sem palavras que expressem o que de fato me vai na alma, agradecer aos meus companheiros de Secretaria-Geral — diretores, chefes de serviço e de seção, encarregados de turma, ocupantes de postos de responsabilidade, ao pessoal do Serviço Gráfico e do Recenseamento, das Inspetorias e Agências, aos companheiros que integraram o meu Gabinete e a Inspetoria Técnica, ao funcionalismo desta Casa tão cheia de tradições de civismo, os assinalados serviços que prestaram durante a minha gestão, com inteiro desprendimento e com o propósito de contribuir, cada qual em seu setor de trabalho, para o desenvolvimento da estatística brasileira e para maior prestígio do Instituto

Em seguida, o desembargador Florêncio de Abreu, em palavras repassadas de emoção, agradeceu vivamente a homenagem que lhe era prestada pelo funcionalismo. Pôs em destaque o alcance e significado da obra que o I. B. G. E. vem realizando, no campo da estatística e da geografia. Manifestou o seu reconhecimento pela cooperação que, dedicada e eficientemente, asseguram à Direção do Instituto os seus servidores, empenhados sempre na boa execução das tarefas que lhes cabem. Expressou o seu reconhecimento à colaboração leal e constante que lhe prestara, até então, o Prof. Maurício Filchiner, no cargo de Secretário-Geral do C. N. E. Declarou-se plenamente satisfeito por verificar que durante a sua gestão o Instituto se mantivera na plenitude do prestígio de que sempre des-

frutara nos círculos técnicos, culturais e administrativos não só do país como do estrangeiro, afirmando, ademais disso, considerar fato auspicioso na vida da entidade, a atualização, no nível do possível, das estatísticas brasileiras

Por fim, declarou estar certo de que, em quaisquer circunstâncias, não haveria solução de continuidade nas atividades do I.B.G.E., como convém aos interesses da organização nacional

## NOVO GOVÊRNO DA REPÚBLICA

**A** 24 de agosto, assumiu a Chefia do Governador o Sr João Café Filho, Vice-Presidente da República, em consequência do falecimento do Sr Getúlio Vargas, ocorrido no mesmo dia

O Sr João Café Filho nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte, a 3 de fevereiro de 1899. Depois de formado pela Academia de Comércio do Recife, dedicou-se ao jornalismo; dirigiu, em 1918, em Natal, a "Gazeta", órgão de sua propriedade. Mais tarde, fundou o "Jornal do Norte". No Recife, dirigiu "A Noite"; pertenceu, no Rio, ao quadro de redatores de "A Manhã".

Em 1926 foi candidato avulso à deputação federal, não sendo reconhecida sua eleição.

Em 1930, organizada a Aliança Liberal, fez reaparecer em Natal o "Jornal do Norte".

Constituída a Junta Militar Revolucionária, ainda naquele ano, foi nomeado Chefe de Polícia de seu Estado, cargo que voltou a ocupar em 1932.

No ano seguinte teve seu nome indicado para candidato à Assembléa Constituinte. Declinou da indicação, apresentando, em seu lugar, o Sr Kerginaldo Cavalcanti, que foi eleito.

Deputado Federal em 1934, voltou em 1945 ao Parlamento, tendo sido um dos constituintes de 1946. Na Câmara dos Deputados, participou de vários órgãos técnicos e foi líder da bancada do Partido Social Progressista. Em 1950, foi eleito Vice-Presidente da República, passando a exercer, nessa condição, as funções de Presidente do Senado.

## PRESIDENTE DO IBGE O SR. ELMANO CARDIM

**O** Sr Presidente da República, por atos baixados no dia 21 de setembro, concedeu ao Desembargador Florêncio de Abreu exoneração do cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nomeando para substituí-lo nessas funções o Sr Elmano Cardim.

Escritor e jornalista militante, o novo Presidente tem o seu nome ligado à vida da instituição, tendo sido membro da antiga Comissão Censitária Nacional, órgão responsável pela coordenação e supervisão dos trabalhos do Recenseamento Geral de 1940.

O Sr Elmano Cardim assumiu o exercício do cargo no dia 27, em atos que se revestiram da maior simplicidade e discrição.

Logo após, o Presidente designou os seus auxiliares imediatos, escolhendo para os cargos de Secretários-Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia, respectivamente, os Srs Waldemar Lopes e Fábio Guimarães de Macedo Soares. Para as funções de Chefe de seu Gabinete designou o Sr Mário Ritter Nunes.

Em virtude de encontrar-se ausente do país, em missão oficial, o Sr Waldemar Lopes, assumiu o cargo de Secretário-Geral do CNE, a convite do Presidente, em caráter interino e devidamente autorizado pelo Ministro da Fazenda, o Sr Afonso Almira, Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

## PEQUENAS NOTAS

★ PELO Diretor do Serviço Atuarial, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foi baixada, a 10 de julho, a seguinte portaria:

"O Diretor do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, usando das atribuições que lhe confere a alínea *h* do art 19 do regulamento baixado pelo Decreto n° 20 180, de 13 de dezembro de 1945,

Considerando:

1 — A necessidade de uma uniformização das estatísticas compiladas pelos Institutos de

Aposentadoria e Pensões e dos métodos de avaliação atuariais adotados.

2 — A importância cada vez maior das estatísticas mesmo que de natureza puramente administrativa, ou indicadoras de evolução geral dessas instituições, para juntamente com as estatísticas de natureza estritamente atuarial, permitir o conhecimento da situação econômica e financeira das instituições de seguro social, e dos aspectos gerais dessas instituições relacionadas com as condições econômicas, sociais e administrativas do país.

Resolve, revigorando e consolidando por-

tarias anteriores sobre a matéria, (Portaria número 12, de 31 de maio de 1948, e n.º 22, de 31 de agosto de 1948), determinar sejam enviados ao Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

a) — Mensalmente, I — Benefícios pagos, concedidos, reiniciados, e cancelados. (Número e quantia por espécie de benefício); II — Contribuições arrecadadas por Unidade Federada

b) — Anualmente, I — Até julho, o número médio de contribuintes durante o ano anterior; II — O balanço geral e o cálculo das reservas que nele figuram

c) — Sempre que forem feitas avaluações atuariais ou previsões a longo prazo, as bases técnicas utilizadas (tais como tábuas de mortalidade, invalidez, etc.) e uma descrição sucinta do método empregado”.

\* \* \*

★ Foi eleito membro da Associação Mundial de Estatística, em reunião realizada em Washington, entre vários especialistas de renome, o Sr M A Teixeira de Freitas, antigo Secretário-Geral do IBGE, “por suas atividades de pioneiro da organização dos serviços estatísticos do Brasil e suas notáveis contribuições para o progresso do trabalho profissional nesse campo, não só em seu próprio país, como também em outros do Hemisfério Ocidental”

★ INSTALOU-SE no dia 31 de julho, em Haarlén, na Holanda, o XXXIX Congresso Universal de Esperanto, com a participação de mais de 2 mil delegados O principal tema do Con-

gresso foi “A questão da Língua Internacional perante a Unesco”. Por solicitação da Liga Brasileira de Esperanto, o Ministério das Relações Exteriores designou para representar o Brasil no referido Congresso o sr Maurício Wellisch, conselheiro da Embaixada em Haia

★ Com a exoneração, a 14 de julho, do Sr Sebastião José Florentino do Nascimento, do cargo de Diretor do Departamento de Geografia e Estatística, da Prefeitura do Distrito Federal, assumiu as referidas funções, naquela ocasião, o Sr Garibaldi Varela Exonerado este, a 11 de agosto, foi nomeado para o mesmo cargo, a 12, tomando posse a 18, o Sr Antônio Carlos de Lima Fontainha

★ No dia 4 de agosto deixou as funções de Diretor do Serviço de Estatística da Produção o Sr Raul Lima Na mesma data, assumiu o cargo o Sr Armando David Ferreira Lima, que aí permaneceu até o dia 13 de setembro, sendo então substituído pela Sra Dulce Meurer, antiga funcionária da repartição

★ Foi marcada para a primeira semana de dezembro a próxima sessão do Comitê Executivo do Instituto Interamericano de Estatística A última reunião verificou-se em Washington, em fevereiro, tendo em vista o seguinte programa de trabalho: a) examinar o programa de trabalho técnico e as condições financeiras do Instituto; b) fixar as bases do acôrdo entre a Organização dos Estados Ame-

**NA AGÊNCIA DE ESTATÍSTICA DE MENDES** — Foi festivamente inaugurada no dia 11 de julho a Agência Municipal de Estatística de Mendes (Est. do Rio), com a presença dos Srs. Governador Amaral Peixoto, Deputado Miguel Couto Filho, Francisco Steele, Inspetor Regional de Estatística, e várias outras autoridades



ricanos e o Instituto; c) examinar assuntos relacionados com a III Conferência Interamericana de Estatística; d) examinar e tomar providências relacionadas com o relatório da II Conferência do Comitê de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais e com outros assuntos. Foi designado Secretário-Geral Assistente do IASI o sr Alexander de Moraes, técnico brasileiro

★ Em circular dirigida aos oficiais do Registro Civil do Maranhão, o desembargador Trayahú Rodrigues Moreira, Corregedor Geral do mesmo Estado, recomendou expressamente rigorosas normas que objetivam a regularização das estatísticas do registro civil

★ Segundo informação recente, a população de França, no fim do ano passado, se elevava a 42 900 000 habitantes contra 42 500 000 no fim de 1952. O excedente de nascimentos só-

bre óbitos se elevou a 247 000. A percentagem da mortalidade infantil se estabeleceu em 38 óbitos por 1 000 nascimentos, sendo essa a percentagem mais fraca até agora observada naquele país

★ FORMIGA, cidade mineira, comemorou, a 6 de junho, o 96º aniversário da sua fundação. A Agência Municipal de Estatística participou ativamente das solenidades que então se realizaram: fêz inaugurar suas novas instalações e organizou uma exposição de dados estatísticos da evolução de Formiga e das publicações do IBGE

Na abertura da Exposição Agro-Industrial, discursou, entre outros, o sr Hildebrando Martins da Silva, Inspetor Regional do CNE em Minas. Quando da inauguração das novas instalações da AME, falou o Agente, sr Aduato Francisco Amaral

## PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS

**F**ALECEU, no dia 24 de agosto, nesta capital, o Sr Getúlio Vargas, Presidente da República

Ao Presidente Getúlio Vargas muito deve o sistema estatístico brasileiro. Fundador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, baixou o Sr Getúlio Vargas, ainda na Vigência do Governo Provisório instaurado no país em 1930, o Decreto-lei nº 24 609, de 6 de julho de 1934, criando o Instituto Nacional de Estatística e fixando disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos. Em decorrência, sancionou os Decretos números 946 e 1 022, de 7 de julho e 11 de agosto de 1936, respectivamente, regulando, o primeiro, a celebração da Convenção Nacional de Estatística, e o segundo aprovando e ratificando a referida Convenção

Mais tarde, verificando-se a conveniência da integração dos serviços estatísticos com os geográficos, baixou o Sr Getúlio Vargas o Decreto-lei nº 218, de 26 de janeiro de 1938, mudando o nome do Instituto Nacional de Estatística e o do Conselho Brasileiro de Geografia para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Finalmente, tendo em vista a necessidade de expansão dos serviços estatísticos em todo o país, segundo critérios de uniformização técnica e de mais estreita vinculação com as exigências militares quanto ao levantamento de estatísticas de interesse especial para a Defesa Nacional, baixou o Decreto-lei nº 4 181, de 16 de março de 1942, dispondo sobre a criação de Seções de Estatística Militar e dando outras providências. Dispunha essa importante Lei sobre os Convênios Nacionais de Estatís-

tica Municipal, cuja celebração tornou possível, afinal, a almejada padronização da estatística brasileira, através da instalação da atual rede de Agências Municipais de Estatística cobrindo o país inteiro e diretamente administradas pelo IBGE

O Sr Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja, no Rio Grande do Sul, a 19 de abril de 1883. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1907. Promotor público nessa mesma cidade, até 1909, passou nesse ano a exercer a advocacia em sua terra natal. Foi eleito deputado à Assembléia Estadual para a legislatura de 1909 a 1912. Reeleito, renunciou. Ascendeu em 1912 à Câmara Federal, passando a chefiar a bancada de seu partido dois anos depois. Em 1917 voltou a participar da Assembléia Estadual. Ocupou a pasta da Fazenda de 1926 a fins de 1927, época em que foi eleito presidente de seu Estado, tendo tomado posse em janeiro do ano seguinte. Candidato à Presidência da República pela Aliança Liberal, assumiu, em 1930, a Chefia do Governo. Quatro anos mais tarde, com a promulgação de uma nova Constituição, foi escolhido pelo Congresso Nacional para a Presidência da República, cargo que continuou ocupando até 1937, quando passou a ter poderes de acordo com a Constituição nesse ano outorgada ao país

Em 1945 convocou eleições gerais. Afastado do Governo nesse mesmo ano, foi eleito senador. Em 1950, foi eleito Presidente da República

# INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE

Desembargador FLORÊNCIO DE ABREU

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do País, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de Governo e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

## ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos, — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários.

### I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", que são: a *Assembléa-Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos Presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos Diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera "ad referendum" da Assembléa-Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J.E.C. (reúnem-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas etc.) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, composto de 36 membros eleitos pela Assembléa-Geral.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda), e órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, e no Distrito Federal e no Território do

Acre — Departamentos de Geografia e Estatística; mais os órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", isto é, as Agências Municipais de Estatística, existentes em todos os Municípios, subordinadas administrativamente à Secretaria-Geral do C. N. E., através da respectiva Inspeção Regional das Agências Municipais e, tecnicamente, ao Departamento Estadual de Estatística.

### II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", ou sejam a *Assembléa-Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário-Geral do C. N. G., de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Governo Municipal da Capital da República e de um representante do C. N. E. (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D. C. (reúnem-se ordinariamente uma vez por mês).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D. C., e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", com um órgão executivo central, — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — e órgãos cooperadores — Serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada).

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas

# INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

QUADRO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
(Repartições Centrais em 30-IV-1954)

## ORGANIZAÇÃO FEDERAL:

- Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores  
Diretor interino — *RUBENS D'ALMADA HORTA PORTO*
- Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda  
Diretor — *AFONSO ALMIRO RIBEIRO DA COSTA JÚNIOR*
- Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura  
Diretor — *RAUL DO RÊGO LIMA*
- Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio  
Diretor — *MÁRIO MAIA*
- Serviço de Estatística da Educação e Saúde — Ministério da Educação e Saúde  
Diretor — *ALBERTO MARTINS*

## ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

- Território do Acre..... — Departamento de Geografia e Estatística  
Diretor — *Napoléão Azevedo Maia*
- Território do Amapá..... — Serviço de Geografia e Estatística  
Diretor — *Clóvis Pena Teixeira*
- Território do Guaporé..... — Serviço de Geografia e Estatística  
Diretor — *Carlos Augusto de Mendonça*
- Território do Rio Branco..... — Serviço de Geografia e Estatística  
Diretor — *Joaquim Neves Roberto*
- Amazonas..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Leopoldo Peres Sobrinho*
- Pará..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Orion Klautau*
- Maranhão..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Hipátia Damasceno Ferreira*
- Piauí..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *José Lopes dos Santos*
- Ceará..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Tomás Gomes da Silva*
- Rio Grande do Norte..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Antônio Alves de Oliveira*
- Paraíba..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Hildebrando Meneses*
- Pernambuco..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Paulo Acíoli Pimentel*
- Alagoas..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *José de Carvalho Veras*
- Sergipe..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *José Hermenegildo da Cruz*
- Bahia..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Felipe Nery do Espírito Santo*
- Minas Gerais..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Romeu Jacob*
- Espírito Santo..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Antônio Lugon*
- Rio de Janeiro..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Aldemar Alegria*
- Distrito Federal..... — Departamento de Geografia e Estatística  
Diretor — *Sebastião do Nascimento*
- São Paulo..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Djalma Forjas*
- Paraná..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Alcides Vieira Arcoverde*
- Santa Catarina..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Roberto Lacerda*
- Rio Grande do Sul..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Alfredo R. Fernandes Chaves*
- Goiás..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Geraldo Campos*
- Mato Grosso..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Horminda Pitaluga de Moura*

Nota — Colaboram com essas repartições aproximadamente 1 900 Agências Municipais de Estatística, além de numerosos órgãos de estatística especializada, da União, dos Estados e dos Municípios.